



PROFHISTÓRIA

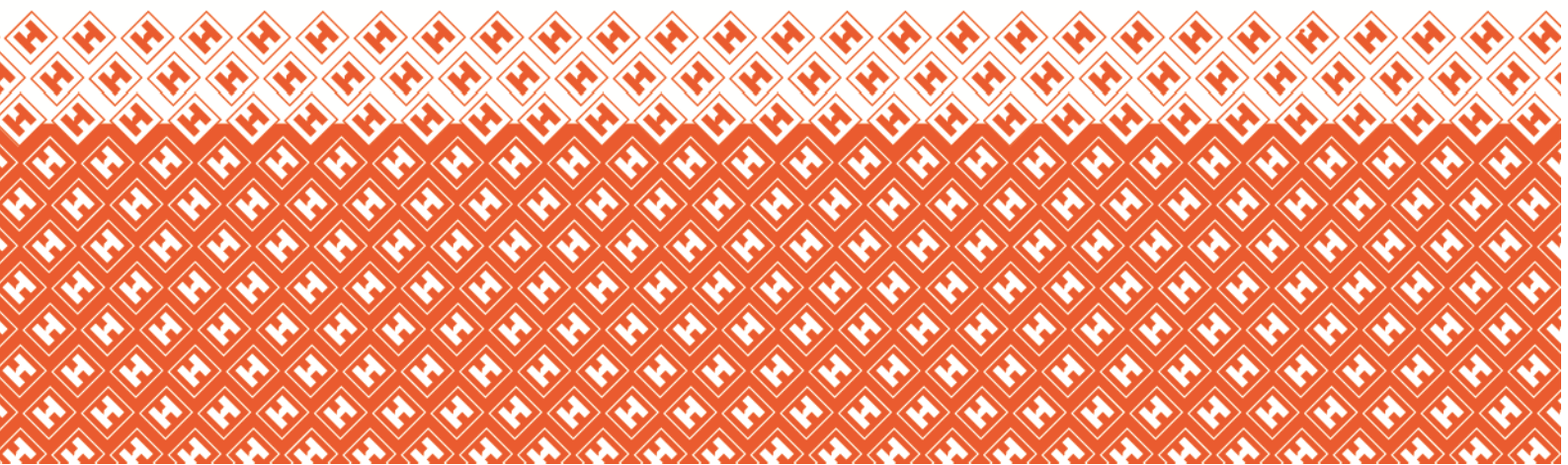
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

SANDRA MARIA RODRIGUES

Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial

**CUIABÁ-MT
2021**



SANDRA MARIA RODRIGUES

**Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e
(re)significações a partir da educação
patrimonial**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de
Mestrado Profissional em Ensino de História em
Rede Nacional – núcleo Universidade Federal de
Mato Grosso – como requisito parcial à obtenção do
título de mestre em Ensino de História.

Orientador(a): Dra Jaqueline Ap. M. Zarbato

**CUIABÁ-MT
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R696c Rodrigues, Sandra Maria.
Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial / Sandra Maria Rodrigues. -- 2021
212 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Jaqueline Ap. Martins Zarbato.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Ceilândia – DF. 2. Patrimônio Afetivo. 3. Educação Patrimonial. 4. História. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: CEILÂNDIA/DF: HISTÓRIAS, AFETOS E (RE)SIGNIFICAÇÕES A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

AUTOR (A): MESTRANDO (A) **SANDRA MARIA RODRIGUES**

Dissertação defendida e aprovada em **10 de JUNHO de 2021**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. PROFA. JAQUELINE APARECIDA MARTINS ZARBATO (ORIENTADORA/PRESIDENTE DA BANCA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

2. PROFA. DRA. MARCIA PEREIRA DOS SANTOS (AVALIADORA EXTERNA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

3. PROFA. DRA. ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES (AVALIADORA EXTERNA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

4. PROFA. DRA. ANA MARIA MARQUES (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CUIABÁ, 10/06/2021.



Documento assinado eletronicamente por **OSVALDO RODRIGUES JUNIOR, Coordenador(a) do Mestrado Profissional em História - IGHD/UFMT**, em 14/06/2021, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Usuário Externo**, em 14/06/2021, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Aparecida Martins Zarbato, Usuário Externo**, em 14/06/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3606637** e o código CRC **58470328**.

RESUMO

A presente pesquisa parte do estudo da história das mulheres a partir da Educação Patrimonial e utilizando como ferramenta os inventários participativos do patrimônio cultural e memórias femininas sobre a construção da então cidade-satélite de Ceilândia, zona periférica do Distrito Federal, e de seus patrimônios culturais, ligados, em sua maioria, à construção da dignidade e cidadania de seus moradores, disponibilizadas pelo Arquivo Público do Distrito Federal - APDF. Além das memórias femininas selecionadas previamente, as ações desenvolvidas em uma turma de 2º ano do ensino médio da instituição pública de ensino Centro Educacional Incra 09, localizada na zona rural da Região administrativa de Ceilândia visa promover o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural e história local analisando o papel desempenhado pelas mulheres como transmissoras de valores, conhecimentos e histórias na região administrativa de Ceilândia – DF. Em aulas-oficinas foram trabalhadas a história local de Ceilândia, que se estabeleceu a partir de uma Campanha de Erradicação dos Invasores – CEI, e conceitos dos eixos estruturantes do projeto, assim como as análises e reflexões dos alunos, visando em contribuir com a visibilidade das memórias e histórias das mulheres e suas respectivas visões sobre a Ceilândia e seus habitantes como produtores de cultura.

Palavras-chave: Ceilândia – DF. Patrimônio Afetivo. Educação Patrimonial. História das mulheres.

ABSTRACT

The present research starts from the study of the history of women from Heritage Education, using as a tool the participatory inventories of cultural heritage and female memories about the construction of the then satellite city of Ceilândia, peripheral zone of the Federal District, and its cultural heritage, linked, for the most part, to the construction of the dignity and citizenship of its residents, made available by the Public Archives of the Federal District - APDF. In addition to previously selected female memories, the actions developed in a 2nd year high school class at the public educational institution Centro Educacional Incra 09, located in the rural area of the Ceilândia administrative region, aim to promote knowledge and appreciation of cultural heritage and history local analyzing the role played by women as transmitters of values, knowledge, and stories in the administrative region of Ceilândia - DF. In classes-workshops, the local history of Ceilândia was worked on, which is selected from an Invaders Eradication Campaign - CEI, concepts of the axes and structuring of the project, as well as the analyzes and reflections of the students, elaborated in Contribute to the Vision of the memories and stories of women and their views on Ceilândia and its inhabitants as producers of culture.

Keywords: Ceilândia – DF. Affective Heritage. Heritage Education. Women's History.

AGRADECIMENTOS

Essa foi uma caminhada sem dúvida alguma repleta de amor e acolhimento e há muito a agradecer. Fazer mestrado em uma cidade onde nunca havia estado parece algo incoerente, mas de alguma forma eu sabia que era o certo pra mim e foi. A cidade de Cuiabá e sua historicidade me proporcionaram ressignificações importantes, como Maria Taquara, sua estátua e sua história conhecida por tantos na cidade, que contribuiu para que meu olhar se voltasse para as questões tratadas nessa pesquisa.

Agradeço, em primeiro lugar e, sempre em primeiro lugar, à Francisca, minha mãe, que me apoia de tantas maneiras e com isso faz com que tenha uma parte dela em tudo que tenho ou faço. Deu herdei a risada alta e a capacidade de erguer minha cabeça, sorrir e continuar tentando. Agradeço também a minha irmã Sônia, que entre tantas dificuldades foi a primeira de nossa família a ingressar no nível superior e sempre é um exemplo bonito pra eu lembrar. Ao meu irmão Gustavo pelas dicas tecnológicas e paciência.

Um agradecimento profundo ao Edu, presente em meus agradecimentos desde a graduação, e que se mantém me apoiando e incentivando. É o meu companheiro nessa e em tantas outras jornadas. É *sine quo non*. Obrigada por tanto!

Aos meus filhos Nathalia, Thiago e Alice agradeço a compreensão pelas ausências e o apoio que recebo de vocês em todos os meus projetos. Vocês me fazem sorrir e acreditar ao longo de todos os meus caminhos. Obrigada por toda luz e amor que trazem para a minha vida!

Agradeço à Kathi, ao Luiz e à Poliana pela amizade e por me apoiarem sempre. Obrigada por estarem sempre comigo falando de coisas sérias e também contando histórias bobas, chorando nos perrengues e comemorando as alegrias. Vocês me trazem risos, serenidade e muitas histórias pra contar. Que continuemos juntos nos fortalecendo e nos divertindo!

Agradeço também às minhas amigas Márcia e Juliana. Vocês são pra mim um porto seguro em qualquer situação. Obrigada por sempre respeitarem minhas decisões e permanecerem comigo.

Agradeço à equipe gestora do C.ED.Incra 09, principalmente à supervisora pedagógica Kathiemi que possibilitou as ações na instituição e aos alunos do 2º ano do ensino médio, por aceitarem participar desse trabalho com tanta maturidade, empenho, dedicação e afeto. Meu muito obrigada.

Agradeço às professoras e professores que vieram antes de mim e conquistaram direitos dos quais hoje posso usufruir. O afastamento para estudos concedido pela Secretaria de Educação do DF me permitiu ter a calma e o tempo tão necessários para esse processo. A bolsa de estudos concedida pela Capes trouxe o auxílio financeiro que contribuiu com as despesas dos deslocamentos de Brasília à Cuiabá.

Aos colegas de turma do PROFHISTÓRIA, que tanto me ensinaram sobre acolhimento e carinho, meu muito obrigada! Também à Michele, companheira de quarto, de trabalhos, de viagens, de angústias e de alegrias, não imagino essa jornada sem vocês! Agradeço também à Cristina, cada fala sua durante as aulas e cada conversa nossa me ensinou e emocionou e as levarei comigo para toda a vida!

À professora Ana Maria Marques, que além dos conhecimentos acadêmicos me presenteou com gentileza e generosidade me mostrando sororidade e feminismo em cada uma de suas ações. Obrigada! Agradeço também aos demais professores, Ernesto, Renilson, Nileide, Edvaldo, Beatriz e Bruno, o conhecimento construído nas aulas do PROFHISTÓRIA e o exemplo profissional de cada um será de grande valia na minha vida profissional e pessoal. Cabe agradecimentos também à professora Marcia Pereira dos Santos pelas suas valiosas e generosas contribuições durante a banca de qualificação do trabalho.

E por fim, agradeço à minha orientadora Jaqueline Zarbato. Obrigada pela confiança e conselhos que foram decisivos para a realização do trabalho, e por ser uma mulher extraordinária e generosa que acolhe e proporciona caminhos a seguir. Eu não poderia ser mais grata por tê-la comigo na construção desse trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ocupação do Distrito Federal – 1933 - 1961.....	56
Figura 2 - Planta Urbana de Ceilândia.	62
Figura 3 - Planta Urbana atual de Ceilândia.....	63
Figura 4 - Centro Educacional INCRA 09	67
Figura 5 - Atividade aula oficina I.....	80
Figura 6 - Atividade aula oficina I.....	81
Figura 7 - Atividade aula oficina I.....	81
Figura 8 - Atividade aula oficina II	85
Figura 9 - Rima realizada pelo grupo 1.	86
Figura 10 - Rima realizada pelo grupo 2.	87
Figura 11 - Rima realizada pelo grupo 3	87
Figura 12 - Rima realizada pelo grupo.	88
Figura 13 - Realização do mapa afetivo.	91
Figura 14 - Apresentação do mapa afetivo	92
Figura 15 - Saída de campo – Praça dos Três Poderes.....	96
Figura 16 - Saída de campo – Rolê pela CEI.	97
Figura 17 - Interpretação dos estudantes.	98
Figura 18 - Interpretação dos estudantes.	98
Figura 19 - Interpretação dos estudantes	99
Figura 20 - Interpretação dos estudantes.	100
Figura 21 - Interpretação dos estudantes	100
Figura 22 - Interpretação dos estudantes	100
Figura 23 - A Caixa D'água de Ceilândia.	103
Figura 24 - Feira Central de Ceilândia	105
Figura 25 - A Casa do Cantador	107
Figura 26 - A Praça do Cidadão	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você sabe o que é patrimônio cultural?	77
Gráfico 2 - Edificações visitadas.	77
Gráfico 3 - Ocasão das visitas.	78
Gráfico 4 - Você costuma visitar algum outro Patrimônio Cultural?.....	79
Gráfico 5 - Conhece a história da construção de Ceilândia.....	83
Gráfico 6 - Meio pelo qual conhecem a história	83
Gráfico 7 - Conhece a história da construção de Ceilândia.....	84
Gráfico 8 - Você sabe o que é patrimônio cultural?	111
Gráfico 9 - Voê sabe o que é patrimônio cultural afetivo?.....	112
Gráfico 10 - Conhece a história da criação de Ceilândia?.....	113
Gráfico 11 - Importância de inserir as mulheres no estudo de história.	113
Gráfico 12 - Gostou/participaria de outra pesquisa.	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Bens Tombados no Distrito Federal - Iphan.....	64
Quadro 2 - Bens tombados no Distrito Federal – GDF.	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APDF	Arquivo Público do Distrito Federal
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Ceduc	Coordenação de Educação Patrimonial
CEI	Campanha de Erradicação dos Invasores
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DF	Distrito Federal
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
Iapi	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitscheck
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
RA	Região Administrativa
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES HISTÓRICAS	30
1.1 Cultura em evidência: caminhos do patrimônio	30
1.2 A Educação patrimonial.....	33
1.3 Patrimônio afetivo.....	40
1.4 Patrimônio e história das mulheres.....	43
1.4.1 Ana Maria de Jesus	47
1.4.2 Antônia Alves da Silva.....	48
1.4.3 Severina Etelvina do Nascimento	49
CAPÍTULO II - CEILÂNDIA SUA HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL – EXCLUSÕES E INCLUSÕES	51
2.1 Ceilândia e sua História	51
2.2 CEI – Campanha de Erradicação dos invasores.....	57
2.3 Bens tombados no DF	63
2.4 Conhecendo a instituição de ensino – Centro Educacional INCRA 09	66
2.5 Documentos norteadores	70
CAPÍTULO III - ESPAÇOS E DIÁLOGOS NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA COM PATRIMÔNIOS	73
3.1 Aula Oficina – “Você e o Patrimônio Cultural”	75
3.2 Aula oficina- “Histórias de Brasília e Ceilândia – Sonhos e realidades”..	82
3.3 Aula oficina: O Patrimônio do DF e suas muitas identidades: narrativas e aprendizagem histórica dos estudantes.....	88
3.4 Aula oficina- “Ceilândia, sua história e seus patrimônios” / Rolê pela CEI	94
CAPÍTULO IV - PATRIMÔNIO CULTURAL AFETIVO DE CEILÂNDIA – RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO C.ED.INCRA 09	102
4.1 O material didático.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
APÊNDICES	138
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

A investigação dessa dissertação busca tecer reflexões sobre as interfaces entre o ensino de História, patrimônio cultural e história das mulheres a partir das ações voltadas à metodologia da educação patrimonial. Para isso, utilizarei as concepções dos inventários participativos do patrimônio cultural e as memórias femininas sobre a Região Administrativa de Ceilândia - RA, na forma de depoimentos colhidos e disponibilizados pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal - APDF.

A motivação para a realização da pesquisa foi se delineando de acordo com minha própria construção acadêmica e também como professora da educação básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF. Isso porque, em dado momento, as reflexões oriundas da minha trajetória acadêmica se entrelaçaram com as minhas reflexões enquanto docente. E, desde então penso em minha escrita e minhas aulas de forma a contribuir com o momento histórico presente. Assim como o filósofo Grego Parmênides, em seu poema intitulado *Da Natureza*, compreendo a cultura e a História como luz que se desloca sobre o tempo e ao iluminar pessoas ou lugares os revelam como se nunca houvessem existido, no entanto, sempre estiveram lá, só não haviam sido iluminados.

A pesquisa conta com memórias de mulheres relacionadas à história de Ceilândia. As memórias em questão são catalisadoras para o surgimento de outras narrativas que entrelaçam vivências dos jovens e da comunidade onde vivem com concepções teóricas ligadas ao estudo de história, memória e patrimônio cultural como pilar de uma formação voltada ao exercício da cidadania. O cerne da pesquisa não se restringe às políticas públicas e processos de patrimonialização. O foco está na visão do Patrimônio Cultural de Ceilândia como instrumento de conscientização histórica e cidadã no sentido do direito ao passado e pertencimento, questões essenciais aos processos identitários dos jovens como indivíduos pertencentes a uma comunidade.

Ecleia Bosi (1994) nos traz que “[...] lembrar é reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”. Trabalhos que lidam com memória lidam também com significados, atribuição de valor e sentido e quando direcionados a ações educativas, oportuniza ao estudante se identificar com a história, identificação essa que começa individual, mas se torna coletiva, lidando com continuidades, rupturas, temporalidades, significados e ressignificações.

A intenção em pesquisar a história de Ceilândia e o significado do patrimônio cultural empregando memórias das mulheres no contexto já citado e as ressignificações dos alunos na atualidade se dá a partir das lacunas no ensino da história local percebidas como professora de história. Lacunas essas que colaboram para o desconhecimento da história e patrimônio cultural que cercam os próprios alunos e a comunidade escolar. A história a ser trabalhada na presente pesquisa não é encontrada nos livros didáticos utilizados no ensino fundamental e ensino médio da educação básica do Distrito Federal, motivo para que outros caminhos sejam construídos no intuito de que essas histórias outrora “esquecidas” sejam contadas aos estudantes e assim recontadas a muitas outras pessoas.

Trabalhando no Centro Educacional INCRA 09 - escola do campo localizada na Região Administrativa de Ceilândia - desde o ano de 2014 pude observar o distanciamento dos estudantes em relação ao Patrimônio Cultural de Brasília, patrimônio esse institucionalmente tombado pelos órgãos competentes; a distância percebida se configura pelas questões físicas, visto que 35 km separam o INCRA 9 do Plano Piloto - principal região contemplada com os tombamentos no DF - mas também pela questão da falta de senso de pertencimento dos estudantes com o Patrimônio Cultural da capital federal, tendo em vista que não há a identificação dos mesmos com as edificações que fizeram de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade.

No ano de 2019, devido ações já voltadas ao Patrimônio Cultural e a História de Ceilândia, fui convidada a colaborar junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - Iphan e professores de outras instituições de ensino de Ceilândia com a escrita do livro *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo*. O livro faz parte da coleção *Patrimônio para Jovens*, uma coleção que ensina a aproximar o patrimônio cultural da cidade com sua população jovem. Participar do projeto me fez amadurecer e consolidar ideias desenvolvidas ao longo dessa pesquisa.

A pesquisa foi construída em vários pontos de referência cultural de Ceilândia, mas tem início na sala de aula do Centro Educacional INCRA 09 que fica localizado no Núcleo Rural Alexandre Gusmão BR 070 – KM 16- INCRA 09, Zona rural de Ceilândia – DF. A instituição de ensino faz parte de uma unidade de conservação e compõe a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto. O alunado se divide em filhos de pequenos produtores rurais, de caseiros e demais empregados dos proprietários das chácaras que formam a comunidade, pelos moradores de assentamentos e por moradores

dos recém criados condomínios, frutos de loteamento de área rural. As ações didáticas referentes à pesquisa foram desenvolvidas em uma turma de 28 alunos do 2º ano do ensino médio, iniciadas em setembro do ano de 2019 de forma presencial e foram finalizadas em setembro do ano de 2020, com a realização de atividade online pelo advento da pandemia de Covid-19.

O principal objetivo da dissertação é dar visibilidade ao patrimônio cultural, tanto o institucionalizado quanto o afetivo, por meio da educação patrimonial e das memórias femininas sobre história local da Região Administrativa de Ceilândia. A partir da problemática da pesquisa, tem-se como objetivos específicos: Incentivar iniciativas que preservem o patrimônio cultural e memória local; oportunizar o conhecimento de conceitos e lugares ligados ao patrimônio cultural da cidade; analisar as relações e percepções dos alunos envolvidos com o patrimônio, a cidade e sua história; compreender e valorizar conceitos voltados ao patrimônio cultural; analisar a história da construção da cidade de Brasília e Ceilândia, relacionando passado e presente; conhecer e valorizar o patrimônio e história local, analisando o papel desempenhado pelas mulheres como transmissoras de valores, conhecimentos e histórias na cidade de Ceilândia-DF e, por fim, investigar os locais de referência de Ceilândia através das memórias femininas e das memórias dos próprios estudantes.

A não identificação dos estudantes com o patrimônio cultural já posto pelas instituições responsáveis, juntamente com a imagem negativa que construíram sobre Ceilândia ao longo dos anos - imagem ligada à violência e criminalidade - traz a motivação para trabalhos no sentido de uma ressignificação do olhar destinado à Ceilândia. Acreditamos que ao se ter os estudantes como protagonistas da construção do que é o Patrimônio Cultural de Ceilândia, construiremos um novo olhar onde o território da periferia do DF é visto como local de cultura, história e identidade.

A sociedade tida como machista e patriarcal na qual os estudantes se inserem, a forma como a mulher e suas contribuições são tidas dentro dessa sociedade e o desejo que tal situação se modifique, traz a motivação para que mulheres que participaram da história de construção de Ceilândia e suas memórias, juntamente com autoras que tratam de temas relevantes para a pesquisa, sejam as referências para as reflexões contidas no trabalho.

A construção de um projeto de educação patrimonial que tem os locais, os estudantes e as mulheres da periferia como protagonistas oportuniza a valorização das mulheres e suas contribuições, da visão que o estudante tem de si e possibilita ainda o

entendimento de que as comunidades da periferia possuem cultura e bens culturais a serem reconhecidos e preservados.

Para construir a análise sobre o patrimônio cultural, foi utilizada a proposta do inventário participativo, desenvolvido pelo Iphan. O qual se configura como um instrumento que tem como proposta metodológica a participação contundente da comunidade:

essa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (IPHAN, 2013, p. 5)

O manual de aplicação do inventário participativo (2013, p. 5) mostra o inventário como uma forma de coletar e organizar informações enfatizando que “é necessário um olhar ao redor dos espaços da vida, inclusive os que podem estar junto à escola, buscando identificar as referências culturais que formam o Patrimônio Cultural do local”. O conceito de patrimônio adotado na pesquisa é amplo e plural, pois será o apontado no inventário participativo do patrimônio cultural, concebido como local ou manifestação cultural que é relevante para a história e identidade de determinado grupo.

O Ensino de História concebe na suas ações o intuito de promover a formação de um sujeito crítico e autônomo diante de diferentes contextos por meio de reflexões acerca de relações sociais, políticas, culturais e econômicas em diversos espaços e tempos. Dentro dessa conjuntura, as discussões no tempo presente voltadas ao ensino de História são pensadas de maneira a inserir novas práticas no processo de ensino aprendizagem no intuito de que os discentes sejam estimulados a agir e pensar dentro do seu próprio contexto social.

Conforme Circe Bittencourt (2004), ao se trabalhar a história do cotidiano em sala de aula tem-se um apoio importante no sentido de se reconsiderar os agentes sociais nas transformações históricas. Essa aproximação amplia o horizonte histórico, visto que desconstrói a ideia de que a história é feita por poucos e pré-determinados sujeitos, o que contribui para o sentimento de pertencimento e de identidade por parte do estudante.

Assim, pode-se afirmar que todo e qualquer indivíduo possui historicidade e é também produtor de conhecimentos significativos. A concepção histórica em que sujeitos oriundos da comunidade e da cultura popular são também autores da História

se relaciona com a compreensão subjetiva de tempo, memória e do processo de ensino aprendido. Ter no ensino de história concepções acadêmicas atreladas com as várias dimensões da cultura popular é uma perspectiva interessante e uma junção relevante para o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes. Nesse sentido, Schmidt e Garcia (2005) destacam que:

[...] a consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que toma os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual. Portanto, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica. (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p.301)

A aproximação dos estudos realizados em sala com a realidade desse aluno fortalece vínculos, faz com que o aprendido seja significativo e também aplicado nas vivências dos estudantes já trabalhados no campo da História articulados com a história das mulheres podem ampliar e aprofundar a perspectiva das diversidades, problematizando a ‘supremacia’ do gênero masculino. A história das mulheres não se concentra na história da vida privada e por isso deve ser concebida por diferentes campos e espaços sociais inerentes à economia, política e cultura, suprimidos anteriormente. Se faz necessário incluir como sujeito histórico as mulheres que são indivíduos outrora invisibilizados pela escrita da história e ressaltar suas contribuições.

E dessa forma acredita-se na importância da associação da educação patrimonial com a periferia na forma da própria cidade, das mulheres e dos estudantes pertencentes a esse contexto social, a combinação oportuniza a produção de análises e reflexões sobre cidadania problematizada no cotidiano e nos silenciamentos de mulheres e jovens periféricos.

A compreensão de história local contida nesse estudo parte do livro *História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar* de autoria de Vilma de Lurdes Barbosa e Melo, que nos traz que:

... a abordagem local busca diretamente a relação com fatos e elementos que ajudem a resolver os problemas efetivos da comunidade em estudo, sendo encarada como um instrumento de transformação social e de protagonismo, trazendo significado ao ato de conhecer e construir a história, possibilitando apreender-se que o Estado não é uma entidade que se coloca acima do cidadão, mas que é por ele construído. (MELO, 2015, p. 45)

A partir dessa concepção o ensino de História poderá por meio de sua atuação

pedagógica oportunizar ao aluno reflexões sobre valores e práticas sociais, relacionando a problemática histórica do seu grupo social e localidade também em uma conjuntura global.

As aulas referentes à aplicação da pesquisa se deram no formato de aula oficina, em que foram trabalhadas a história local de Ceilândia, que se estabelece a partir de uma Campanha de Erradicação dos Invasores – CEI, e também os conceitos dos eixos estruturantes do projeto. Aula oficina, segundo Barca (2012, p. 37), se contrapõe ao modelo prescritivo de uma aula meramente expositiva e teórica. Ainda segundo a autora, liga teoria e prática, o que oportuniza “situações de aprendizagem reais, em contextos concretos” que faz com que a educação histórica seja vista como um processo de aprendizagem significativa.

Barca (2013) traz contribuições relevantes no sentido de que se compreendam questões norteadoras da aula oficina e seus objetivos:

Primeiramente o professor deveria selecionar um conteúdo, perguntando aos alunos o que eles sabem a respeito e, então, selecione as fontes históricas pertinentes para a aula. Em seguida, ele deve orientar os estudantes a analisar os materiais, fazer inferências e comparações. Todos se envolvem no processo e produzem conclusões históricas, que podem ser mais ou menos válidas e mais ou menos próximas às dos historiadores. No entanto, elas devem sempre ser valorizadas, avaliadas e reconceitualizadas com a ajuda do educador. Assim, as crianças tomam consciência do que aprenderam, do que falta saber e do que mais gostariam de conhecer. A aula-oficina vai contra a corrente que não se preocupa com o que ensinar e prioriza em manter o grupo motivado (BARCA, 2013, p. 131-132).

É seguindo esses princípios que as aulas oficinas serão realizadas e utilizadas no processo da pesquisa, atrelando teoria e prática no processo de educação histórica. Tendo como foco notar o significado do patrimônio cultural de Ceilândia nas memórias das mulheres que participaram de sua construção e a ressignificação desses lugares de referência na visão atual dos alunos do 2º ano de ensino médio.

Para que se compreenda as nuances que envolvem Ceilândia e seu patrimônio cultural é indispensável que se trate do contexto que permeou sua criação, um contexto conectado a criação de Brasília, visto que os moradores e moradoras que viriam a compor a população de Ceilândia são os candangos, trabalhadoras e trabalhadores atraídos para a região pela construção da nova capital federal e pelas expectativas de ter uma vida nova e melhor. Contudo, antes mesmo da inauguração da nova capital, o governo federal já via os candangos sob uma outra perspectiva: na época eram vistos como invasores na própria

cidade que ajudaram a construir. (VASCONCELOS, 1988)

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, e antes mesmo de sua grande inauguração teve início o processo de remoção de indivíduos da RAI, o Plano Piloto e de suas proximidades, a ação daria origem a outras do gênero ao que se chamou na época de “cidades-satélites”. Costa e Barroso (2015) consideram Brasília uma cidade invisível com sua história escondida por trás desses suntuosos monumentos. Para as autoras, a capital federal foi construída por esperanças e sonhos, mas também por lutas, dores e decepções, referindo-se às frustrações vividas pelas pessoas que tratadas como invasoras, que em nome da estética pretendida para Brasília, foram jogadas em áreas distantes do Plano Piloto. (Costa e Barroso 2015)

A criação de cada cidade-satélite possui peculiaridades, no entanto, é possível observar um ponto em comum no período inicial: a pretensão de acabar com as instalações provisórias que acomodavam pessoas que trabalharam na construção da capital e seus familiares. As instalações circundavam a região central e planejada de Brasília, conforme nos coloca Mesquita (2016), naquele momento, consideradas como invasoras e são transferidas para outros locais com péssimas condições de vida.

Pelas mãos dos candangos o projeto urbanístico de Lúcio Costa e os croquis de Niemeyer saíram do papel e se transformaram na nova capital federal, moderna e planejada. Contudo, após a construção da cidade os candangos, outrora tão necessários, tornam-se um incômodo, fazendo com que fossem criadas as cidades-satélites do Distrito Federal. A criação dessas cidades possibilitou que os candangos fossem afastados do Plano Piloto. No ano de 1970 teve início a Campanha de Erradicação de Favelas (CEF), que mais tarde se tornaria a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). A então cidade-satélite¹ de Ceilândia surge nessa conjuntura representando a exclusão social dos candangos e seus familiares tidos agora como invasores. (MESQUITA, 2016, p. 21)

Com o passar do tempo esses locais se estabelecem com identidade, cultura e economia próprias e passam a ser designadas como Regiões Administrativas - RAs². As Regiões Administrativas que compõem o Distrito Federal são dotadas de uma vasta

¹ O termo Cidade-satélite é utilizado para denominar cidades criadas ao redor da região central de Brasília, no ano de 1998, um decreto proibiu o uso da expressão “cidades-satélites” em documentos oficiais, por ser considerado um termo pejorativo.

² As regiões administrativas são subdivisões territoriais do Distrito Federal, cujos limites físicos, estabelecidos pelo poder público, definem a jurisdição da ação governamental para fins de desconcentração administrativa e coordenação dos serviços públicos de natureza local.

riqueza cultural, tais riquezas e características foram trazidas pelos seus primeiros moradores e também foram construídas ao longo dos anos. São elas que simbolicamente promovem a representação dessas cidades diante do seu próprio grupo social e dos outros grupos que a cercam. As RAs são criadas em diferentes momentos do DF, atendendo as demandas da capital e algumas são criadas juntamente com a nova capital federal enquanto outras surgem no decorrer dos anos, sendo as duas últimas, criadas no ano de 2019.

Hoje, considerada a RA mais populosa do DF, com aproximadamente 600 mil habitantes³, Ceilândia foi criada no ano de 1971. A criação da então cidade-satélite se deu por uma decisão governamental pautada pela necessidade de barrar a favelização⁴ nas proximidades da capital federal. Os pioneiros expulsos da região central de Brasília, tido agora como invasores, foram levados para Ceilândia e segundo Mesquita (2016), o local não apresentava a infraestrutura mínima. Foi o esforço coletivo que colaborou com a melhoria das condições de vida da população, como também com a construção da identidade cultural, que é permeada por resistência e diversidade cultural.

O Patrimônio Cultural Afetivo elencado nesse trabalho é composto pela Caixa d'água de Ceilândia, a Casa do Cantador, a Feira Central de Ceilândia e a Praça do Cidadão, escolhidos pelos estudantes, protagonistas do estudo. Cada uma dessas manifestações culturais são consideradas marcos para construção identitária da cidade e contam a história de luta da Ceilândia e dos ceilandenses.

A metodologia empregada na pesquisa é qualitativa de caráter exploratório, que segundo Lakatos e Marconi (2003) tem como objetivos: “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.” A análise contida no trabalho se dá através da revisão bibliográfica, levantamento de dados por meio da aplicação de questionário, pesquisa de campo e análise de depoimentos colhidos e disponibilizados pelo APDF.

Grada Kilomba, escritora e artista multidisciplinar portuguesa, traz para o trabalho em questão direcionamentos essenciais para sua construção. Sua obra é determinada pelo precedente de que escrever é um ato político, e é dessa forma que as escritas aqui presentes se propõem a ser. A concepção teórica da pesquisa foi fundamentada na escrita

³ COODEPLAN, 2020.

⁴ Favelização é tido como o processo de surgimento e crescimento do número de favelas em uma dada cidade ou local.

de mulheres que tratam de patrimônio cultural, história local, história da Ceilândia articulada com a construção de Brasília, história das mulheres, ensino da história e afetividade. No que tange ao patrimônio cultural, a revisão bibliográfica foi pautada em Maria Cecília Londres Fonseca, Françoise Choay e Sandra Pelegrini. Nessa etapa, o material disponibilizado no site do Iphan, como os manuais e demais publicações, contribuíram para delinear os caminhos a serem traçados na pesquisa, além de contribuir com o aporte teórico necessário.

Sobre o ensino de História nos baseamos essencialmente na escrita de Circe Maria Fernandez Bitencourt, Izabel Barca e Maria Auxiliadora Schmidt. Os desdobramentos sobre história local se deram a partir do livro *História Local contribuições para pensar, fazer e ensinar*, de autoria de Vilma de Lurdes Barbosa e Melo. Para a construção de Brasília e Ceilândia, utilizamos entre outras as seguintes autoras: Cléria Botelho da Costa, Eloísa Pereira Barroso e Safira Bezerra Amann. No tocante à história das mulheres, fundamentamos-nos em Michelle Perrot, June Hahner e Joan Scott.

Na tentativa de que não haja uma sobreposição, mas sim um entrelaçamento de saberes, além das contribuições teóricas na forma do conhecimento das autoras citadas, temos também as contribuições das vivências de Dona Toinha, de Dona Ana Maria e de Dona Severina, mulheres detentoras de histórias e saberes extraordinários que muito contribuem para o desenvolvimento da pesquisa e das ações educativas.

É importante ressaltar as contribuições trazidas ao trabalho por algumas dissertações escritas anteriormente, sendo elas: *Ensino de História local: uma história didática de Santa Maria e região*, de autoria de Denise Belitz Quaiatto. A dissertação trata das construções de sujeitos históricos no contexto da história local da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Outra dissertação que foi bastante elucidativa no tocante ao caminho a ser percorrido durante a elaboração da pesquisa foi o trabalho de Sandro Ambrósio Alves, *Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis-MT: Orientações didáticas no ensino de História*. Foram utilizadas também trabalhos contidos na plataforma do repositório da Universidade de Brasília -UNB, que tratam da construção de Brasília e de Ceilândia, da qual destacamos o trabalho de Évellin Lima Mesquita *Ceilândia: Patrimônio-territorial e turismo*, escrita em 2016.

Partindo da verificação das teses e dissertações no Brasil que contemplam o tema Patrimônio Cultural e ensino de História, verificou-se que as articulações dos temas se dão de maneira abundante, no entanto a articulação de patrimônio cultural e ensino de

História agregada a questões voltadas para a história das mulheres não são encontradas com facilidade. Por isso tomamos por base para as articulações desse trabalho as publicações referentes ao projeto Patrimônio em feminino, realizado pela Espanha, em 2019. Também utilizamos os trabalhos das pesquisadoras Isabel Barca, Helena Pinto e Maria Auxiliadora Schmidt, que concentram em muitos de seus trabalhos narrativas produzidas por estudantes, para conhecer suas perspectivas em relação ao conhecimento histórico. Ao seguir esse direcionamento, estudantes e docentes tornam-se pesquisadores em que, aos estudantes, cabe analisar e elaborar narrativas históricas; aos professores, sugerir ações educativas e analisar o processo. Para isso, é essencial o entendimento de que “as vozes deste passado podem nos soar estranhas, e suas imagens podem figurar como incompreensíveis para nossa contemporaneidade” (PESAVENTO, 1995, p. 287).

Compreendemos que o caminho para se formar estudantes conscientes e críticos da sua própria historicidade é contínuo e esse pensamento é importante, pois, “nos conduzem a linguagens outras, possibilidades comunicativas construídas em bases novas, maneiras diferentes daquelas com as quais estamos acostumados a ver e a naturalizar a forma escolar e os nossos conteúdos disciplinares”. Novos suportes como a educação patrimonial aliada com o protagonismo dos estudantes podem consolidar esse caminho no entendimento do estudante sobre seu tempo e sua História. (ZAMBONI; LUCINI; MIRANDA, 2013, p. 266)

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro deles, intitulado *Patrimônio Cultural: reflexões históricas*, analisamos os fundamentos teóricos do patrimônio cultural, seus documentos norteadores e caminhos percorridos no Brasil. Além da esfera conceitual, o capítulo inicialmente reflete sobre ramificações e relações do patrimônio cultural com a educação, com a história das mulheres e com a afetividade.

No segundo capítulo intitulado, ao qual intitulamos de *Ceilândia sua história e Patrimônio Cultural: exclusões e inclusões*, abordamos a história da criação da Ceilândia e analisamos, através de dois quadros informativos, o Patrimônio Cultural institucionalizado do Distrito Federal, além dos resultados de uma busca pela busca da compreensão da posição de Ceilândia e de seus moradores no viés patrimonial do DF.

O terceiro capítulo nomeado de “*Espaços e diálogos na aprendizagem histórica com Patrimônios*” apresenta a descrição e análise das aulas oficinas realizadas como base da construção dessa pesquisa. São elas: *Você e o Patrimônio Cultural, Histórias de Brasília e Ceilândia – Sonhos e realidades; O Patrimônio do DF e suas muitas*

identidades: narrativas e aprendizagem histórica dos estudantes, e, por fim, a aula oficina caracterizada pelas saídas de campo, *Ceilândia, sua história e seus patrimônios/ Rolê pela CEI*. O capítulo traz, também, a amostra de trabalhos desenvolvidos pelos alunos em diversos formatos: cartazes, desenhos, rimas e fotografias.

O quarto capítulo da dissertação, *Patrimônio Cultural Afetivo de Ceilândia - ressignificação dos estudantes a partir da Educação Patrimonial*, se debruça em tratar do patrimônio cultural afetivo da região administrativa de Ceilândia, tendo como sustentação a visão do estudante. O patrimônio cultural afetivo de Ceilândia elencado nesse capítulo é composto pela *Caixa d'água de Ceilândia*, a *Casa do Cantador*, a *Feira Central de Ceilândia* e a *Praça do Cidadão*. Cada uma dessas edificações e manifestações culturais são consideradas marcos para construção identitária da cidade e contam a história de luta da Ceilândia e dos Ceilandenses.

Segundo Bittencourt (2009), o ensino de História, em suas práticas e concepções, tem se reformulado em muitos sentidos e algumas dessas reformulações surgem a partir da inquietação trazida ao se pensar no distanciamento existente entre o conhecimento produzido na academia e o ensinado na educação básica. Nota-se por práticas e discursos uma divisão entre aqueles que fazem a pesquisa histórica e aqueles que ensinam. Reformulações no ensino de História trazendo novas tendências históricas oferecem também narrativas antes desconsideradas. Surge assim histórias focadas em novos tempos, espaços e pessoas.

As pesquisas voltadas aos processos de ensino e aprendizagem corroboram com o pensamento de que é importante que os estudantes sejam protagonistas na construção do conhecimento, cabendo aos professores estabelecer metodologias que contribuam para esse protagonismo. No tocante ao ensino de História, as aulas devem ser pensadas no sentido de ultrapassar posicionamentos antiquados e ineficazes: “tradição verbalista da história escolar, cuja ênfase recai, invariavelmente, na aquisição cumulativa de informações factuais sobre o passado” (CAIMI, 2009, p. 66). O protagonismo dos estudantes se dá em todos os momentos da construção da pesquisa, incluindo o material apresentado, as fotos contidas na dissertação são em sua totalidade produzidas pelos estudantes.

Acredito que todo e qualquer tema que historiadoras e historiadores trazem para sua escrita está de algum modo ligado às experiências vividas, e por isso um objeto de estudo possui nuances de afetividade e empatia. Alicerçada nisso, cabe ainda dizer que falar de Ceilândia em um processo de apreensão de conhecimento histórico e significado

cultural é falar sobre minha própria relação com a RA IX. Aos dez anos de idade, vinda do Guará, a RA X, passo a residir em Ceilândia, lembro-me bem do estranhamento quando passava pela Caixa D'água com seu formato tão diferente. Lembro também do meu olhar e dos pensamentos de repreensão ao caminhar pela Feira Central de Ceilândia, classificando-a como uma grande mistura bagunçada. Durante toda a minha infância e adolescência, nem mesmo a origem do nome Ceilândia eu sabia, foi somente na minha vida adulta que o sentimento de estranheza deu lugar ao senso de pertencimento, ao conhecer as muitas histórias de Ceilândia e das Ceilandenses e me percebi conectada a essas histórias, lugares e mulheres. Memória e Identidade são primordiais para que os membros de uma comunidade se reconheçam como parte desse grupo e também para que reconheçam o lugar que ocupam no mundo.

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES HISTÓRICAS

O uso do termo “patrimônio” faz parte do vocabulário de diversas áreas: entre elas, economia, história e artes, e em cada uma delas a palavra se apresenta com uma conotação diferente, no entanto a gênese da palavra que de acordo com a etimologia deriva do latim *patrimonium*, que por sua vez provém de *pater* e está intimamente ligada a ideia daquilo que pode ser legado.

A compreensão do vocábulo no contexto do patrimônio cultural e de preservação da memória e identidade parte, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2009), do contexto da França no final do século XVIII, mais precisamente da Revolução Francesa, a revolução responsável por difundir práticas políticas e sociais em todo o mundo por meio de suas ações e ideais. Contribuiu também para o surgimento da ideia de patrimônio cultural que temos hoje.

Na conjuntura em questão, a ideia de alguns revolucionários no que concerne aos monumentos franceses construídos durante o regime contra o qual eles lutavam, consistia na destruição dos mesmos. Em oposição a esse entendimento surge a preocupação de preservação dos bens. A ideia de preservação vem ancorada às questões ligadas à memória coletiva, selecionando assim, a preservação das edificações que fossem importantes para a nação francesa.

Conforme Françoise Choay, 2006:

[...] a expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação continua de uma diversidade de objetos que congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2006, p.11).

Françoise Choay, em *Alegoria do Patrimônio*, nos coloca que as relações patrimoniais anteriores à Revolução Francesa estavam ligadas somente ao ato de rememorar ou de fazer com que outros rememorem. A rememoração diz respeito a um passado previamente selecionado com o intuito da manutenção da identidade pré-estabelecida.

Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pelas incertezas dos começos. (CHOAY, 2001, p.17)

A palavra monumento, vinda “do latim *monumentum*, derivado de *monere*, lembrar, aquilo que interpela a memória” também se apresenta como um termo essencial no âmbito dos estudos voltados ao Patrimônio, visto que o termo recebeu diversa conotações ao longo do tempo, sendo o contexto da Revolução Francesa, também o responsável pelo sentido de monumento histórico “conjunto de ‘bens imóveis’ dotados de um significado de rememoração, capaz de comunicar socialmente e representar em termo de identidade o Estado-Nação ao qual pertence” lhe é compreendido um valor de nacionalidade e preservá-lo representa preservar a própria identidade francesa. (MEDEIROS, 2002, p.32; 36)

Nas considerações de Choay (2001), os monumentos representam um “universal Cultural”, presentes nas sociedades em forma de edificações com funções memoriais: “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. O monumento atua diretamente sobre a memória, edificando histórias e identidade.

(...) Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. (CHOAY, 2001, p.18).

As iniciativas de preservar o patrimônio cultural são desencadeadas no século XIX ganhando relevância ao fim da I e II Guerra Mundial, em razão da destruição dos monumentos durante os conflitos. A partir dessas circunstâncias cresce a preocupação com a restauração e preservação dos monumentos, a discussão sobre o tema se torna mais consistente e leis que asseguram a proteção são consolidadas.

a necessidade de proteção de bens arquitetônicos e históricos que pudessem ser representativos de uma imaginação da nação, reconhecidos como identidade por sua população e como diferença por outras nações foi sentida no bojo das construções dos Estados Nacionais na Europa, século XIX, modelo no qual o Brasil se inspirou. (CHUVA, 2009, p.122)

Nas palavras de Sandra Pelegrini (2006), no ano de 1931 a Grécia realizou uma conferência e a partir dela surgiu o documento que é considerado o primeiro documento internacional voltado ao monumento e sua preservação. Na ocasião o foco se manteve na manutenção da estética e aparência das cidades. Posteriormente, no ano de 1933, também

na Grécia, criou-se a Carta de Atenas, a carta versa não somente sobre a preservação do patrimônio, mas também sobre sua relação com a cidade da qual o mesmo faz parte, englobando questões como qualidade de vida, segurança urbana e arquitetura funcional. Outros marcos documentais de muita relevância para o patrimônio cultural é a Carta de Veneza, de 1964, que reviu a perspectiva acerca de monumento:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (IPHAN – Carta de Veneza Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios Veneza, Maio de 1964)

A Declaração de Amsterdã, no ano de 1975, visava integrar o patrimônio cultural aos processos sociais das cidades e seus habitantes. Dois anos depois, em 1977, a Carta de Machu Pichu sugere a inserção de valores socioculturais aos procedimentos de preservação do patrimônio cultural. A Declaração do México, redigida em 1985, trata do respeito às tradições e expressões. Nas palavras de Pelegrini (2006), “...a necessidade do respeito às tradições e formas de expressão de cada povo, tornando o conceito de identidade como elemento de constituição de valores nacionais e locais”. Conferências posteriores foram realizadas e documentos escritos, sempre na busca pela compreensão do patrimônio em suas muitas dimensões e na condução de sua preservação.

[...] a premissa básica defendida nos eventos internacionais sobre preservação assentava-se na defesa de ações capazes de assegurar à humanidade a satisfação de suas necessidades presentes, expressas por meio da exploração dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e institucional, sem, no entanto, comprometer a capacidade das futuras gerações de fazê-lo. (PELEGRINI, 2006, p. 62)

Os documentos oriundos das convenções internacionais, em sua maioria, são tidos não somente como recomendações, mas como legislação que estabelece as regras que conduzem os processos de patrimonialização, assim como da preservação do patrimônio cultural. A relação entre as conferências, os documentos e as comunidades são relações de retroalimentação, visto que as orientações das organizações internacionais conduzem as ações nacionais do mesmo modo que as práticas nacionais contribuem com as pautas das reuniões alimentando os dados e apresentando questões específicas a serem tratadas.

No Brasil, os moldes da política de patrimônio surgiram no final de 1937, com a Lei n. 378 que institui a fundação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

– SPHAN. E também com a publicação do Decreto-Lei n. 25/1937 que coloca o tombamento como ferramenta de preservação dos bens móveis e imóveis no país. O processo que originou tais leis inicia por volta de 1920, em que a ação de governos locais de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais criaram, segundo Medeiros (2002), Inspetorias Regionais de Monumentos Históricos que tinham como propósito a proteção de obras de arte e monumentos. No entanto o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), marcado pela centralização do poder, trouxe essa característica também para o campo do Patrimônio, visto que a fundação do SPHAN concentrou na esfera federal ações preservacionistas e de reconhecimento do patrimônio brasileiro, enfraquecendo dessa forma a prática iniciada, conforme já colocado, nos estados.

O SPHAN por meio do Decreto-lei 25/37, traz a seguinte definição para Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

A definição trazida pelo recém-criado órgão contempla apenas a dimensão material do patrimônio nacional - o patrimônio edificado de “pedra e cal” - recebendo destaque enquanto as demais dimensões não são mensuradas no Decreto Lei em questão. O Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro do ano de 1937, também regulou o tombamento de bens culturais, estabelecendo o SPHAN como o órgão responsável para conduzir as políticas referentes.

Fonseca (2009) evidencia que o SPHAN visava a proteção de bens móveis e imóveis enquanto detentor de uma identidade pretendida para o Brasil e o brasileiro e essa é a linha de atuação seguida pelo órgão até os anos de 1960, e que de acordo com Sant’anna (2015), fazem parte de um importante momento de transição onde além da troca de gestão do SPHAN, pois, Rodrigo de Melo Franco de Andrade que estava no cargo desde a sua fundação se aposenta e assume o arquiteto Renato Soeiro.

A partir da troca de gestão buscou-se a descentralização dos atos relacionados a preservação até a década de 1960. A gestão e o processo de tombamento eram exclusivos dos técnicos do SPHAN e não contavam com a participação popular e nem com ferramentas de proteção apropriadas. Ainda segundo a autora, as mudanças ocasionadas não foram sentidas de maneira imediata, visto que em tais ações houve a “permanência de sujeitos, objetos, instrumentos e formas de gestão do patrimônio instituídas nos anos

1930” (SANT’ANNA, 2015, p. 19)

Intelectuais, políticos e burocratas eram chamados “homens da Cultura” e esses homens estavam aliados e representavam os ideais culturais elitistas defendidos e propagados pelo SPHAN, no ano de 1937 e nas três décadas que se seguiram. O perfil de cultura e dos detentores da cultura começam a se modificar juntamente com a própria política nacional, a partir do ano de 1970, pois conforme Fonseca (2009, p. 23), “começou a ser criticada, e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas às produções das elites”.

O conceito de patrimônio apresentado e as modificações atribuídas a ele ao longo do tempo demonstra que a visão sobre o patrimônio cultural foi sendo aprofundada, visão essa que não pertence somente à academia ou ao Estado, visto que o patrimônio cultural faz parte da comunidade suas memórias e história.

Posteriormente, o SPHAN se torna o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, conforme o site da instituição “é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.” O órgão é o responsável pela promoção e coordenação dos processos de valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, em todas as suas formas.

[...] com o objetivo de criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de bens culturais imateriais, que são de natureza processual e dinâmica, tais como as “formas de expressão”, e “os modos de criar, fazer e viver”, citados no Art. 216 da Constituição Federal de 1988, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. Nesse mesmo ano, o IPHAN também consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2012).

Para a realização de tais ações, o Iphan se apoia nas convenções internacionais e também na Constituição Federal de 1988. A legislação máxima do Brasil trata sobre patrimônio cultural nos artigos 215 e 216. O artigo 215 versa sobre a garantia dos direitos culturais:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-

brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988)

E o artigo 216 nos traz a definição do patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Essas definições contemplam também os bens culturais até então omitidos e salientam o importante papel da sociedade na preservação e reconhecimento do patrimônio cultural, abarcando a multiplicidade do que pode ser tido como patrimônio e também como cultura.

O Iphan trata o patrimônio cultural em dois tipos: o material e o imaterial. Ao pontuar acerca do patrimônio material, o site oficial do órgão o analisa da seguinte forma:

[...] patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2017).

O patrimônio cultural material se apresenta como manifestações culturais visíveis e tangíveis, algo concreto que pode ser tocado. São elementos móveis ou imóveis que trazem consigo parte da história de um povo e suas representações identitárias, exaltando memórias e promovendo o senso de pertencimento. A concepção de bens móveis pode ser colocada como bens com a possibilidade de transporte, como acervos e coleções. Já os bens imóveis são tidos como estruturas fixadas em determinados locais, como sítios

arqueológicos e edificações.

Já o patrimônio imaterial, é composto de bens intangíveis que não são inicialmente visíveis aos olhos. Esse tipo de patrimônio está ligado aos saberes, costumes e crenças. Castro e Fonseca (2003) trazem a elucidação sobre patrimônio imaterial de acordo com a Unesco:

Patrimônio Cultural Imaterial compreende [as] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (CASTRO e FONSECA, 2003, p. 11-12)

O patrimônio cultural imaterial apresenta grande relevância na construção sociocultural de uma sociedade, pois conecta presente e passado por meio da herança cultural de um povo, mantendo vivas tradições essenciais para que práticas culturais sejam mantidas e continuem contando histórias, mantendo dessa forma as memórias vivas nas gerações que estão por vir através da divulgação e preservação dos patrimônios materiais e imateriais.

1.1 Cultura em evidência: caminhos do patrimônio

Compreende-se que cultura é um termo de amplitude e complexibilidade que carrega em si muitos significados. Entre os antropólogos não há consenso de um único conceito do que seja cultura, no entanto podemos afirmar que a cultura caracteriza a identidade de um grupo social, diz respeito aos costumes e tradições de um povo aprendidos e passados de geração em geração e edificados por meio do convívio em sociedade ao longo do tempo. Sobre cultura, Marilena Chauí (2000) defende que

Cultura passou a significar, em primeiro lugar, as obras humanas que se exprimem numa civilização, mas, em segundo lugar, passou a significar a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a Natureza, relações que se transformam e variam. Agora, Cultura torna-se sinônimo de História. A Natureza é o reino da repetição; a Cultura, o da transformação racional; portanto, é a relação dos humanos com o tempo e no tempo. (CHAUÍ, 2000, p.46)

Dentro de um determinado contexto social o indivíduo constrói e usufrui de manifestações que trazem identidade à cultura local, visto que comportamentos e edificações se tornam representações de determinada sociedade ou local. Conforme já colocado, a cultura não é una e sim múltipla, reconhecendo-se diferentes culturas dentro do mesmo espaço territorial.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (2012), trata o patrimônio cultural como a somatória de práticas, fazeres e saberes, assim como suas expressões e produtos que sejam valiosos para determinados grupos e referentes à sua história, memória e identidade. Ressalta-se que o patrimônio cultural não deve ser validado por seu valor econômico ou aos olhos de outros grupos sociais. A análise entre as relações do patrimônio e seus agentes traz à tona que certas narrativas buscam se ancorar na história e no tempo, fazendo dessa forma com que os atos se constituam como naturais e legítimas, demandando assim poucas explicações.

Ao se fazer uma análise de patrimônio cultural, é imprescindível que se analise os dois entendimentos que o permeiam: patrimônio institucionalizado e patrimônio territorial. O patrimônio institucionalizado pode ser compreendido como manifestações culturais que as instituições responsáveis definem como patrimônio através de documentos formais havendo ou não consenso e participação da sociedade, como menção tem-se o Decreto 10.829/1987, em que a Unesco outorga à Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

O patrimônio territorializado, por sua vez, traz a interpretação de patrimônio cultural por meio da valorização de saberes e locais de referência, pretendendo uma preservação inclusiva e com participação ativa dos membros das comunidades onde os patrimônios estão inseridos. Nesse contexto se posiciona a região administrativa de Ceilândia, visto que seu patrimônio institucionalizado ou não “ampliam o sentimento de orgulho e pertencimento da população” (MESQUITA, 2016, p. 2)

Essa abordagem traz a valorização e o reconhecimento do patrimônio para além da institucionalização e chancela de Patrimônio Mundial dada pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO. A autenticidade e o universalismo conferidos pela instituição internacional têm gerado disputas espaciais e acentuado desigualdades socioterritoriais, uma vez que, ao inserir o patrimônio na Lista do Patrimônio Mundial, exclui seu entorno cultural e esconde os problemas sociais que envolvem essa dinâmica (MESQUITA, 2016, p. 2).

Segundo a perspectiva do patrimônio territorializado e os locais de referência,

patrimônio está ligado ao que determinado grupo social cria, valoriza e quer preservar como herança de sua história e identidade (LONDRES, 2001, p. 69-78).

Compreende-se que noções de identidades presentes no contexto de pertencimento do indivíduo em um grupo social são essenciais para a preservação de patrimônios culturais, visto que o conhecimento da cultura e história local contribuem para o despertar da cidadania assim como o senso de pertencimento e promove dessa forma sua valorização e preservação. Ao analisar questões voltadas à conservação patrimonial, é importante observar questões voltadas à memória e esquecimento dentro do próprio patrimônio, visto que as escolhas se dão no campo das ideologias e do poder e que o percurso do patrimônio cultural também se constitui por conflitos e dilemas entre história e memória.

Ao relacionarmos o patrimônio cultural ao ensino de História, é necessário que que se estabeleça uma relação do estudante com o patrimônio, e que dessa forma seja proporcionado a ele e a ela conhecimento sobre sua comunidade local, memórias locais e o sentimento de pertencimento. A pesquisadora Circe Bittencourt (2009) trata sobre distinção da memória:

[...] relação coletiva que uma comunidade estabelece com seu passado; funciona pela seleção e eliminação; realiza omissões; corpo vivo do processo de se relacionar com o passado; relações com o passado e variações de acordo com idade, sexo, ocupação e etc. (BITTENCOURT, 2009, p. 170)

E sobre história a autora nos traz que:

[...] trabalha com acumulação dessa memória; reordena o tempo passado, medindo-o, periodizando e estabelecendo uma crítica sobre sua duração; usa um método para recompor os dados da memória; confronta as memórias individuais e sociais com outros documentos; situa os testemunhos orais no tempo e no espaço e o “lugar” de onde “falam”. (BITTENCOURT, 2009, p. 170 -171)

Nesse sentido, o ensino da história está conectado à memória, memória local ou de outros povos, possibilitando que se reconheça as representações presentes no patrimônio cultural e dessa forma estreitar os laços de afetividade entre comunidade e patrimônio. É imperativo que a memória seja valorizada quanto ao vínculo do indivíduo com sua comunidade, fazendo com que o mesmo veja a si mesmo e suas memórias entrelaçadas a outras memórias e também a própria cidade em que vive, constituindo significado ao lugar e conectando passado e presente. Ainda segundo Bittencourt (2009)

[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. (BITTENCOURT, 2009, p. 170)

Preservar os bens do patrimônio cultural é preservar a memória e história local, pois a construção de uma cidade vai além de concreto e cimento. A cidade conta histórias e independente dos seus traços arquitetônicos suas ruas são palcos de memórias individuais e coletivas e se constituem de memória e identidade. O concreto permanece nas edificações, mas as percepções que se tem de determinado local podem variar de acordo com o período e grupo social nos quais as ponderações se dão, havendo significados e ressignificações.

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (MOLL, 2009, p. 15).

O patrimônio e as políticas de preservação estão inseridas num âmbito de negociação no tocante aos critérios de atribuição de valores e representatividade, visto que a desigualdade social se estende ao campo do patrimônio cultural provocando, dessa forma, a falta de sentimento de ‘pertencimento’ da população em relação ao que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural.

A partir dessa concepção é necessário perceber as práticas voltadas à educação em seus aspectos políticos e também compreender que memória e esquecimento são produzidos pela sociedade, a desse ponto de vista, o Estado, representado por suas instituições públicas deve não apenas definir valores a serem considerados, deve também propiciar reflexões e diversidade sociocultural e econômica nos processos de patrimonialização.

A iniciativa de analisar o patrimônio cultural da região administrativa de Ceilândia nos oportuniza conhecer e compreender a história local da cidade, além de conferir visibilidade aos seus locais de referência e bens culturais.

1.2 A Educação patrimonial

Desde a fundação do SPHAN, em 1937, é possível notar através da análise de documentos e práticas geridas pelo órgão, que os procedimentos voltados à preservação do patrimônio cultural foram atreladas a ações educativas, às discussões teóricas e metodológicas cunhadas a partir daquele período se fazem presentes nas políticas públicas e diretrizes voltadas à educação.

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 6)

O patrimônio cultural, nas ações educativas, deve ser tido como um elemento social, político e simbólico e deve ainda fazer parte das práticas voltadas aos processos educativos. É importante para o sucesso de tais processos que o patrimônio cultural não seja apresentado como um elemento pré-concebido e fechado, onde cabe aos alunos e alunas apenas aceitar seu valor. A educação que tem o ensejo de se construir por meio de práticas dialógicas, trabalha o patrimônio cultural atrelado às forças presentes nos conflitos entre lembrar e esquecer.

Diante dos conflitos existentes nos desdobramentos referentes ao patrimônio cultural se faz necessário não somente a conhecimento do patrimônio em si, mas uma reflexão profunda e crítica das construções sociais presentes nos mesmos. Esse é o contexto no qual a educação patrimonial deve se estabelecer, propondo conhecer os significados e promover além da preservação ressignificações.

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural a Educação Patrimonial como um processo transversal, componente essencial presente em todos os momentos da preservação e valorização do patrimônio cultural, [que] é crucial para ultrapassar o entendimento

de que ela seria uma atividade final, quase sempre concebida como estratégia pós-patrimonialização para a resolução de conflitos locais. (FLORENCIO et al, 2014, p. 27)

A educação patrimonial conduz processos educativos nos quais o foco não está em somente trabalhar conceitos, busca-se um entendimento histórico social das referências culturais presentes no patrimônio. A promoção da educação patrimonial por parte do Iphan coloca a construção coletiva como característica fundamental, coletividade essa que não diz respeito apenas aos agentes do órgão, mas também da comunidade que produz o patrimônio cultural. Conforme Florêncio (2019):

O que se almeja é a construção coletiva das ações educativas, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local e, também, produtora de ações educativas fortemente adequadas às especificidades de seus territórios. É necessário, aqui, substituir a noção de público-alvo das ações educativas para a de público participante. Somente com uma construção coletiva e participativa dessas ações é que se pode alcançar eficácia e efetividade em seus objetivos (FLORENCIO, 2019, p. 62)

A educação patrimonial é construída inicialmente dentro dos museus que utiliza a prática desde o século XIX. No Brasil, o termo desponta somente na segunda metade da década de 1980 e a prática ganha novos locais e deixa de se concentrar somente nos museus. A educação patrimonial promove outros espaços como documento histórico, oportunizando leituras e estratégias didáticas. As práticas voltadas à educação patrimonial tornam-se eficazes quando fazem da própria cidade espaço de aprendizagem, alinhando espaços públicos à sala de aula.

A metodologia da Educação Patrimonial pretende ser um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola. Para alcançar a multiplicação das idéias e conceitos propostos, no campo da educação sobre o patrimônio cultural é importante que se faça um treinamento com os agentes que irão desenvolver este trabalho nas escolas, nas associações de bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999, p. 44)

Desde o início do debate, a educação patrimonial recebeu diferentes formatos nas suas práticas, visto que o patrimônio cultural, quando utilizado nas práticas educativas, nos permite refletir sob diversas perspectivas, entre elas o estudante e sua condição histórica; a compreensão de si e do outro; relações de poder e subalternização. Tais pontos são essenciais ao que concerne uma educação transformadora e plural.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999, p. 6)

Assim, a metodologia da educação patrimonial no ensino de História contribui positivamente no processo de ensino aprendizagem e auxilia também a construção do pensamento histórico junto aos estudantes, pois por meio dela é oportunizado ao aluno e a aluna que, partindo da macro-história para a história local, se identifique como parte da história global. Sendo assim, Figueira e Miranda (2012) afirmam que

[...] por meio da educação patrimonial permite-se aos estudantes valorizarem as manifestações culturais de seu entorno e, com isso, construir sua identidade pessoal e coletiva, desenvolvendo o sentimento de pertencimento, essencial tanto para a compreensão do conceito de preservação como para a concepção do patrimônio como algo vivo, presente em sua vida [...] Somente por meio de um processo de ensinoaprendizagem sensível às questões referentes à identidade cultural, às múltiplas memórias coletivas e ao conhecimento sobre memória nacional é possível estimular nos estudantes o gosto e a necessidade de conhecer sua história cultural, e, ainda, leválos à prática de reflexão histórica. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 65-6)

As autoras enfatizam que fazer uso da educação patrimonial em sala de aula colabora com a reafirmação da história local e com o sentimento de pertencimento. Preservar o patrimônio de uma sociedade é preservar a própria história dessa sociedade, visto que o passado só chega até o presente por meio dos vestígios históricos, seus significados e ressignificações, o passado é lembrado quando esses vestígios são preservados [...] os bens culturais constituem marcas que podem ser convertidas em fontes e em objeto de conhecimento histórico. (FIGUEIRA e MIRANDA, 2012, p. 11)

As reflexões promovidas por Zarbato (2018), ao tratar sobre a compreensão de si e do outro, fazem com que se reflita a partir do entendimento e preservação do patrimônio cultural de certa localidade e oportuniza a compreensão de outras comunidades, seus valores, identidade e manifestações culturais.

Uma vez que questionamos e refletimos o valor que é atribuído ao patrimônio cultural que nos rodeia, pensamos também sobre a atribuição de valor do patrimônio cultural do outro, experimentando desse modo a pluralidade cultural dentro da educação patrimonial. Florêncio et al (2014) concluem que referências locais podem ser o ponto de partida para expandir visões e reflexões baseadas na alteridade.

A habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais amplia a nossa capacidade de compreender o mundo. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja forma, conteúdo e expressão devemos aprender a “ler” ou “decodificar”. Para desenvolver este aprendizado, o conhecimento especializado não é essencial. Qualquer pessoa pode fazê-lo, desde que utilize suas capacidades de observação e análise direta do objeto ou fenômeno estudado. (FLORENCIO et al, 2014, p. 8)

Ações educativas que tragam alunas e alunos como protagonistas é a base para que o aprendizado aconteça de forma significativa e quando envolvem comunidade e patrimônio permitem múltiplas reflexões no sentido de compreender os significados e ressignificações da cidade e de seus patrimônios sob o olhar e interação dos indivíduos que a compõe.

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (MOLL, 2009, p. 15).

Contudo, é importante ressaltar que a transformação de um espaço para que ele seja educativo, é fruto de intervenções no modo de vê-lo e de sua apropriação e isso para além do olhar de especialistas, mas essencialmente pela comunidade local.

Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra [...] o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. E o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (FARIA, 2010, p. 25).

A educação patrimonial se configura como uma alternativa eficaz em tornar os espaços para que sejam educativos e deve ser tida como um conceito fundamental para uma educação que valorize a diversidade cultural e a alteridade, elementos tão presentes na contemporaneidade, pois trata-se de uma ação educativa que se configura como um método de consolidação das identidades e ao mesmo tempo de entendimento das diversas maneiras de ser e estar no mundo. Dessa forma a educação patrimonial se apresenta como o fio condutor de processos que se articulam no intuito de compreender o patrimônio

cultural no contexto político, econômico, social e histórico, assim como as permanências e rupturas da cidade que, nessa perspectiva, se coloca como elemento fundamental para a compreensão da identidade e história local.

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 6)

Para Costa e Wazenkeski (2015), a aplicação da educação patrimonial colabora para uma melhor fixação do conteúdo aprendido, sendo que a “visualização” da história desperta um maior interesse e corrobora com a fomentação de reflexões sobre o patrimônio estudado e visitado, ocasionando também o compartilhamento das percepções.

o patrimônio é terreno em construção, fruto de eleição, campo de combate, espaço de relações humanas, é também “meio de comunicação e campo de educação”, podendo e devendo ser objeto de ações educativas que contribuam para a mudança social por “ensinar a pensar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania”. (COSTA; WAZENKESKI, 2015, p. 67)

Segundo Pelegrini (2009), a utilização do patrimônio cultural como instrumento de apoio ao ensino de história pode contribuir na formação do estudante para além do conteúdo programático. A autora pontua que a prática auxilia no aperfeiçoamento humano do estudante que pode não ser alcançados em sala de aula:

A educação patrimonial formal e informal constitui uma prática educativa e social que visa à organização de estudos e atividades pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares. [...] A transversalidade, alcançada por meio de projetos temáticos, é um recurso pedagógico que visa auxiliar os alunos a adquirir “uma visão mais compreensiva e crítica da realidade”, bem como “sua inserção e participação nessa realidade” [...] A acepção de patrimônio cultural não compreende apenas os sítios arqueológicos, a arquitetura, os antigos objetos em desuso e o espaço dos museus; os bens que conferem identidades aos cidadãos abrangem também as experiências vividas, condensadas nas formas de expressão diversificadas, juízos de valor, celebrações, modos de usar os bens, os espaços físicos e o meio ambiente (PELEGRINI, 2009, p. 36-7)

Nesse sentido, pondera-se que um ensino de história eficaz não deve se ater apenas

aos métodos convencionais disponibilizados em sala de aula, pois quadro e livro didáticos podem não ser bastante para “formar o hábito de pensar, investigar, pesquisar (...) desenvolver o espírito crítico e a criatividade” e dessa forma o estudante não atinge uma apropriação do conhecimento histórico. (STARLING e SANTANA, 2002, p. 92)

Considera-se a necessidade de um ensino de História que permita a professores e alunos perceberem-se como elementos da realidade histórica que os envolve [...]. Perceber a influência dos conhecimentos prévios do estudante na aprendizagem significativa é uma tarefa pedagógica fundamental para o professor, é muito importante considerar o que o aluno já sabe, antes de iniciar uma intervenção pedagógica. O trabalho do professor de História é facilitado quando ele conhece os significados atribuídos pelos seus alunos a diferentes objetos. (BARTMEYER, 2002, p. 21-3)

Partindo da necessidade de se aprimorar a construção do conhecimento histórico e do processo de ensino aprendizagem, o patrimônio cultural oportuniza que o estudante visualize espaços históricos e articule percepções e reflexões, estabelecendo desse modo a apropriação do conhecimento histórico.

No tocante ao ensino de História é necessário que se promova uma aproximação do aluno com a disciplina realizando aulas dinâmicas nas quais os discentes se vejam inseridos no contexto, nesse sentido relacionar a prática pedagógica do ensino de História com a educação patrimonial favorece o dinamismo necessário conduzindo ao aprendizado significativo de temas muitas vezes distantes no tempo e no espaço na realidade do estudante. Conforme colocado por Hanna Arendt, a educação está “entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é”. (ARENDT, 1972, p. 2340).

A educação acompanha as constantes mudanças e renovações sociais devido ao nascimento de novos indivíduos e novos olhares. Nesse prisma a utilização dos patrimônios culturais nas aulas de história agregam reflexões indispensáveis à disciplina, pois o patrimônio carrega em si a capacidade de instigar a memória dos sujeitos historicamente vinculados a ele.

A educação patrimonial compartilha as visões pertinentes as da História Cultural e busca formar um estudante que pratique a reflexão histórica, na reflexão histórica que parte da educação patrimonial a concepção de preservar e proteger surgem do sentimento interno de pertencimento e valorização, pois o bem cultural passa a ser visto como parte da história da comunidade e de seus sujeitos. Nos últimos anos nota-se diversas ações no sentido de promover a valorização da identidade das e essa reformulação chega também no campo do patrimônio cultural, principalmente aos bens culturais, que simbolizam a memória e história de determinado local.

É de suma importância que atividades de educação patrimonial sejam vistas como um modo de desenvolver nos estudantes a noção da importância dos vários grupos na composição histórica do local em que vive, dessa forma construir a compreensão de que toda e qualquer pessoa produz e consome cultura, tendo também o direito de a preservar.

1.3 Patrimônio afetivo

Novos valores políticos impulsionam novos valores culturais para instituições e seus agentes visto que a ação desse agente vem sob nova proposta, “propuseram a atuar como mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado” (FONSECA, 2005 p. 23). O novo posicionamento é ancorado na democratização cultural e é corroborado pela criação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, no ano de 1975, e também da criação do Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, em 1979 “interesses dos grupos carentes de organização próprias” (idem, p. 24).

A transição de ideias fundamentais proporcionou uma mudança no conceito de patrimônio. Essa nova ideia ultrapassa a questão do monumento e se firma no conceito de bens culturais, os quais “existe sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais”. Fonseca (apud Scifoni, 2004, p. 68) demonstra por meio de um estudo coordenado pelo Iphan que entre os anos de 1970 e 1990 houve grandes mudanças. Foram criadas novas categorias de patrimônio e a também a inserção de novas culturas e de seus grupos sociais, das quais as mudanças trouxeram um aumento nos pedidos de tombamento realizados por populares sem ligação com o Iphan, demonstrando que entre as muitas vertentes do patrimônio cultural está a de “afirmação da identidade coletiva”.

Durante muito tempo o Iphan seguiu critérios internacionais e a classificação de um bem como patrimônio se dava observando especificamente os critérios estéticos, históricos e arquitetônicos, buscando excepcionalidade e autenticidade. Seguindo esses critérios, os bens tombados eram em sua maioria igrejas, esculturas e conjuntos urbanísticos. Contudo, nos últimos anos houve uma ampliação sobre o patrimônio cultural, no sentido do que é e do que pode ser considerado como tal e isso se dá a partir a implementação do conceito de referência cultural, conceito esse que traz o entendimento que a relevância de um bem se dá conforme lhe são atribuídos sentidos e significados. Em publicação do Iphan sobre o Inventário Nacional de Referências Culturais, Londres (2010) destaca que

Orientar um trabalho de preservação a partir da noção de “referência

cultural” – tal como foi entendida neste texto – significa buscar formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também do destino de sua própria cultura. Não é preciso chamar a atenção para as implicações políticas dessa perspectiva, nem para seus limites em situações concretas, quando até o termo “comunidade” pode servir para encobrir interesses de grupos locais mais poderosos, de autoridades políticas, etc. (LONDRES, 2000, p. 19)

Os INRC’s possuem conteúdos que refletem a diversidade cultural existente em nosso país e demonstram cuidados essenciais para que as manifestações culturais possam ser reconhecidas e conhecidas por mais pessoas continuando vivas. Desse modo o atual patrimônio cultural se constitui partindo das referências culturais contidas na história de um grupo, que se quer transmitir às próximas gerações no sentido de criar conexões dos jovens com pessoas da sua família, da comunidade e também entre aqueles e aquelas que viveram muito antes deles. Entre os componentes que formam a cultura de um local, alguns deles podem ser considerados patrimônio cultural, considerados importantes para o grupo e que adquirem o valor de um bem, um bem cultural, e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. (IPHAN, 2016).

Segundo Chuva, 2008, na década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil, se deu a observação de novos aspectos no campo de preservação, alcançou-se nesse momento um importante debate com a sociedade civil acerca do patrimônio cultural como também sobre as ações do Iphan, as reflexões oriundas do período geraram uma mobilização no sentido de promover novos reconhecimentos de patrimônios pelo órgão.

Conforme nos coloca Márcia Chuva (2009), diante da conjuntura, a inserção de novos conceitos e métodos proporcionaram um novo prisma onde foi atribuído ao Estado um novo papel e a ampliação da noção de patrimônio.

A abertura promovida teve como vantagem a aproximação da população e patrimônio cultural, contudo ainda segundo a autora gerou alguns desafios em virtude da banalização “tudo era visto como patrimônio”, dessa forma se fez necessário uma rigidez na metodologia empregada. Portanto, ao se falar de patrimônio afetivo, é fundamental que o olhar seja voltado para a compreensão dos significados, simbolismos e representatividades movidas por determinados locais para a sua comunidade.

A verificação no dicionário nos trouxe uma série de sentimentos e emoções ligados ao termo afetividade, entre eles: amizade, amor, apego, carinho, ternura, devoção,

fraternidade, simpatia, respeito, apreço, admiração e afeição. Um conceito plural, que desencadeia um elo, e conforme Leite (2005, p. 105), os afetos “possuem um caráter universal, são expressivos e, sem exceção, comunicativos no sentido de que implicam em contágio.” Ainda segundo a autora:

Os afetos se acumulam pelos costumes e neles se preservam. São aprendidos e expressam sempre um sinal para o OUTRO, cujo significado pode ser interpretado pela função denotativa da língua. Os afetos fazem parte integrante da espécie humana e também são possuidores de caráter social. (LEITE, 2005, p. 106.)

Ao se analisar as definições de afeto, compreendemos que dentro da perspectiva do patrimônio cultural o termo se alarga, sai do campo dos sentimentos e interfere incisivamente no campo das ações.

Sandra Pesavento (2007), ao discorrer sobre a história das sensibilidades na obra coletiva *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*, publicada do ano de 2007, nos coloca que deve fazer parte do pensamento historiográfico e do ofício do historiador, pois segundo a autora as sensibilidades se constituem em atos, rituais, imagens, palavras e também em lugares e edificações. “[...] as sensibilidades de um outro tempo e de um outro no tempo, fazendo o passado submergir no presente” (PESAVENTO, 2004). Assim as cidades e seus espaços também precisam ser lidas em processos dotados de sensibilidades

Outrora desconsiderada, a existência de elos afetivos dos moradores com o patrimônio cultural local deve ser levada em consideração na realização das escolhas relativas a institucionalização do mesmo. Pesavento (2002) evidencia que historicamente a perspectiva afetiva não foi considerada, no tocante ao tombamento do patrimônio cultural, as perspectivas comumente levadas em consideração são econômicas, técnicas e políticas. Quando levamos em consideração a sensibilidade para a leitura desses lugares de referência “[...] estamos conscientes de que eles estão impregnados de memória e de significações que se constroem e se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades”. (FENELON, 1999, p. 289)

Desse modo, compreende-se que o patrimônio cultural afetivo pode ser sistematizado, entre outros meios, pela coleta de dados, juntamente a pessoas ligadas afetivamente aos lugares, relatos orais e mapas afetivos. Quando o patrimônio cultural é discutido, é necessário que se perceba toda a complexidade presente nessa discussão, visto a multiplicidade de sentidos presentes, os momentos históricos e os contextos sociais que ressignificam a visão sobre o patrimônio cultural.

Assim, destacamos que o patrimônio afetivo está sujeito a uma aceitação e a um vínculo maior. Essa representatividade tem grandes chances de contemplar identidade e pertencimento diferente do viés do patrimônio cultural convencional e burocrático, cabendo aqui salientar que a união do Iphan e de membros da comunidade são fundamentais para que se alcance esse patamar. A geógrafa Gravari-Barbas (2014, s/p) nos traz que “o patrimônio deriva do valor humano das pessoas, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados.”

Memória e identidade atreladas aos valores afetivos de determinada comunidade possibilitam que patrimônio cultural se renove e se atualize adquirindo ressignificações, potencializando e promovendo aproximações da comunidade com os bens patrimoniais. Patrimônios afetivos se apresentam como estímulos aos habitantes da cidade, visto que os patrimônios em questão foram identificados e escolhidos por eles, são locais que explanam suas histórias e experiências culturais, que representam sua identidade e a herança que querem legar para as futuras gerações por ser algo de valor simbólico, histórico e emocional.

1.4 Patrimônio e história das mulheres

O machismo presente em nossa sociedade perpetua a ideia de que a mulher é inferior ao homem nos sentidos físicos e intelectuais. A cultura do patriarcado presente em diversos tempos e civilizações tem a dominação masculina como padrão normativo, valorizando o poder masculino, enquanto enfraquece o poder feminino, colocando as mulheres em posição de submissão na forma de comportamentos sociais ensinados e esperados. A desconstrução dessa prática deve ser instituída em todos os campos, visto que o machismo e o patriarcado estão presentes de maneira estrutural em nossa sociedade.

A invisibilidade feminina foi uma constante durante um longo período na historiografia, e um dos fatores que contribuiu para tal fato é que fontes históricas foram analisadas, escritas e narradas através da ótica masculina. Os princípios de uma sociedade patriarcal guiaram também as narrativas históricas, delegando às mulheres papéis de pouca relevância dentro da história. Nas palavras de Perrot (1988)

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. [...] Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História. (PERROT, 1988, p. 185).

A respeito da “ausência” das mulheres na história, June E. Hahner (1981) diz que

Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico. (HAHNER, 1981, p. 14).

O sujeito histórico da história positivista era dotado de algumas características básicas: homem branco, de posses e heterossexual, conforme afirma Joana Pedro (2005). A “forma de escrever a história, costumeiramente chamada de “positivista”, ou às vezes “empirista”, dava destaque a personagens, em geral masculinos [...]” (Pedro, 2005, p. 83). Apenas no século XX a historiografia movimentou-se no sentido de incluir sujeitos e sujeitas históricas com características diferentes. No entanto, algumas práticas da história do século XIX ainda se estendem no modo de se fazer história presente, em séculos, ainda não foi totalmente ultrapassada. Apesar da inserção dos sujeitos e sujeitas invisibilizadas, a escrita da história ainda tende a separá-los e separá-las do todo, como se a história de fato pertencesse a poucos.

Scott (1995) nos traz que a inserção da mulher na história até então escrita por homens e sobre homens, se deu somente por meio de lutas e esforços em inúmeros campos, rompendo dessa forma, com as imposições das formas de escrita da história tidas como tradicionais. Contudo, é importante ressaltar que segundo a historiadora Mary Del Priore (1997), nesse momento inicial, o estudo sobre as mulheres era desacreditado e apenas tolerado entre os historiadores. Cabe salientar que o trabalho aqui apresentado não enseja tratar da “verdade”, mas sim pontuar sobre uma história e um ensino de história plural.

Há uma separação da história, e a esses sujeitos são delegados somente alguns espaços. A separação em questão é abordada por Joan Scott (1995), em seu artigo *Gênero como categoria útil para análise histórica*.

A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um, domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixamos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou” a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”) (SCOTT, 1995, p. 74).

Segundo a coleção *Patrimônio em feminino* (2019), a Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovida pela Unesco, em 2003, e legitimada pelo Congresso do Chile, em 2008, concebeu uma ampliação conceitual onde “o conceito de patrimônio reformulado e em permanente extensão para novos 'objetos' e 'sujeitos, é um espaço fértil para pensar a perspectiva de gênero sem concessões reducionistas.”.

Visibilizar mulheres e suas memórias nos ajuda a perceber desigualdades, assim como estruturas sociais marcadas por princípios patriarcais e papéis de gênero pré-concebidos, que se perpetuam ao longo dos séculos e gerações, e a realização de pesquisas e ações em que a mulher é tida como figura central, proporciona percepções diferentes das usuais, contribuindo desse modo para reflexões ao papel e presença das mulheres em nossa sociedade.

A coleção *Patrimônio em feminino* (2019) nos traz que os poderes públicos são responsáveis, através dos instrumentos de ação, por promover a igualdade real e efetiva entre mulheres e homens, e dentro desses instrumentos, a cultura também possui seu pequeno enredo: o de realizar atividades que promovam a igualdade e a equidade de gênero, desenvolvendo projetos que tornem as mulheres visíveis na história, nas artes e na literatura.

A percepção do patrimônio cultural como ferramenta política ideológica colabora em dar amplitude ao contexto histórico e cultural. As conjunturas sociais que norteiam a escrita da História e os processos de patrimonialização tem como constante a invisibilidade feminina, e a partir de estudos realizados nos âmbitos de memória e esquecimento e história do cotidiano, juntamente com o estudo de gênero, é que a participação da mulher na história será ressignificada.

Segundo a Unesco, o patrimônio visto sob o viés do gênero evidencia o quanto as mulheres e suas memórias são pouco conhecidas e também desvalorizadas no que se refere a ser sujeito histórico e participante ativo da perpetuação da memória e patrimônio coletivo, sendo suas memórias - e elas próprias - mantidas invisibilizadas.

As reflexões oriundas das relações entre patrimônio cultural e gênero podem oportunizar uma nova perspectiva no trabalho de educação patrimonial, utilizando, além das definições já postas ampliando desse modo o seu alcance. A educação patrimonial se apresenta como uma importante ferramenta na discussão de igualdade de gênero e em dar visibilidade para as memórias femininas. Tal discussão tem muito a agregar na dinâmica da prática pedagógica e nas relações dos alunos e alunas com o estudo de gênero,

contribuindo dessa forma, com um ensino de história que promova a igualdade, a visão crítica e a consciência.

Ao se explorar a cidade e suas histórias sob a ótica das mulheres e suas narrativas, podemos compreender, entre outros elementos, os espaços e práticas sociais pré-estabelecidas para os homens e mulheres. Claramente não temos a intenção de explorar a memória feminina somente através desse viés, no entanto, não podemos ignorá-la, visto que influi nas experiências das mulheres e em suas memórias. Joan Scott (1990, p. 14) nos coloca que gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Atrelar a perspectiva do estudo da história das mulheres aos estudos relacionados à cidade e seu patrimônio cultural é compreender os elementos da cidade, que conforme na visão de Perrot (2005) são “espaço social, étnico e sexuado”.

Ser mulher consiste em uma identidade e papel social pré-concebida socialmente. Sobre isso, Guacira Lopes Louro (2008, p. 17) nos coloca que ser mulher é um "modo de ser e de estar no mundo." não vem de um único ato, se constitui partindo de construções e narrativas diversas. Ao ensino de história cabe constantemente reconstruir narrativas, mostrando o passado como uma análise pertinente ao próprio período na qual se insere, análises que por meio das reflexões históricas possam ser ressignificada.

Segundo Ecléa Bosi, (2009), é com a história oral que vozes silenciadas por processos historiográficos excludentes são ouvidas e sujeitos históricos do cotidiano tomam parte de um processo, que por muito tempo, considerava somente documentos escritos e figuras ilustres. Sobre a associação da história das mulheres e da história oral, Joan Scott (2008) nos traz que a escrita da história das mulheres deve se constituir de fundamentos investigativos diferentes dos utilizados na historiografia tida como tradicional. Compreende-se então em uma reescrita da história pelo viés das mulheres convertendo-as desse modo em sujeitos históricos complexos e diversos, ressaltando que

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas [...] (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 14)

Sara Beatriz Guardia, fundadora e diretora do Centro de *Estudios La Mujer en la Historia de América Latina* aponta que “a reconstrução do passado feminino supõe uma

mudança de paradigma. Reformular as categorias de análise histórica e, portanto, reescrever a história de uma alternativa de oposição com novos modelos interpretativos” (Guardia, 2005, p. 20). Ao reformular a análise histórica sob o viés da história das mulheres e suas memórias é necessário a expansão das fontes utilizadas, visto as colocações já postas, e a partir dessa escolha a história oral surge como uma importante contribuição para o desenvolvimento de estudos que envolvam história das mulheres e memórias femininas, a história oral presente no trabalho, se dá na forma dos depoimentos disponibilizados pelo APDF, viabiliza a participação dessas mulheres nos estudos da história.

Neste sentido ao darmos visibilidade às histórias e memórias de Ana Maria, Antônia e Severina sobre Ceilândia e sobre elas próprias, se possibilitam outras interpretações.

1.4.1 Ana Maria de Jesus

Ana Maria de Jesus, baiana da cidade de Santana do Brejo, não se lembra da data de seu nascimento, somente que nasceu no mês de novembro, mas lembra da sua chegada à Brasília no ano de 1960. É mãe de sete filhos e exerceu a profissão de empregada doméstica durante quase toda a sua vida. Moradora da Vila do Iapi, ela e sua família foram transferidos para Ceilândia no ano de sua inauguração, em 1971.

Sobre seu trabalho como empregada doméstica, Ana Maria relata durante sua entrevista que começou ainda na infância, quando foi “vendida”. Ela explica que o patrão de seu pai pagou para que toda a família viesse para Goiás e que durante muito tempo ela trabalhou para pagar as despesas da viagem. As dificuldades da vida adulta também são relatadas: “Eu ia trabalhar no Plano de faxineira, diarista, lava, passa com a barrigona praculá e às vezes faltava o leite, faltava o gás, faltava o arroz, tinha dia que eu comia folhinha de abóbora com arroz, porque não tem um dia que não falta.”

Dona Ana como é conhecida em Ceilândia, conta que ainda guarda as tábuas usadas na construção do seu barraco e relata também que nunca foi muito de sair de casa pelos ciúmes do marido, com quem na ocasião da entrevista, se mantinha casada há 37 anos “meu marido tinha aquele ciúme que eu era novinha”. Demonstra muito orgulho por seu marido ter contribuído nas construções da capital, principalmente na construção da Igreja Nossa Senhora de Fátima, localizada na quadra 308 da Asa Sul, que foi o primeiro templo construído em Brasília. Demonstra também orgulho de si quando conta

que foi ela sozinha, mesmo enfrentando cobras, que capinou todo o mato do lote em Ceilândia. para qual foi removida.

Outro motivo de orgulho para a moradora de Ceilândia são “seus filhos estudados”, deixando claro que ela se esforçou muito “hoje num tem um fio prá sentar e falar assim ‘minha mãe num pegou na minha mão prá estudar.’”

A luta de Ceilândia por infraestrutura básica marca a história e memória de D. Ana, que mais uma vez fala da mulher forte que é ao contar dos muitos litros de água carregados antes da construção da caixa d’água de Ceilândia, mesmo grávida, a baiana Ana Maria de Jesus continuava a carregar a água necessária para os afazeres domésticos e higiene da família, e, segundo ela, o esforço fez com que algumas gestações não se mantivessem e também que alguns de seus filhos não sobrevivessem ao parto.

Apesar de toda luta e dificuldades Ana Maria de Jesus diz não se arrepender de ter ido morar em Ceilândia. Afirma que foi a realização de um sonho: “Então eu pedia a Deus, eu falava assim ‘um dia eu ainda hei de ter o meu cantim prá mim morar e dizer que é meu. Porque é meu aqui.’” (*sic*), apesar de demonstrar satisfação sobre sua moradia em Ceilândia, ao ser perguntada se gostaria de falar algo mais, D. Ana finaliza dizendo que não tem uma “vida boa”, nas palavras dela: “A minha vida eu nem falo, que o sofrimento que eu já tive, se eu fosse sentar um dia, uma noite, um ano, três anos, quatro anos é pouco.” O não falar das mulheres fazem parte da já citada construção social do feminino. Ler sobre D. Ana Maria, sua vida e suas histórias nos faz querer saber mais dessa e de outras mulheres de Ceilândia.

1.4.2 Antônia Alves da Silva

Antônia Alves da Silva, a Toinha, nasceu no dia 05 de junho de 1947, natural de Esperantina, no Piauí, solteira e mãe de cinco filhos, estudou até a 5ª série, trabalha desde os 11 anos de idade, primeiro como empregada doméstica, depois como revendedora de cosméticos e por fim, feirante, profissão que mantinha até a data da entrevista. Chegou em Brasília, em 1965, motivada pela busca de uma vida melhor: “éramos quatorze irmãos, hoje nós somos treze, então lá no Nordeste é muito difícil. Viemos nove irmãos para cá.” Toinha relata muitas dificuldades para conseguir se manter em Brasília. Logo na sua chegada foi acometida por uma doença e passou dois meses internada. Após sua saída do hospital, segundo a feirante, ela foi para casa de algumas pessoas que gostaram muito dela e a acolheram. “É, eu fiquei na casa dela 2 anos, trabalhando pela comida e era babá

dos filhos dela, aí de lá eu... Trabalhei um bocado de doméstica lá no Gama”.

Após o abandono do marido, Toinha e suas duas filhas, uma delas nascida em julho de 1969 e a outra em dezembro de 1970, passaram a residir na Vila do Iapi, mas as dificuldades fizeram com que ela entregasse a filha mais nova para ser criada “por alguém com condições”. Em 1971, com a implementação da CEI e a criação da Ceilândia, a piauiense foi removida da vila operária e recomeçou sua vida levando consigo sua filha biológica e também um menino de oito anos, que ela adotou informalmente.

Dona Toinha fala que se orgulha de não ser casada e trata também das dificuldades enfrentadas no início de Ceilândia, que era sem asfalto, água e energia elétrica, mas fala também sobre tudo que a RA conquistou. Conta suas memórias com alegria e orgulho sobre Ceilândia e sobre ser Ceilândense, “Eu me sinto orgulhosa de ser Ceilândense, até eu falo assim, olha eu vim para Ceilândia, acreditei e fiquei, e os que não ficaram hoje estão chorando de arrependido”. D. Toinha exalta Ceilândia e o governo responsável pela criação da RA, e finaliza a entrevista declarando seu amor à Ceilândia e dizendo também que estava fazendo aniversário: “eu acho que foi muito importante para nós, nossa cidade maravilhosa aí Ceilândia, eu amo Ceilândia. Eu amo, e hoje é dia do meu aniversário.” A entrevista de D. Toinha é repleta de otimismo e gratidão, ela com todos os benefícios e malefícios contidos nessa atitude, apesar das dificuldades se veste de alegria e se reconstrói.

1.4.3 Severina Etelvina do Nascimento

Nascida no dia 27 de abril de 1933, em São José do Egito, cidade localizada no estado de Pernambuco, Dona Severina chegou em Brasília no ano de 1962 e foi morar na Vila Operária do Iapi. Mãe de 14 filhos, sendo quatro falecidos, Severina nos conta que pelas dificuldades estudou até a 5ª série e que depois se casou, teve filhos e não concluiu os estudos: “casei-me e fui criar a família e lutar e não... cadê escola? Nunca mais.”

Dona Severina ao chegar na vila do Iapi, montou um restaurante, que nas palavras dela, é “um restaurantzinho, um barraquinho de tábua.” A senhora faz questão de ressaltar “que era tudo limpinho, arrumadinho” e com as marmitas vendidas supria as necessidades de sua família e demais agregados, que assim como ela, chegavam constantemente da região nordeste durante os períodos de desemprego de seu marido. Com a transferência para Ceilândia, apesar das muitas tentativas, não foi possível reabrir o restaurante.

D. Severina discorre sobre as dificuldades enfrentadas pela falta de água, luz e também pela presença de muito mato e animais como “cobras de duas cabeças e minhocoçu”, nos coloca também os obstáculos em criar seus filhos nessas condições. No entanto fala feliz que apesar de tudo eles “venceram na vida”.

Durante a entrevista, muitas vezes, apesar das perguntas serem direcionadas a ela, o marido de Severina também participa, inclusive solicitado por ela em alguns momentos, e outros por conta própria. Ao final da entrevista, ao ser questionada se queria dizer algo a mais ela enfatizou a verdade das suas histórias, como se houvesse uma desconfiança em torno de suas palavras. “Pode botar onde você quiser, que o que eu disse aqui é verdade. É, está tudo em cima da linha, correta.”. Evidenciando a constante desconfiança que cerca as mulheres e suas histórias.

CAPÍTULO II - CEILÂNDIA SUA HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL – EXCLUSÕES E INCLUSÕES

Para que se compreenda Ceilândia e o contexto no qual seu surgimento está inserido se faz necessário tratar também da construção de Brasília. A capital federal, patrimônio da humanidade, símbolo da modernidade e principalmente cidade planejada não nasce sozinha. Para que os planos fossem concretizados, a capital nasce acompanhada de algumas cidades-satélites, entre elas Ceilândia, que não possui croquis arquitetônicos, parques ou áreas nobres, mas que conta com moradores e moradoras, que por meio da luta, moldaram e moldam a cidade.

2.1 Ceilândia e sua História

A criação de Ceilândia faz com que se pense a construção de Brasília sob uma perspectiva diferente da apresentada pela história oficial, uma perspectiva que traz a negligência do Estado ao tratar da remoção dos trabalhadores para regiões afastadas do Plano Piloto e sem estrutura básica, mas que traz também a união de uma população na busca pela dignidade e cidadania, valores que permeiam a história de Ceilândia, assim como o seu patrimônio cultural.

Segundo Amann (1987), em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek - JK buscou a modernização e o desenvolvimento do país com o slogan “50 anos em 5” que propunha que os avanços sociais e econômicos do país, a cada ano de sua gestão, equivalessem a 10 anos. JK promoveu a mudança da capital do país - antes no Rio de Janeiro - que passaria a ser em Brasília, cidade que seria construída no período de 5 anos. A transferência da capital para o interior do país mobilizou trabalhadores de diversas partes do Brasil para trabalhar na construção do sonho de Juscelino Kubitschek e de seus próprios sonhos de uma vida melhor. Esses trabalhadores são chamados de “candangos” que, segundo o dicionário Aurélio, é uma palavra de origem africana, e significa “ordinário”, “ruim”. De acordo com Mesquita (2006), o termo inicialmente se apresenta como uma espécie de apelido para rebaixar os trabalhadores humildes e sem estudo, pois eram, em sua grande maioria, analfabetos.

Contudo, apesar de etimologicamente a palavra permanecer a mesma, ela é ressignificada e envolta a uma série de adjetivos, dos quais fazem com que Candango deixe de ser apenas um termo e passe a significar a personificação do modelo de

trabalhador que se almejava. O termo passou a ser empregado sempre em tom elogioso conotando bravura, coragem e o esforço dos trabalhadores que consolidariam os sonhos de Juscelino Kubitschek no tocante a nova e moderna capital federal.

No início da década de 1960, a política nacional estava passando por um momento de transformação: novos caminhos estavam sendo trilhados e Brasília seria a materialização dessas ideias, contudo a busca pelo novo manteve-se somente no estilo arquitetônico. Segundo Alves (2004), o que se observou no processo de construção de Brasília e do DF foi a velha política brasileira.

Logo no início das construções de Brasília, no ano de 1956, o presidente criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap, que contava com Israel Pinheiro como seu presidente, Ernesto Silva o diretor administrativo, Bernardo Sayão o diretor técnico, Oscar Niemeyer é nomeado como diretor do Departamento de Arquitetura, e a Kubtschek coube a convocação da população brasileira para marchar rumo ao Planalto Central na busca pelo desenvolvimento e pela interiorização do país. (ALVES, 2004).

Após instituída a Novacap iniciou-se um concurso que visava escolher o projeto urbanístico da capital. Dos 26 projetos inscritos, o vencedor foi Lúcio Costa.

[...] por apresentar um projeto de extrema racionalidade, com a devida unidade entre o conjunto funcional e o aspecto plástico, e por contemplar os objetivos norteadores da criação da capital federal: localizar Brasília em uma posição estratégica do país e planejar a cidade para ser moderna e dotada de uma visualidade monumental (ALVES, 2004, p. 125).

Brasília foi fundada em 3 de maio do ano de 1957. sua fundação foi marcada pela realização de uma missa, assim como aconteceu em 3 de maio do ano de 1500, dia em que ocorreu a fundação do Brasil. Conforme Mesquita (2016), a fundação de Brasília significou então, a nova fundação do Brasil e o autor ainda nos coloca que a nova capital federal do país foi planejada negando o país que já existia, no sentido de não contar com marcas e processos já existentes no Brasil. Sobre o ideal de planejamento e construção de Brasília, Alves (2004) aponta que

Apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma “urbs” – um ambiente arquitetônico planejado –, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades. Brasília, símbolo do novo Brasil, insinuava a modernidade em ação, materializando um momento de pré-maturidade em busca de um novo centro, de estabilidade e ordem social, no qual o complexo de inferioridade e a passividade

pareciam estar superados (ALVES, 2004, p. 128.).

Em maio do ano de 1959, a pedido do então presidente Juscelino Kubitschek, realizou-se um censo demográfico com o objetivo de fazer um levantamento demográfico, na ocasião o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE demonstrou em sua análise que a capital, ainda em construção, contava com 64.314 habitantes e que 44% desses habitantes vinham da região nordeste, estimando a chegada de dois mil novos habitantes por mês. o censo não determinou especificamente de qual estado nordestino os candangos se originaram.

De acordo com Amann, 1987, durante a construção, trabalhadoras, trabalhadores e suas famílias eram alocados em acampamentos provisórios, visto que a intenção era que após o término da construção essas pessoas retornassem a suas cidades de origem, instituídos nas proximidades do Plano Piloto. Contudo a missão incumbida a Juscelino Kubitschek de convencer a população a migrar para o centro oeste foi muito bem sucedida, e os acampamentos que seriam provisórios se tornaram permanentes, destoando com tudo que fora pensado para Brasília.

Apesar da tentativa de começar Brasília sem levar em consideração as adversidades já existentes no país, essas não se mantiveram distantes da capital. Após a finalização da construção essas adversidades ficaram ainda mais evidentes na nova cidade, visto que a grande massa trabalhadora, vinda para a construção, agora não mais necessárias, ainda compunham esse cenário. Segundo Costa e Barroso, 2005, o Estado negava as trabalhadoras e trabalhadores o direito de residir na capital para que desse modo os problemas que essa parte da população representava não fizesse parte de Brasília.

Um desses acampamentos provisórios hoje é a Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, antes, conhecida como cidade livre, abrigava uma diversidade de profissionais construtores, arquitetos, médicos e comerciantes. a Cidade Livre funcionava como ponto de apoio para a construção de Brasília e contava com construções em madeira (ALVES, 2004). Em julho do ano de 1957, além das mais de cem construções e mais de mil pessoas que desempenhavam alguma atividade na Cidade Livre, houve a aglomeração populacional e a cidade livre foi aumentado. No ano da inauguração da capital, 1960, o acampamento provisório, que hoje é a RA do Núcleo Bandeirante, contava com cerca de 20 mil habitantes (LEITE, 2016).

Desse modo, Brasília passou a apresentar um cenário de segregação planejada, intensificando desigualdades e discriminações, “não se deveria deixar que se

desenvolvesse a periferia de miséria operária” De um lado a modernidade arquitetônica e urbanística e do outro os antigos conflitos sociais do país não observados ou planejados. (HOLSTON, 1993, p. 257 apud MESQUITA, 2016, p. 20).

Os trabalhadores e trabalhadoras lutavam para se manter na capital e a pressão da população fez com que, em 1958, a Novacap promovesse a expansão urbana, inaugurando assim, a cidade-satélite de Taguatinga dois anos antes da inauguração de Brasília. (HOLSTON, 1993 apud MESQUITA, 2016).

Diante desse contexto a luta por moradia e emprego criou preocupações não só na população, mas também no governo, que durante o período de construção negou as adversidades presentes no país, adversidades que faziam parte da própria estrutura de construção da capital federal e se enraizaram na sociedade e território brasiliense (MESQUITA, 2016). O Estado, em nome do projeto que se tinha para a nova capital, tratou as famílias construtoras de Brasília de maneira excludente e segregacionista, evidenciada pela formação das cidades-satélites.

A crueldade com que os migrantes foram tratados pela gestão de JK muitas vezes é esquecida para que se enalteça o projeto inovador e pioneiro do então presidente. Entretanto, as histórias das cidades satélites são a prova de que o ideal de desenvolvimento pretendido para Brasília não estava relacionado ao desenvolvimento social daqueles que mais precisavam e, de que o Brasil antigo foi ignorado, mesmo sendo vizinho do “novo Brasil” representado por Brasília. Ramificação diferente de uma mesma história é o caso de Ceilândia, objeto deste estudo e outra cidade satélite advinda dos processos excludentes que transpassaram a história da capital (MESQUITA, 2016, p. 20-21).

A solução encontrada pelo governo foi erradicar as invasões que se instalavam nas redondezas do Plano Piloto, área nobre e central de Brasília, pois o planejamento da nova capital não era voltado somente para os aspectos urbanísticos, o plano se estendia para o tipo de morador que se pretendia para a cidade.

[...] as teias da trama cotidiana dos acampamentos de operários transferindo-os não apenas para uma nova ‘cidade’, mas para um não-lugar. Laços de identificação foram rompidos pela segunda vez – a primeira quando trocaram suas terras natais por melhores oportunidades na capital da nação (LEITE, 2016, p. 69).

As pessoas que foram atraídas pelo discurso de JK Não foram embora após a finalização da construção da capital, os acampamentos provisórios se transformaram em vilas operárias, entre as vilas estão: a Vila do Iapi (tem-se esse nome pelo Instituto de

Aposentadorias e Pensões dos Industriários), Vila Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Colombo e os morros do Urubu e Querosene. Segundo depoimento oral colhido e disponibilizado pelo APDF de Antônia Alves da Silva, a Dona Toinha, piauiense que chegou em Brasília no ano de 1965, as vilas de operários eram repletas de precariedades. Sobre a Vila do IAPI, vila da qual os moradores seriam posteriormente removidos para Ceilândia, ela nos traz que

A vida lá era muito difícil. Porque lá eram barracos e mais barracos, muito pequenininho, só cômodozinho assim, inclusive o meu barraco ele era feito só de tabuazinha, tinha até essas tábuas de caixa de maçã, você vê, eles pegavam as caixas, abriam e eles faziam tipo assim, bem dizer quase de papelão, então era muito difícil. (Depoimento Antônia Alves da Silva - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.8)

Mesmo antes da inauguração oficial de Brasília, programas que incentivavam o retorno dos imigrantes para suas cidades de origem já eram uma das ferramentas governamentais no combate às vilas operárias. O combate se intensificou com a criação das cidades-satélites, criadas no intuito de dissipar as “invasões”, com esse intuito foram criadas as cidades-satélites de Taguatinga, no ano de 1958, Sobradinho, em 1959, e Gama, em 1960. As criações das cidades-satélites, segundo a proposta de Lúcio Costa deveriam acontecer somente após a ocupação completa do Plano Piloto. (TAVARES, 1981, p.68).

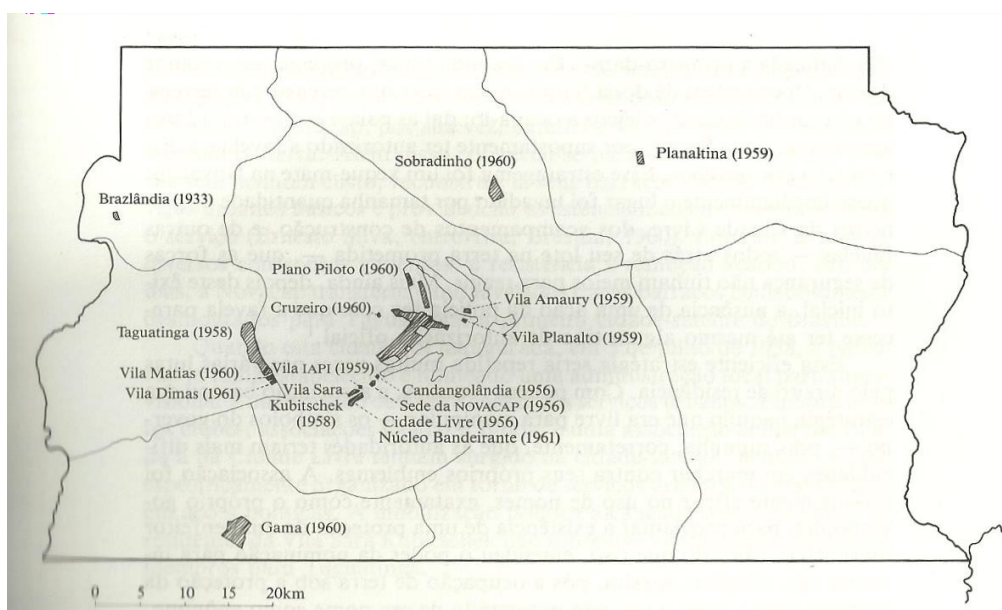
O crescimento da cidade é que ocorreu de forma anômala. Houve uma inversão que todos conhecem, porque o plano estabelecido era que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500 a 700 mil habitantes. Ao aproximar-se desses limites, então, é que seriam planejadas as cidades-satélites, para que essas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas, arquetonicamente definidas. Esse era o plano proposto. Mas ocorreu a inversão, porque a população a que nos referimos (os candangos) aqui ficou, e surgiu o problema de onde localizá-la (...). Daí a criação de núcleos periféricos, para transferir as populações, dando terreno para que se instalassem de uma forma ou de outra. Como consequência, os núcleos transformaram-se em verdadeiras cidades, as chamadas cidades-satélites, que tomaram o lugar das cidades-satélites que deveriam ocorrer. Assim, as cidades-satélites anteciparam-se à cidade inconclusa, cidade ainda arquipélago, como estava - agora já mais adensada mas ainda não-concluída. A cidade ainda está oca. Entretanto, dois terços da população de Brasília mora nessa periferia, o que foi, naturalmente, desvirtuamento" (COSTA, 1974, p.26 apud DERNTL).

Com a conclusão das obras e a inauguração de Brasília, em 1960, um dos muitos planos para essa nova etapa era que apenas um terço da mão de obra trabalhadora

continuasse na capital, e essas pessoas ainda segundo os planos deveriam se dedicar á atividades agrícolas em áreas afastadas da região central da cidade (MESQUITA, 2016). Da mesma forma que escolheram onde os prédios seriam construídos, escolheram também onde os moradores construiriam suas vidas. A população que se pretendia para Brasília já estava pré-determinada no momento de seu planejamento, contudo, Ammann (1987) nos traz que a maioria dos trabalhadores que tinham o perfil esperado para um cidadão brasiliense, pessoas qualificadas e de alto padrão social como engenheiros, administradores e arquitetos não tinham como plano se fixar na cidade. A parte da população trabalhadora que optou por permanecer na recém-construída capital foram os trabalhadores braçais que não faziam parte do perfil pretendido (MESQUITA, 2016)

A criação das cidades-satélites não conseguiu conter o crescimento das Vilas operárias que recebiam novos moradores a cada dia, contudo, a população moradora dessas vilas se deparou com uma nova justificativa para sua saída da área: as vilas operárias se localizavam em uma área chamada de anel sanitário, e a população corria um sério risco ao saneamento básico da capital (AMMANN, 1987, p.36)

Figura 1 - Ocupação do Distrito Federal – 1933 - 1961.



Fonte: COODEPLAN, 2020.

Tavares (1981) nos traz ainda que esse é um marco no que diz respeito a exclusão social no DF, visto que a justificativa apresentada para a retirada da população pobre que era a preservação da bacia hidrográfica do Lago Paranoá, serviu somente para o afastamento dessa parte da população, pois após a remoção dos moradores das vilas operárias a população de classe média e alta foi beneficiada com a criação das cidades-

satélites do Guará, do Lago Sul e a ocupação da península do Lago Norte. Todos os locais citados se encontram dentro do anel sanitário responsável pela remoção das vilas operárias. (TAVARES, 2009, p.68).

Safira Bezerra Ammann (1987) aponta as possíveis causas para a expulsão dos operários das proximidades do Plano Piloto, segundo a autora os governantes consideravam que as “invasões” traziam uma imagem ruim à capital federal “enfeinando a paisagem”, principalmente quando a cidade era vista de cima nos aviões que a sobrevoavam. Ammann fala sobre um “saneamento estético” da cidade e diz que as áreas estavam inicialmente destinadas para a construção de um setor de mansões, já que a área era muito próxima ao Plano Piloto (AMMANN, 1987, p.21). A autora ainda define essa questão como “saneamento estético”, destacando que se trata de uma política de ocupação do espaço urbano planejada e organizada pelo Estado, uma vez que a proximidade das vilas com o Plano Piloto seria prejudicial à cidade e à imagem que se pretendia para ela. (AMMANN, 1987, p.21)

Apesar da resistência por parte dos trabalhadores e trabalhadoras moradoras das vilas operárias, as remoções na Vila do Iapi, principal vila que deu origem à Ceilândia, tiveram início no dia 27 de março do ano de 1971, a programação de remoção previa: a retirada de 35 barracos por dia.

2.2 CEI – Campanha de Erradicação dos invasores

A partir do ano de 1969 foi criada a Campanha de Erradicação de Invasores – CEI, a campanha tinha como objetivo remover os “invasores” das proximidades do Plano Piloto. Segundo Ramos (2010) mesmo com as realocações de moradores para as cidades-satélites coordenadas pela Novacap no decorrer dos anos anteriores. Em 1970, cerca de cem mil pessoas viviam em condições de favelados em áreas próximas ao Plano Piloto. A proposta de remoção apresentada pelo governo traz o seguinte plano:

... não era somente construir a casa ou o apartamento para o favelado. Mas, promover um processo onde houvesse uma adesão de ideias de remoção, uma participação de todo o núcleo de família, e oferecidas as condições de construção da casa própria pelos favelados, num ambiente dotado de equipamentos comunitários básicos – água, luz, escola, hospitais etc. – que posteriormente seriam ampliados. Portanto, algo novo do que se fizera, anteriormente. O propósito maior era o de integrar uma população marginalizada dentro de um novo tipo de comunidade organizada, assegurando-se a ela melhores condições de vida e de bem-estar social, e criando-se, nela, se possível, com o tempo, uma elevação do nível de aspiração social e

intelectual (VASCONCELOS apud SOUSA 2019, p. 60).

Em 27 de março do mesmo ano, a CEI tomou forma. O governador Hélio Prates lançou a pedra fundamental de Ceilândia e começou o processo de remoção e realocação dos moradores. Em sua maioria, as famílias vinham da Vila do Iapi, diferente do que o documento oficial afirmava. O processo de remoção e alocação foi agressivo e irresponsável, pois os moradores foram, em sua maioria, removidos contra sua vontade e largados em meio ao cerrado a poeira, abandonados em condições precárias. “Nota-se a intensificação de um processo de exclusão socioespacial na capital federal que tem seus remanescentes até os dias de hoje” (MESQUITA, 2016, p. 23)

A segregação planejada que marcou a sociedade do DF já em seus primeiros anos culminou numa série de outros problemas aos remanejados. Além dos problemas de falta de infraestrutura, a transferência ocasionou considerável redução de renda. Foram muitas as dificuldades, uma vez que a “distância e os elevados custos de transporte contribuíram para que estes trabalhadores não chegassem mais ao centro urbano planejado que ofertava os serviços que eles executavam, de mão de obra barata” (OLIVEIRA, 2007, p. 105 apud MESQUITA, 2016, p. 24).

Sobre a remoção dos moradores para Ceilândia, o depoimento oral de Dona Toinha corrobora com o já colocado:

hoje dava a ordem, a gente ia desmanchava o barraquinho, e passava a noite lá no relento, e no outro dia cedo o caminhão chegava, quando o caminhão chegava lá eles tinham o pessoal que iam no caminhão. (...) Eles só faziam aquela estradinha, e estava piquetado os lotes, só isso, não tinha mais nada. (...) o mato, as árvores, tudo lá no mesmo lugar não limpavam nada, tinha era minhoca, aqueles minhocões dessa grossura assim. (...) eu cheguei e botei meus... minhas.... quando desmancha o barraco lá já acabou tudo, as telhas eram de chapa asfalto, as madeirinhas acabaram, a gente pegou um pedacinho de lona, botou uns pauzinhos lá e cá e ficou debaixo. (Depoimento Antônia Alves da Silva - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.8)

Sobre a remoção da Vila do Iapi e a chegada em Ceilândia, a senhora Ana Maria de Jesus nos informações relevantes no sentido de conhecermos a realidade a qual os primeiros moradores e moradoras de Ceilândia eram submetidos:

O mato, pau para cortar, a fazer um lugarzinho de botar o colchão ali em cima de uma tábuas, a lona a gente não tinha, botava era cobertor sabe? Fazia assim de tábua para entrar, quando chovia a gente ficava podia dizer na chuva, eles trabalhavam a noite toda emendando pedaços de tábua para a gente ficar dentro. Aquele mato,

aquele matão assim, eles cortavam aquelas madeiras e como nós... ele ia trabalhar no outro dia na firma e eu ficava capinando. Tinha até cobra, que era mato mesmo. (Depoimento Ana Maria de Jesus - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.10)

Durante o processo de remoção, os recém-chegados encontravam apenas estacas de madeira demarcando lotes em meio ao cerrado desmatado. Segundo Leite (2016), desde a chegada na área a população já teve que reivindicar condições mínimas de infraestrutura, como água, iluminação pública e saneamento básico, sendo atendidos com o mínimo e de forma ainda precária apenas meses depois. Em seu depoimento ao APDF, D. Toinha fala da questão do abastecimento de água e também da indignação que a falta dela causava:

essa era a história mais séria, porque a gente botava os tamborzinhos lá fora, as vezes de oito em oito dias que o carro pipa vinha colocar água, aquela água era ouro. Tinha mãe de família que banhava 5, 6 filhos numa bacia só, botava a agüinha ali, trazia o menino, começava pelo menorzinho, banhava o menorzinho ia botando, chamando o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto na mesma água, o maior que levava desvantagem que tomava... pegava a água mais suja, era assim, a roupa a gente lavava na bacia também e as vezes de noite o pessoal ainda vinha e roubava a água. (...) eu lembro que uma vez lá em casa não tinha água prá nada, na rua ninguém tinha água e estava difícil, eu fui na CAESB, cheguei lá e fui falar com o chefe e ele me disse que... ‘Não, Brasília quando começou também num tinha água não.’ E eu disse para ele ‘olhe, mais eu num vim atrás dessa... dessa palavra não senhor, eu tô falando, que se o senhor for na minha casa agora e cair um cisco no seu olho se tiver que colocar uma gota d’água, o senhor vai ficar com o cisco no olho, porque água não tem, e minhas crianças estão com fome, e não tenho como fazer a comida, então o senhor vem me dizer que Brasília começou, será que na sua casa não tem água também? Então eu quero resolver o problema não só meu, mais de quem está lá com sede viu doutor? E eu só vou sair daqui quando tiver o carro pipa para mim ir com ele lá levar água.’ Aí ele disse, ‘Mas você tá me ameaçando?’ Eu disse ‘Porque não tem nem um filho seu, e nem o senhor, nem sua família passando o que eu tô passando, por isso que o senhor tá falando isso.’ Aí o pessoal lá da seção dele, todo se levantou, aí um perguntou ‘Cê é de onde?’ Eu falei ‘Eu sou brasileira’ e tô atrás de uma coisa que mais preciosa na vida que é a água.’ Aí minha filha ele olhou para mim, coçou a cabeça, chamou um moço lá e mandou vim ‘vai lá, arruma, manda levar o carro pipa d’água para ela e toda semana manda um carro pipa levar água.’

Ainda acerca do abastecimento de água D. Ana Maria de Jesus nos conta:

Eles botavam uma torneira, ficava assim no mato e era uma briga,

que a gente para enfrentar uma fila de 580 latas que até hoje não me esqueço. Para a gente conseguir pegar duas, três latas d'água em um carrinho às vezes ia com seis, passava o dia todinho para pegar seis. O dia todinho buscando água. O dia todo, hoje eu falo assim, eu vejo água aqui na torneira, tanto que eu já sofri, quem me conhece fala assim 'dona Ana, a senhora é uma mulher muito forte.' Porque eu bancava carrinho d'água, o barrigão e meus filhos nascia, não escapava por causa dos pesos que eu pegava. (Depoimento Ana Maria de Jesus - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.14)

Severina Etelvina também traz suas contribuições e esclarecimentos sobre o fornecimento de água em Ceilândia em seus primeiros anos:

Tu pensa que nós “banhava” os meninos todo dia? Não tinha água, o carro pipa passava de 15 em 15 dias, ou de 8 em 8 dias, enchendo aqueles tambores, o povo vinha de noite e roubava (...) Um dia minha filha, eu não tinha água nem para fazer a comida, eu fui pra caixa d'água, que primeiro eles fizeram aquela caixa d'água ali, não sei se você alcançou, que tem hoje. Aí eu cheguei lá: 'Moço.' 'Quê que foi:?' Aborrecido, 'Moço, pelo amor de Deus solta a água aí pra ir pra casa' que nós já tínhamos encanada, 'em casa num tem uma gota d'água, nem pra lavar roupa, nem pra dar banho em menino nem nada'. 'Não, mas eu num posso fazer isso.' 'Cê num pode não né?' 'Não, infelizmente não'. 'Amanhã o senhor vai ver, eu e minhas vizinha tudo encostar aqui com a meninada para tomar banho, lavar roupa e levar roupa limpa pra casa tá bom?' Quando eu cheguei em casa a água já estava nas torneiras. A gente não tem que ser assim minha filha. É, pelos direitos da gente, minha filha fizeram isso, mas foi uma bênção, daí pra cá não faltou mais água. (Depoimento Severina Etelvina do Nascimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.10)

Sobre a iluminação pública o depoimento de D. Toinha confirma: “não tinha nem poste. Três anos depois, foi em 73 que nós colocamos luz. A gente tinha o ferro de brasa e também o lampião. Quem não tinha o lampião, tinha lamparina.” Os demais serviços comunitários, como serviços de saúde, educação, transporte e asfaltamento, foram consolidados apenas em 1982.

Ceilândia não era mais um ponto perdido no Planalto Central. O cerrado fora desbravado, a cidade edificada e parcialmente urbanizada, graças, principalmente, ao trabalho não pago de seus moradores, mobilizados pelo Estado através do mutirão. Mesmo a arborização das ruas e a abertura de esgotos se realizaram mediante sobre o trabalho gratuito extraído dos moradores (AMMANN, 1987, p.27).

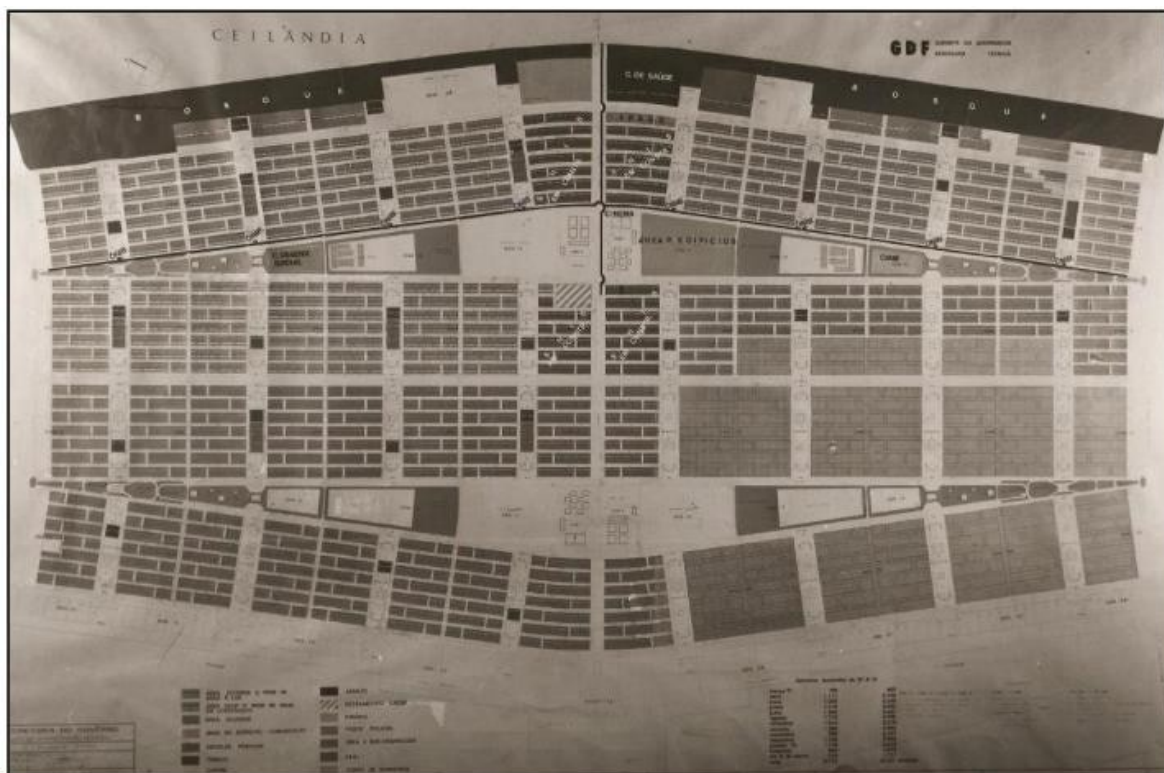
Entre as muitas e constantes reclamações no que diz respeito às remoções, uma

delas era a distância de Ceilândia para o Plano Piloto, local de trabalho de muitos moradores. O percurso que antes poderia ser feito de bicicleta ou caminhando, agora deveria ser feito de ônibus, que além de pago, levava cerca de uma hora para chegar ao destino (TAVARES, 1981, p. 42). Além dessas adversidades o trajeto da moradia até o ponto de ônibus improvisado também era uma preocupação, já que o trajeto era em média de 5km. (TAVARES, 1981, p.24). Sobre o transporte coletivo e a falta de pavimentação na recém-criada cidade-satélite a depoente fala sobre as dificuldades dos moradores:

quando nós chegamos aqui a Alvorada colocou uns ônibus, ali na 5, na Norte. Você vê bem, os ônibus ficavam aqui na 5, Ceilândia Norte, a gente pegava o ônibus, ele fazia aquele trajeto todo para ir prá Taguatinga, então essa parte aqui não tinha condução, todo mundo tinha de se deslocar para cima. Depois da feira. Quem morava de lá subia, vinha de encontro que os da 9, da 25, da 23, todo mundo tinha que subir, era muito difícil. (...)Não era nada, só muita terra, lama na época da chuva e o resto era poeira. Poeira de ter hora assim da gente... nessa distância aqui ninguém enxergar uma à outra, não enxergava, porque não era poeira era uma terra, tinha um vento roncador, ele fazia assim (vú, vú, vú), a gente ficava caçando se era avião, isso era o vento. (Depoimento Antônia Alves da Silva - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.8)

Ainda conforme Leite (2016), o modo como se deu a remoção moldou a forma como a recém formada comunidade de Ceilândia era vista, partindo do tratamento recebido pelo governo de “favelados invasores” a cidade e seus moradores passaram a ser vista de maneira depreciativa e a sempre associada à violência, “[...] A imagem de Ceilândia, tanto no Plano Piloto quanto nas outras cidades-satélites de Brasília, é a de uma cidade violenta, tomando-se por base o noticiário da imprensa e as ocorrências policiais que ali se registram” (VASCONCELOS, apud SOUSA 2019, p. 94). Até mesmo o projeto urbanístico da cidade recebeu essa tratativa. O projeto tem autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza, e era composto por dois eixos cruzados em ângulo de 90 graus, constituindo a figura de um barril.

Figura 2 - Planta Urbana de Ceilândia.



Fonte: Governo do Distrito Federal – RA Ceilândia

O desenho urbanístico de Ceilândia no contexto de violência, criminalidade e marginalização já colocados renderam o “apelido” de barril de pólvora, disseminado pela imprensa e por moradores do DF e mostra a visão construída de Ceilândia e dos ceilandenses.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)m informou que entre os anos de 1976 e 1977 foram construídos os setores “O” (setor O) e “P” (P Sul e P Norte), parte do programa habitacional da Sociedade de Habitações de Interesse Social — SHIS, para atender novos moradores de áreas não-regulares e famílias que dividiam o mesmo lote em Ceilândia. Ainda, segundo a Codeplan, em 1980, teve início a ocupação a oeste do Setor O da Ceilândia, com o Setor de Indústria de Ceilândia. O Setor QNM foi expandido, inicialmente, em 1987, com a construção de 500 casas, em regime de mutirão, e, posteriormente, em 1989. No período entre 1986 e 1991, iniciou-se também a expansão dos setores O, N e P, e implantação do setor Q.

Atualmente, de acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2018), a Ceilândia está distribuída entre os setores sul e norte, que contemplam a Ceilândia (tradicional) Centro, Guariroba, Setores “P”, Setor “O”, Expansão do Setor “O”, QNQ/ QNR. Os setores Pôr do Sol e Sol Nascente, que faziam parte dos limites

da Ceilândia, foram emancipados para uma única Região Administrativa, conforme sancionado em lei, no dia 14 de agosto de 2019, pelo atual governador de Brasília, tornando-se, assim, a 32ª Região Administrativa do Distrito Federal. O Sol Nascente hoje é a segunda maior favela da América Latina. Quando o Sol Nascente ainda fazia parte da Ceilândia, seus limites iam até o entorno do DF, a cidade de Águas Lindas, localizada no estado de Goiás. Assim, com a emancipação, Ceilândia reduziu um pouco seu território, mas, ainda assim, continua sendo a Região Administrativa mais populosa do Distrito Federal.

Figura 3 - Planta Urbana atual de Ceilândia.



Fonte: Governo do DF / RA Ceilândia.

Sobre as mudanças ocorridas na R.A Dona Maria de Jesus diz que

Ceilândia mudou muito. Do que eu cheguei aqui, que eu não tenho nada e acho que tenho muita coisa, porque eu tenho a minha casinha. Tem a água, a luz, o asfalto que não tinha, era barro, que eram os buracos. Não tinha nada, hoje está bom, eu vou ali, tem a água na torneira que eu não tinha, era muito difícil, era difícil! (Depoimento Ana Maria de Jesus - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.17)

2.3 Bens tombados no DF

É importante que conheçamos as ações de tombamento no Distrito Federal, para que desse modo possamos compreender as inter-relações de patrimônio e o Estado. Para isso, foi feita uma consulta ao portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e também ao da Secretaria de Estado de Cultura do DF, obtenho assim a seguinte relação, conforme o Quadro 1: “Bens tombados no Distrito Federal – Iphan” e Quadro 2:

“Bens tombados no Distrito Federal – GDF”.

Quadro 1 Bens Tombados no Distrito Federal - IPHAN⁵.

Bem	Situação	Ano
Catetinho	Tombado	1959
Catedral Metropolitana	Tombado	1967
Remanescentes do Conjunto Hospitalar Juscelino Kubitschek de Oliveira	Tombado	2015
Placa de Ouro oferecida a Rui Barbosa pelo Senado por sua participação no Congresso Haya em 1907.	Tombado	1985
Conjunto Urbanístico de Brasília construído em decorrência do Plano Piloto traçado para a cidade	Tombado	1990
Espaço Lucio Costa	Tombado	*
Memorial dos Povos Indígenas	Tombado	*
Teatro Nacional	Tombado	*
Capela Nossa Senhora de Fátima	Tombado	*
Palácio do Planalto	Tombado	*
Casa de Chá	Tombado	*
Congresso Nacional	Tombado	*
Centro Cultural da República	Tombado	*
Conjunto Cultural Funarte	Tombado	*
Edifício do Touring Club do Brasil	Tombado	*
Pombal	Tombado	*
Espaço Oscar Niemeyer	Tombado	*
Memorial JK	Tombado	*
Conjunto dos Ministérios e anexos	Tombado	*
Museu da Cidade	Tombado	*
Conjunto do Palácio da Alvorada (incluindo a capela)	Tombado	*
Palácio da Justiça	Tombado	*
Praça dos Três Poderes	Tombado	*
Palácio Itamaraty e anexos	Tombado	*
Palácio Jaburu	Tombado	*
Panteão da Liberdade e Democracia	Tombado	*
Quartel-General do Exército	Tombado	*
Supremo Tribunal Federal	Tombado	*

Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2021-02-25_Lista_Bens_Tombados.pdf.

De acordo com as informações colhidas é observado que entre os bens tombados pelo Iphan somente dois deles se localiza fora da RA I, Brasília: o Catetinho, que foi a primeira residência oficial do presidente Juscelino Kubitschek durante a construção de Brasília que se localiza na RA do Gama e os remanescentes Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira - HJKO que foi o primeiro hospital da nova capital. Ele foi construído na Cidade Livre, hoje RA do Núcleo Bandeirante e traz narrativas dos construtores da capital.

A consulta ao site da Secretaria de Estado de Cultura do DF trouxe a relação dos

⁵ *Como, até o fechamento deste trabalho, os bens ainda não tinham sido inscritos nos Livros de Tombo, não há o registro do ano.

seguintes bens tombados pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

Quadro 2 - Bens tombados no Distrito Federal – GDF.

Bem	Ano	RA
Igrejinha Nossa Senhora de Fátima	1982	Brasília
Museu da Cidade	1982	Brasília
Museu Histórico de Planaltina	1982	Planaltina
Igreja São Sebastião	1982	Planaltina
Pedra Fundamental	1982	Planaltina
Árvore do Buriti	1985	Brasília
Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira	1985	Núcleo Bandeirante
Memorial JK	1986	Brasília
Conjunto Urbanístico de Brasília	1987	Brasília
Ermida Dom Bosco	1988	Lago Sul
Vila Planalto	1988	Vila Planalto
Escola Classe 308 Sul	1988	Brasília
Relógio de Taguatinga	1989	Taguatinga
Museu do Catetinho	1991	Gama
Catedral Metropolitana de Brasília	1991	Brasília
Igreja São Geraldo	1993	Paranoá
Centro de Ensino Metropolitana	1995	Núcleo Bandeirante
Igreja São José Operário	1998	Candangolândia
Escola Parque 308 Sul	2004	Brasília
Casa da Fazenda Gama	2006	Gama
Teatro Dulcina de Moraes e Acervos Fotográfico, Textual e Cênico da atriz	2007	Brasília
Cine Brasília	2007	Brasília
Revista Brasília - Bem móvel	2008	Brasília
Clube de Golfe	2009	Brasília
Acervo da obra musical e pictórica do Maestro Claudio Santoro – Bem móvel	2009	Brasília
Obra de Athos Bulcão	2009	Brasília, Cruzeiro Novo, Vila Planalto, Riacho Fundo e Taguatinga
Unidade de Vizinhança 107/307/108/308 Sul	2009	Brasília
Jardins de Burle Marx em Brasília	2011	Brasília
Caixa d'água da Ceilândia	2013	Ceilândia
Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça	2014	Taguatinga
Templo Budista de Brasília	2014	Brasília

Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2021-02-25_Lista_Bens_Tombados.pdf

Segundo o portal da Secretaria de Estado de Cultura do DF têm-se 31 bens tombados pelo GDF, sendo que 16 deles se localizam na RA- I, Brasília e os outros 14 estão localizados nas demais RAS. É importante que se pense qual o significado desses números: a cada um dos processos de tombamento realizados pelo Iphan ou pelo GDF é fundamental se questionar o porquê da escolha de se tomar esse patrimônio e não outro. É necessário pensar nesse bem no passado, mas também é essencial pensar no seu contexto no presente. A resposta dada as questões que cercam as escolhas envolvidas em um tombamento poderiam ter resposta simples de que o bem foi escolhido para tombamento devido de entidades competentes ou das próprias comunidades, no entanto na averiguação feita na Secretaria de Estado de Cultura do DF percebeu-se que muitos bens tombados em Brasília não foram iniciados dessa forma, com a instrução de um processo ou pedido de tombamento. E dessa maneira o questionamento se mantém: porque em dado momento houve a escolha pelo tombamento de um bem e não do outro?

A Constituição Federal de 1988 garante a autonomia política do Distrito Federal no tocante à proteção ao patrimônio, isso se dá especificamente nos artigos 215, 216 e 216-A, artigos já tratados anteriormente e que além de trazerem o processo de descentralização da política de patrimonialização, tratam também dos diversos grupos sociais do Brasil, por reconhecimento de sua cultura por meio do patrimônio cultural. Segundo a legislação a definição do que é ou não considerado patrimônio cultural deve contar com a participação popular e desse modo abarcar as diversidades culturais do país.

A discussão acerca de qual bem deve ser tombado traz à tona outras discussões reveladoras sobre identidade, cultura, memória e esquecimento. Olhar o patrimônio na perspectiva de Ceilândia e de suas moradoras no seu período inicial e, também de estudantes de uma de suas escolas do campo, é dar ouvido a vozes silenciadas.

2.4 Conhecendo a instituição de ensino – Centro Educacional INCRA 09

O Centro Educacional Incra 09 fica localizado no Núcleo Rural Alexandre Gusmão – BR 070 – KM 16 – Incra 09, zona rural de Ceilândia – DF. O prédio onde funciona a escola foi construído no ano de 1968 pelos moradores da região e posteriormente doado para a Secretaria de Estado de Educação do DF pelo Incra. As atividades escolares que já ocorriam com a ajuda da comunidade local passaram a ser oficiais no ano seguinte, sob a responsabilidade da professora Adélia Oliveira de Carvalho.

Figura 4 - Centro Educacional Incra 09 .



Fonte: Imagem produzida pelos Estudantes

A instituição de ensino tem acompanhado as demandas e o crescimento populacional da comunidade. Em 1994, tendo em vista a necessidade de manter a continuidade da escolarização das crianças moradoras do Incra 09, a escola passou a oferecer a 5ª série do ensino fundamental, atual 6º ano, conforme menciona a diretriz curricular, à medida que essa turma progredia, a escola ofertava a série seguinte, assim, gradativamente, o ensino fundamental II foi totalmente implantado.

Com o passar do tempo observou-se que muitos estudantes interrompiam seus estudos após concluírem o último ano do ensino fundamental, que é a última série ofertada na escola. Essa preocupação fez com que no ano de 2010 entrasse em funcionamento a primeira turma de ensino médio, o 1º ano. Nos anos posteriores entraram em atividade o 2º e o 3º ano regulares, no turno vespertino. E desse modo a escola passou a ofertar também o ensino médio, contribuindo para uma maior escolarização da comunidade atendida.

Em 2015 a escola passou a oferecer mais uma modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos - EJA, no turno noturno para mais uma vez atender à demanda da comunidade e às especificidades da própria escola. Foi verificado que uma grande parcela da população interrompera seus estudos no ensino fundamental e não tinha condições de dar continuidade, seja devido à distância de uma escola que oferecesse a EJA, seja devido à mobilidade precária na região. Além disso, a oferta da modalidade traria solução para uma outra demanda, que é significativo número de alunos da escola em situação de distorção idade/série.

Outra modalidade ofertada no Centro Educacional Incra 09 é a educação infantil que foi uma reivindicação dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Os quais apontaram a oferta da educação infantil como fator necessário para a melhoria da

educação, em especial no processo de alfabetização e consequente o letramento dos estudantes. Com o apoio e necessidade da comunidade no ano de 2015, foi implantada a educação infantil a fim de favorecer o desenvolvimento discente nas etapas seguintes.

O perfil do público atendido pela unidade de ensino é de alunos de zona rural, condomínios e assentamentos de Ceilândia-DF, em sua maioria filhos dos caseiros e empregados dos proprietários das chácaras, muitos dos nossos atuais estudantes são filhos dos ex-alunos, enquanto alguns outros são oriundos de outras áreas campesinas, áreas pertencentes principalmente a região nordeste. O cultivo de verduras predomina na região, gerando emprego e renda às famílias dos alunos e alunas. Alguns problemas ainda prejudicam o aprendizado dos estudantes e precisam ser resolvidos com urgência, entre eles estão o transporte ofertado, que é escasso, precário e lotado. Outro ponto que prejudica o desempenho escolar são as longas distâncias que os estudantes caminham até o ponto de parada do transporte escolar. É relevante ressaltar ainda que não existe pavimentação e sinalização adequada nas proximidades da escola, e que estudantes sofrem com a poeira na época de calor e lama no período chuvoso.

A escola é parte integrante da comunidade do campo da Região Administrativa de Ceilândia, é uma escola do campo e no campo, contudo seu alunado não reconhece essa vertente identitária e por isso, o Centro Educacional Incra 09 está engajado na implementação de Políticas de Educação do Campo no DF. O Plano Distrital de Educação, em sua meta oitava, estratégia 8.1, aponta que devemos

Garantir a estruturação curricular e pedagógica, voltada à realidade do campo em todos os níveis de ensino, enfatizando as realidade do campo em todos os níveis de ensino, enfatizando as diferentes linguagens e os diversos espaços pedagógicos conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (PDE, 2015, p. 29)

Nesse sentido, busca-se recuperar a identidade cultural e a relação de pertencimento dessa comunidade, bem como o conhecimento da mesma, estimulando o discente para a produção de conhecimento sobre si, seu lugar, sua história, valores e a cultura local. No cerne de todas as atividades desenvolvidas na instituição de ensino, estão os princípios e as matrizes da educação do campo, através de temas geradores, para ultrapassar os muros da escola, com ênfase na investigação, a fim de garantir um conteúdo significativo para a vida dos estudantes.

Ainda segundo o Projeto Pedagógico – PP (2020, p.12), na instituição educacional se tem como dever da escola

possibilitar o desenvolvimento da identidade do aluno por meio da

participação no processo sociocultural e no desenvolvimento de valores e atitudes; promover uma educação universal para ampliar novas competências e habilidades; criar oportunidades para o desenvolvimento de relações interpessoais cognitivas e éticas, preparar o aluno para o mundo de trabalho, formando-o cidadão independente e crítico, capaz de transformar o meio em que vive.

Nesse contexto, os profissionais da educação que desempenham suas atividades laborais na escola assumem o compromisso político que o fazer educativo exige, promovendo uma educação para a diversidade, cidadania e educação em/e para os direitos humanos, e sustentabilidade, promovendo uma educação de qualidade. Seguindo a LDB, para que abranja “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996)

Para tanto, tem-se como prioridades valorizar a cultura e os saberes do campo, a identidade dos povos que o constituem, sua arte, sua história, lutas e necessidades, pois a educação do campo transcende a escola, incorporando a história, os costumes e percurso de vida do camponês. Considerando as especificidades da educação do campo e, ainda, levanto em conta a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, definindo a Educação do Campo como modalidade de ensino, cumpre diferenciar o currículo das escolas do campo. Assim, adequando-o às especificidades dessa modalidade de ensino e da vida no campo uma vez que se pretende construir um currículo vinculado à vida no campo e elaborado pelo sujeito do campo. O Plano Distrital de Educação estabelece como matrizes da educação do campo: trabalho, terra, cultura, história, vivências de opressão, conhecimento popular, organização coletiva e luta social.

Essa perspectiva de educação está fortemente vinculada à emancipação e transformação social, por meio do desenvolvimento da autonomia do educando e da democratização da escola, ao possibilitar que seja o educando, enquanto sujeito do campo com suas especificidades e necessidades, o protagonista das atividades pedagógicas da escola. Dessa forma “a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo”. (PDE, 2015, p. 80)

Desse modo, conteúdos e metodologias devem ser voltados a formação do cidadão do campo e da transformação social. Cabe à escola fazer a vinculação entre os conteúdos e a realidade do campo, mediando o saber e as novas relações sociais, onde o sujeito do campo é autor e protagonista de uma educação é compreendida como parte

integradora e formadora do ser humano nos níveis intelectual, afetivo e emocional. Bem como o seu compromisso com a ética e a responsabilidade social.

2.5 Documentos norteadores

O currículo em movimento da Educação Básica do DF se configura como a proposta da Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF, sendo analisado e produzido com atualizações que ocorrem desde o ano de 2014. O documento traz propostas voltadas para a transformação de práticas pedagógicas, propiciando uma flexibilização de tempos e espaços durante o processo de ensino-aprendizagem. Um dos desafios surgidos na busca por um ensino de história mais atraente é ouvir a voz dos estudantes, realocando-os como protagonistas da história e do aprendizado.

... o ensino de História tem papel fundamental nessa interpretação do mundo e de si, à medida que proporciona um reconhecimento do Eu e do Outro a partir das diferentes Currículo em Movimento do Distrito Federal – Ensino Fundamental Anos Iniciais – Anos Finais 276 realidades históricas, dos diferentes sujeitos, da denúncia dos silenciamentos e exclusões, das permanências e rupturas sociais, políticas e econômicas. (SEEDF, 2018, p. 280)

Por sua vez, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM trazem a proposta de que os conhecimentos devem ser integrados a quatro eixos estruturantes: Ciência, tecnologia, cultura e mundo do trabalho. Desse modo entende-se que a pesquisa deve fazer parte do cotidiano escolar, tanto nas questões voltadas ao professor, o professor pesquisador, quanto nas questões voltadas para os estudantes oportunizando a eles desenvolver o senso crítico e com isso outras habilidades.

Conforme os pressupostos do Currículo em Movimento do Distrito Federal (2014), a prática pedagógica deve ser ancorada pela junção de teoria e prática, realocando professores e estudantes em um aprendizado dialógico e conjunto que culmine em estudantes que se reconheçam como cidadãos de direitos e protagonistas da história.

O Currículo em Movimento do DF, em sua construção e também em suas reconstruções, integra as habilidades e competências contidas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC também por sua vez demonstra por meio do seu texto, apoiar o entrelaçamento da educação patrimonial e do ensino de história. A Competência 1 de humanidades diz:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em

diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, 2018, p.572)

Ainda seguindo a BNCC, a habilidade EM13CHS104 nos coloca que se deve:

Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” (BRASIL, 2018).

A competência 4 do documento traz apontamentos que demonstram o alinhamento entre educação patrimonial e o modelo de educação proposto ao postular:

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. Nessa competência específica, pretende-se que os estudantes compreendam o significado de trabalho em diferentes culturas e sociedades, suas especificidades e os processos de estratificação social caracterizados por uma maior ou menor desigualdade econômico-social e participação política. (BRASIL, 2018, p.572)

Ainda no mesmo sentido a habilidade EM13CHS401 propõe a:

“Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos” (BRASIL, 2018).

Correlacionando a BNCC e o Currículo em Movimento do DF nota-se que os dois documentos trazem nos objetivos relacionados às Ciências Humanas um foco no protagonismo social, visando a transformação do conhecimento em “consciências críticas e criativas” na busca pelo “protagonismo social”. Esse protagonismo é evidenciado com os seguintes objetivos:

- a) Possibilitar que o estudante entenda a sociedade em que vive como fruto da ação humana, que se faz e refaz num processo dotado de historicidade.
- b) Permitir ao estudante compreender o espaço ocupado pela sociedade como espaço construído e modificado a partir de suas interferências, entendendo-se também como produto dessas relações.
- c) Proporcionar experiências para que o estudante compreenda os processos de socialização e coletividade, conscientizando-se dos diferentes espaços de interação social e refletindo sobre as individualidades e diversidades culturais e individuais neles presentes.
- d) Possibilitar que o estudante reflita e problematize mudanças advindas das tecnologias no desenvolvimento e na estruturação da sociedade.
- e) Propiciar ao estudante o desenvolvimento da consciência crítica sobre

conhecimento, razão e realidade sócio-histórica, cultural e política. f) Promover a apropriação de ferramentas tecnológicas para a produção do conhecimento da área. g) Instigar o estudante a entender as relações de produção e consumo como potencializadoras das desigualdades sociais e o papel das ideologias nesse contexto. (BRASÍLIA, 2014, p.59)

O Currículo em Movimento do DF traz consigo as diretrizes direcionadas a uma educação que prepara para uma cidadania crítica e que também humaniza desenvolvendo o hábito da reflexão histórica por parte dos estudantes que possibilite promover ressignificações de si e da cidade em que vive relacionando a questão patrimonial com questões sociais, como o inventário participativo

O inventário participativo do patrimônio cultural a base para um trabalho de cooperação que envolve os órgãos responsáveis e as comunidades a partir da categorização proposta pelo manual, tendo como parâmetro de relevância as vivências da própria comunidade. Os bens em questão podem ser reconhecidos e consagrados como patrimônios culturais reconhecidos e resguardados pelas leis que os cercam. Mesmo que a institucionalização do patrimônio não ocorra, o processo ainda é relevante, visto que os bens escolhidos são lembrados e reinterpretados pela comunidade ganhando um novo significado.

O manual do inventário participativo criado pelo Iphan no ano de 2013, traz conceitos e noções sobre patrimônio cultural partindo do princípio de algo relevante para a comunidade. O manual traz também o modelo de fichas de inventários patrimoniais que descrevem o bem patrimonial a ser inventariado. As fichas estão separadas nas categorias: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes. As fichas serviriam de roteiro para a coleta de informações sobre o patrimônio que faz parte do trabalho, infelizmente a concretização dessa parte da pesquisa não foi realizada devido as restrições a que fomos submetidos pela pandemia de Covid-19.

CAPÍTULO III - ESPAÇOS E DIÁLOGOS NA APRENDIZAGEM HISTÓRICA COM PATRIMÔNIOS

A esse capítulo cabe descrever as ações realizadas nas aulas oficinas, com o intuito de evidenciar os significados e ressignificações do patrimônio de Ceilândia no entendimento e narrativas dos estudantes, para que dessa forma lugares não sejam somente lugares e sim mobilizadores de memórias para que as histórias das mulheres sobre Ceilândia permaneçam vivas através dos rastros da cidade “[...] o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Os processos que buscam por identidade e pertencimento podem e devem fazer uso do passado em suas construções, na forma de questionamento e problematização.

As observações dos estudantes trazem memórias e sensibilidades provocando ressignificações pela análise de vestígios na forma de narrativas ou edificações, rastros “esquecidos” que conforme Gagnebin (2006) causam interações entre passado e presente, entre o eu e o outro e que suscita uma nova forma de pensar.

As ações em questão se deram seguindo o aporte teórico de aula oficina concebido pela historiadora portuguesa Isabel Barca (2004), com base na proposição sobre aula oficina em que a autora destaca a função do professor como um incentivador do aluno em seu processo de construção do conhecimento. Essa construção do conhecimento histórico se dá por meio da problematização dos conteúdos, em que o estudante é o protagonista e com o apoio do professor desenvolve pensamento crítico. Isabel Barca aponta que

uma compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado. (BARCA, 2004, p. 134)

Na perspectiva da aula oficina compreende-se que professor e estudante possuem saberes históricos, saberes provenientes de diferentes lugares, sendo eles espaços formais de educação ou não. Sobre espaços formais e não formais de educação Jacobucci (2008, p. 57) nos coloca que “De forma sintética, pode-se dizer que os espaços formais de educação se referem a Instituições Educacionais, enquanto os espaços não-formais se relacionam com Instituições cuja função básica não é a Educação formal e com lugares não-institucionalizados”.

Os bens culturais que integram o patrimônio são considerados essenciais para a

memória, sociedades e lugares, pois conforme definido por Fonseca (2009) o patrimônio cultural representa a memória de uma nação. Corroborando com essa ideia, a historiadora Laci Maia A Alves (2001) afirma que o sentido da história não está em uma história linear e sim em uma história de vivências e relações sociais tão fortes que se fazem presentes na arquitetura e monumentos da cidade.

É importante pontuar que o ensino de história pretendido por meio das atividades realizadas é aquele que trata a história local como parte de um todo, não somente um releu reflexo da história global, trata-se de uma história na qual os estudantes e sua comunidade são protagonistas. As atividades trazem um processo de ensino aprendizagem fluido, constante e dialógico onde as vivências dos estudantes e também da professora acrescentam positivamente à pesquisa, Maria Tereza de Assunção Freitas (2002) traz que esse é um processo inerente a pesquisa:

o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo. O mesmo acontece com o pesquisador que, não sendo um mero objeto, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa. (FREITAS, 2002, p. 26)

A pesquisa se desenvolveu no Centro Educacional Incra 09, instituição de ensino da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, pertencente à SEDF. O tempo de trabalho na escola e também o envolvimento com a comunidade me fizeram perceber as potencialidades e fragilidades da escola, sendo assim, quando surgiu a oportunidade de construção da pesquisa não houve dúvidas de para qual instituição a pesquisa seria direcionada. A turma escolhida para o desenvolvimento conjunto do estudo foi a turma do 2º ano do ensino médio, alunos com os quais foram estabelecidos vínculos desde o ano de 2014, em que os mesmos cursavam o 6º ano e o meu trabalho foi iniciado na escola como docente na disciplina de história.

Delimitados instituição e turma nos quais as atividades seriam desenvolvidas estabeleceu-se a divisão das ações em quatro blocos: *“Você e o Patrimônio Cultural; Histórias de Brasília e Ceilândia – Sonhos e realidades; o Patrimônio do DF e suas muitas identidades; Ceilândia, sua história e seus patrimônios/ Rolê pela CEI”*.

Os temas das oficinas foram definidos a partir da produção de diálogos e das aulas que foram desenvolvidas com a turma, pois são temas que relacionam a concepção de patrimônio cultural com a produção do conhecimento dos estudantes, bem como da produção de sentido histórico.

Cada aula oficina durou cerca de 4 aulas, com duração de 50 minutos cada, tiveram início na primeira semana de setembro de 2019 e foram finalizadas em dezembro do mesmo ano. Na atividade final os estudantes responderam um questionário online via formulário do Google (*Google forms*), devido às restrições de isolamento causadas pela pandemia de Covid-19, em novembro de 2020. A equipe gestora aprovou previamente a realização das ações pretendidas. Consideramos importante destacar como se deu o processo de cada aula oficina, como apresentaremos a seguir.

3.1 Aula Oficina – “Você e o Patrimônio Cultural”

A aula oficina teve início com a projeção do filme “Narradores de Javé”, obra da cineasta Eliane Caffé, produzido no ano de 2003. Conforme sua sinopse, o longa conta a história do vilarejo de Javé e de seus moradores que ao saber que Javé pode desaparecer sob as águas de uma hidrelétrica, decidiram escrever sua história e transformar o local em patrimônio a ser preservado.

O filme é inserido nesse processo de ensino aprendizagem, pois estudos dedicados a relacionar cinema e o ensino de história realizados pela historiadora Kátia Maria Abud (2003) indicam que a utilização de filmes nas aulas de história contribui com o processo de formação de uma consciência histórica promovendo problematizações baseadas nas relações entre presente e passado sob um olhar crítico. De acordo com a historiadora

[...] pode-se afirmar que o filme promove o uso da percepção, uma atividade cognitiva que desenvolve estratégias de exploração, busca de informação e estabelece relações. Ela é orientada por operações intelectuais, como observar, identificar, extrair, comparar, articular, estabelecer relações, sucessões e causalidade, entre outras. Por esses motivos, a análise de um documento fílmico, qualquer que seja seu tema, produz efeitos na aprendizagem de História, sem contar que tais operações são também imprescindíveis para a inteligibilidade do próprio filme. ABUD, 2003, p, 191)

O filme tem como tema a valorização das tradições populares, conduzindo reflexões sobre memória, identidade e patrimônio cultural. Um ponto importante tratado no longa-metragem é o registro da história que não acontece apenas por escritos, mas também relatos orais como instrumento da memória e história de uma comunidade.

Partindo da narrativa histórica presente no filme, realizamos uma roda de conversa para que os estudantes fizessem suas ponderações sobre o que compreenderam e como

interpretaram as relações entre identidades e patrimônio. Foi solicitado que os mesmos expressassem livremente suas impressões sobre o filme e o contexto apresentado. Para compreender melhor, citamos algumas das interpretações:

“O filme é engraçado, mas é sério. Como é que pode não ter uma história do lugar registrada pra contar pras próximas gerações?” Estudante 16 anos.

“Todo mundo que falava, não importa a besteira que fosse, era considerado aí quando chegou na vez da mulher contar a história fizeram pouco caso.” Estudante 16 anos.

“Eu fiquei pensando como é importante a gente saber das histórias do lugar que a gente vive, e também que cada um sabe um pouco dessa história, se juntar todo mundo a história aparece.” Estudante 17 anos.

“A população se uniu pra poder preservar a cidade e eles tentaram salvar pela história, a gente precisa saber das histórias dos outros, digo de outros tempos e outros países, mas a gente precisa muito saber da nossa própria história e da nossa gente.” Estudante 17 anos.

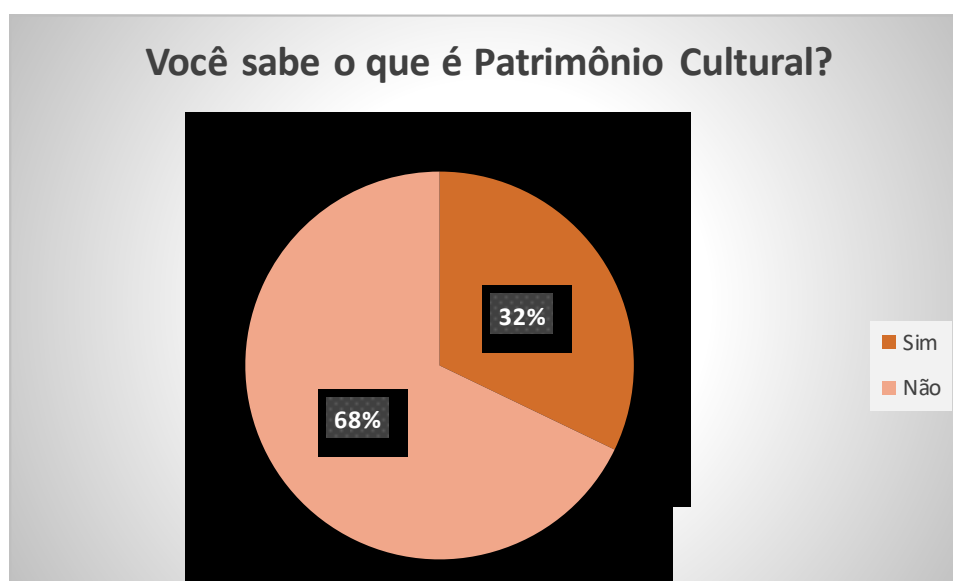
“Eu fiquei pensando se acontecesse a mesma coisa aqui, acho que ia ser muita confusão porque não é todo mundo que conhece a história daqui eu mesmo só sei uma coisa ou outra.” Estudante 16 anos.

As narrativas dos alunos e alunas apresentaram algumas percepções e também associações de suas próprias histórias com a história retratada. A abordagem apresentada por “Narradores de Javé” se mostrou eficaz como mediação no sentido de construir formas de sensibilização para o tema.

Após a roda de conversa sobre o filme, na perspectiva de compreender o entendimento e o contato dos estudantes com conceitos relacionados ao patrimônio cultural, além da proximidade desses mesmos estudantes com o patrimônio cultural do Distrito Federal aplicou-se um questionário semiaberto, com questões abertas e fechadas, para que pudessem inserir suas impressões e conhecimentos sobre o patrimônio do Distrito Federal. O questionário que foi respondido de forma anônima pelos alunos foi aplicado no início de setembro no ano de 2019 conteve quatro questões: a primeira delas referente ao conhecimento prévio dos estudantes a respeito do conceito de patrimônio cultural, no ensejo de estabelecer um parâmetro para o início dos estudos foi perguntado: Você sabe o que é Patrimônio Cultural?

A pergunta é seguida das alternativas sim e não. Dos 28 respondentes somente nove assinalaram que possuíam conhecimento sobre o que é patrimônio cultural. Cabe destaque o fato que no questionário não foi solicitado que os alunos definissem esse conhecimento.

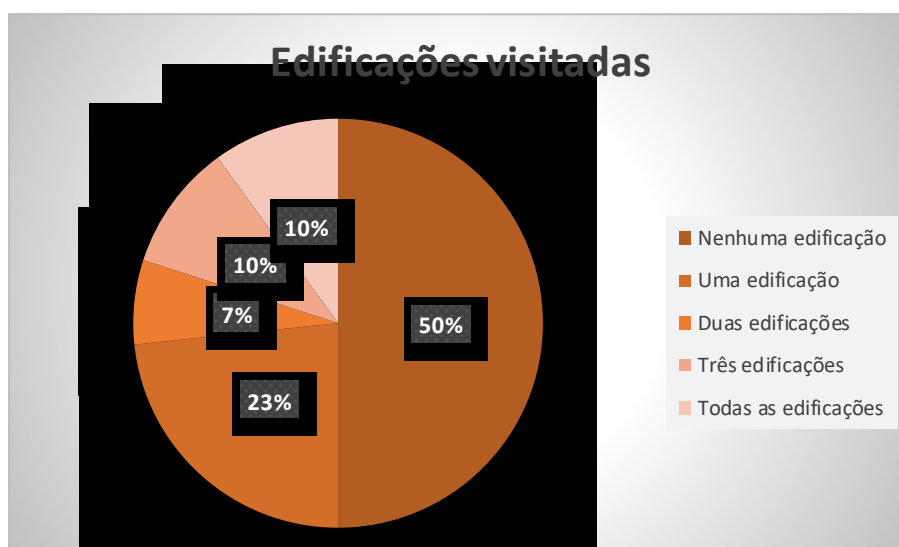
Gráfico 1 - Você sabe o que é patrimônio cultural?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

A segunda pergunta apresentou quatro imagens de edificações localizadas na Região Administrativa do Plano Piloto, tombadas como patrimônio cultural, são elas: Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, popularmente conhecida como Catedral de Brasília. A catedral tem seu projeto assinado por Oscar Niemeyer e foi inaugurada em 31 de maio do ano de 1970. A segunda edificação é o Museu Honestino Guimarães, conhecido como Museu Nacional da República, com inauguração realizada no ano de 2006. Em seguida a imagem do Memorial JK, inaugurado, em 1981, e finalizando com a imagem da Praça dos Três Poderes inaugurada juntamente com a capital em 1960.

Gráfico 2 - Edificações visitadas.

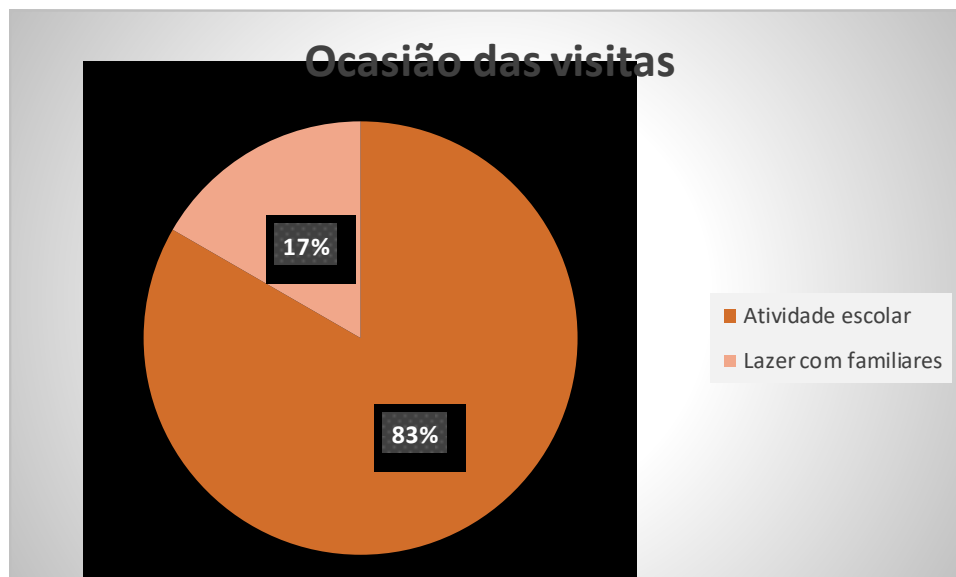


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

Do total de 28 respondentes, 15 deles nunca estiveram em nenhum dos locais apresentados, sete estudantes já visitaram um dos locais, dois deles visitaram duas das edificações e somente três estiveram em todos os locais apresentados. As respostas evidenciam o distanciamento dos estudantes com os patrimônios institucionalizados concentrados na área central de Brasília. Para o objetivo da análise, que foi identificar se há contato do aluno com o patrimônio cultural institucionalizado da região central de Brasília não é necessário que o aluno ou a aluna identifique quais dos locais foram visitados.

A terceira questão apresentada no questionário foi aberta e dizia respeito à ocasião na qual os locais foram visitados pelos estudantes. Dos 12 estudantes que assinalaram positivamente para a realização da visita, 10 responderam que foi durante “passeios” realizados pela escola, ressaltando assim a importância da educação patrimonial; e dois alunos responderam que visitaram acompanhados por familiares. Os números obtidos mediante as respostas dos alunos demonstram a importância da educação patrimonial no tocante a construir vínculos e oportunizar conhecimento.

Gráfico 3 Ocasião das visitas.

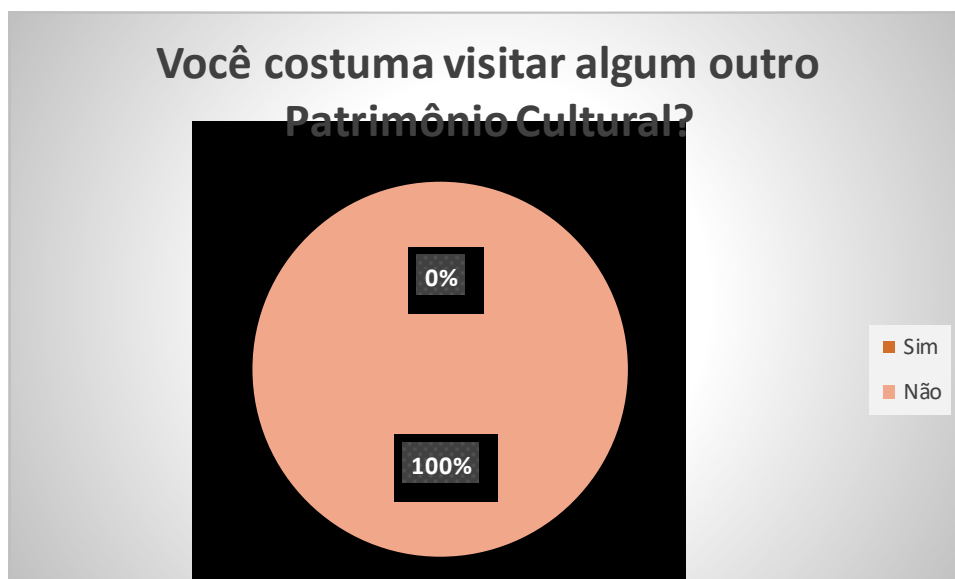


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

A quarta e última questão tratava dos hábitos de visita dos alunos a outros locais que considerem como patrimônio cultural e que não foram listados nas imagens apresentadas: “Você costuma visitar outros pontos culturais e históricos de Brasília?” “Quais são eles?”. Em sua totalidade, os 28 alunos responderam que não costumam visitar outras edificações consideradas como patrimônio cultural. Isso evidenciou mais uma vez

o distanciamento dos estudantes com o Patrimônio Cultural.

Gráfico 4 - Você costuma visitar algum outro Patrimônio Cultural?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

As respostas ao questionário demonstraram a falta de conhecimento e identificação com os locais apresentados assim como com conceitos básicos sobre patrimônio cultural, diante disso foram articuladas atividades para sanar as lacunas apresentadas. A primeira delas foi trabalhar os conceitos de patrimônio cultural partindo do conhecimento prévio dos estudantes e das reflexões desenvolvidas pelos estudantes no decorrer das discussões fomentadas durante as aulas oficinas.

Após a aplicação do questionário houve uma roda de conversa dando continuidade ao tema, em que conversamos sobre o questionário respondido. Os alunos, em sua maioria, relataram que se sentiram bastante à vontade em respondê-lo e que a partir dele começaram a pensar o motivo de não conhecerem as edificações mostradas na questão número 2. Durante os relatos informais cabe destaque as seguintes afirmações:

“Ah, não professora! Eu não sei nem que roupa usar pra ir num lugar desses... e mais, você vai num lugar desse pra quê?” (Estudante, 18 anos)

“É longe demais professora, e parece que não foi feito pra gente como nós, isso é pra rico, pra quem mora lá perto, não tem nada a ver com a gente”. (Estudante 16 anos)

“Eu acho assim, tudo lá é muito bonito, mas acaba que é chamado de Patrimônio Cultural e não faz parte da cultura de todo mundo”. (Estudante, 16 anos)

“Acaba que a gente identifica esses lugares, como lugares bonitos, mas lugares que a gente não sente como nosso e por isso não pensamos em

visitar, eu mesma nem sabia que podia entrar assim, sem pagar e entrar qualquer pessoa”. (Estudante, 16 anos)

O distanciamento constatado na aplicação do questionário ficou ainda mais evidente na fala dos estudantes, nota-se que o distanciamento geográfico interfere, contudo, observa-se que o distanciamento social dos alunos com o patrimônio cultural institucionalizado do Plano Piloto é determinante para a falta de interação.

Após a roda de conversa, os alunos foram reunidos em grupos para respondessem as seguintes questões: “O que é Patrimônio Cultural?”; “Para que serve o Patrimônio Cultural?”; “A quem pertence o Patrimônio Cultural?”; “Qual a importância do Patrimônio Cultural?”. Após consenso dos integrantes as respostas deveriam ser fixadas em um cartaz e explicadas ao restante da turma promovendo desse modo reflexões pertinentes ao tema.

Figura 5 - Atividade aula oficina I.



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes.

As respostas e apresentações demonstram também que os mesmos possuem interpretações pertinentes ao tema, demonstrando ainda que a possibilidade de unir a educação patrimonial com outros campos de estudo é eficaz no tocante a tornar o aprendizado significativo. Foi demonstrado ainda que valorização do patrimônio cultural de uma cidade não atinge a todos os seus habitantes na mesma dimensão, em especial os jovens e moradores de áreas periféricas. O valor arquitetônico e histórico, apesar da grande relevância, não bastam para alcançá-los. A valoração patrimonial é promovida por meio da identificação e do sentimento de pertencimento, que segundo as respostas assinaladas durante o questionamento não são observadas nas situações apresentadas.

Figura 6 - Atividade aula oficina I.



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes

Após a realização da atividade foi explicado aos estudantes o percurso histórico do patrimônio cultural, tanto no âmbito internacional como no nacional, assim como os órgãos ligados ao patrimônio: SPHAN, Iphan e Unesco, sendo os dois últimos apresentados por meio de uma visita aos respectivos sites. Por fim, tratamos dos conceitos trazidos pela Constituição Federal de 1988, fazendo apontamentos sobre as semelhanças do texto constitucional e do conteúdo produzido pelos estudantes no decorrer das atividades.

Figura 7 - Atividade aula oficina I.



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes.

Em roda de conversa realizada ao fim das discussões das teorias contidas no primeiro capítulo, os alunos apresentaram novamente suas ideias e foi notório as articulações construídas ao longo do processo. Segue afirmações dos alunos:

“As aulas foram muito importantes, mostrou pra gente a partir do que a gente já sabia o que é um Patrimônio Cultural e a importância dele, agora que a gente sabe o que é fica mais interessante visitar e até ajudar a preservar.” (Estudante, 16 anos)

“Antes eu achava que Patrimônio era tudo aquilo que a gente não podia

encostar, agora eu sei que o patrimônio é da gente, pra gente e pra nossa história”. (Estudante, 16 anos)

Seguindo a perspectiva da aula oficina, podemos considerar que as atividades iniciais foram bastante elucidativas, tanto para os caminhos a serem tomados pela pesquisa quanto para a familiarização dos alunos com o tema, sendo importante ressaltar que os alunos expressaram seus conhecimentos prévios e posteriormente uniram esses conhecimentos aos discutidos nas realizações das aulas.

3.2 Aula oficina- “Histórias de Brasília e Ceilândia – Sonhos e realidades”

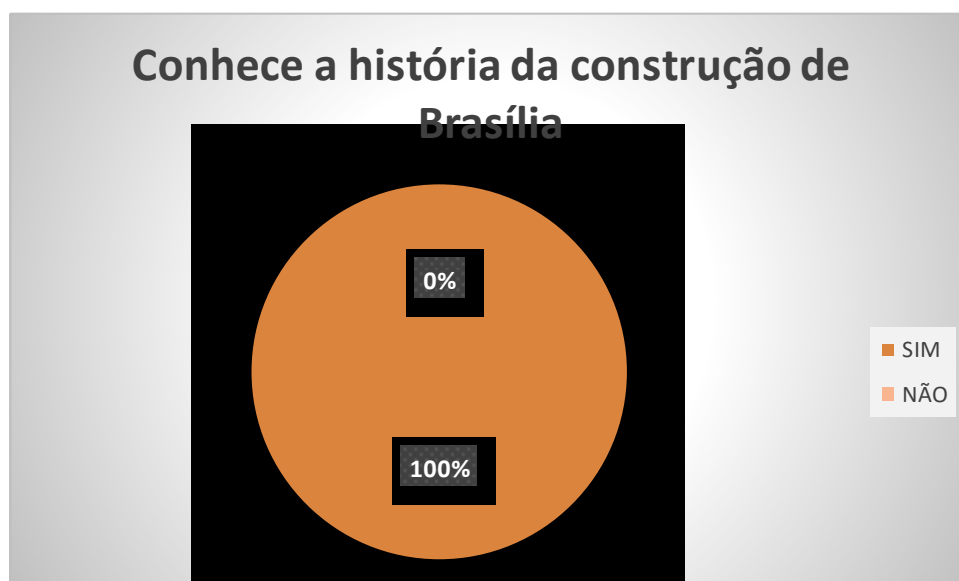
As aulas oficinas possuíram o intuito de construirmos a base da pesquisa juntamente com os estudantes participantes. O segundo passo dessa construção contou com aulas oficinas, conceito explicado anteriormente, que tratam da história da construção de Brasília e da construção de Ceilândia. Para o início dessas atividades os estudantes responderam a duas questões, sendo a primeira:

“Você conhece a história da construção de Brasília?” Seguida das opções “sim” e “não”, na sequência trouxe a complementação: “em caso de resposta afirmativa, conhece através de qual meio?”, apresentando como opções de resposta: “escola”, “internet”, “televisão”, “pessoas da comunidade” e “família”.

A segunda pergunta trazia a seguinte indagação: “Você conhece a história da construção da Ceilândia?”, também seguida das opções “sim” e “não”, e trazendo a complementação em caso de resposta afirmativa: “conhece através de qual meio?”, apresentando como opções de resposta: “escola”, “internet”, “televisão”, “pessoas da comunidade” e “família”.

A primeira questão foi respondida por 28 estudantes e em sua totalidade responderam que sim, conhecem a história da construção de Brasília.

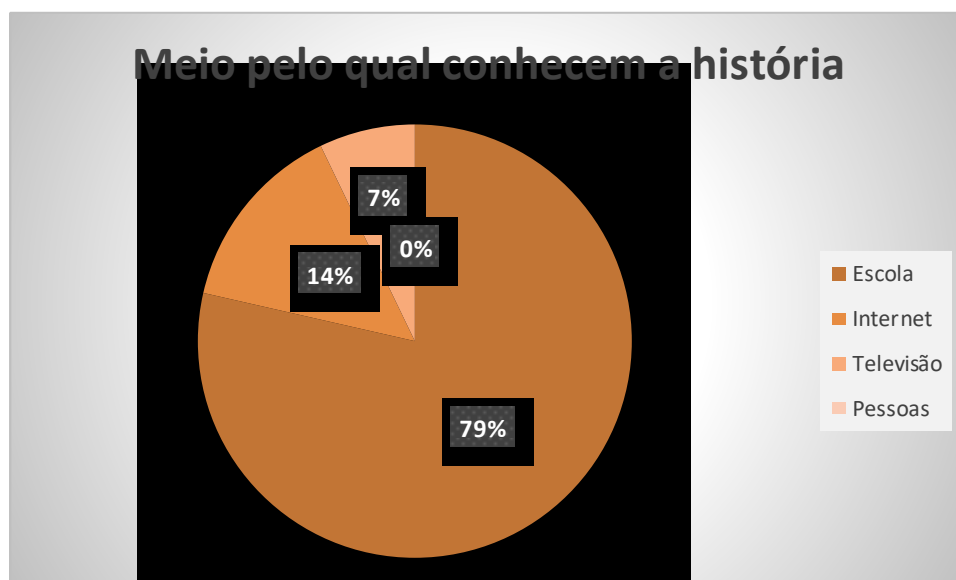
Gráfico 5 - Conhece a história da construção de Ceilândia.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

Quanto as opções de “pôr qual meio adquiriram esse conhecimento”, 22 deles assinalaram a opção que correspondia à escola; quatro assinalaram a opção correspondente a internet e dois estudantes a opção que trazia como resposta a televisão.

Gráfico 6 - Meio pelo qual conhecem a história

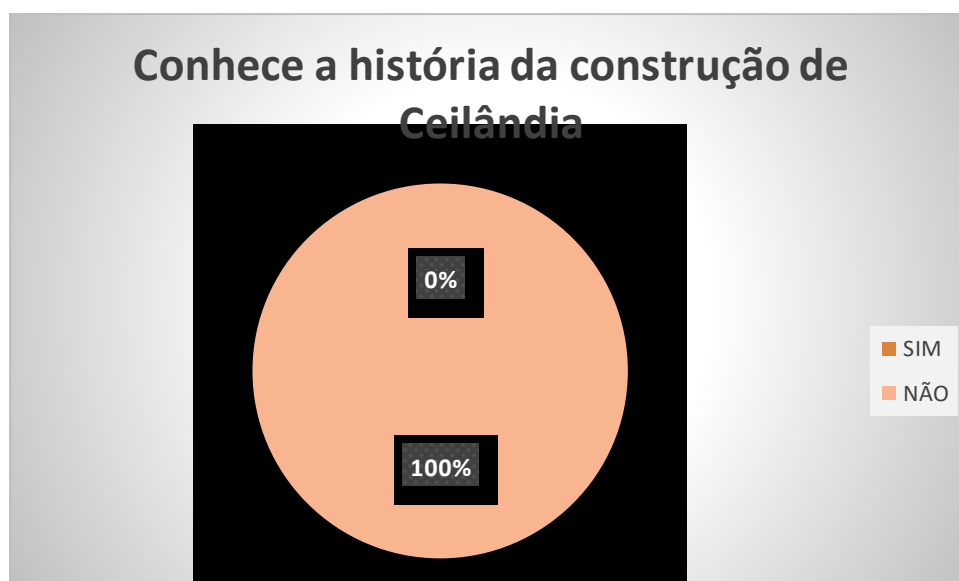


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

A segunda questão respondida pelos mesmos estudantes nos trouxe as seguintes respostas: Dos 28 respondentes, todos assinalaram não conhecer a história da construção

de Ceilândia, Região Administrativa na qual estudam e residem.

Gráfico 7 - Conhece a história da construção de Ceilândia.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

A resposta negativa quanto ao conhecimento da história de Ceilândia nos mostrou que existem lacunas relacionadas ao ensino da história local dentro do currículo escolar e também na própria prática pedagógica.

Partindo dessas informações, foi inicialmente realizada uma roda de conversas no intuito de verificar o conhecimento que os estudantes tinham sobre a história da construção da capital federal. Durante a atividade, as falas dos estudantes evidenciaram que o conhecimento era fundamentado na história oficial, o que segundo Prestes (2010) “é expressão da ideologia dominante, ou seja, dos interesses das classes dominantes numa determinada sociedade dividida em classes antagônicas.” e também no ponto de vista romantizado da construção, que evoca figuras masculinas e ilustres como heróis.

Segue algumas considerações feitas pelos estudantes durante esse momento:

“Eu sei que foi uma história de muita luta e coragem, o Juscelino Kubitschek que era o presidente transformou um lugar que não tinha nada em uma cidade linda”. (Estudante 16 anos.)

“A história de Brasília é a história de um sonho, sonho de uma capital moderna e casa de todos os brasileiros, tanto que quando tava construindo veio gente de todo canto pra cá”. (Estudante 17 anos.)

“Eu não ando muito pro lado de lá, mas sei que os prédios são muito bonitos, então dá pra ver que foi feito com muito capricho pelo presidente e o arquiteto dele”. (Estudante 17 anos.)

“Eu aprendi a história na escola, mas faz tempo, eu acho uma história muito bonita porque aqui o presidente e os amigos dele tiveram muita força de vontade e fez a capital do país e todo mundo pôde vir morar aqui”. (Estudante 16 anos).

Figura 8 - Atividade aula oficina II



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes.

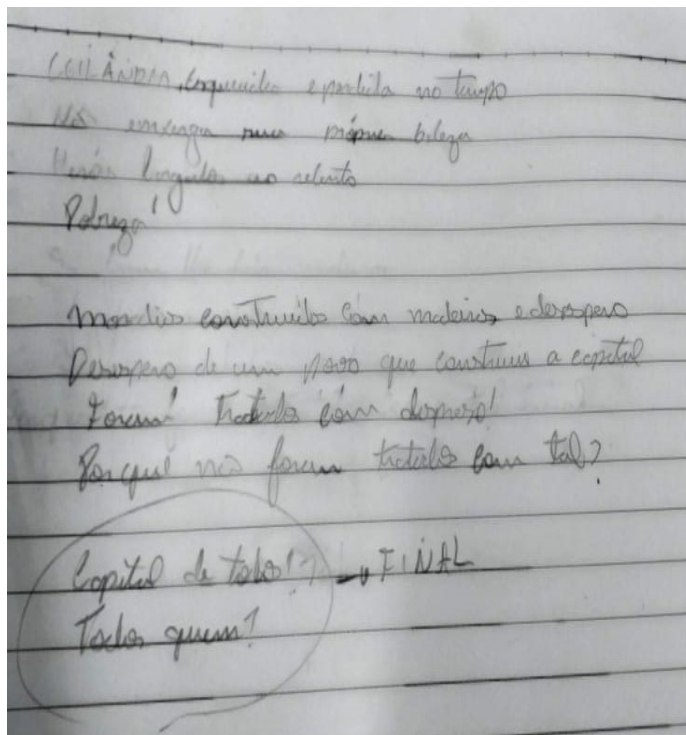
Após a realização da roda de conversa, iniciamos a oficina intitulada “Histórias de Brasília e Ceilândia – Sonhos e realidades.” Durante a oficina a turma foi organizada em formato circular e a partir disso tratamos do surgimento de Brasília e das cidades-satélites, além de nos aprofundarmos na história de Ceilândia. Os tópicos tratados na oficina correspondem ao arcabouço teórico contido nesse trabalho e foram:

- Brasília, o sonho. (Idealizadores e planejamento).
- Candangos, de heróis a “invasores”.
- Vilas operárias e cidades-satélites.
- Ceilândia, a realidade. (Campanha de Erradicação dos Invasores, as remoções e as lutas).
- As mulheres nessa e em outras histórias, ausências que dizem muito.

A oficina foi realizada em quatro aulas de 50 minutos cada, incluído a análise dos relatos orais de Ana Maria, Antônia e Severina colhidos pelo APDF e, ao final foi pedido aos participantes, que se reunissem em quatro grupos para que fizessem reflexões sobre as histórias da construção de Brasília e de Ceilândia, e a partir dessas reflexões produzissem uma rima, uma das vertentes do movimento *Hip hop*, sobre o conhecimento

apreendido. Segue fotos dos trabalhos realizados durante a oficina:

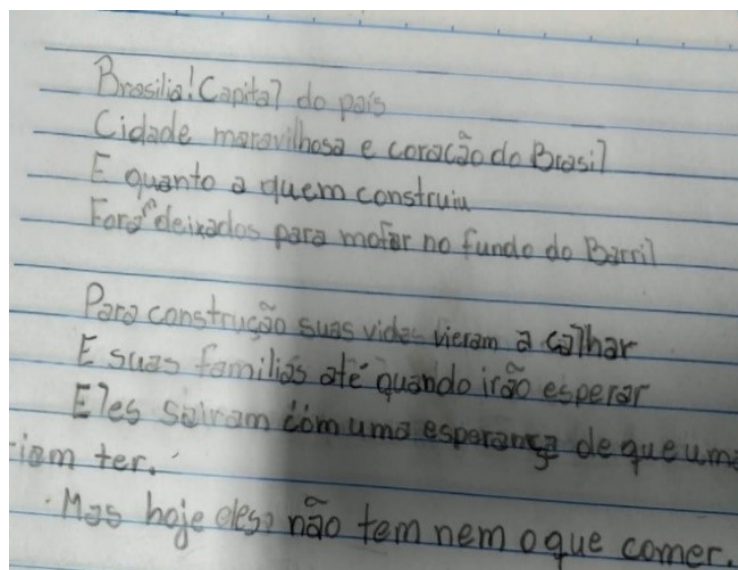
Figura 9 - Rima realizada pelo grupo 1.



Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Ceilândia esquecida e perdida no tempo
 Não enxerga sua própria beleza
 Heróis largados ao relento
 Pobreza!
 Moradias construídas com madeiras e desespero
 Desespero de um povo que construiu a capital
 Foram tratados com desprezo
 Porque não foram tratados como tal?
 Capital de todos
 Todos quem?

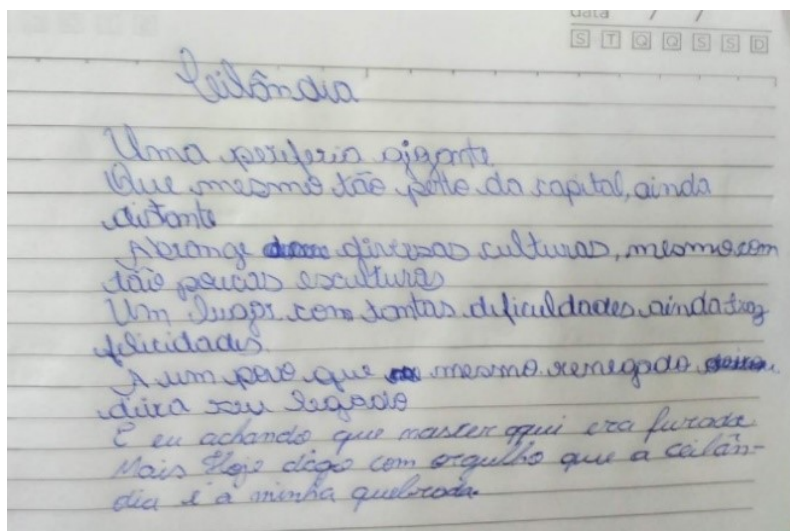
Figura 10 - Rima realizada pelo grupo 2.



Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Brasília capital do país
 Cidade maravilhosa e coração do Brasil
 E quanto a quem construiu
 Foram deixados para moer no fundo do barril
 Para a construção suas vidas vieram a calhar
 E suas famílias até quando irão esperar?
 Eles saíram com a esperança do que iriam ter
 Mas hoje eles não têm nem o que comer.

Figura 11 - Rima realizada pelo grupo 3

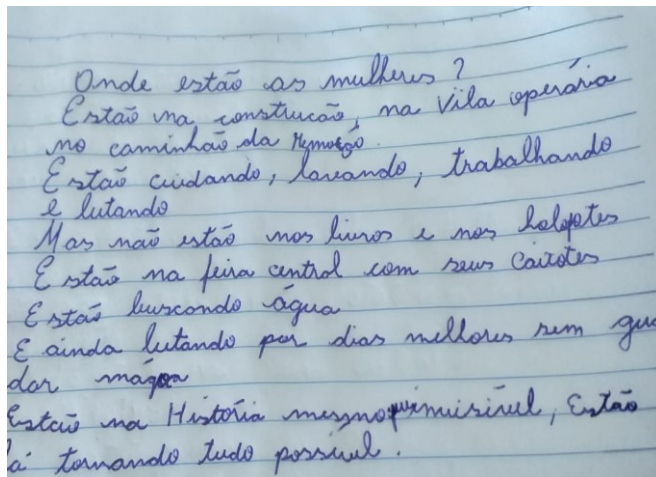


Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Uma periferia gigante
 Que mesmo tão perto da capital ainda distante
 Abrange diversas culturas, mesmo com tão poucas esculturas
 Um lugar com tantas dificuldades ainda traz felicidades

A um povo que mesmo renegado deixa seu legado”
 E eu achando que nascer aqui era furada
 Mas hoje digo com orgulho que a Ceilândia é a minha quebrada.

Figura 12 - Rima realizada pelo grupo.



Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Onde estão as mulheres?
 Estão na construção, na vila operária, no caminhão da remoção
 Estão cuidando, lavando, trabalhando e lutando
 Mas não estão nos livros e nos holofotes
 Estão na feira central com os seus caixotes
 Estão indo buscar água
 E ainda lutando por dias melhores sem guardar mágoa
 Estão na história mesmo que invisível, estão lá tornando tudo possível.

As rimas produzidas pelos grupos demonstram, em suas palavras, uma nova perspectiva a respeito da construção de Brasília. A visão romantizada dá lugar a visão crítica dos fatos, além disso nota-se que Ceilândia e as mulheres são as protagonistas da atividade, evidenciando a criticidade e traços de pertencimento adquiridas por meio do conhecimento e do desenvolvimento da consciência histórica.

3.3 Aula oficina: O Patrimônio do DF e suas muitas identidades: narrativas e aprendizagem histórica dos estudantes

A aula oficina subsequente foi pensada no sentido de problematizar questões voltadas para a patrimonialização dos bens culturais dentro do Distrito Federal. Para tal a oficina recebeu o nome de “O patrimônio do DF e suas muitas identidades: narrativas e aprendizagem histórica dos estudantes”.

O ensejo da oficina foi promover reflexões acerca do patrimônio oficial, suas diretrizes e processos, assim como trabalhar aspectos do patrimônio afetivo, suas implicações e importância no sentido de dar continuidade as histórias e contribuir com o reconhecimento e preservação da identidade da comunidade local. Desse modo foram elencados os seguintes tópicos a serem discutidos no decorrer da aula oficina:

- O patrimônio oficial e os métodos de tombamento.
- O patrimônio afetivo e sua importância.
- Patrimônios oficiais do DF.
- Ceilândia além da Caixa D'água.

O primeiro tópico foi tratado com o objetivo que os estudantes compreendessem os métodos utilizados para o tombamento, assim como os órgãos responsáveis por ele, tanto na instância federal quanto na instância do DF; O segundo tópico visou trazer a perspectiva do patrimônio afetivo e, assim aproximar os estudantes de questões relevantes para o patrimônio cultural, história local, identidade e pertencimento. No terceiro tópico foram analisados os Quadros 1 e 2, já apresentados nesse trabalho. A análise foi feita no sentido de identificar quais bens do DF são considerados patrimônio cultural e também problematizar essas escolhas. Já no quarto tópico, os alunos tiveram acesso a lugares considerados como significativos na história e identidade de Ceilândia. Esses lugares podem ser definidos como “lugares referenciais” que segundo Pelegrino (2002) circulam entre o presente e o passado, e representam um sentido de continuidade, pois possuem diferentes temporalidades pelos seus traços culturais referenciando como um “passado no presente”.

Os locais referenciais tratados na aula oficina são: Caixa D'água de Ceilândia, Feira Central de Ceilândia, o Quarentão, Campus UNB – Ceilândia, Campus IFB – Ceilândia, Casa Akotirene, Museu da Limpeza Urbana, Estádio Abadião, Praça do Cidadão, Praça da Bíblia, Praça dos Eucaliptos, Casa do Cantador, Biblioteca de Ceilândia e a Feira do Produtor. É importante salientar que, assim como ocorrido nas oficinas anteriores, o arcabouço teórico contido no trabalho também foi utilizado para a realização das atividades da aula oficina em questão.

Como parte da oficina, assim como aconteceu nas anteriores houve uma roda de conversa, onde os estudantes trouxeram as seguintes falas acerca do processo:

“Pela quantidade de Patrimônio que tem no Plano e que tem nas outras

idades é como se a cultura estivesse só do lado de lá”. (Estudante, 16 anos)

“Se a gente fosse escolher, digo a população em geral o que era Patrimônio, acho que ia ser diferente, quem escolhe às vezes nem conhece o povo, como vai saber se a gente acha importante?” (Estudante, 16 anos)

“O Patrimônio Afetivo é muito mais próximo das pessoas de verdade, pois é aquilo que toca nosso coração, são locais que a gente passa por eles e olha diferente, olha com orgulho querendo contar aquela história pra todo mundo e proteger o lugar”. (Estudante, 16 anos)

“O Patrimônio tem que ter o lado da periferia e do povão também, aqui nós temos cultura e muita coisa boa, mas parece que o olhar do Patrimônio Cultural e até a história mesmo só olha pro mesmo lado, o lado do Plano Piloto e só olha pro mesmo tipo de pessoa, homens importantes e é por isso que gostei dessa coisa de Patrimônio Afetivo”. (Estudante, 17 anos)

Como culminância da aula oficina foi pedido que os estudantes formassem equipes e, após explicação prévia, criassem o “Mapa afetivo de Ceilândia.” O mapa afetivo consiste, segundo publicação do Iphan, em

um procedimento metodológico participativo que visa a construção de mapas levando-se em consideração as múltiplas dimensões, coletiva e participativa, necessárias para a produção do conhecimento presente no território. É um tipo de atividade que propicia o empoderamento do conhecimento territorial por parte dos participantes, além de levantar percepções únicas apresentando as necessidades e potencialidades do território representado. (IPHAN, 2019)

A intenção da atividade foi unir memórias dos estudantes com a educação patrimonial. A criação do mapa trouxe a externalização de memórias de Ceilândia e também um exercício de reflexão por parte dos estudantes no sentido de se reconhecerem como parte da RA e vice-versa, tendo como protagonista o patrimônio cultural de Ceilândia. Seguem as fotos da realização da atividade:

Figura 13 - Realização do mapa afetivo.



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes.

Por meio da construção coletiva do mapa afetivo e dos conhecimentos adquiridos ao longo do processo, os estudantes entraram em consenso sobre quais pontos da região administrativa de Ceilândia que consideram importantes.

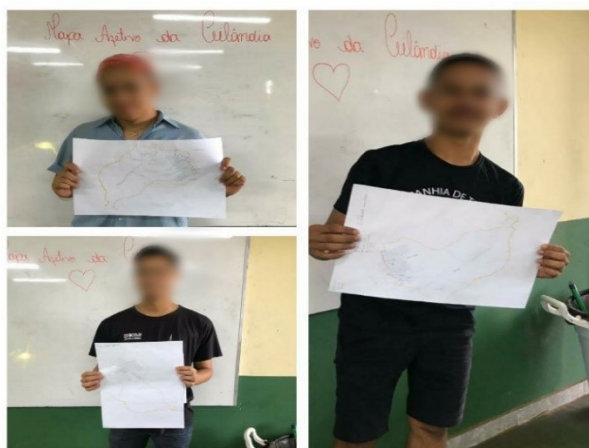
“Foi muito legal fazer o mapa, nós compartilhamos histórias e vi que alguns lugares da Ceilândia são importantes pra todos, e acho que esses são os Patrimônios Culturais”. (Estudante, 16 anos)

“Foi um exercício bom, nunca tinha pensado na Ceilândia desse jeito, eu só passava pelos lugares sem saber da história deles, agora que eu sei é diferente, eu penso neles de um jeito diferente”. (Estudante, 17 anos)

“Com o mapa afetivo eu vi que Ceilândia tem muitos lugares importantes, pra cultura e pra gente também, e é importante reconhecer isso”. (Estudante, 17 anos)

“O mapa fez a gente pensar junto no que é importante pra gente e pras outras pessoas que moram aqui, pois tem gente de todo tipo, eu mesma moro na Zona rural e muita gente não, então a gente pensou no que é importante pra todos os moradores”. (Estudante 16 anos.)

Figura 14 - Apresentação do mapa afetivo



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes

O Manual do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural (2013) traz que o método do mapeamento afetivo evidencia lugares de memória na cidade que marcam o indivíduo e que dessa maneira é possível desenvolver processos de construção identitária dos participantes. O órgão utiliza o método em oficinas promovidas com o ensejo de promover identidade e reconhecimento dos lugares de referência.

A construção coletiva do mapa afetivo de Ceilândia trouxe apontamentos necessários para que a quarta etapa das aulas oficinas fossem realizadas. Os locais indicados pelos estudantes no mapa constituem parte do circuito de visitas a ser realizados na sem uma conceituação vasta é possível identificar o mapa afetivo como ferramenta de apoio, no sentido de criar um senso de pertencimento e preservação da memória e identidade da comunidade, utilizando locais com valor cultural e histórico. A atividade é inclusive incentivada.

Segue os locais escolhidos e as justificativas realizadas pelas falas dos estudantes durante a apresentação do mapa afetivo:

A Universidade de Brasília – UNB e Instituto Federal de Brasília – IFB campus Ceilândia, os estudantes consideram a criação dos dois campi na Região Administrativa de Ceilândia um marco no tocante a forma que a população da RA é vista. Para eles a implantação da academia prova que a população deixa de ser vista como invasores e marginais e passa a ser vista como cidadãos aptos a contribuir intelectualmente.

“Antes, no começo, aqui não tinha nem escola e agora a gente pode fazer faculdade, representa que a forma que viam o morador de Ceilândia mudou, todo mundo achava que aqui só tinha bandido, agora sabem que tem estudantes também”. (Estudante, 16 anos)

O Estádio Maria de Lourdes Abadia, popularmente conhecido como Abadião, inaugurado em 27 de agosto de 1978, está localizado na QNN 22 Conjunto B Área Especial, e é o estádio de Ceilândia, onde acontecem diversas atividades esportivas e ações sociais.

“Eu nunca vi um estádio de futebol com nome de mulher, até hoje dizem que futebol não é pra mulher é um lugar importante por ter esse nome e também por ser o único estádio que a gente tem por aqui”. (Estudante, 16 anos)

A Casa do Cantador. A edificação tem a autoria do arquiteto Oscar Niemeyer e representa a cultura nordestina tão presente em Ceilândia, os estudantes a consideraram um marco arquitetônico e também cultural.

“Os turista vem de longe pra ver as obras do Oscar Niemeyer lá do Plano e nós temos uma aqui pertinho e não visitamos”. (Estudante, 17 anos)

A Praça dos Eucaliptos/Skate Parque, o complexo localizado no centro de Ceilândia, abriga pista de skate, quadras de areia, campo sintético e espaço de lazer, o espaço é repleto de grafites que fazem referência a cultura dos moradores.

“Acho que é um lugar que é a cara da Ceilândia, as fotos que foram mostradas faz eu pensar que se fosse definir Ceilândia por um só lugar ia ser lá, lá tem grafite pra todo lado e de lá dá pra ver outros pontos importantes”. (Estudante 17 anos)

A Caixa D'água de Ceilândia é símbolo da RA e tem muita representatividade nas lutas dos moradores, visto que a inauguração de Ceilândia se deu sem a infraestrutura básica e o reservatório foi fruto de luta e reivindicações.

“Antes de ter a caixa d'água tudo era muito sofrido, ela foi um marco pra cidade e pros moradores, hoje a gente tem que preservar ela e a história dela também”. (Estudante, 17 anos)

A Feira Central de Ceilândia é se localiza na área central desde o ano de 1973, sendo inaugurada oficialmente em 1984, além de seu caráter comercial é considerada um reduto da cultura nordestina, oferecendo aos seus visitantes pratos típicos da culinária e uma grande variedade de produtos.

“A feira é mais que um lugar de comércio, conta parte da história de Ceilândia e traz o Nordeste pra mais perto de quem teve que vir embora”. (Estudante, 16 anos)

A Praça do Cidadão se localiza próxima no centro de Ceilândia e reúne serviços

sociais, como a farmácia popular e a agência do trabalhador. Reúne também eventos e manifestações culturais como apresentações musicais, teatrais, eventos sociais e governamentais. A praça também abriga a sede do projeto “Jovem de Expressão”, criado no ano de 2007. O projeto promove atividades na forma que incentivam o protagonismo do jovem da periferia.

“A Praça do Cidadão é legal porque oferece oportunidades pra gente aprender sobre cidadania lá no jovem de expressão e também de ser cidadão usando as coisas do governo que tem lá”. (Estudante 16 anos.)

A Praça da Bíblia, localizada na QNP 19, no Setor P Norte de Ceilândia foi inaugurada no dia 30 de novembro de 2007, dia do evangélico, e, inicialmente foi criada no intuito de atender as comunidades evangélicas da RA, no entanto o espaço é utilizado como palco de diversas manifestações culturais, tais como rodas de capoeira, batalhas de rima, cultos evangélicos e shows musicais de vários ritmos. O intrigante é que muitas vezes os eventos acontecem ao mesmo tempo, cada um deles em um canto da Praça da Bíblia.

“A praça da Bíblia parece mesmo Ceilândia, um monte de coisa diferente que se juntou e deu certo”. (Estudante de 17 anos).

3.4 Aula oficina- “Ceilândia, sua história e seus patrimônios” / Rolê pela CEI

A quarta e última aula oficina foi inicialmente intitulada de “Ceilândia, sua história e seus patrimônios” e no decorrer das atividades foi renomeada pelos estudantes de “Rolê pela CEI”. A oficina consistiu na realização de saídas de campo - ação fundamental para que os estudantes conheçam, compreendam e ressignifiquem o patrimônio cultural de Ceilândia.

Caminhar pelas quadras de Ceilândia, Região Administrativa rotulada de forma negativa desde a sua criação, conhecendo e reconhecendo locais com significados afetivos e historicizando as conquistas locais que se tornam tangíveis na forma das edificações, é uma prática importante e necessária visto que dessa forma os estudantes compreendem a própria consciência histórica do meio onde vivem.

Os locais escolhidos para a análise e visitação da pesquisa são lugares compreendidos pelos estudantes como espaços públicos com significado histórico e afetivo para eles e para toda a comunidade de Ceilândia. Tais locais potencializam também discussões históricas e temporais. A ação educativa realizada nas saídas de

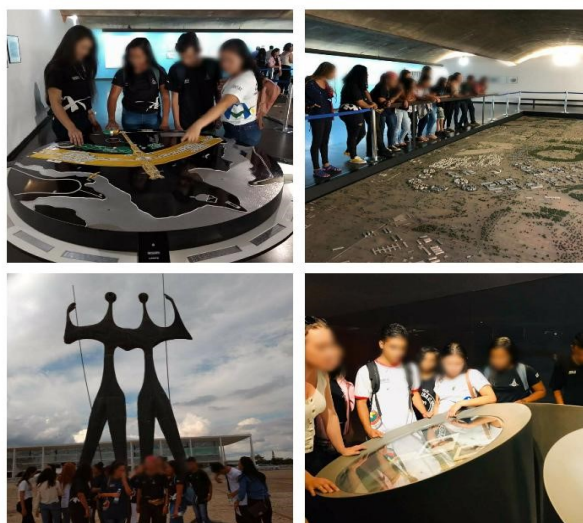
campo é fundamental para que, conforme proposto os estudantes, compreendam e ressignifiquem o patrimônio cultural.

Além dos locais escolhidos pelos estudantes foi incluída a visitação à Praça dos Três Poderes e os monumentos e museus que a circundam, o local pertence ao a RA I, Plano Piloto e a inclusão do local foi feita, pois durante a tentativa de conseguir suporte da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF para a realização das saídas de campo afim de conhecer o patrimônio cultural da Ceilândia, a mesma informou não haver disponibilidade de transporte para a realização da atividade, mas disponibilizou aos alunos a visitação à Praça dos Três Poderes, com direito ao transporte, lanche, guia e palestra.

Como a maioria dos estudantes destacaram no início do desenvolvimento da pesquisa que não conheciam o patrimônio cultural do Plano Piloto consideramos uma boa oportunidade para que o conhecessem e para que também traçassem um paralelo entre diversas questões que envolvem o patrimônio cultural da RA I, Plano Piloto e a RA IX, Ceilândia. A primeira saída de campo realizada foi com destino à Praça dos Três Poderes. A visita contou com muita estrutura e foi bastante significativa no sentido de oportunizar aos estudantes do Centro Educacional INCRA 09 novas vivências e reflexões acerca das cidades que os cercam.

A saída de campo contemplou a visitação do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, um memorial que homenageia heróis nacionais, e o Espaço Lúcio Costa, um museu dedicado a homenagear o urbanista. Os participantes da saída de campo puderam contemplar também as diversas esculturas distribuídas pela praça e também as três edificações monumentais que representam os três poderes: o Palácio do Planalto, o prédio do Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional brasileiro.

Figura 15 - Saída de campo – Praça dos Três Poderes.



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes.

Ainda no caminho foi mostrado aos estudantes alguns outros pontos considerados Patrimônio Cultural e também a localização das antigas vilas operárias e durante a visitação os estudantes teceram algumas reflexões sobre a falta de representatividade feminina e também das pessoas que trabalharam na construção da capital. Segue algumas dessas manifestações.

“As únicas coisas que tem dos candangos aqui é uma foto no museu do Lúcio Costa e a estátua dos dois candangos, mas na foto os candangos tão tipo borrados, não dá pra reconhecer e na estátua que seria uma homenagem nem rosto tem”. (Estudante, 16 anos.)

“Parece até que as mulheres não fazem parte dessa história e desse patrimônio, porque tanta coisa que a gente viu e não tem nada que fale das mulheres, das coisas que elas fizeram e dos pensamentos delas”. (Estudante, 17 anos)

“O passeio foi muito legal, eu só não entendo como a gente conseguiu vir pra cá que é tão longe com transporte e lanche de graça e não consegue visitar Ceilândia, que é onde fica a nossa escola e a nossa casa, parece que é mais importante a gente saber sobre as coisas daqui do que sobre as coisas de lá”. (Estudante, 17 anos.)

“A moça que tava explicando as coisas disse que esse lugar foi construído pra todo mundo visitar e se manifestar, mas não é o que eu senti, não senti que é um lugar pra mim, as histórias e as pessoas daqui não tem nada a ver comigo”. (Estudantes, 16 anos.)

Após diversas tentativas, uma parceria entre o Iphan-DF e a SEDF viabilizou o transporte para os alunos e alunas e isso possibilitou que o “Rolê pela CEI” acontecesse. Para essa etapa o lanche foi fornecido pela própria escola e como guias teríamos os

depoimentos das mulheres que fazem parte da história de Ceilândia e de seu patrimônio cultural afetivo.

Tivemos uma tarde para a realização das atividades, dessa forma criamos um roteiro de acordo com a localização dos locais escolhidos previamente pela turma:

1. Casa do Cantador
2. UNB – Ceilândia
3. IFB- Ceilândia
4. Praça dos Eucaliptos/Skate Parque
5. Feira Central de Ceilândia
6. Caixa D'água de Ceilândia
7. Praça do Cidadão
8. Praça da Bíblia

As visitas ocorreram sem grandes contratempos, no entanto, pelo horário, a visita à Praça da Bíblia não foi realizada, pois a maioria dos estudantes dependem do transporte escolar rural para sua locomoção entre a residência e a escola e optamos por garantir que os estudantes tivessem tempo hábil para embarcarem no ônibus no horário estabelecido.

Figura 16 - Saída de campo – Rolê pela CEI.

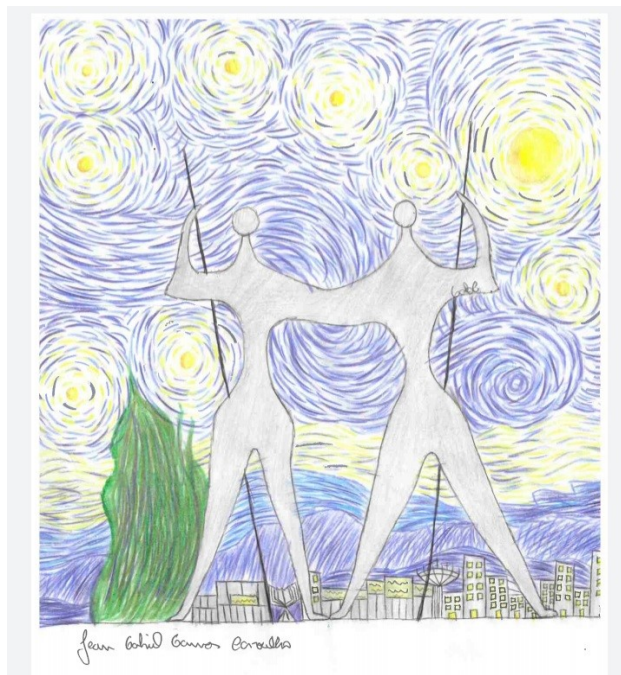


Fonte: Imagem produzida pelos estudantes

Alguns dias após a realização da saída de campo foi pedido para que os estudantes fizessem desenhos que refletissem suas impressões e percepções sobre o apreendido durante o processo e também que selecionassem entre os “lugares de referência” visitados sobre o patrimônio cultural afetivo de Ceilândia. Apresentamos nesse momento as

interpretações dos alunos desenvolvidas por meio das ilustrações.

Figura 17 - Interpretação dos estudantes.



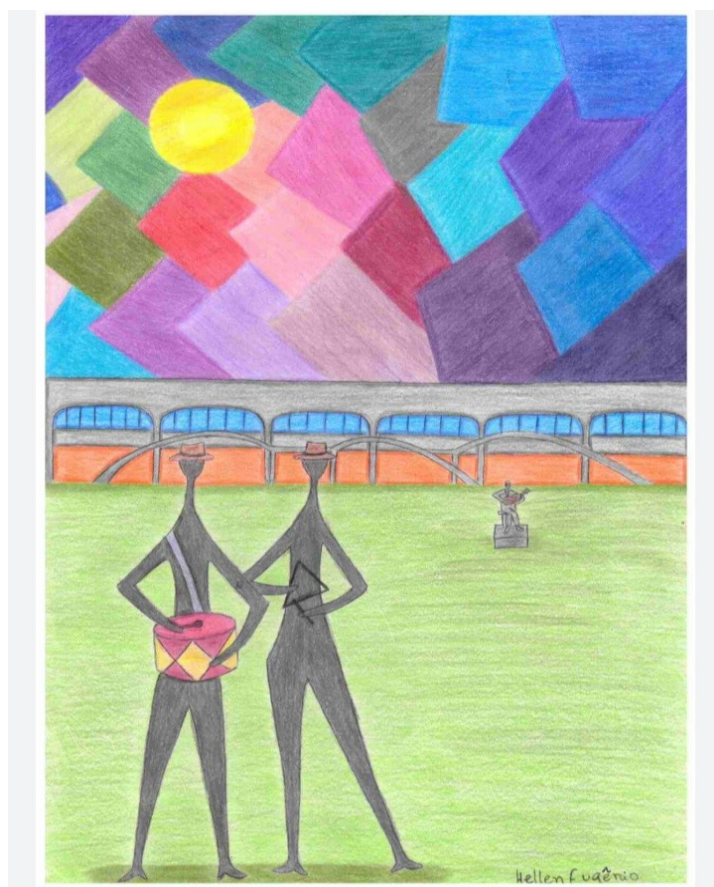
Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Figura 18 - Interpretação dos estudantes.



Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Figura 19 - Interpretação dos estudantes



Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Os desenhos elaborados no decorrer das atividades falam de presenças e também de ausências. Nas figuras 17, 18 e 19 temos a representação da Ceilândia nas áreas visitadas no Plano Piloto, em uma junção de elementos culturais da R.A I com a R.A IX, Caixa D'água e Congresso Nacional, os Dois Candangos com instrumentos musicais na Casa do Cantador e também os Dois Candangos com Ceilândia ao fundo sob um peculiar céu estrelado, fazendo referência à importante obra pictográfica de Van Gogh.

Figura 20 - Interpretação dos estudantes.



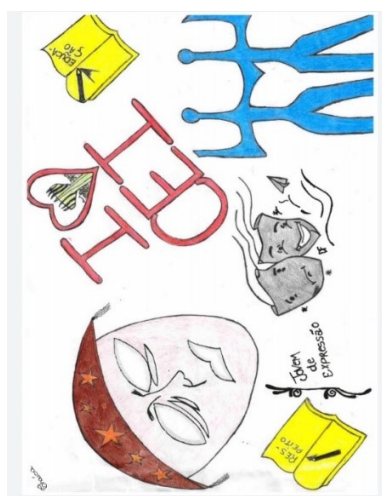
Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Figura 21 - Interpretação dos estudantes



Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Figura 22 - Interpretação dos estudantes



Fonte: Produções dos estudantes durante a pesquisa.

Nas demais ilustrações vemos a percepção da presença de elementos culturais e raciais presentes nos locais de referência analisados nas saídas de campo. A autora Lélia Gonzalez nos traz a necessidade de atrelar a desigualdade social com a desigualdade racial. Dessa forma essas representações da cultura negra em Ceilândia produzidas pelos estudantes nos remetem à um despertar de reflexões acerca do tema, tal fato essencial para o crescimento social e cultural para as muitas periferias. As representações se dão nas figuras de número 20 e 21, onde os moradores da Ceilândia que vão à Feira Central são pessoas pretas e, também, onde os traços africanos e frases de empoderamento negro são utilizados para retratar Ceilândia.

As escolhas dos estudantes ao relacionar os locais de referência histórica da RA de Ceilândia ao patrimônio cultural afetivo são definidas a partir de perspectivas que tratam da relevância de determinado local para a comunidade, os discursos que permeiam essas escolhas e ponderações se dão no âmbito da representatividade e da coletividade para a comunidade na qual se inserem, [...] todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. [...]. O patrimônio, em todas as suas vertentes material, imaterial, consagrado e não consagrado nos oportuniza processos de descobertas e aprendizados. (GRUNBERG, 2007, p. 5)

Para finalizar a oficina foi realizada a roda de conversa onde além das já habituais reflexões e discussões, os estudantes elegeram o patrimônio cultural afetivo de Ceilândia, de acordo com as memórias individuais e coletivas, com seus significados e suas ressignificações. Os escolhidos foram a Caixa D'água da Ceilândia, a Feira Central de Ceilândia, a Casa do Cantador e a Praça do Cidadão.

CAPÍTULO IV - PATRIMÔNIO CULTURAL AFETIVO DE CEILÂNDIA – RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO C.ED.INCRA 09

Brasília tem sua concepção baseada em parâmetros modernistas. Seu urbanismo e arquitetura simbolizam não só os traços da nova capital, como também o estágio desenvolvimentista do Brasil. No momento de sua construção pressupunha-se que o modelo arquitetônico e o plano urbanístico moldariam o modo de vida e as interações sociais. Nos planos de construção das Super Quadras de Brasília, Asa Sul e Asa Norte, os espaços são muito bem determinados de forma setorizada e organizada por siglas (CRS – Comércio Residencial Sul, SCN – Setor Comercial Norte, SCS – Setor Comercial Sul, SCTS – Setor Cultural Sul, SDC – Setor de Divulgação Cultural, SDN – Setor de Diversões Norte, SDS – Setor de Diversões, Sul, CLN/CLRN – Comércio Local (Residencial) Norte, CLS – Comércio Local Sul) dessa forma as principais funções programadas por Lúcio Costa para Brasília que são “morar, trabalhar, divertir-se e circular” são legitimadas pela organização espacial.

Contudo, uma dinâmica social não planejada foi criada pelas diferentes culturas regionais trazidas pelas construtoras e construtores da capital, assim, a “cidade de pedra e a cidade de carne” se encontram e algumas interações sociais não cabem nas siglas da cidade planejada e é nas Regiões Administrativas que as redes de relações sociais são ampliadas e se tornam referências culturais, e dessas relações sociais surgem cultura e afetividade e assim por vias diferentes das tradicionais têm-se os patrimônios culturais afetivos, locais e manifestações que são referências de cultura, história e também de afetos da comunidade para com as cidades.

O entrelaçar de saberes presentes na pesquisa e as interações promovidas por ela elenca inventaria o patrimônio cultural afetivo da RA IX, Ceilândia, conforme apontados pelos estudantes participantes da construção da pesquisa e são eles: a Caixa d’água da Ceilândia, a Feira central de Ceilândia, a Casa do cantador e a Praça do Cidadão. Na visão dos estudantes, tais locais se constituem como lugares de referência histórica e cultural e afetivo. Assim, compreendemos lugares de referência na história como diversos e múltiplos, e seus significados e relevância devem ser conferidos pelo viés daqueles que o utilizam. Os Cadernos do Patrimônio Cultural, publicados pelo Iphan, estabelecem que: Somente os espaço e aspectos físicos não são capazes de transformar um local em local de referência é a afetividade que dota tal local de sentido. Guiados por esse pensamento,

segue a apresentação do patrimônio cultural afetivo de Ceilândia, concebido por meio da realização das aulas oficinas junto aos estudantes do 2º ano do ensino médio do C.ED.INCRA 09.

A caixa d'água de Ceilândia

Figura 23 - A Caixa D'água de Ceilândia.



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes.

A Caixa D'água da Ceilândia é um importante símbolo da RA. Localizada no centro da cidade, se faz presente em sua bandeira, nas logomarcas do comércio local e também no escudo do Ceilândia Esporte Clube, time oficial de Ceilândia. Foi elencada como patrimônio histórico do Distrito Federal, em novembro do ano de 2013, pelo Decreto nº 34.845/2013. Mesmo antes do processo de patrimonialização ser iniciado por meio de uma ação popular, a Caixa D'água de Ceilândia já era reconhecida, conforme traz o decreto já citado em seu primeiro parágrafo:

[...] o tombamento da Caixa d'água da Ceilândia como uma das primeiras ações para a sua preservação, medida que impedirá legalmente sua descaracterização, destruição, demolição ou mutilação. Essa é a forma que entendemos a proteção e preservação desse patrimônio que para a comunidade de Ceilândia, tem um valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo. (BRASIL, 2013)

A importância da Caixa D'água, hoje simbólica, está dentro do contexto de luta e mobilização social dos seus antigos e atuais moradores. Quando os moradores foram

levados para habitar a localidade, não havia em Ceilândia, serviços essenciais como água encanada, saneamento básico e iluminação pública. Sendo a falta de água encanada o problema que perdurou por mais tempo. As dificuldades trazidas pelo problema ultrapassam questões de higiene e conforto. A falta de água encanada influi também na composição da renda familiar, visto que as mulheres que geralmente trabalhavam como lavadeiras não poderiam desempenhar essa função. (GOUVÊA, 1995)

Segundo Tavares (2005), a água chegava aos moradores de Ceilândia por meio de caminhões adaptados que passavam a cada oito dias. A demora no abastecimento ocasionava situações degradantes para os construtores da capital que saíram de várias regiões do Nordeste, muitas vezes fugindo da seca em busca de uma vida melhor. Segundo uma das moradoras: “A água que lavava o arroz, a gente juntava para lavar as crianças” (AMMANN, 1987, p. 25). A resolução para o abastecimento de água começou a se delinear somente em 1973, com o início da construção do Reservatório Elevado de Ceilândia ou Elevatório Cruzeiro, mais conhecida como Caixa d’água de Ceilândia.

A construção foi concluída no ano de 1975, mas o reservatório só começou a ser utilizado em 1977 (RESENDE, 1985). É importante ressaltar que ainda com a construção do reservatório concluída, os moradores de Ceilândia não contavam com o abastecimento durante todo o dia, visto que durante algumas horas o abastecimento era cortado (GONZALES, 1985, p. 86). O designe do reservatório fez com que seus moradores o comparassem a uma flor, uma nave espacial e também a um troféu, sendo a última comparação a mais aceita pela população, visto que representa acima de tudo uma vitória para seus moradores na luta por melhores condições de vida.

Na abordagem em sala de aula sobre a importância e conhecimento acerca da caixa d’água, construímos narrativas de conhecimento prévio dos estudantes, do 2º ano do ensino médio com a faixa etária entre 16 e 18 anos. Para compreender o processo de análise fizemos diálogos sobre os bens patrimoniais de Ceilândia, assim vários estudantes participaram do processo da pesquisa. Os estudantes participantes da construção da pesquisa apontaram a Caixa d’água como um patrimônio que promove conhecimento histórico e identitário, um símbolo de Ceilândia e de seus moradores que conectam passado e presente.

“Eu passava direto pela Caixa D’água e achava que era só uma caixa D’água esquisita, mas quando eu conheci a história que tem por trás eu vi que tem muito a ver com o que acontece em Ceilândia e no mundo hoje”. Aluno, 17 anos

“É importante, e faz a gente pensar nas lutas de antes e nas lutas de agora, as mulheres lutando pra poder ter uma condição digna pra elas e pros filhos e pra poder trabalhar”. Aluna, 16 anos.

“É mais que uma caixa D’água, é um símbolo da força dos moradores e principalmente da força das mulheres, pois elas que sofreram a falta de água e lutaram”. Estudante, 17 anos.

“A Caixa d’água não é só cimento e tijolo, ela representa um sentimento e sempre que passamos por ela esse sentimento revive. Tem que ser preservada pra que as futuras gerações tenham acesso a essa História”. Aluna, 16 anos.

Os bens patrimoniais de uma localidade estão suscetíveis a interpretações múltiplas dos alunos e as interpretações históricas devem ser estimuladas ao longo do processo pelo professor no intuito de que o bem analisado seja visto como evidência histórica, desse modo a percepção sobre o bem não se detenha somente a sua função original, pois a partir da educação patrimonial se dá a leitura do patrimônio onde várias nuances são exploradas dentro de sua perspectiva histórica.

A Feira Central de Ceilândia

Figura 24 - Feira Central de Ceilândia



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes

A Feira Central de Ceilândia se estabeleceu no ano de 1973 por meio da junção de três feiras existentes na região: a Feira da Guariroba; uma feira localizada na região central e a Feira da Vila pedrosa. As três feiras eram as principais responsáveis pelo comércio local, e com o intuito de melhorar o acesso da população, se reuniram em uma única feira. A Feira Central de Ceilândia, conforme Angélica Madeira e Mariza Veloso (2007) era vista da seguinte forma:

Prática social ancestral, não prevista no Plano de Brasília, as feiras surgiram sempre por meio de uma ocupação espontânea, muitas vezes em conflito com o poder público. Seu espaço múltiplo permite a

inserção de grupos socialmente alijados e a garantia da permanência de ofícios artesanais e saberes tradicionais, tornados presentes e acessíveis na paisagem urbana da cidade. (MADEIRA e VELOSO, 2007, p. 10)

No caso de Ceilândia, sua população se constituiu na época de sua formação, principalmente por habitantes oriundos de várias partes do Nordeste brasileiro, sendo a feira um aglutinador ponto de reunião e apoio com trocas sociais. Com organização e estrutura ainda precária, a feira comercializava confecções, temperos, animais vivos e comidas típicas. Somente no ano de 1984 a Feira Central de Ceilândia teve sua área estabelecida e foi inaugurada pelo governo do DF. O início das atividades da feira, conforme já colocado, foi com pouca estrutura e sem o acolhimento governamental. No entanto, desde sua idealização a feira já contava com um forte alicerce cultural, sendo considerada desde o levantar da primeira banca, um importante ponto cultural da cultura nordestina.

Assim como em outros lugares do país, a Feira Central de Ceilândia é um lugar de comércio, mas não apenas isso. Desde a sua concepção tem sido um espaço público de atividades múltiplas que exaltam e preservam a cultura nordestina, tão presente na RA de Ceilândia. O ceilandense se reconhece na culinária, nas apresentações musicais e demais tradições nordestinas que compõem a feira.

A feira permanente da Ceilândia é um bem de referência cultural registrado no DF e Entorno. O registro é um ato jurídico-administrativo realizado pelo Poder Público cujo bem registrado deve representar a identidade cultural de determinado grupo e tem por objetivo preservar bens de natureza imaterial (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2014).

No momento em que os nordestinos - o termo é utilizado de maneira ampla sem especificar pois não há registros de seus estados de origem - construtores de Brasília são colocados como invasores e expulsos dos arredores da área nobre da RA do Plano Piloto, fazem de Ceilândia, sua nova morada. Assim, a feira se constrói pela necessidade de um comércio local, mas se edifica como um reduto cultural nordestino onde a população expressa e transmite suas tradições, fortalecendo dessa maneira a identidade de Ceilândia.

a Feira da Ceilândia apresenta características complexas que a tornam de certa forma exemplar. Exemplar da possibilidade de sobrevivência de tradições, em contexto moderno, deslocado, de forma misturada, integrando objetos, manifestações e valores contemporâneos. Exemplar também da força da cultura encarnada nas pessoas, nos homens, mulheres e crianças que continuam dançando suas danças,

cantando seus repentes, contando suas histórias, verdadeiras e fantasiosas. (MADEIRA e VELOSO, 2007, p. 52)

No diálogo sobre a feira com os estudantes da escola, da turma x, procuramos trabalhar a concepção de identidades. Assim, os estudantes em suas falas demonstram a compreensão da importância da Feira Central de Ceilândia para a construção identitária da RA, assim como a relevância da mesma na preservação dessa identidade.

“Sempre que vinha na Feira Central de Ceilândia era como se se a gente se transportasse pra um pedacinho do Nordeste, por causa da comida e do sotaque, mas agora eu sei que Ceilândia de certa forma é um pedacinho do Nordeste e a feira está aí pra que a gente sempre se lembre disso”. (Estudante, 17 anos)

“Hoje eu sei que a feira é mais que comércio, é a preservação da história de Ceilândia”. Aluna, 17 anos.

“A feira faz a gente se lembrar de onde viemos, e faz pensar em como os primeiros moradores se juntaram pra ter até mesmo como fazer compras e não perder suas raízes”. Aluna 16 anos.

A Casa do Cantador

Figura 25 - A Casa do Cantador



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes

Edificação projetada por Oscar Niemeyer, uma das poucas localizadas no DF e fora da RA I, (fazer nota de roda pé O Catetinho, localizado na R.A do Gama, foi a primeira residência oficial do presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, durante a construção de Brasília) foi inaugurada em 9 de novembro do ano de 1986, segundo Barroso (2006)

Para o arquiteto, seu criador, foi a forma da criação artística, de levar às cidades-satélites a arquitetura moderna vista no Plano Piloto, com isso,

talvez, compensar aqueles que ajudaram na construção de Brasília e receberam em troca somente a expulsão. (BARROSO, 2006, p. 95)

No tocante a preservação e grau de importância destinada, a casa do cantador é desigual aos demais projetos assinados pelo arquiteto. Em sua maioria instituídos como patrimônio cultural do que acontece nas obras do arquiteto e em funcionamento até o presente o local, se identifica como lugar de referência no referente a preservação da cultura nordestina presente na formação da R.A de Ceilândia e de seus moradores atuais, em sua grande maioria descendentes de nordestinos.

A literatura de cordel, a poesia e o repente são a mola propulsora para que a Casa do Cantador contribua para manter viva as tradições nordestinas que contribuem com a formação da identidade da RA IX desde que os primeiros moradores foram removidos para a área. Contudo, nos últimos anos a Casa do Cantador tem tentado uma aproximação com as novas gerações de Ceilândia e vem associando o repente ao movimento *Hip hop* e às batalhas de rima próprias do movimento, que possuem bastante representatividade, em Ceilândia.

Dos 28 estudantes, somente um deles já havia participado dos eventos realizados pela Casa do Cantador. As percepções dos estudantes sobre a escolha da edificação como patrimônio afetivo de Ceilândia:

“É legal porque tem a gente consegue ver o passado, mas também consegue ver o tempo de agora. Eu mesmo vejo meu avó que é pernambucano e me vejo também”. (Estudante, 15 anos)

“O Patrimônio Cultural não precisa ficar parado no tempo, pode manter as características e trazer outras coisas pra fazer sentido conforme o tempo for passando”. (Estudante, 16 anos)

“A Casa do Cantador foi feito pelo Oscar Niemeyer mas como fica na Ceilândia é diferente, não tem turista vindo ver, nem considerado patrimônio é. Por isso nós aqui da Ceilândia precisa conhecer e preservar pra manter viva a história, porque é uma história que também merece ser contada”. (Estudante, 16 anos)

Glória Solé (2017), pesquisadora da Universidade do Minho, em Portugal, nos coloca que o significado e valorização de determinado bem é conferido de acordo com a compreensão e identificação, o patrimônio utilizado como ferramenta educativa em espaços formais e informais de educação influencia positivamente na criação e manutenção de valores identitários em vários níveis. (SOLÉ, 2017, p. 163).

Praça do Cidadão

Figura 26 - A Praça do Cidadão



Fonte: Imagem produzida pelos estudantes

A Praça do Cidadão, localizada próximo ao centro de Ceilândia, na EQNM 18/20, A/E, é o ponto de encontro de jovens e da cultura da Ceilândia. É uma referência na região. Com muitas árvores, a praça conta com um parque infantil, quadra poliesportiva, espaço cultural, coreto e com uma Agência do Trabalhador, que oferece, segundo seu próprio site, serviços de intermediação de emprego, emissão da Carteira de trabalho, seguro desemprego, orientações gerais sobre linhas de crédito para micro empreendedores e cursos de qualificação/capacitação, e também com uma farmácia de alto custo⁶.

A Praça do Cidadão abriga também um galpão cultural onde acontecem apresentações e performances artísticas e é a sede do projeto “Jovem de expressão”. O projeto iniciado no ano de 2007 trata de questões presentes nas vidas dos jovens da periferia como vulnerabilidade e violência, desenvolvendo debates e ações que visam, contribuir com a formação e com o protagonismo do jovem da periferia. O site do

⁶ Segundo a estimativa da Secretaria de Saúde do DF 350 mil medicamentos sejam entregues por mês na unidade.

projeto nos traz as seguintes informações:

O Programa Jovem de Expressão foi criado em 2007, a partir de uma pesquisa que demonstrou como a violência afeta a juventude. Sua tecnologia social uniu a promoção da saúde ao potencial criativo de jovens entre 18 e 29 anos e sua capacidade única de gerar respostas. O programa trabalha para evidenciar a inteligência advinda dos movimentos culturais da juventude e suas formas de convivências e transformações no mundo contemporâneo. As expressões culturais e de identidades são fundamentais para entender o papel da juventude nas transformações de consumo, produção e de novos arranjos produtivos. Dessa forma nosso papel é criar espaços, facilitar a colaboração e apoiar a geração de autonomia entre os jovens. (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2020)

Ao refletir sobre a Praça do Cidadão, os estudantes se utilizaram de diversas perspectivas temporais, levando em consideração representações do passado e futuro.

A gente percebe que essa praça é importante pra Ceilândia porque envolve a cidadania que durante muito tempo o morador queria ter, pro passado a agência do trabalhador e aqui perto era muito importante e também a farmácia, ninguém precisava pegar ônibus e ir pra longe resolver essas coisas, era oportunidades que o povo precisava na época e hoje com o Jovem de expressão a praça continua oferecendo a oportunidade que o povo precisa. Por isso que eu acho importante esse lugar, ele representa muita coisa pra nos da Ceilândia, é oportunidade de melhorar de vida, seja pelas coisas do governo ou pela cultura e arte do projeto. (Estudante, 16 anos)

É uma pena que ela não seja conhecida, eu nunca tinha vindo aqui, quando a professora falou desse lugar na aula eu fiquei ansiosa pra conhecer porque ele tem a nossa cara e oferece muita coisa que a gente gosta. (Estudante, 17 anos)

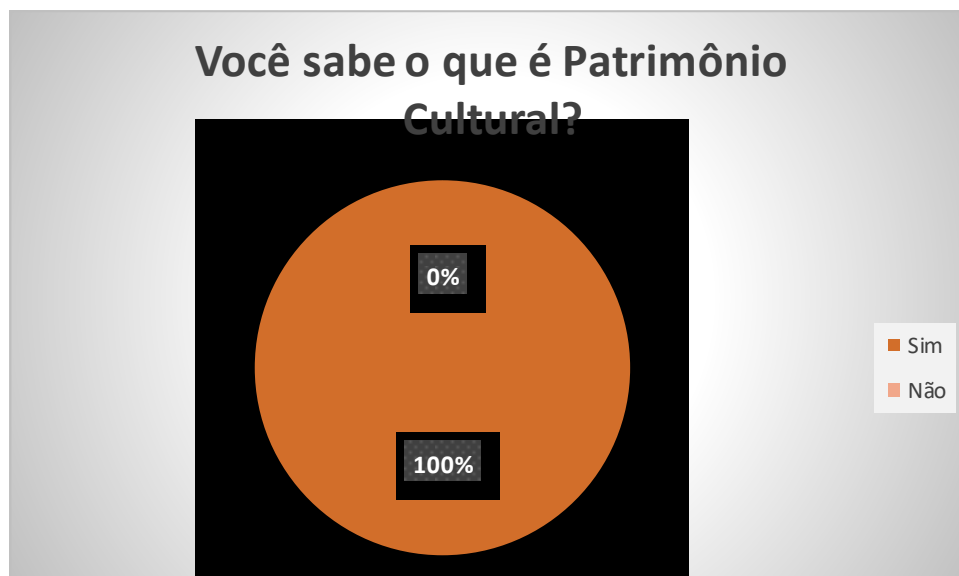
Se patrimônio é o que a gente quer preservar, eu quero preservar a Praça do Cidadão. (Estudante, 16 anos)

Jaqueline Zarbato (2017) busca analisar o patrimônio cultural como parte do ensino de história. A importante pesquisadora da temática considera que além de conhecer o patrimônio ele deve ser relacionado a vida daqueles que o cercam, e dessa maneira, promover o desenvolvimento da consciência histórica, promovendo uma leitura histórica e cultural. Em suas propostas de pesquisa, Zarbato favorece saberes que partem das famílias e comunidades, e a partir disso, a identidade da comunidade, assim como de seus moradores, é elevada em parâmetros individuais, locais e nacionais.

No questionário de encerramento das atividades, os estudantes de maneira anônima responderam sete questões que buscavam verificar o conhecimento apreendido durante a pesquisa e também os sentimentos dos alunos relacionados a ela. As questões

apresentadas no questionário que segue anexo foram: “Você sabe o que é Patrimônio Cultural?” A primeira questão oferece as alternativas “sim” e “não”.

Gráfico 8 - Você sabe o que é patrimônio cultural?

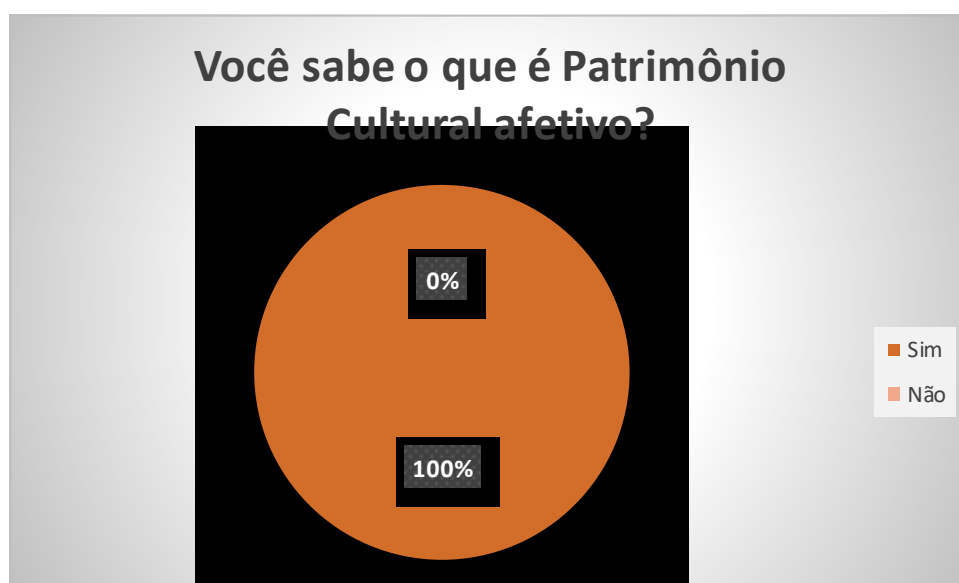


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa.

Conforme pode-se notar no gráfico acima apresentado, todos as/os estudantes assinalaram a opção que confirma o conhecimento acerca do patrimônio cultural, confirmando assim a eficácia das ações de pesquisa voltadas a esse objetivo.

A próxima pergunta se referiu ao patrimônio cultural afetivo: “Você sabe o que é Patrimônio Cultural Afetivo?”, oferecendo mais uma vez as opções “sim” e “não”. Em sua totalidade as/os estudantes responderam que sabiam do que se trata o patrimônio cultural afetivo e corroboraram com o pensamento de que o conhecimento sobre o tema se construiu de maneira significativa.

Gráfico 9 - Você sabe o que é patrimônio cultural afetivo?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A terceira pergunta pede que os/as estudantes explique um pouco de seu conhecimento sobre o tema: Se suas respostas das questões acima foram sim explique o que entende por patrimônio cultural e patrimônio cultural afetivo. A análise das respostas nos mostrou que os/as estudantes compreenderam os conceitos construídos. Entre as respostas foram selecionadas algumas que evidenciaram o conhecimento sobre o patrimônio cultural afetivo. São elas:

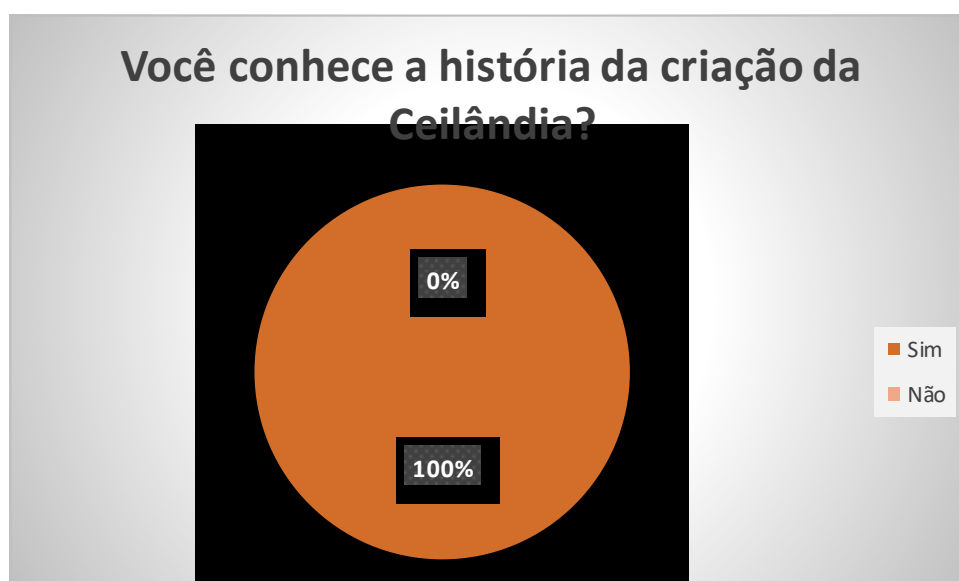
O Patrimônio Cultural Afetivo não precisa ser tombado por nenhum órgão, ele é escolhido pela comunidade levando em conta a cultura, a história e o afeto que as pessoas têm por determinada coisa. (Estudante)

O Patrimônio Cultural Afetivo além de tudo que o outro patrimônio já tem coloca como critério o afeto que a população tem sobre o lugar, e assim as pessoas conseguem se reconhecer nele. (Estudante)

O Patrimônio Cultural Afetivo é aquele patrimônio cultural que não é escolhido pelo governo, mas é escolhido pelas pessoas que moram nos lugares, são os lugares que têm valor para os moradores. (Estudante)

A quarta questão verificou sobre o aprendizado referente à Ceilândia e sua história: "Você conhece a história sobre a criação de Ceilândia?". Mais uma vez a pergunta foi acompanhada das opções "sim" e "não".

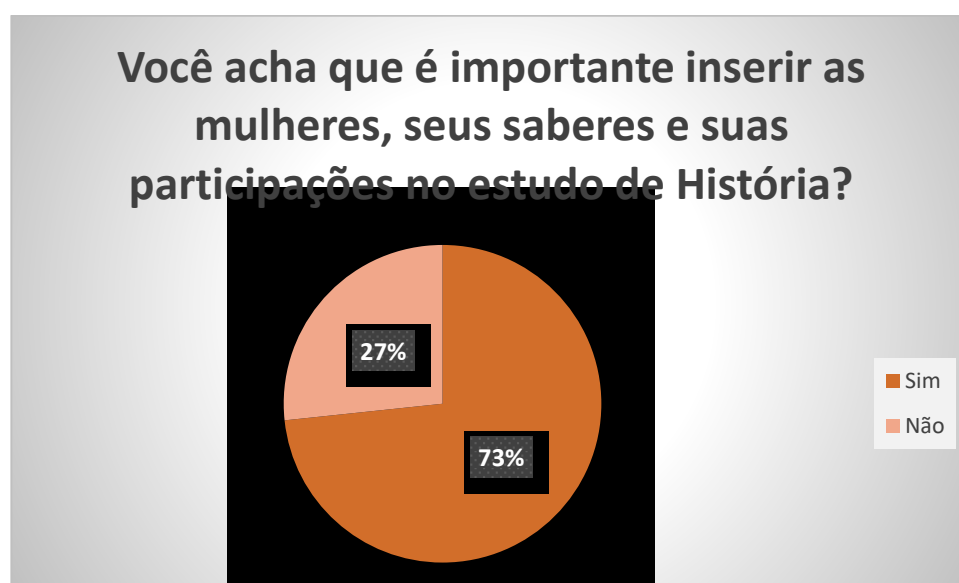
Gráfico 10 - Conhece a história da criação de Ceilândia?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os estudantes que de forma integral no começo da pesquisa alegaram desconhecer a história da construção de Ceilândia, conforme demonstrado pelo gráfico após a realização das aulas oficinas, das reflexões e saídas de campo informam conhecer a história da criação da RA. Seguindo, a questão trazia uma indagação sobre o a inserção da história das mulheres: “Você acha que é importante inserir as mulheres seus saberes e suas participações no estudo de História?”, seguida também das opções “sim” e “não”.

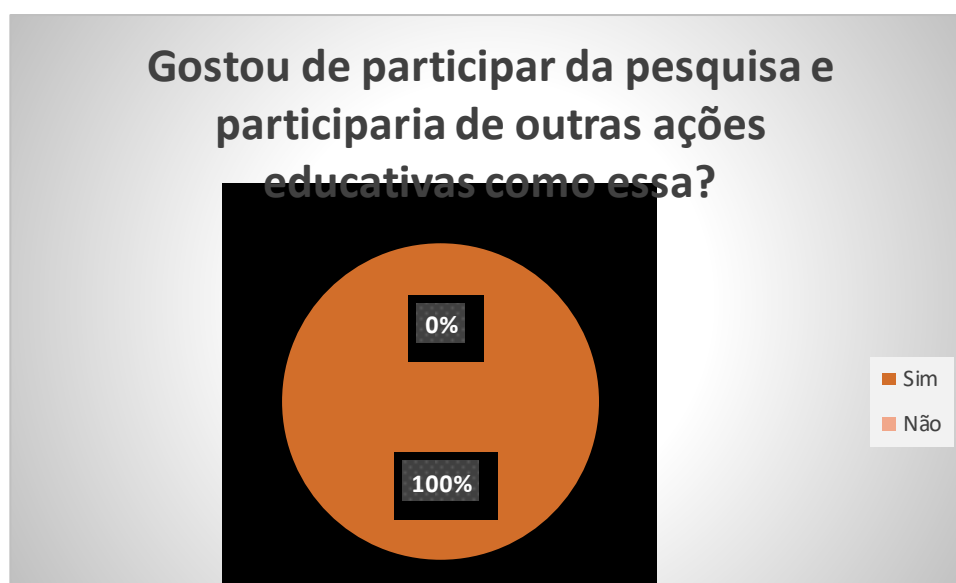
Gráfico 11 - Importância de inserir as mulheres no estudo de história.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Dentre as opções, 22 estudantes escolheram a opção “sim” e optaram pela segunda alternativa. Apesar de não ter atingido a totalidade dos /das estudantes, o número de 22 é bastante expressivo em nossa conjuntura. Desse modo, cabe dizer que a junção entre história das mulheres e educação patrimonial se mostrou eficaz no sentido de promover a valorização das histórias e saberes femininos. A penúltima pergunta se propôs a investigar se os/as estudantes se sentiram bem com as ações propostas: “Gostou de participar da pesquisa e participaria de outras ações educativas como essa?”, apresentando as opções “sim” e “não”.

Gráfico 12 - Gostou/participaria de outra pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

As respostas assinaladas no questionário afirmaram que a turma demonstra satisfação por ter participado da pesquisa e se colocam favoráveis para futuras participações em ações educativas com formatos análogos. A última indagação tratou do que houve de mais significativo durante o processo de pesquisa para os/as estudantes: “O que na sua opinião foi mais significativo durante o processo?”. Nas respostas, um dos pontos mais citados foi o protagonismo das/dos estudantes nas ações. Outro ponto que foi colocado com frequência foi o sentimento gratificante conhecer a história da RA, onde moram e, também, foi posto como significativo a história de Ana Maria, Antônia e Severina.

Pra mim foi muito legal que a professora incluiu a gente em tudo, nossa opinião foi levada em consideração e eu me senti muito importante em ajudar a escolher o patrimônio afetivo de onde eu moro, mesmo não sendo oficial foi importante por que outras pessoas vão conhecer esses

lugares e essas histórias. (Estudante)

Eu achei importante demais conhecer a história de Ceilândia, agora eu entendo muita coisa daqui que antes eu não entendia e depois de participar dessas aulas eu olho pra Ceilândia de outro jeito, com mais respeito e amor e isso me faz querer cuidar daqui e contar essas histórias pra todo mundo. (Estudante)

Saber que as senhorinhas tinham tanta coisa pra contar e que essas histórias não chegavam até a gente me fez pensar em outras mulheres, na minha mãe, minha vó e muitas outras que não são consideradas, mas que são sim importantes na história, acho que é por causa do machismo que tem, mas precisamos mudar isso pra que todas as histórias possam ser contadas. (Estudante)

Por fim, é importante destacar a construção da releitura sobre os patrimônios culturais de Ceilândia, em que os estudantes puderam fazer as suas narrativas e interpretações sobre o que concebiam sobre patrimônio cultural e o que foram agregando de conhecimento ao longo das aulas oficinas. O envolvimento dos estudantes contribuiu para que conseguissem formar consciência histórica acerca dos lugares que são importantes para eles, em Ceilândia, bem como compreender a sua representação enquanto patrimônio cultural.

4.1 O material didático

O material produzido como fruto da pesquisa corresponde a um itinerário didático e, assim como a própria pesquisa da qual ele parte, se intitula *Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial*. O itinerário traz locais de referência histórica, cultural e afetiva de Ceilândia guiado pelas histórias de Ana Maria, Antônia e Severina, moradoras de Ceilândia desde os primeiros anos de sua criação, que fazem parte da história da RA e amparado também pela perspectiva das alunas e alunos do 2º ano do Ensino médio do Centro Educacional Incra 09.

No intuito de colaborar com a construção do conhecimento em espaços formais e não formais de educação em seu cerne, o material foi formulado no ensejo de contribuir com estudantes dos anos finais do ensino fundamental e também das turmas que compõem o ensino médio, moradores que buscam conhecer a história de Ceilândia e para professoras e professores que tenham como objetivo incluir a história local de Ceilândia e a educação patrimonial nas aulas da educação básica.

Os conceitos e dinâmicas contidas no material tiveram como fonte o site institucional do Iphan. No entanto é importante destacar que a linguagem e configuração

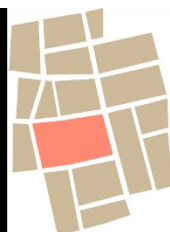
da produção foram pensadas e voltadas para que todo e qualquer morador e moradora da RA IX possa ler, compreender e refletir sobre Ceilândia formulando suas próprias ressignificações. Nesse sentido, o itinerário didático apresentado a seguir não se coloca de forma prescritiva, mas sim de forma a incentivar novas construções nas muitas realidades presentes em Ceilândia valorizando a história, cultura e afetos assim como a aproximação dessa comunidade com o patrimônio cultural.

CEILÂNDIA-DF

HISTÓRIAS, AFETOS E (RE)SIGNIFICAÇÕES A
PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
ITINERÁRIO DIDÁTICO



SANDRA MARIA RODRIGUES
ORIENTADORA: JAQUELINE ZARBATO



Apresentação

ESSE MATERIAL É VOLTADO A PROFESSORES/AS ESTUDANTES QUE QUEIRAM SABER UM POUCO MAIS SOBRE CEILÂNDIA-DF, SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA LOCAL.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS AQUI TRATAM DE UMA PESQUISA CONSTRUÍDA ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2020 SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL AFETIVO, MEMÓRIAS FEMININAS E SOBRE A CONSTRUÇÃO DA ENTÃO CIDADE SATÉLITE DE CEILÂNDIA, ZONA PERIFÉRICA DO DF.

EM CADA ETAPA VOCÊ PODE:

ORIENTAR-SE POR:

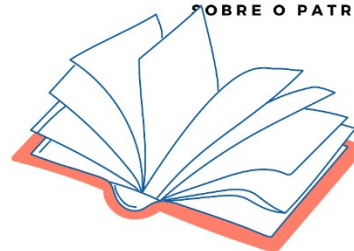
DEPOIMENTOS DE DONA ANA MARIA, DONA ANTÔNIA E DONA SEVERINA, COLETADOS E DISPONIBILIZADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - APDF.

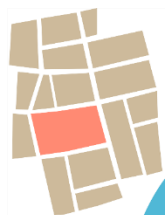
(RE) LEITURAS DOS ESTUDANTES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E AFETIVO DE CEILÂNDIA, (TURMA DE 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO CENTRO EDUCACIONAL INCRA 09, LOCALIZADA NA ZONA RURAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-DF.)

O/A PROFESSOR/A PODE ORGANIZAR SAÍDAS DE CAMPO, SEGUINDO A PROPOSTA QUE FOI REALIZADA NESSE ITINERÁRIO.

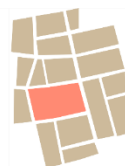
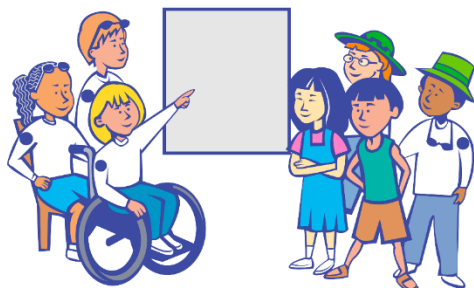
APRENDER PELA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL AS MEMÓRIAS DA CIDADE.

ENVOLVER DIFERENTES TURMAS DE ESCOLAS EM ABORDAGENS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL.





VAMOS CONHECER UM POUCO MAIS SOBRE CEILÂNDIA, SUA HISTÓRIA, SEU PATRIMÔNIO CULTURAL E AFETIVO E TAMBÉM SOBRE ESSAS MULHERES QUE FIZERAM PARTE DA HISTÓRIA E TEM MUITO A NOS CONTAR?



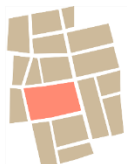
Ana Maria de Jesus

ANA MARIA DE JESUS, BAIANA DA CIDADE DE SANTANA DO BREJO, NÃO SE LEMBRA DA DATA DE SEU NASCIMENTO, SOMENTE QUE NASCEU NO MÊS DE NOVEMBRO, MAS LEMBRA DA SUA CHEGADA À BRASÍLIA NO ANO DE 1960, É MÃE DE 7 FILHOS E EXERCEU A PROFISSÃO DE EMPREGADA DOMÉSTICA DURANTE QUASE TODA A SUA VIDA. MORADORA DA VILA DO IAPI, ELA E SUA FAMÍLIA FORAM TRANSFERIDOS PARA CEILÂNDIA NO ANO DE SUA INAUGURAÇÃO EM 1971.

SOBRE SEU TRABALHO COMO EMPREGADA DOMÉSTICA ANA MARIA RELATA DURANTE SUA ENTREVISTA QUE COMEÇOU AINDA NA INFÂNCIA, QUANDO FOI "VENDIDA". ELA EXPLICA QUE O PATRÃO DE SEU PAI PAGOU PARA QUE TODA A FAMÍLIA VIESSE PARA GOIÁS E QUE DURANTE MUITO TEMPO ELA TRABALHOU PARA PAGAR AS DESPESAS DA VIAGEM, AS DIFICULDADES DA VIDA ADULTA TAMBÉM SÃO RELATADAS: "EU IA TRABALHAR NO PLANO DE FAXINEIRA, DIARISTA, LAVA, PASSA COM A BARRIGONA PRACULÁ E ÀS VEZES FALTAVA O LEITE, FALTAVA O GÁS, FALTAVA O ARROZ, TINHA DIA QUE EU COMIA FOLHINHA DE ABÓBORA COM ARROZ, PORQUE NÃO TEM UM DIA QUE NÃO FALTA." DONA ANA COMO É CONHECIDA EM CEILÂNDIA, CONTA QUE AINDA GUARDA AS TÁBUAS USADAS NA CONSTRUÇÃO DO SEU BARRACO E RELATA TAMBÉM QUE NUNCA FOI MUITO DE SAIR DE CASA PELO CIÚMES DO MARIDO COM QUEM NA OCASIÃO DA ENTREVISTA SE MANTINHA CASADA HÁ 37 ANOS "MEU MARIDO TINHA AQUELE CIÚME QUE EU ERA NOVINHA". DEMONSTRA MUITO ORGULHO POR SEU MARIDO TER CONTRIBUÍDO NAS CONSTRUÇÕES DA CAPITAL, PRINCIPALMENTE NA CONSTRUÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, LOCALIZADA NA QUADRA 308 DA ASA SUL QUE FOI O PRIMEIRO TEMPLO CONSTRUÍDO EM BRASÍLIA. DEMONSTRA TAMBÉM ORGULHO DE SI QUANDO CONTA QUE FOI ELA SOZINHA MESMO ENFRENTANDO COBRAS QUE CAPINOU TODO O MATO DO LOTE EM CEILÂNDIA PARA QUAL FOI REMOVIDA.

OUTRO MOTIVO DE ORGULHO PARA A MORADORA DE CEILÂNDIA SÃO "SEUS FILHOS ESTUDADOS" DEIXANDO CLARO QUE ELA SE ESFORÇOU MUITO 'HOJE NUM TEM UM FIO PRÁ SENTAR E FALAR ASSIM 'MINHA MÃE NUM PEGOU NA MINHA MÃO PRÁ ESTUDAR. LUTA DE CEILÂNDIA POR INFRAESTRUTURA BÁSICA MARCA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DE D. ANA, QUE MAIS UMA VEZ FALA DA MULHER FORTE QUE É AO CONTAR DOS MUITOS LITROS DE ÁGUA CARREGADOS ANTES DA CONSTRUÇÃO DA CAIXA D'ÁGUA DE CEILÂNDIA, MESMO GRÁVIDA A BAIANA ANA MARIA DE JESUS CONTINUAVA A CARREGAR A ÁGUA NECESSÁRIA PARA OS AFEZERES DOMÉSTICOS E HIGIENE DA FAMÍLIA, E SEGUNDO ELA O ESFORÇO FEZ COM QUE ALGUMAS GESTAÇÕES NÃO SE MANTIVESSEM E TAMBÉM QUE ALGUNS DE SEUS FILHOS NÃO SOBREVIVESSEM AO PARTO. APESAR DE TODA LUTA E DIFICULDADES ANA MARIA DE JESUS DIZ NÃO SE ARREPENDER DE TER IDO MORAR EM CEILÂNDIA, AFIRMA QUE FOI A REALIZAÇÃO DE UM SONHO, "ENTÃO EU PEDIA A DEUS, EU FALAVA ASSIM 'UM DIA EU AINDA HEI DE TER O MEU CANTIM PRÁ MIM MORAR E DIZER QUE É MEU. PORQUE É MEU AQUI.".





Antônia Alves da Silva

ANTÔNIA ALVES DA SILVA, A TOINHA NASCEU NO DIA 05 DE JUNHO DE 1947, NATURAL DE ESPERANTINA, NO PIAUÍ, SOLTEIRA E MÃE DE CINCO FILHOS ESTUDOU ATÉ A 5ª SÉRIE, TRABALHA DESDE OS 11 ANOS DE IDADE, PRIMEIRO COMO EMPREGADA DOMÉSTICA, DEPOIS COMO REVENDEDORA DE COSMÉTICOS E POR FIM FEIRANTE, PROFISSÃO QUE MANTINHA ATÉ A DATA DA ENTREVISTA. CHEGOU EM BRASÍLIA EM 1965 MOTIVADA PELA BUSCA DE UMA VIDA MELHOR “ÉRAMOS QUATORZE IRMÃOS, HOJE NÓS SOMOS TREZE, ENTÃO LÁ NO NORDESTE É MUITO DIFÍCIL. VIEMOS NOVE IRMÃOS PARA CÁ.” TOINHA RELATA MUITAS DIFICULDADES PARA CONSEGUIR SE MANTER EM BRASÍLIA, JÁ NA SUA CHEGADA ACOMETIDA POR UMA DOENÇA PASSOU DOIS MESES INTERNADA, APÓS SUA SAÍDA DO HOSPITAL SEGUNDO A FEIRANTE ELA FOI PARA CASA DE ALGUMAS PESSOAS QUE GOSTARAM MUITO DELA E A ACOLHERAM “É, EU FIQUEI NA CASA DELA 2 ANOS, TRABALHANDO PELA COMIDA E ERA BABÁ DOS FILHOS DELA. AÍ DE LÁ EU... TRABALHEI UM BOCADO DE DOMÉSTICA LÁ NO GAMA.”

APÓS O ABANDONO DO MARIDO TOINHA E SUAS DUAS FILHAS, UMA DELAS NASCIDA EM JULHO DE 1969 E A OUTRA EM DEZEMBRO DE 1970, PASSAM A RESIDIR NA VILA DO IAPI, MAS AS DIFICULDADES FIZERAM COM QUE ELA ENTREGASSE A FILHA MAIS NOVA PARA SER CRIADA “POR ALGUÉM COM CONDIÇÕES”. EM 1971 COM A IMPLEMENTAÇÃO DA CEI E A CRIAÇÃO DA CEILÂNDIA A PIAUIENSE É REMOVIDA DA VILA OPERÁRIA E RECOMEÇA SUA VIDA LEVANDO CONSIGO SUA FILHA BIOLÓGICA E TAMBÉM UM MENINO DE 8 ANOS QUE ELA ADOTOU INFORMALMENTE. DONA TOINHA FALA DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO INÍCIO, SEM ASFALTO, ÁGUA OU ENERGIA ELÉTRICA MAS FALA TAMBÉM SOBRE TUDO QUE A RA CONQUISTOU, CONTA SUAS MEMÓRIAS COM ALEGRIA E ORGULHO SOBRE CEILÂNDIA E SOBRE SER CEILÂNDENSE, “EU ME SINTO ORGULHOSA DE SER CEILÂNDENSE, ATÉ EU FALO ASSIM, OLHA EU VIM PARA CEILÂNDIA, ACREDITEI E FIQUEI, E OS QUE NÃO FICARAM HOJE ESTÃO CHORANDO DE ARREPENDIDO”. D. TOINHA EXALTA CEILÂNDIA E O GOVERNO RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO DA RA E FINALIZA A ENTREVISTA DECLARANDO SEU AMOR À CEILÂNDIA E E DIZENDO TAMBÉM QUE ESTAVA FAZENDO ANIVERSÁRIO, “EU ACHO QUE FOI MUITO IMPORTANTE PARA NÓS, NOSSA CIDADE MARAVILHOSA AÍ CEILÂNDIA, EU AMO CEILÂNDIA.”.

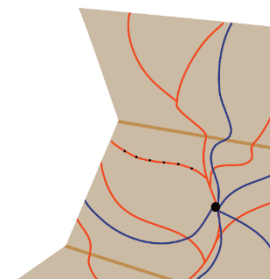


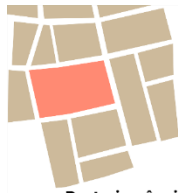
Severina Etelvina do Nascimento

NASCIDA NO DIA 27 DE ABRIL DE 1933 EM SÃO JOSÉ DO EGITO, CIDADE LOCALIZADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO DONA SEVERINA CHEGOU EM BRASÍLIA NO ANO DE 1962 FOI MORAR NA VILA OPERÁRIA DO IAPI, MÃE DE 14 FILHOS SENDO 4 FALECIDOS SEVERINA NOS CONTA QUE PELAS DIFICULDADES ESTUDOU ATÉ A 5ª SÉRIE E QUE DEPOIS SE CASOU, TEVE FILHOS E E NÃO CONCLUIU OS ESTUDOS, “CASEI-ME E FUI CRIAR A FAMÍLIA E LUTAR E NÃO... CADÊ ESCOLA? NUNCA MAIS.”

DONA SEVERINA AO CHEGAR NA VILA DO IAPI MONTOU UM RESTAURANTE, SEGUNDO ELA “UM RESTAURANTIZINHO, UM BARRAQUINHO DE TÁBUA.” A SENHORA FAZ QUESTÃO DE RESSALTAR “QUE ERA TUDO LIMPINHO, ARRUMADINHO” E COM AS MARMITAS VENDIDAS SUPRIA AS NECESSIDADES DE SUA FAMÍLIA E DEMAIS AGREGADOS QUE ASSIM COMO ELA CHEGAVAM CONSTANTEMENTE DA REGIÃO NORDESTE DURANTE OS PERÍODOS DE DESEMPREGO DE SEU MARIDO, COM A TRANSFERÊNCIA PARA CEILÂNDIA APESAR DAS MUITAS TENTATIVAS NÃO FOI POSSÍVEL REABRIR O RESTAURANTE. D. SEVERINA DISCORRE SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA FALTA DE ÁGUA, LUZ E TAMBÉM PELA PRESENÇA DE MUITO MATO E ANIMAIS COMO “COBRAS DE DUAS CABEÇAS E MINHOCOÇU”, NOS COLOCA TAMBÉM OS OBSTÁCULOS EM CRIAR SEUS FILHOS NESSAS CONDIÇÕES. NO ENTANTO FALA FELIZ QUE APESAR DE TUDO ELAS “VENCERAM NA VIDA”.

DURANTE A ENTREVISTA MUITAS VEZES APESAR DAS PERGUNTAS SEREM DIRECIONADAS A ELA O MARIDO DE SEVERINA TAMBÉM PARTICIPA, ALGUMAS VEZES SOLICITADO POR ELA E OUTRAS POR CONTA PRÓPRIA, AO FINAL DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA AO SER QUESTIONADA SE QUERIA DIZER ALGO MAIS ELA ENFATIZOU A VERDADE DAS SUAS HISTÓRIAS, COMO SE HOUVESSE UMA DESCONFIANÇA EM TORNO DE SUAS PALAVRAS. “PODE BOTAR ONDE VOCÊ QUISER, QUE O QUE EU DISSE AQUI É VERDADE. É, ESTÁ TUDO EM CIMA DA LINHA, CORRETA.”.





CAMINHOS DO PATRIMÔNIO

CONCEITOS E REFLEXÕES

Patrimônio Cultural: “Constitui patrimônio e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. refere-se também, aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais.

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas geração.

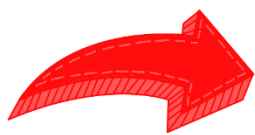
O tombamento é assim um registro oficial e legal de um edifício, um conjunto de edificações, centros urbanos históricos, ou objetos e coleções de significado exemplar para a sociedade. Os bens tombados não podem ser mutilados, demolidos ou destruídos, reparados, pintados, restaurados sem a autorização do IPHAN. Também, quando se tratar de edifício ou paisagem, nada poderá ser construído na vizinhança do bem tombado que impeça sua visibilidade. Através desses procedimentos, a União (o Estado) conserva e protege os bens que sejam do interesse público para a conservação da memória nacional.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

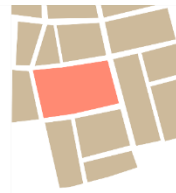
Patrimônio Afetivo: É um Patrimônio material ou imaterial que mesmo não sendo tombado pelos órgãos responsáveis desperta a afetividade ligada a memória e a identidade da comunidade na qual o patrimônio afetivo se insere unindo memória, conhecimento histórico e afeto.

IPHAN: Esse órgão tem a missão de procurar bens culturais significativos e por meio do tombamento transformar esse bem em Patrimônio Cultural.



PARA SABER MAIS ACESSE:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>



CEILÂNDIA

HISTÓRIAS E AFETOS

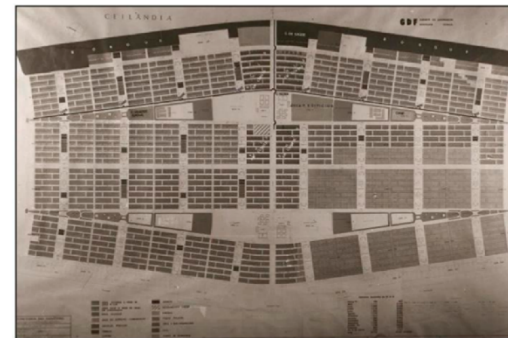
Pelas mãos dos candangos o projeto urbanístico de Lúcio Costa e os croquis de Niemeyer saíram do papel e se transformaram na nova capital federal, moderna e planejada. Contudo, após a construção da cidade os Candangos, outrora tão necessários, tornam-se um incômodo, fazendo com que sejam criadas as Cidades satélites do Distrito Federal, a criação dessas cidades possibilitou que os candangos fossem afastados do Plano Piloto. No ano de 1970, teve início a Campanha de Erradicação de Favelas (CEF), que mais tarde se tornaria a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), a então cidade satélite de Ceilândia surge nessa conjuntura representando a exclusão social dos candangos e seus familiares tidos agora como invasores. (MESQUITA, 2016, p. 21). As pessoas que foram atraídas pelo discurso de JK Não foram embora após a finalização da construção da capital, os acampamentos provisórios se transformaram em vilas operárias, entre as vilas estão: a vila do IAPI (tem-se esse nome pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), Vila Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Colombo e os morros do Urubu e Querosene. Segundo depoimento oral colhido e disponibilizado pelo APDF de Antônia Alves da Silva, a Dona Toinha, piauiense que chegou em Brasília no ano de 1965 as vilas operários eram repletas de precariedades, sobre a Vila do IAPI, vila da qual os moradores seriam posteriormente removidos para Ceilândia.

CEI – Campanha de Erradicação dos Invasores

A partir do ano de 1969 foi criada a Campanha de Erradicação de Invasores – CEI, a campanha tinha como objetivo remover os “invasores” das proximidades do Plano Piloto. Em 27 de março do mesmo ano, a CEI toma forma, o governador Hélio Prates lançou a pedra fundamental de Ceilândia, e começou o processo de remoção e realocação dos moradores, em sua maioria as famílias vinham da Vila do IAPI, diferente do que o documento oficial afirmava o processo de remoção e alocação foi agressivo e irresponsável, os moradores foram em sua maioria removidos contra sua vontade e largados em meio ao cerrado a poeira, abandonados em condições precárias.

Ainda conforme Leite (2016), o modo como se deu a remoção moldou a forma como a recém formada comunidade de Ceilândia era vista, partindo do tratamento recebido pelo governo de “favelados invasores” a cidade e seus moradores passa a ser vista de maneira depreciativa e a sempre se associada a violência, “[...] A imagem de Ceilândia, tanto no Plano Piloto quanto nas outras cidades satélites de Brasília, é a de uma cidade violenta, tomando-se por base o noticiário da imprensa e as ocorrências policiais que ali se registram” (VASCONCELOS, 1998, p. 94). Até mesmo o projeto urbanístico da cidade recebe essa tratativa, projeto tem autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza, e era composto por dois eixos cruzados em ângulo de 90 graus, constituindo a figura de um barril. O desenho urbanístico de Ceilândia no contexto de violência, criminalidade e marginalização já colocados rendem o “apelido” de barril de pólvora, disseminado pela imprensa e por moradores do DF mostra a visão construída de Ceilândia e dos ceilandenses.

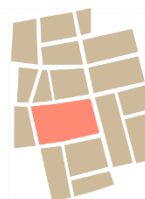
Projeto urbanístico de Ceilândia



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

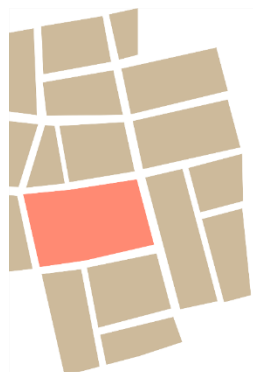


hoje dava a ordem, a gente ia desmanchava o barraquinho, e passava a noite lá no relento, e no outro dia cedo o caminhão chegava, quando o caminhão chegava lá eles tinham o pessoal que iam no caminhão. (...) Eles só faziam aquela estradinha, e estava piquetado os lotes, só isso, não tinha mais nada. (...) o mato, as árvores, tudo lá no mesmo lugar não limpavam nada, tinha era minhoca, aqueles minhocões dessa grossura assim. (...) eu cheguei e botei meus... minhas... quando desmancha o barraco lá já acabou tudo, as telhas eram de chapa asfalto, as madeirinhas acabaram, a gente pegou um pedacinho de lona, botou uns pauzinhos lá e cá e ficou debaixo. (Depoimento Antônia Alves da Silva - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.8)



O mato, pau para cortar, a fazer um lugarzinho de botar o colchão ali em cima de uma tábuas, a lona a gente não tinha, botava era cobertor sabe? Fazia assim de tábuas para entrar, quando chovia a gente ficava podia dizer na chuva, eles trabalhavam a noite toda emendando pedaços de tábuas para a gente ficar dentro. Aquele mato, aquele matão assim, eles cortavam aquelas madeiras e como nós... (Depoimento Ana Maria de Jesus - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.10)





Patrimônio Cultural Afetivo de Ceilândia

Nas Regiões Administrativas as redes de relações sociais são ampliadas e se tornam referências culturais, na RA IX que é a Região Administrativa de Ceilândia, conforme apontados pelos estudantes participantes da construção da pesquisa a Caixa d'água da Ceilândia, a Feira central de Ceilândia, a Casa do cantador e a Praça do Cidadão se constituem como lugares de referência histórica e cultural e afetivo. Assim, compreendemos lugares de referência na história como diversos e múltiplos, e seus significados e relevância devem ser conferidos pelo viés daqueles que o utilizam. Os Cadernos do Patrimônio Cultural, publicados pelo IPHAN, estabelece que: Somente os espaço e aspectos físicos não são capazes de transformar um local em local de referência é a afetividade que dota tal local de sentido.

A Caixa D'água da Ceilândia

É um importante símbolo da RA, localizada no centro da cidade está presente em sua bandeira, nas logomarcas do comércio local e também no escudo do Ceilândia Esporte Clube, time oficial de Ceilândia. Foi elencada como Patrimônio Histórico do Distrito Federal, em novembro do ano de 2013, pelo Decreto nº 34.845/2013, Mesmo antes do processo de patrimonialização ser iniciado por meio de uma ação popular a Caixa D'água de Ceilândia já era reconhecida.

A importância da Caixa D'água, hoje simbólica, está dentro do contexto de luta e mobilização social dos seus antigos e atuais moradores. Quando os moradores foram levados para habitar a localidade não havia em Ceilândia serviços essenciais como água encanada, saneamento básico e iluminação pública. Sendo a falta de água encanada o problema que perdurou por mais tempo, as dificuldades trazidas pelo problema ultrapassa questões de higiene e conforto, a falta de água encanada influi também na composição da renda familiar, visto que as mulheres que geralmente trabalhavam como lavadeiras não poderiam desempenhar essa função. (GOUVÊA, 1995). A construção foi concluída no ano de 1975, mas o reservatório só começou a ser utilizado em 1977 (RESENDE, 1985), é importante ressaltar que ainda com a construção do reservatório concluída os moradores de Ceilândia não contavam com o abastecimento durante todo o dia, visto que durante algumas horas o abastecimento era cortado (GONZALES, 1985, p.86). O design do reservatório fez com que seus moradores o comparassem a uma flor, uma nave espacial e também a um troféu. Sendo a última comparação a mais aceita pela população, visto que representa acima de tudo uma vitória para seus moradores na luta por melhores condições de vida.



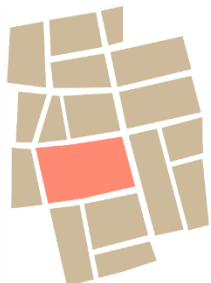
OQUE AS MULHERES TÊM A DIZER SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CAIXA D'ÁGUA DE CEILÂNDIA

"Eles botavam uma torneira, ficava assim no mato e era uma briga, que a gente para enfrentar uma fila de 580 latas que até hoje não me esqueço. Para a gente conseguir pegar duas, três latas d'água em um carrinho às vezes ia com seis, passava o dia todinho para pegar seis. O dia todinho buscando água. O dia todo, hoje eu falo assim, eu vejo água aqui na torneira, tanto que eu já sofri, quem me conhece fala assim 'dona Ana, a senhora é uma mulher muito forte.' Porque eu bancava carrinho d'água, o barrigão e meus filhos nascia, não escapava por causa dos pesos que eu pegava.

(Depoimento Ana Maria de Jesus - Programa de História Oral, Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.14)

Tu pensa que nós "banhava" os meninos todo dia? Não tinha água, o carro pipa passava de 15 em 15 dias, ou de 8 em 8 dias, enchendo aqueles tambores, o povo vinha de noite e roubava. (...) Um dia minha filha, eu não tinha água nem para fazer a comida, eu fui pra caixa d'água, que primeiro eles fizeram aquela caixa d'água ali, não sei se você alcançou, que tem hoje. Aí eu cheguei lá: 'Moço.' 'Que que foi?' 'Aborrecido, 'Moço, pelo amor de Deus solta a água aí pra ir pra casa' que nós já tínhamos encanada, 'em casa num tem uma gota d'água, nem pra lavar roupa, nem pra dar banho em menino nem nada'. 'Não, mas eu num posso fazer isso.' 'Cá num pode não né?' 'Não, infelizmente não'. 'Amanhã o senhor vai ver, eu e minhas vizinha tudo encostar aqui com a meninada para tomar banho, lavar roupa e levar roupa limpa pra casa tá bom?' Quando eu cheguei em casa a água já estava nas torneiras. A gente não tem que ser assim minha filha. É, pelos direitos da gente, minha filha fizeram isso, mas foi uma benção, daí pra cá não faltou mais água. (Depoimento Severina Etelvina do Nascimento - Programa de História Oral, Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. p.10)





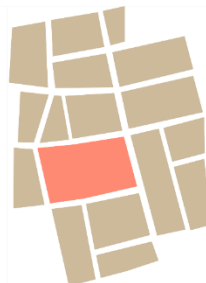
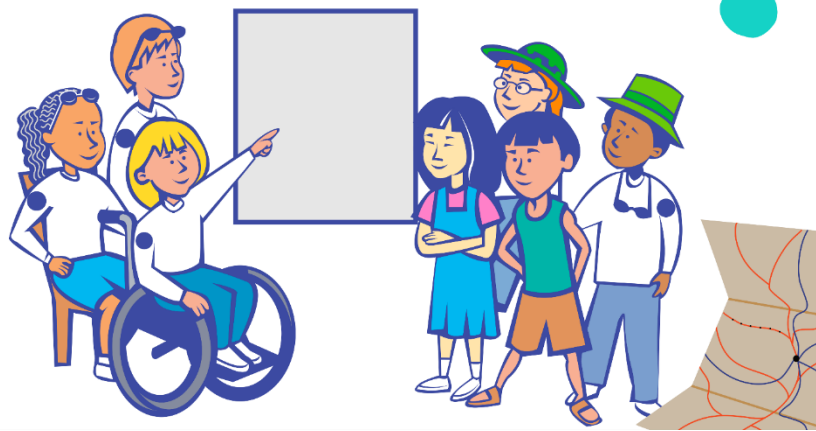
OQUE OS ESTUDANTES TÊM A DIZER SOBRE A CAIXA D'ÁGUA DE CEILÂNDIA

"Eu passava direto pela Caixa D'água e achava que era só uma caixa D'água esquisita, mas quando eu conheci a história que tem por traz eu vi que tem muito a ver com o que acontece em Ceilândia e no mundo hoje." Estudante, 17 anos

"É importante, e faz a gente pensar nas lutas de antes e nas lutas de agora, as mulheres lutando pra poder ter uma condição digna pra elas e pros filhos e pra poder trabalhar." Estudante, 16 anos.

"É mais que uma caixa D'água, é um símbolo da força dos moradores e principalmente da força das mulheres, pois elas que sofreram a falta de água e lutaram." Estudante, 17 anos.

"A Caixa d'água não é só cimento e tijolo, ela representa um sentimento e sempre que passamos por ela esse sentimento revive. Tem que ser preservada pra que as futuras gerações tenha acesso a essa História." Estudante 16 anos.



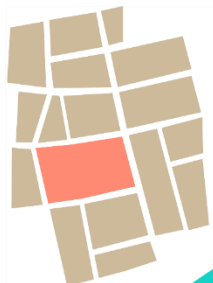
Feira Central de Ceilândia

A Feira Central de Ceilândia se estabelece no ano de 1973 por meio da junção de três feiras existentes na região, a Feira da Guariroba, uma feira localizada na região central e a Feira da Vila pedrosa, as três feiras eram as principais responsáveis pelo comércio local e com o intuito de melhorar o acesso da população se reuniram em uma única feira.

No caso de Ceilândia, sua população se constituiu na época de sua formação principalmente por habitantes oriundos de várias partes do Nordeste brasileiro sendo a feira um aglutinador, ponto de reunião e apoio com trocas sociais. Com organização e estrutura ainda precária, a feira comercializava confecções, temperos, animais vivos e comidas típicas, somente no ano de 1984 a Feira Central de Ceilândia teve sua área estabelecida e foi inaugurada pelo governo do DF. O início das atividades da Feira, conforme já colocado, foi com pouca estrutura e sem o acolhimento governamental, no entanto, desde de sua idealização a Feira Já contava com um forte alicerce cultural sendo considerada desde o levantar da primeira banca um importante ponto cultural da cultura nordestina.

Assim como em outros lugares do país a Feira Central de Ceilândia é um lugar de comércio, mas não apenas isso. Desde a sua concepção é um espaço público de atividades múltiplas que exaltam e preservam a cultura nordestina tão presente na RA de Ceilândia, o ceilandense se reconhece na culinária, nas apresentações musicais e demais tradições nordestinas que compõem a feira.



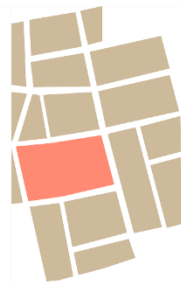
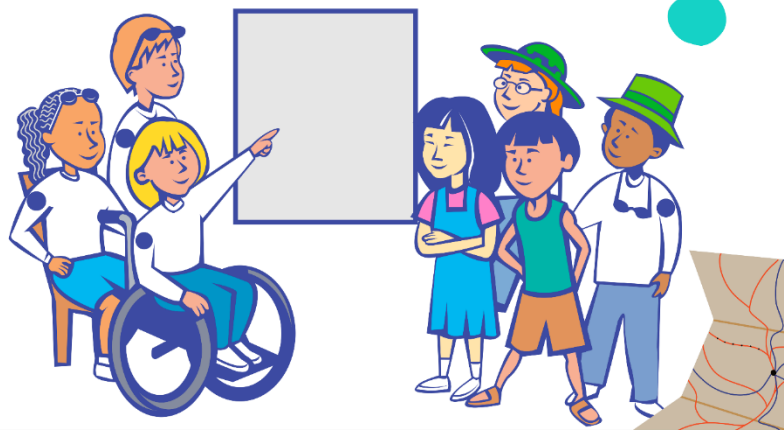


OQUE OS ESTUDANTES TEM A DIZER SOBRE A FEIRA CENTRAL DE CEILÂNDIA

“ Sempre que vinha na Feira Central de Ceilândia era como se se a gente se transportasse pra um pedacinho do nordeste, por causa da comida e do sotaque, mas agora eu sei que Ceilândia de certa forma é um pedacinho do nordeste e a feira está aí pra que a gente sempre se lembre disso. Estudante, 17 anos.

Hoje eu sei que a feira é mais que comércio, é a preservação da história de Ceilândia. Aluna, 17 anos.

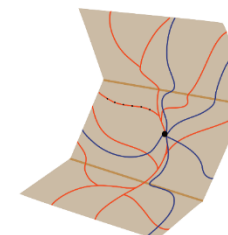
A feira faz a gente se lembrar de onde viemos, e faz pensar em como os primeiros moradores se juntaram pra ter até mesmo como fazer compras e não perder suas raízes. Estudante, 16 anos.

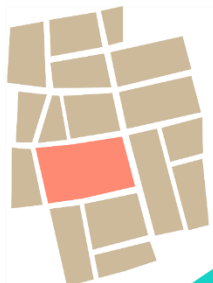


A Casa do Cantador

Edificação projetada por Oscar Niemeyer, uma das poucas localizadas no DF fora da RA I, foi inaugurada em 9 de novembro do ano de 1986, no tocante a preservação e grau de importância destinada casa do cantador é desigual aos demais projetos assinados pelo arquiteto, na sua maioria instituídos como Patrimônio Cultural do que acontece nas obras do arquiteto e em funcionamento até o presente o local se identifica como lugar de referência no tocante a preservação da cultura nordestina presente na formação da R.A de Ceilândia e de seus moradores atuais, em sua grande maioria descendentes de nordestinos.

A Literatura de Cordel, a poesia e o repente são a mola propulsora para que a Casa do Cantador contribua para manter viva as tradições nordestinas que contribuem com a formação da identidade da RA IX desde que os primeiros moradores foram removidos para a área. Contudo nos últimos anos a Casa do Cantador tem tentado uma aproximação com as novas gerações de Ceilândia e vem associando o repente ao movimento Hip hop e as batalhas de rima próprias do movimento que possui bastante representatividade em Ceilândia.



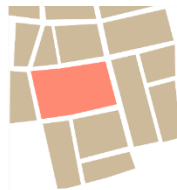
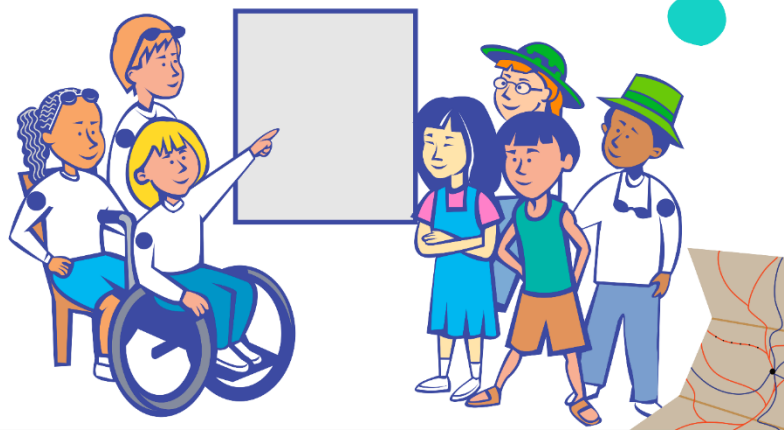


OQUE OS ESTUDANTES TEM A DIZER SOBRE A CASA DO CANTADOR

É legal porque tem a gente consegue ver o passado, mas também consegue ver o tempo de agora. Eu mesmo vejo meu avó que é pernambucano e me vejo também. (Estudante, 15 anos)

O Patrimônio Cultural não precisa ficar parado no tempo, pode manter as características e trazer outras coisas pra fazer sentido conforme o tempo for passando. (Estudante, 16 anos)

A Casa do Cantador foi feito pelo Oscar Niemeyer mas como fica na Ceilândia é diferente, não tem turista vindo ver, nem considerado patrimônio é. Por isso nós aqui da Ceilândia precisa conhecer e preservar pra manter viva a história, porque é uma história que também merece ser contada. (Estudante, 16 anos)



Praça do Cidadão

A Praça do Cidadão localizada próximo ao centro de Ceilândia, na EQNM 18/20, A/E, é o ponto de encontro de jovens e da cultura da Ceilândia, uma referência na região. Com muitas árvores, a praça conta com um parque infantil, quadra poliesportiva, espaço cultural, coreto, com uma Agência do Trabalhador, que oferece segundo seu próprio site serviços de intermediação de emprego, emissão da Carteira de trabalho, seguro desemprego, orientações gerais sobre linhas de crédito para microempreendedores e cursos de qualificação/capacitação, e também com uma farmácia de alto custo, segundo a estimativa da Secretaria de Saúde do DF 350 mil medicamentos sejam entregues por mês na unidade. A praça do cidadão abriga também um galpão cultural onde acontecem apresentações e performances artísticas e também a sede do projeto Jovem de expressão. O projeto iniciado no ano de 2007 trata de questões presentes nas vidas dos jovens da periferia como vulnerabilidade e violência desenvolvendo debates e ações que visam, contribuir com a formação e com o protagonismo do jovem da periferia.



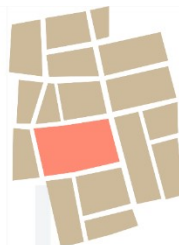
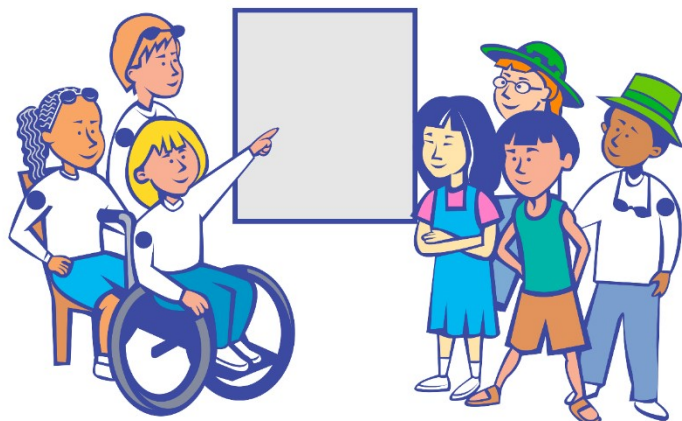


OQUE OS ESTUDANTES TEM A DIZER SOBRE A PRAÇA DO CIDADÃO DE CEILÂNDIA

A gente percebe que essa praça é importante pra Ceilândia porque envolve a cidadania que durante muito tempo o morador queria ter, pro passado a agência do trabalhador aqui perto era muito importante e também a farmácia, ninguém precisava pegar ônibus e ir pra longe resolver essas coisas, era oportunidades que o povo precisava na época e hoje com o Jovem de expressão a praça continua oferecendo a oportunidade que o povo precisa. Por isso que eu acho importante esse lugar, ele representa muita coisa pra nós da Ceilândia, é oportunidade de melhorar de vida, seja pelas coisas do governo ou pela cultura e arte do projeto. (Estudante, 16 anos)

É uma pena que ela não seja conhecida, eu nunca tinha vindo aqui, quando a professora falou desse lugar na aula eu fiquei ansiosa pra conhecer porque ele tem a nossa cara e oferece muita coisa que a gente gosta. (Estudante, 17 anos)

Se patrimônio é o que a gente quer preservar, eu quero preservar a Praça do Cidadão. (Estudante, 16 anos)

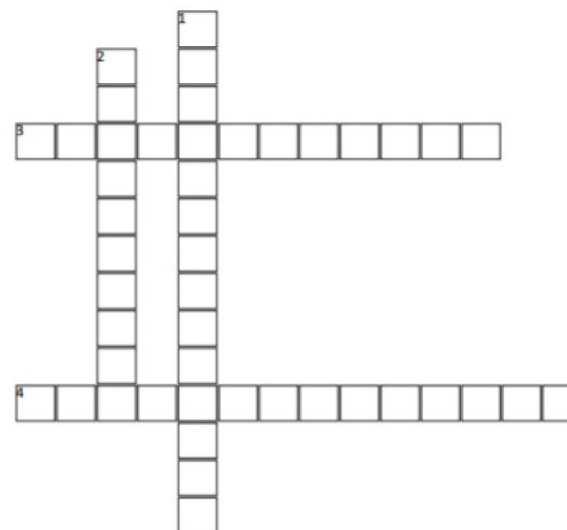


MAIS DIVERSÃO!

Siga as dicas e encontre o Patrimônio Cultural Afetivo de Ceilândia escolhido pelos estudantes

CEILÂNDIA

Patrimônio Cultural Afetivo



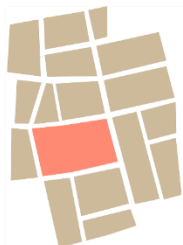
Horizontais

- 3 Mais do que comércio ela é um ponto de encontro e mantém viva tradições nordestinas.
- 4 É a sede do Jovem de Expressão, tem a Agência do Trabalhador, Farmácia de alto custo, quadra e coreto.

Verticais

- 1 É um projeto de Oscar Niemeyer e preserva a cultura nordestina.
- 2 É o único patrimônio institucionalizado de Ceilândia e é símbolo da Região Administrativa.

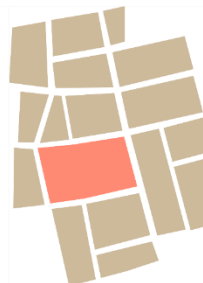
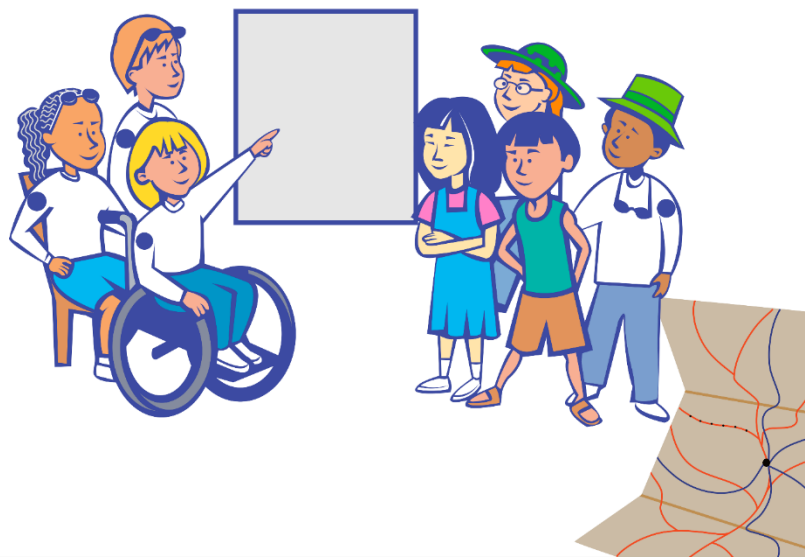




As palavras listadas abaixo são importantes no contexto da análise do Patrimônio Cultural, encontre-as na caça palavras!

H I S T O R I A O Z E R
S G F R H X A F A H H Y
G R N U U E Z W C O M K
E I T U Z D L M A T Y S
F A E O M A D X V N D H
D A D H E D I N R E E O
R A A V C I P M E M M G
M C D E O V H W S A E H
X U I G R I A M E B M J
V L T L E T N T R M O T
V T N H Q E E F P O R G
W U E C T F G Q W T I V
M R D Q M A U V K F A R
K A I B R O Q S M J J J

HISTORIA
MEMORIA
IDENTIDADE
CULTURA
PRESERVACAO
TOMBAMENTO
AFETIVIDADE
IPHAN



DICAS PARA AS PROFESSORAS E PROFESSORES

FILMES

Narradores de Javé

Sinopse

Num bar à beira do rio, alguns homens conversam sobre a importância de saber ler e escrever. Um deles, Zaqueu, conta a história de sua pequena cidade, Javé. Ameaçada de desaparecer sob as águas de uma usina hidrelétrica, Javé só poderia ser salva se provasse a sua importância como patrimônio histórico ou cultural do país. Como os habitantes da cidade são analfabetos, concordam em chamar Antonio Biá para redigir a história da gloriosa formação do povoado. Biá já demonstrara possuir imaginação fértil e muita graça quando passou a escrever cartas contando detalhes picantes, inventados ou aumentados, sobre os moradores de Javé, para evitar que a agência dos Correios local fechasse e ele perdesse seu emprego. Por essa proeza, tinha despertado a ira de todos e sido expulso da cidade.

Comédia / 2003 / 100 min

Direção: Eliane Caffé

Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé

Fotografia: Hugo Kovensky

Direção de Arte: Carla Caffé

Música: DJ Dolores e Orquestra Santa Massa

Edição: Daniel Rezende



RAP O o canto de Ceilândia

Sinopse:

Diálogo com quatro consagrados artistas do Rap nacional (X, Jamaíka, Marquim e Japão), todos moradores da Ceilândia, cidade-satélite de Brasília. O filme mostra a trajetória desses integrantes no universo da música e faz um paralelo com a construção da cidade onde moram. São artistas que vêem no Rap a única forma de revelar seus sentimentos e de se auto-afirmar enquanto moradores da periferia.

Gênero: Documentário

Diretor: Adirley Queirós

Duração: 15 min

Ano: 2005

Contrerrôneos velhos de guerra

Documentário que narra o início da construção de Brasília. Em 1959, os canteiros de obras se espalham por toda parte e os trabalhadores, chamados de candangos, começam a chegar de vários pontos do país, especialmente do Nordeste. As condições de trabalho eram precárias, o que acaba provocando a morte de muitos operários. Fatos como esse e muitos outros são lembrados por quem passou pela experiência da construção da capital brasileira.

Direção e roteiro: Vladimir Carvalho

Fotografia: Alberto Cavalcanti, David Pennington, Fernando Duarte, Jacques Cheuiche, Marcelo Coutinho, Waldir de Pina e Walter Carvalho

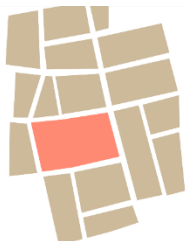
Produtora: Vertovisão

País: Brasil

Ano: 1991

Duração: 153 min





A cidade é uma só?

Sinopse: O documentário *A cidade é uma só?* é uma reflexão sobre os 50 anos de Brasília, tendo como foco a discussão sobre o processo permanente de exclusão territorial e social que uma parcela considerável da população do Distrito Federal e do entorno sofre, e de como essas pessoas restabelecem a ordem social através do cotidiano. O ponto de partida dessa reflexão é a chamada Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que, em 1971, removeu os barracos que ocupavam os arredores da então jovem Brasília.

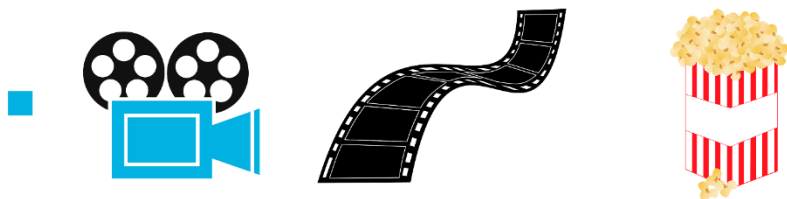
Tendo a Ceilândia como referência histórica, os personagens do filme vivem e presenciam as mudanças da cidade. O documentário venceu o Prêmio da Crítica na Mostra de Tiradentes (2012) e recebeu Menção Honrosa na Semana dos Realizadores (2011).

Ano: 2011.

Gênero: Documentário.

Co-produção Empresa Brasil de Comunicação (EBC) /Ministério da Cultura.

Direção e roteiro: Adirley Queirós, com Dilmar Durães, Nancy Araújo, Wellington Abreu, Fabiana Freitas, Marquim e Yuri Pierre.

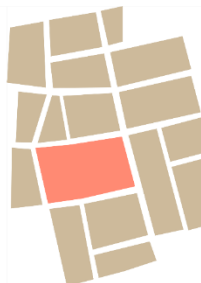


PUBLICAÇÕES

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf

LINKA DA DISSERTAÇÃO



DINÂMICAS

DINÂMICA DA TEIA

Descrição

Formar grupos e entregar a cada dupla ou trio de participantes uma placa com um conceito a ser trabalhado. Em seguida, solicita-se que os participantes conversem entre si sobre o conceito e façam algumas anotações sobre o que sabem a respeito. Após esse momento, pede-se que o grupo fique em pé e forme um círculo e que aos poucos as duplas ou trios apresentem aos demais o que entendem sobre o conceito. À medida que os pequenos grupos apresentam seu conceito, é solicitado que eles liguem seu conceito a outro do círculo através de um barbante. Desse modo, ao final da dinâmica é traçada uma teia.

A proposta é que durante toda a dinâmica, o mediador estimule o grupo a falar e faça breves considerações auxiliando-os na definição de cada conceito e principalmente relacionando com a realidade local.

Quando usar

Durante o processo de engajamento sobre um tema/conceito. Reúne pessoas para explorar e relacionar suas visões sobre um assunto.

Recursos

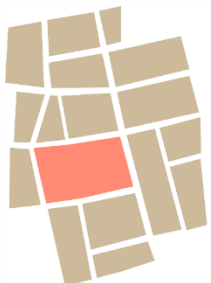
Barbante

Tarjetas coloridas

Tempo

40 minutos





CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CONCEITOS

Descrição

Pedir para que os participantes pensem no que cada um entende pelo tema apresentado. Logo após, cada participante deverá escrever, individualmente, em tarjetas de 25cm x 10 cm o que pensou. Em seguida, juntar os participantes de dois em dois e juntos vão negociar e tentar juntar as duas definições em uma só, fazendo acordos, observando o que cada um colocou e incorporando todas as ideias presentes no que cada um escreveu. As tarjetas usadas para essa etapa são as de 1/4 de cartolina. A etapa seguinte segue a mesma lógica. Só que, em vez de dois, quatro participantes se juntarão para unirem suas definições em uma só. Aqui serão utilizadas as tarjetas de 1/2 cartolina. O grupo escreve na tarjeta a definição condensada entre os quatro participantes. Depois, em um mural, colocar todo o processo construído. As definições individuais, as definições em dupla e as definições em quarteto. Cada grupo de 4, apresentará a definição e contará como foi o processo ao restante. É interessante, se houver tempo, o mediador tentar identificar os elementos comuns das definições e construir um conceito de patrimônio cultural da turma toda.

No final do processo, cada participante receberá uma definição do conceito dita como oficial (como um artigo, uma lei), alguém lê em voz alta e a tarefa é a de que cada grupo de 4 compare o que escreveu com esta definição e, na frente de sua definição, aponte o que está semelhante e o que faz falta no conceito do grupo. Também é interessante fazer essa comparação com o conceito do grupo todo.

Quando usar

Durante o processo do curso, quando se pretende uma discussão de conceitos mais gerais focando em um tema para ouvir e analisar visões e opiniões diversas e construir conceitos de forma horizontal e coletiva.

Recursos

Para grupo de 30 pessoas:

16 tarjetas de cartolina (1/2 de cartolina)

15 tarjetas de cartolina (1/4 de cartolina)

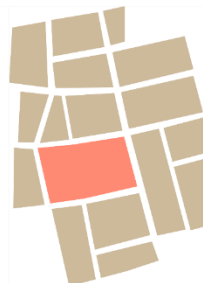
30 tarjetas de cartolina (25 cm x 10 cm)

Pincéis atômicos para todos

Fita adesiva

Tempo

30 minutos



CARTOGRAFIA AFETIVA/SOCIAL

Descrição

A Cartografia Social é um procedimento metodológico participativo que visa a construção de mapas levando-se em consideração as múltiplas dimensões, coletiva e participativa, necessárias para a produção do conhecimento presente no território. É um tipo de atividade que propicia o empoderamento do conhecimento territorial por parte dos participantes, além de levantar percepções únicas apresentando as necessidades e potencialidades do território representado.

Quando usar

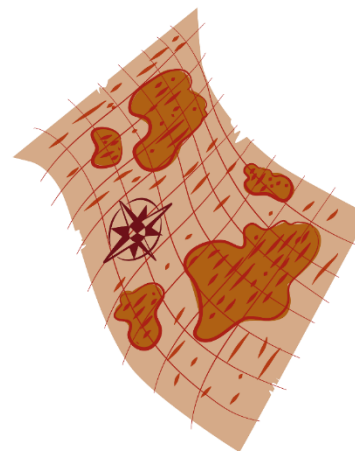
Pode ser utilizada quando se pretende levantar ou responder questões específicas, tanto individualmente como em grupo, pois permite que as pessoas representem um assunto/preocupação/desafio/emoção daquele local que está sendo representado.

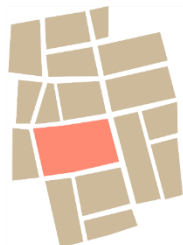
Recursos

A ser definido pelo grupo, exemplo: cartolinas, canetas, lápis de cor, papel

Tempo

A ser definido pelo grupo





REFERÊNCIAS

COUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Brasília: a capital da segregação e do controle social, uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo: Annablume, 1995.

GONZALES, Suely Franco Netto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: BICCA, Paulo; PAVIANI, Aldo. Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo, SP: Projeto Editores Associados, Brasília, DF: CNPq, 1985.

JESUS, Ana Maria de. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 20p.

LEITE, Daniela Carvalho Bezerra. Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF. 2016. 165 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

MESQUITA, Évellin Lima. Ceilândia: patrimônio-territorial" e turismo/ Évellin Lima de Mesquita - Brasília, 2016. 100f. Monografia - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2016.

NASCIMENTO, Severina Etelvina. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 26p.

SILVA, Antônia Alves da. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 28p.

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associar o patrimônio cultural, a história das mulheres e a afetividade se mostrou ao longo da escrita algo desafiador, visto a dificuldade de encontrar materiais alinhados ao estudo. No entanto, acreditamos que perceber e analisar os bens culturais sobre essa ótica, oportuniza novas leituras e novos caminhos para um patrimônio cultural reconhecidos, não somente pelos processos e livros de tombamento, mas sim pela comunidade que os cercam.

Contudo, também se mostrou reconfortante, no sentido de acreditar nos caminhos tomados ao longo dos processos da pesquisa, acredito no poder da periferia e da cultura produzida pela periferia. Acredito na mulher e na importância da valorização de suas histórias apagadas, além de falas silenciadas para que mudanças sociais latentes aconteçam, e acredito nos estudantes do Centro Educacional Incra 09, que ao longo dos anos, me apresentaram outras perspectivas e saberes, e assim me fizeram uma professora e uma pessoa melhor.

As escolha de trabalhar somente com autoras femininas na revisão bibliográfica contida na dissertação foi consciente e apesar de haver uma preocupação no sentido de não utilizar conceitos e autores renomados nos campos explorados na escrita, essa escolha reforça um dos objetivos que norteia o trabalho desde os primeiros pensamentos voltados a ele e a sua construção que é visibilidade da mulher.

A dissertação, assim como o itinerário pedagógico desenvolvido a partir dela, se construiu tomando por base um processo coletivo e dialógico de construção de conhecimento e valorização da cultura periférica e das memórias das mulheres, mas as experiências individuais que alicerçam o estudo desencadearam afetos, memórias e fortalecimento de identidade, não somente nos estudantes mas também em mim, professora e pesquisadora, que ao presenciar as experiências dos estudantes, em conhecer mulheres como Ana Maria, Antônia e Severina, ao conhecer histórias e lugares de Ceilândia associando presente e passado passam a conhecer um pouco mais de si. E eu conheço um pouco mais de mim, no sentido de perceber o meu lugar, lugar do qual eu falo, olho e faço minhas interpretações, lugar no qual me reinvento como estudante, como professora e como mulher.

Algumas propostas pensadas, como encontro intergeracionais, visita ao APDF, e uma exposição na escola com fotos e trabalhos realizados pelos estudantes durante a

construção da pesquisa, não puderam ser realizadas devido a pandemia de Covid-19, que teve início no ano de 2020 e ainda nos assola. Contudo, as aulas oficinas realizadas trouxeram elementos suficientes para as análises e observações e por isso a sensação de satisfação com o trabalho feito se faz maior que as frustrações surgidas pelas impossibilidades impostas pelas muitas adversidades vivenciadas no período.

Durante o desenvolvimento da pesquisa os estudantes puderam observar continuidades e rupturas contidas na memória e também na história, observaram também as relações de passado e presente que envolve Ceilândia e que também fazem parte de cada um deles. Ao ouvir estudantes da educação básica falarem sobre História é comum a demonstração de uma visão da História vinculada necessariamente ao passado, como se os acontecimentos e os agentes contemporâneos precisassem envelhecer para ocuparem um lugar no campo da História. Nesse sentido a concepção de que o fazer historiográfico é acessível às suas ações, reflexões e apontamentos está distante do que até então fora posto. Ter alunas e alunos da educação básica como protagonistas de ações como as descritas no trabalho contribui de forma que vai além dos muros da instituição de ensino, no sentido de que a prática pedagógica tende a fazer parte das práticas sociais.

Compreende-se que a construção da pesquisa oportunizou um aprofundamento no entendimento histórico dos estudantes sobre o território onde moram, um entendimento maior também dos conflitos sociais presentes em Ceilândia, conflitos que impõe barreiras e distanciamentos visíveis e invisíveis e que exigem uma constante luta por direitos, inclusive direitos sobre um patrimônio cultural que carregue suas memória e identidades.

O PROFHISTÓRIA me mostrou caminhos pelos quais devo seguir para aliar a teoria acadêmica com as práticas pedagógicas da educação básica e assim diminuir a distância existente entre a academia e a sala de aula, algo que acredito ter realizado durante a pesquisa e que espero internalizar em minhas ações educativas diárias, e assim promover um ensino de história significativo e atento às necessidades do tempo presente.

Enfim, apesar de distorções que aconteceram ao longo do caminho o trabalho cumpre com seus principais objetivos e abre espaço para futuros diálogos de pesquisa com o protagonismo das mulheres e dos estudantes, promovendo continuamente ressignificações e apropriações da cultura e dos espaços públicos para que velhas histórias sejam lembradas e novas histórias sejam escritas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. **A construção de uma Didática da História:** algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*, São Paulo, 22(1); 2003

ALVES, Lara Moreira. “**A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade**”. In: *Revista de História da Arte e Arquitetura*. Campinas: Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. **Os incansáveis:** Movimento popular de Brasília. Brasília, Cortez Editora, 1987.

ARENDT, Hannah. **A crise na educação.** Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BARCA, Isabel. (Org.). **Para uma educação histórica de qualidade.** Braga: Universidade do Minho, 2004.

BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. In: **Jornada de Educação HISTÓRICA**, 4., 2004, Braga. Anais... Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), Universidade do Minho, 2004.

BARCA, Isabel. Ensinar história de modo linear faz com que os alunos se lembrem só dos marcos cronológicos. **Revista Nova Escola**, São Paulo, ed. 260, mar. 2013. Entrevista concedida a Bruna Nicolielo.

BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter) identidades. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012.

BARROSO, Maria Helenice. **Os cordelistas no D.F.:** dedilhando a viola, contando a história. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARTMEYER, Rosana Moraes. **Ideias de alunos sobre as Origens de Rolândia:** em busca de uma aprendizagem significativa. s/d. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rosana_moraes_bartmeyer.pdf. Acesso em: 13/07/2020.

BITTENCOURT, Circe F. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandez. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BÓSI, Ecléa **O tempo vivo da memória:** Ensaios de Psicologia social. São Paulo: Ateliê editorial, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL. art.216 da Constituição Federal de 1988. 26 de setembro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 08 de junho de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 215 - 216. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm. Acesso em: 30 de junho de 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina e como se aprende. In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice; GONTIJO, Rebeca. (Org). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CASTRO, Maria Laura Viveiro Cavalcante de., FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: Unesco; Eduarte, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Marcia. **Arquitetos da Memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Cléria Botelho Da; BARROSO, Eloísa Pereira. In: **Brasília: diferentes olhares sobre a cidade**. Brasília, Brasiliense 2015.

COSTA, Heloísa Helena Fernandes Gonçalves WAZENKESKI, Verlaine Fátima. A Importância das Ações Educativas nos Museus. **Ágora**, Revista de História e Geografia. Santa Cruz do Sul, v.17, n. 02, p. 64-73, jul/dez. 2015. Disponível em: Acesso em: 30/07/2020.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. **Cadernos pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade**. Ministério da Educação (MEC), 2010.

FENELON, Déa R. São Paulo: Patrimônio histórico-cultural e referências culturais. **Revista Projeto História: Espaço e Cultura**, São Paulo: EUC, n. 18, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lílían Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, v. 14, n. 27, esp., p. 55-89, 2019

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs), **Memória e patrimônio** - ensaios contemporâneos (pp. 59-79). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GRAVARI-BARBAS, M. O sangue e o solo. O patrimônio, fator de pertencimento de um território urbano. In **Geosaberes**. Fortaleza, v. 5, número especial (1), 2014.

GRUNBERG, Evelina **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF : IPHAN, 2007.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasileira, 1981.

HORTA, Maria de Lourdes.; GRUNBERG, Evelina.; MONTEIRO, Adriane. **Guia Básica de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Texto de Sônia Rampim Florência et al. Brasília: Iphan, 2012

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

Lakatos, Eva Maria. Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. São Paulo, Atlas 2003.

LEITE, Daniela Carvalho Bezerra. **Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF**. 2016. 165 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) — Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

LEITE, Ivanise. **Emoções, Sentimentos e Afetos: uma reflexão sócio-histórica**. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2005.

LONDRES, Maria Cecília. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio**. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. (2000). Mulheres na Sala de aula. In: (Org.) Priore, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto.

LOURO, Guacira Lopes, **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas** Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

MADEIRA, Angélica. Veloso, Mariza. **A cidade e suas feiras**: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília. Brasília, DF : IPHAN / 15ª Superintendência Regional, 2007.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Materialidade e Imaterialidade Criadoras. O Global, o Nacional e o Local na Construção do Patrimônio Mundial**: o “bairro do Recife” como caso. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar - João Pessoa: Editora da UFPB, 2015

MESQUITA, Évellin Lima. **Ceilândia**: patrimônio-territorial” e turismo/ Évellin Lima de Mesquita – Brasília, 2016. 100f. Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2016.

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral. In: **Pátio**: revista pedagógica, Porto Alegre, 2009.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. In: **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. (Tradução Viviane Ribeiro). Bauru SP: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **LANGUE, Frederique. Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos: I Journée d'Histoire des sensibilités, EHESS, 04/03/2004.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, no 29, 1995.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais**: do “indizível” ao “dizível”. São Paulo: Vértice, 1988.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SCHMIDT, M. A. M.; GARCIA, T. M. F. B. **A formação da consciência histórica dos alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**. Cad. Cedes, Campinas, v. 25,

n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SOUSA, Nair Bicalho de. **Construtores de Brasília: Estudo de operários e sua participação política** Petrópolis, Editora Vozes, 1983.

STARLING, Mônica Barros de Lima; SANTANA, Sylvana de Castro Pessoa. Metodologia de projetos: o patrimônio cultural no currículo do ensino médio. **In: MINAS GERAIS**. Secretaria de Estado da Educação. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Belo Horizonte, MG: SEE/MG, 2002, pp 91-106.

TAVARES, Nadir. **Ceilândia, ontem, hoje... e amanhã?**. Brasília: [s.n.], 1981.

ZAMBONI, E.; LUCINI, M.; MIRANDA, S.R. O saber histórico escolar e a tarefa educativa na contemporaneidade. **IN: SILVA, M (org.). História: Que ensino é esse?** Campinas/SP: Papirus, p.253-276, 2013.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Patrimônio, Cultura e processos educativos em História: percursos e reflexões**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2018.

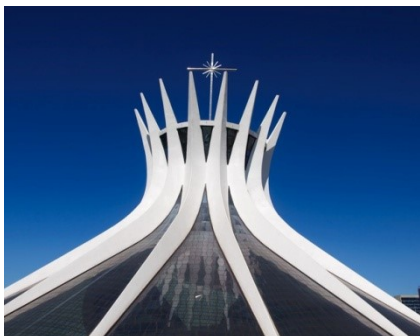
APÊNDICES

QUESTIONÁRIO 1
QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO
(Aplicado em 11/09/2019)

1- Você sabe o que é Patrimônio Cultural?
 () SIM () NÃO

2- Assinale os lugares que já visitou:

a) Catedral ()



b) Congresso Nacional ()



c) Museu Nacional da República ()



d) Memorial JK ()



3- Em que ocasião foram visitados?

4- Você costuma visitar outros pontos culturais e históricos de Brasília? Quais são eles?

QUESTIONÁRIO 2**(Aplicado em 10/10/2019)**

5- Você conhece a história da construção de Brasília?

() SIM () NÃO

6- Por qual meio você conhece a história da construção de Brasília?

- b) Televisão ()
- c) Internet ()
- d) Pessoas ()
- e) Escola ()

7- Você conhece a história da construção de Ceilândia?

() SIM () NÃO

8- Por qual meio você conhece a história da construção de Ceilândia?

- f) Televisão ()
- g) Internet ()
- h) Pessoas ()
- i) Escola ()

QUESTIONÁRIO 3

(Aplicado online em 05/11/2020)

Atividade de encerramento

Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial.

1- Você sabe o que é Patrimônio Cultural?

(☐) SIM (☐) NÃO

2- Você sabe que é Patrimônio Cultural Afetivo?

(☐) SIM (☐) NÃO

3- Se suas respostas das questões acima foram sim explique o que entende por Patrimônio Cultural e Patrimônio Cultural Afetivo.

4- Você conhece a história sobre a criação de Ceilândia?

(☐) SIM (☐) NÃO

5- Você acha que é importante inserir as mulheres seus saberes e suas participações no estudo de História?

(☐) SIM (☐) NÃO

6- Gostou de participar da pesquisa e participaria de outras ações educativas como essa?

(☐) SIM (☐) NÃO

7- O que na sua opinião foi mais significativo durante o processo?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google **Formulários**

ANEXOS

Entrevista Ana Maria de Jesus

Arquivo Público do Distrito Federal
Diretoria de Pesquisa
Projeto Ceilândia

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL

ANA MARIA DE JESUS

Proibida a publicação no todo ou em parte.
Permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

v.
2002

Norma para citação:

JESUS, Ana Maria de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 20p.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
SAP Lote "B" Bloco 41 – NOVACAP
71.215-000 - Brasília/DF
Fone: (061) 361-1454 Fax: (061) 233-2191
E-mail: arpdf@arpdf.gdf.gov.br
www.gdf.gov.br/arpdf

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Ana Maria de Jesus (MJ)

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistadores: Silvia Regina Viola de Castro (SR)
Viviane Irene Fonseca Dornas (VD)

Levantamento de dados e roteiro: Silvia Regina Viola de Castro
Viviane Irene Fonseca Dornas

Conferência e leitura final: Silvia Regina Viola de Castro
Viviane Irene Fonseca Dornas

Elaboração de temas: Viviane Irene Fonseca Dornas

Local: Brasília-DF

Data: 2002

Duração: 30'

Fitas cassete: 01 (uma)

Páginas: 20

TEMAS

Dados biográficos; origem familiar; como se deu a mudança para Brasília; considerações de como era morar na Vila do IAPI; relato sobre luz e água na Vila; atividades exercidas em Brasília; relato da transferência da Vila do IAPI; considerações sobre a segurança na Vila; ajuda do marido na construção de Brasília como pedreiro; explicação da palavra Ceilândia, nome dado à cidade; relato de como foi feita a sua transferência da Vila do IAPI para Ceilândia; considerações sobre transporte, escolas, hospitais, igrejas; relato sobre o abastecimento de água e luz na Ceilândia; relato de como criou seus filhos; Ceilândia ontem e hoje; considerações finais..... 01 a 20p.

Arquivo Público do Distrito Federal. Programa de História Oral. Linha Formação de Ceilândia. Entrevista com a Senhora Ana Maria de Jesus, realizada por Silvia Regina Viola de Castro e Viviane Irene Fonseca Dornas, aos 09 dias do mês maio de 2002 na residência da entrevistada. Com início às 14 horas e 50 minutos.

(SR) – Inicialmente eu gostaria que a senhora desse os dados biográficos. O nome completo da senhora?

(MJ) – Ana Maria de Jesus.

(SR) – Data e local de nascimento?

(MJ) – Eu sou de novembro, agora a data eu tenho que pegar o registro.

(SR) – Então depois a gente vê. Da onde a senhora é?

(MJ) – Eu sou de Santana do Brejo.

(SR) – Da Bahia?

(MJ) – Da Bahia.

(SR) – O nome do pai e da mãe da senhora?

(MJ) – Joaquim Rodrigues dos Santos, Maria Catana da Luz

(SR) – A senhora morava lá no interior da Bahia?

(MJ) – É na cidade.

(SR) – Cidade de...

(MJ) – Santana.

(SR) – Santana do Brejo.

(MJ) – Do Brejo, eu vim para aqui no começo de Brasília.

(SR) – Em 60.

(MJ) – Em 60.

(SR) – A senhora veio com o seu pai, com sua mãe?

(MJ) – Foi. Meu pai veio trazer a minha mãe para tratar, com um mês ele veio buscar a gente. A gente foi comprado da...

(SR) – Vocês foram comprados?

(MJ) – Comprados assim, o patrão, que ele veio para a fazenda, ele deu o dinheiro para buscar a gente e a gente veio para a fazenda para trabalhar, para pagar as passagens.

(SR) – As passagens.

(MJ) – Nós fomos trabalhar na roça.

(SR) – Enquanto não pagassem, vocês tinham que ficar lá.

(MJ) – Tinha que ficar lá. Terminamos de pagar, a gente veio trabalhar de doméstica em Anápolis.

(SR) – Depois vocês vieram para Brasília.

(MJ) – Quando eu me casei. Eu tenho 37 anos de casada, 34 que completei no

mês passado.

(VD) – A senhora casou em Santana então?

(MJ) – Não, eu casei em Anápolis. Eu já vim para aqui em começo de Brasília mas sem casar. Ainda era criança. Eu vim casar aqui.

(SR) – Em Anápolis.

(MJ) – Em Anápolis.

(SR) – Então a senhora conheceu seu esposo lá em Anápolis?

(MJ) – Não, ele também é baiano, eu conheci ele na Bahia, ele ficou lá, veio para Brasília, que foi para a Vila do IAPI. Quando eu casei, ele já morava na Vila do IAPI, ele já tinha um barraquinho lá.

(SR) – Então de Anápolis a senhora veio para Brasília.

(MJ) – Foi.

(SR) – Em 1960.

(MJ) – Foi.

(SR) – E foi direto morar na Vila do IAPI.

(MJ) – Foi. Casei em um dia e no mesmo eu vim para a Vila do IAPI.

(SR) – E como é que era morar lá na Vila do IAPI dona Ana? Conta para a gente. Tinha dificuldade, como é que era?

(MJ) – Era uma invasão, um barraquinho muito ruim, que eles tinham, que eles todos vieram do Torto, não sei que vocês veio falar do...

(SR) – Sim.

(MJ) – Acho que deve conhecer, eu que não conheço. Quando eu casei ele já tinha vindo de lá muitos anos nessa invasão, é um barraco muito ruim.

(SR) – Vocês tinham energia, água, tinha luz.

(MJ) – Água não, tinha um poço, tirava água de uma cisterna, luz também, era vela, não tinha luz.

(SR) – Então vocês tinham muita dificuldade lá na Vila do IAPI.

(MJ) – Tinha. E mudamos para cá também, ficamos sem luz, sem água. Eu vim ter luz quando eu passei para aqui, que ainda é provisório, minha luz aqui é provisória.

(SR) – Quando a senhora chegou aqui...

(MJ) – Que o homem é pedreiro mas ele quase não liga.

(SR) – Quando a senhora chegou aqui em Brasília a senhora trabalhava de quê?

(MJ) – Doméstica.

(SR) – De doméstica... a senhora veio morar em Ceilândia transferida da Vila do IAPI.

(MJ) – Foi.

(SR) – Foi quando... foram as primeiras transferências a senhora veio para cá?

(MJ) – Foi.

(SR) – A senhora lembra o ano que veio para Ceilândia?

(MJ) – O ano eu não sei.

(SR) – Foi logo no início?

(MJ) – Foi logo no início, assim que começou a tirar a invasão para cá, nós⁷ já viemos⁸ para cá, agora não sei a data.

(SR) – Começou em 1971, não sei se a senhora veio logo no início, foi em 71.

(MJ) – Foi

(SR) – É não sei se a senhora vai saber isso, por exemplo, Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Bernardo Sayão, essas pessoas todas vieram para cá, para Ceilândia?

(MJ) – Vieram. Tinha uma rua que chamava rua do Morro do Urubu, rua do Sapo, tudo tinha esse nome lá.

(SR) – Era rua?

(MJ) – Agora a rua que eu morava era rua Costa e Silva, que era já perto daquele espinho, perto do Bandeirante.

(SR) – Porque esse nome Morro do Urubu, a senhora sabe?

(MJ) – Não sei, o povo falava mal desse lugar sabe? Lugar assim desse povo assim tudo... não sei nem explicar como que o nome das pessoas, que tinha esse nome.

(SR) – Tinha muita briga lá?

(MJ) – Tinha muita briga.

(SR) – Tinha briga porquê? Por causa de beber muito.

(MJ) – Acho que bebia muito. E a outra invasãozinha que chamava rua do Sapo era aquele povo também que bebia muito, aqueles barraquinhos que você não dava conta nem de entrar, a gente passava assim, essa rua aqui é tal. Eu quase não andava também.

⁷ O entrevistado pronuncia nois

⁸ O entrevistado pronuncia veio

(SR) – Ficava mais dentro de casa.

(MJ) – É, eu casei, eu morava junto com a minha sogra, a minha sogra “ciumava” muito de mim, meu marido tinha aquele ciúme que eu era novinha não é?

(SR) – Então era só dentro de casa.

(MJ) – Era só dentro de casa, do hospital para casa, é igual aqui, eu mexo mais só no hospital, escola que eu vou ver o filho como está, como não está.

(SR) – Dona Ana, a maioria dessas pessoas que moravam nessas invasões, eram pessoas assim que vinham de acampamentos de construtoras ?

(MJ) – É só isso que eu não sei explicar da onde que eles...

(SR) – As pessoas diziam o seguinte, que quando a construtora fazia a obra, as pessoas ficavam ali morando, não é?

(MJ) – É.

(SR) – Faziam ali os barracos e depois foi surgindo essas Vilas, o pessoal saía de lá e ia montando os barracos na Vila, ali perto, foi juntando todo mundo.

(MJ) – É, que não tinham um lugar de morar.

(SR) – Não é?

(MJ) – É. Meu esposo mesmo ele morava no Torto, mas que foi um senhor... ele mora no Plano, acho até que ele faleceu, o Beniz.

(SR) – O seu esposo trabalhava em construção?

(MJ) – Trabalhava.

(SR) – Então ele ajudou também aqui a Brasília?

(MJ) – Ajudou, em 60 ele construiu muitos prédios, aquela igreja, tem uma igreja lá no plano⁹, como é que chama ela? Igreja de Nossa... Nossa Senhora de ...

(VD) – Fátima.

(SR) – Fátima.

(MJ) – Nossa Senhora de Fátima, ele trabalhou muito, que quando logo eu casei ele fazia virada, e não avisava que vinha, o irmão dele saía antes do dia amanhecer e ia ver, chegava lá ele estava no concreto trabalhando. Ele construiu muitos blocos por aqui, hoje ele vive assim, faz um muro ali, um muro acolá, tem hoje, amanhã não tem.

(SR) – É difícil mesmo.

⁹ O entrevistado pronuncia “prano”

(MJ) – É.

(SR) – Dona Ana, a senhora sabe porque deram o nome de Ceilândia para cá? Alguém já comentou isso com a senhora?

(MJ) – Não.

(SR) – Já que a senhora não sabe eu vou falar, esse CEI, é Ceilândia, CEI quer dizer Campanha de Erradicação das Invasões que surgiram. A senhora lembra disso?

(MJ) – Lembro.

(SR) – Depois eles botaram o sufixo de Lândia que significa cidade, então ficou Ceilândia. Quando aconteceu isso da mudança para cá, que começou a surgir essa idéia, as pessoas iam até vocês para conversar sobre isso, como é que era feito isso?

(MJ) – Ia a pessoa fazer pesquisa, quando chegou lá, marcou o barraco, que ia mudar para esse lugar aqui.

(SR) – Mas o que eles conversavam com vocês, o que eles falavam?

(MJ) – Falavam que aquela invasão não podia ficar, que tinha que vir, mudar para esse lugar aqui, não era Ceilândia ainda.

(SR) – Não tinha definição ainda, não é?

(MJ) – Não tinha o nome da cidade, chegou lá marcou aqueles números³.

(SR) – Botaram o nº na porta não é isso?

(MJ) – Na porta, até hoje eu tenho uma tábuia ali, das madeiras da casa que tem as letras que eles botaram lá.

(SR) – Ah é?

(MJ) – É, essa madeira ainda é de lá ainda, essas madeiras da minha casa, da Vila do IAPI.

(SR) – Quando desmanchou lá vocês trouxeram.

(MJ) -Trouxeram os pedaços de tábuia¹⁰, os barracos foram assim tudo emendadiinho⁵, a gente não podia comprar mais madeira, então foi assim, aí marcou a data.

(SR) – Isso, eles marcaram a data para mudar.

³ O entrevistado pronuncia nùmos

¹⁰O entrevistado pronuncia tauba

⁵ O entrevistado pronuncia emendadim

(MJ) – Para mudar, foi arrancar⁶. Amanhã é dia de já ir desmanchando os barracos.

(SR) – E eles ajudavam vocês a fazerem a mudança ou era tudo vocês que faziam?

(MJ) – Não, ajudou.

(SR) – ajudou?

(MJ) – Vinha os caminhões.

(SR) – Eles botaram o caminhão para vocês... poder mudar

(MJ) – Carregar a mudança para cá para o cerrado, que era um cerradão aqui.

(SR) – Um cerradão. E quando vocês chegaram aqui dona Ana, o que tinha aqui para vocês fazerem? Já tinha tudo limpinho, como é que era?

(MJ) – O mato, pau para cortar, a fazer um lugarzinho de botar o colchão ali em cima de uma tábuas, a lona a gente não tinha, botava era cobertor sabe? Fazia assim de tábuas para entrar, quando chovia a gente ficava podia dizer na chuva, eles trabalhavam⁷ a noite toda emendando pedaços de tábuas para a gente ficar dentro. Ia buscar água, deixava panela no fogo a panela queimava, eu só tinha um filho, que é o rapaz deficiente que eu tenho, ele não era ainda, ele era bom ia completar 5 anos. Então era essa luta.

(SR) – Era a luta. Então quando vocês chegaram aqui não tinha nada.

(MJ) – Nada.

(SR) – Vocês é que limpavam o terreno, ficou construindo.

(MJ) – Foi eu que capinei o meu lote. O meu lote foi eu que capinei todinho.

(SR) – Que beleza.

(MJ) –Aquele mato, aquele matão assim, eles cortavam aquelas madeiras e como nós... ele ia trabalhar⁸ no outro dia na firma e eu ficava capinando, a velha que era a mãe dele era já bem de idade, eu ficava cuidando do lote para quando chegasse, o meu barraco já estava marcado para ir ajeitando.

(SR) – Tinha assim dona Ana, na época que a senhora estava capinando o lote, tinha muito bicho aqui?

(MJ) – Tinha até cobra, que era mato mesmo. Era mato e não tinha a malandragem que tem hoje, a gente podia dormir no aberto, não tinha

⁶ O entrevistado pronuncia rancar

⁷ O entrevistado pronuncia trabaiaava

⁸ O entrevistado pronuncia trabaiaá

preocupação, hoje eu não tenho coragem de ir lá nos fundos de noite sozinha.

(SR) – Quer dizer que naquela época não tinha... assim o perigo que é hoje?

(MJ) – Tem não.

(SR) – Não tinha... a senhora quer dizer que não tinha maldade, não tinha ladrão, essas coisas.

(MJ) – Não. Podia ter, mas não tinha igual é hoje.

(SR) – Tinha segurança? Tinha polícia aqui na época quando vocês vieram? Passava de vez em quando.

(MJ) – Era difícil, era difícil a gente ver uma polícia⁹, igual a hoje, é difícil a gente ver uma polícia aqui, mesmo tendo polícia, só se for... mesmo se dizer assim uma necessidade, que eu nunca precisei de chamar a polícia, mas a gente não via a polícia. Às vezes passava, quando a gente já estava com os barracos assim levantados, que vinha aqui, às vezes passava aquele policial à pé.

(SR) – Fazendo a ronda.

(MJ) – Fazendo a ronda, mas era muito difícil.

(SR) – Dona Ana na época, transporte, como é que vocês faziam? Por exemplo, seu esposo trabalhava lá no Plano, não é?

(MJ) – É

(SR) – Tinha ônibus para ele ir para lá?

(MJ) – Tinha o caminhão, o carro da firma.

(SR) – Vinha buscar.

(MJ) – É. E tinha uns era muito... tinha a parada era bem ali na pista do outro lado, que hoje a parada é bem pertinho¹⁰, a gente caminhava aquela distância para ir para o hospital lá para o plano¹¹, Hospital do L2, Hospital de Base, INPS.

(SR) – Quer dizer que quando vocês precisavam de um atendimento médico, aqui ainda não tinha.

(MJ) – Tinha não, era lá no Plano.

(SR) – Vocês tinham que ir para o Plano, para Taguatinga?

(MJ) – É, isso era tudo difícil para a gente.

(SR) – E escola, tinha?

(MJ) – Tinha escola.

⁹ O entrevistado pronuncia poliça

¹⁰ O entrevistado pronuncia pertim

¹¹ O entrevistado pronuncia prano

(SR) – Tinha.

(MJ) – Tinha.

(SR) – Logo eles fizeram uma escola para atender as crianças.

(MJ) – Fizeram uma escola. Essas filhas minha todas estudaram aqui nesse 20. Todo mundo estudou aí, agora eu tenho um caçula que está lá no 02, mas todo mundo estudou, agora a minha outra filha que é formada, ela estudou aqui, daqui ela passou para o 02, do 02 ela passou para o 07, mas tinha escola.

(SR) – Então já tinha.

(MJ) – Já tinha escola, construiu.

(SR) – Outra coisa que eu queria saber, assim.... por exemplo, quando vocês vieram para cá logo no início, que estavam limpando ainda, construindo, vinha alguém ajudar vocês, dar alguma coisa para vocês assim de alimentação, não tinha um tal de sopão que dava?

(MJ) – Não, eu nunca ganhei.

(SR) – Nunca ganhou?

(MJ) – Não. Eu ia trabalhar no Plano de faxineira diarista, lava, passa com a barrigona prculá e às vezes¹² faltava o leite, faltava o gás, faltava o arroz, tinha dia que eu comia folhinha de abóbora com arroz, porque não tem um dia que não falta.

(SR) – Lógico.

(MJ) – E às vezes faltava o emprego também para ele, foi fichado muitos anos, mas eu ia trabalhar¹³ fora, hoje eu não vou mais que eu não dou conta, mas já trabalhei muito.

(SR) – E aqui, logo surgiram Igrejas dona Ana, o quê que tinha mais assim, era...

(MJ) – Surgiu a Igreja aqui na 07, que eles construíram essa Igreja de madeira.

(SR) – Igreja católica?

(MJ) – É, tem uma Igreja que foi construída, foi logo que a gente chegou aqui

(SR) – Foi logo no início.

(MJ) – Foi. É lá na 07.

(SR) – Quer dizer que a ação social mesmo, a senhora acha que não ajudava aqui vocês.

(MJ) – Não tivemos ajuda.

¹² O entrevistado pronuncia veis

¹³ O entrevistado pronuncia trabaia

(VD) – Nem quando vocês estavam mudando para cá?

(MJ) – Não, agora mudança dos carros, para carregar a mudança tivemos. Tivemos o carro para carregar a mudança de lá para cá, trouxeram as tábuas.

(SR) – Mas acabou aí.

(MJ) – Acabou aí, despejou aí, a gente foi... meu marido foi... trabalhava até 1 hora da manhã, para no outro dia ele ir trabalhar, quando chegava o irmão dele estava ajudando, pegava aqueles pedacinhos de tábuas, tanto é, hoje ainda tem um barraquinho que minha filha dorme é de tábua, ali nos fundos.

(SR) – Quer dizer que médico quando vocês precisavam tinha que ir para fora. Mas logo veio posto médico ou demorou muito?

(MJ) – Demorou muito construir esses postos.

(SR) – Demorou muito.

(MJ) – Demorou, agora essas filhas minhas, já foi mais aqui no posto, o tratamento já foi mais para elas.

(SR) – Dona Ana, luz e água, como era abastecimento de vocês

(MJ) – Tinha o carro pipa, tinha o chafariz que era lá para aquele largo a fora, para o lado dessas quadras ali, que hoje estão construindo umas quadras. Tem jogo, tem tudo.

(SR) – Mas como é que era esse chafariz?

(MJ) – Eles botavam uma torneira, ficava assim no mato e era uma briga, que a gente para enfrentar uma fila de 580 latas que até hoje não me esqueço.

(SR) – 580 latas?

(MJ) – Para a gente conseguir pegar duas, três latas d'água em um carrinho¹⁴, às vezes ia com seis, passava o dia todinho para pegar seis.

(SR) – Isso que eu ia perguntar, quanto tempo vocês levavam para pegar?

(MJ) – O dia todinho buscando água. O dia todo, hoje eu falo assim, eu vejo água aqui na torneira, tanto que eu já sofri, quem me conhece fala assim 'dona Ana, a senhora é uma mulher muito forte.' Porque eu bancava carrinho d'água, o barrigão e meus filhos¹⁵ nascia, não escapava por causa dos pesos que eu pegava e até hoje eu falo assim 'eu não tenho preguiça', hoje mesmo, um dia desses a mulher estava falando para mim, foi segunda-feira, 'o seu marido tá tão acabado.' É mesmo, meu marido bebe. Meu marido bebe e está muito magro,

¹⁴ O entrevistado pronuncia carrim

¹⁵ O entrevistado pronuncia fio

ela fala ‘ se seu marido morrer, Deus o livre, vocês vão morrer de fome.’ Eu falei ‘ ô mia fia, eu acho difícil, de fome eu não morro sabe?’ Porque eu não sei chegar na sua casa, que eu nunca fui e dizer assim ‘ dona me dá um prato de comida.’ Eu falo ‘me dá um serviço prá mim fazer prá você me dá o que eu tô precisando.’

(SR) – É isso aí.

(MJ) – Porque eu fui criada foi assim.

(SR) – E a maioria das pessoas não fazem isso.

(MJ) – Não faz isso e meu marido ele é um homem, ele bebe, mas ele trabalha, eu não tenho nada, vocês estão vendo aqui a minha casa.

(SR) – A senhora tem uma casa, acho que isso que é importante..

(MJ) – Pois é a minha casa que eu não vendo por dinheiro nenhum¹⁶, às vezes eu

olho¹⁷ assim aí meu Deus eu podia.. se eu trabalhasse eu podia ajudar, dar uma reforminha na minha casa, que isso aqui ainda é da Vila do IAPI, mas eu não posso, minhas filhas trabalham nas casas dos outros ganha um salariozinho, não dá para me dar. Eu tomo remédio, eu peço os outros, quando não dá o remédio do posto, não tem, eu peço uma advogada que aposentou meu filho. Semana... um dia... o mês passado mesmo ela ligou para cá eu disse ‘ô mia fia, eu sei que você é minha filha, e eu quero que você me dá uma mãozinha.’ Ela disse ‘eu já sei o que é. É o remédio que a senhora não tem, eu vou mandar 50 real prá senhora.’ E mandou, aí a menina falou ‘mãe ela vai mandar?’ falei ‘vai, porque vocês é mia fia e trabaia e eu sei que vocês num dá prá me dá né?’

(SR) – Não tem condições.

(MJ) – Não tem condições.

(SR) – Dona Ana, deixa eu perguntar uma coisa para a senhora. Quando vocês vieram para cá, logo que vocês vieram, como é que vocês faziam assim para comprar as coisas para fazer comida? Já existia assim uma vendinha, como é que era?

(MJ) – Já tinha um pessoal que nós comprávamos na Vila do IAPI, eles tinham um mercadinho de tábua...

(SR) – E eles vieram para cá.

(MJ) – ...e mudou para cá e nós ficamos comprando nesse mesmo mercado.

¹⁶ O entrevistado pronuncia nium

¹⁷ O entrevistado pronuncia oio

(SR) – Ah que bacana, então ele veio também e vocês...

(MJ) – Veio e hoje eles até tem uma casa ali e não tem um barraco, tem um construído. Mas eles forneciam a gente. Comprava a dinheiro e comprava sem dinheiro.

(SR) – Ele deixava?

(MJ) – Deixava, para comprar as coisas. Até que eu estou com a cabeça boa.

(SR) – Então a gente estava falando da dificuldade, e da alimentação... que vocês tinham uma venda para comprar.

(MJ) – Tinha, a gente comprava esse mercadinho que tinha, veio de tábuas, eles construíram, a gente ficou comprando.

(SR) – Continuou aqui.

(MJ) – É, meu filho¹⁸ ainda tomava mamadeira, a gente já pegava as coisas por mês e hoje eles estão falidos, esse pessoal que fornecia a gente.

(SR) – Deixa eu perguntar outra coisa. Quê que vocês faziam aqui assim de diversão, na época que vocês chegaram aqui, tinha alguma coisa para fazer?

(MJ) – Tinha não.

(SR) – Nada?

(MJ) – Só era trabalhar, buscar água, fazer comida.

(SR) – E as crianças brincavam?

(MJ) – Não.

(SR) – Não?

(MJ) – Não, só dentro de casa.

(SR) – Na rua?

(MJ) – Meus filhos eu nunca criei meus filhos na rua, não brincava a noite, hoje eu tenho minhas filhas que erraram assim, ser mulher sem casar, mas eu tinha um ciúme dos filhos que Deus, que todo mundo falava, não deixava sair. Cresceram, começaram estudar, um estudava de dia parou foi estudar à noite, o que arrumava era isso aqui mesmo, a mãe estudava de dia, passou à noite arrumou foi... arrumou para mim olhar.¹⁹ Aquela dali também estudava de dia, estava terminado quase o segundo grau, agora está fazendo o segundo.... o primeiro do segundo a noite, eu falo assim 'hoje num tem um fio prá sentar e falar assim 'minha mãe num pegou na minha mão prá estudar.' Eu posso falar e

¹⁸ O entrevistado pronuncia fio

¹⁹ O entrevistado pronuncia oiá

ninguém fala. Eu só tenho uma filha formada, mas o que eu corri atrás do que eu não sei eu corri atrás para eles.

(SR) – Isso mesmo, é assim que a gente faz mesmo. Deixa eu perguntar outra coisa para a senhora. Então não tinha nada para fazer, nem criança tinha também o que fazer.

(MJ) – Não tinha diversão para brincar, não saia para a rua, era só aqui mesmo dentro do lote.

(SR) – Deixa eu perguntar uma coisa dona Ana, a senhora sabe que Ceilândia tem muita Associação.

(MJ) – Tem.

(SR) – A senhora conhece alguma?

(MJ) – Olha eu conheço só uma Associação de deficiente.

(SR) – Que a senhora frequenta?

(MJ) – Não, que eu já fui para arrumar negócio de carteirinha.

(SR) – Pois é, para o seu filho.

(MJ) – Para o meu filho.

(SR) – Pois é.

(MJ) – Então eu já fui lá. A única Associação.

(SR) – Mas aqui em Ceilândia tem muito.

(MJ) – Tem.

(SR) – A senhora acha que isso é bom para Ceilândia?

(MJ) – É ótimo.

(SR) – Que consegue as coisas que vocês precisam.

(MJ) – É, eu acho muito bom.

(SR) – Outra coisa, eu queria saber, a senhora acha que Ceilândia tem potencial eleitoral para eleger um deputado?

(MJ) – Tem.

(SR) – A senhora acha que são unidos ou não?

(MJ) – São unidos.

(SR) – A senhora acha que Brasília as pessoas... aqui em Ceilândia são unidas?

(MJ) – Eu acho que sim.

(SR) – Porque é o que falam muito para mim é que não há união. Porquê? Pulveriza muito voto, chega muita gente aqui para pedir voto, então vocês não se juntam para eleger um deputado só de Ceilândia. A senhora acha que isso

acontece?

(MJ) – Eu acho que acontece, pelo menos a minha rua a gente é tudo unido.

(SR) – É? A opinião da senhora é a que vale. Eu queria saber uma coisa da senhora. Qual é a diferença de Ceilândia quando a senhora chegou aqui em 71 e de hoje, o que acha que houve, nesse tempo, nesses 32 anos que a senhora está aqui?

(MJ) – Ceilândia mudou muito. Do que eu cheguei aqui, que eu não tenho nada e acho que tenho muita coisa, porque eu tenho a minha casinha. Tem a água, a luz, o asfalto que não tinha, era barro, que eram os buracos. Não tinha nada, hoje está bom, eu vou ali, tem a água na torneira que eu não tinha, era muito difícil, era difícil! Hoje meu marido às vezes senta reclamando²⁰ dos filhos sendo que nós buscávamos água até uma hora da manhã, eu parava ele continuava, que eu deixava ele ir só, ficava com medo dele ir só, e eu buscava água o dia todo, parece que só era água que tinha que beber. Não tinha outra diversão que não fosse buscar água, e era fila, eu nunca gostei de juntar roupa dos meus filhos pequenos, assim mesmo de adulto hoje eu às vezes estou deixando que elas lavem, mas eu nunca juntei, enchia dois três tambores, eu lavava aquele mundo de roupa e água sobrava, e nunca faltou água para mim lavar, eu vejo hoje, a gente acha água na torneira, eles tem preguiça de lavar. Eu nunca tive.

(SR) – Então a senhora acha que mudou muito, para melhor.

(MJ) – Mudou para melhor.

(SR) – A senhora acha que valeu à pena todo sacrifício de vocês virem para cá no início.

(MJ) – Valeu.

(SR) – Valeu à pena.

(MJ) – Valeu, eu tinha vontade de ter o meu lugarzinho, porque eu morava com minha sogra e ela sempre falava ‘que num é seu, cê chegou aqui cê me achou.’ Então eu pedia a Deus, eu falava assim ‘um dia eu ainda hei de ter o meu cantim prá mim morar e dizer que é meu.’ Porque é meu aqui.

(SR) – É isso mesmo.

(MJ) – Que aqui já é quitadinho²¹, nós pagamos, nós temos documento.

(SR) – É isso que eu queria saber. Vocês ganharam ou foi pago?

²⁰ O entrevistado pronuncia cramando

²¹ O entrevistado pronuncia quitadim

(MJ) – Foi pago.

(SR) – Foi pago.

(MJ) – Foi mil cruzeiros, naquele tempo.

(SR) – Dona Ana, deixa eu falar uma coisa para a senhora. Pelas perguntas que eu fiz, já acabou, mas eu queria deixar em aberto para se a senhora quiser falar mais alguma coisa sobre Ceilândia, sobre a sua vida.

(MJ) – A minha vida eu nem falo, que o sofrimento que eu já tive, se eu fosse sentar um dia, uma noite, um ano, três anos, quatro anos é pouco.

(SR) – Não, mas eu acho que a senhora não deve pensar assim, a senhora está aqui, a senhora mesmo falou que tem o seu chão agora, isso tudo é importante agora, seus filhos.

(MJ) – Mas a minha vida não é boa.

(SR) – É sim dona Ana, é bom demais, tem que pensar para cima. A senhora não quer falar nada de bom? Dona Ana eu queria saber o seguinte, o nome do seu esposo?

(MJ) – É Francisco de Jesus.

(SR) – Quantos filhos a senhora tem?

(MJ) – Tenho sete.

(SR) – Sete filhos. Todos moram aqui em Ceilândia?

(MJ) – Todos aqui dentro dessa casa.

(SR) – Todos aqui com a senhora.

(MJ) – Ninguém nunca quis sair daqui de dentro.

(SR) – Muito bem.

(MJ) – Todo mundo tem filho, todo mundo não, só tem uma filha... duas filhas que não tem filho.

(VD) – Sete filhos?

(MJ) – São sete.

(SR) – Então está bom, dona Ana, em nome do Arquivo Público do Distrito Federal a gente agradece a entrevista. Muito obrigada.

(MJ) – Às ordens

(SR) – São 15 horas e 20 minutos.

(MJ) – Vocês aceitam um cafezinho?

(SR) – Obrigada.

FINAL DA ENTREVISTA

Relação de Documentos que compõem o dossiê da entrevistada

ANA MARIA DE JESUS.

☒ Cessão de direitos sobre depoimento oral

☒ Contato preliminar

☒ Diário de campo / relatório de entrevista

☐ Documentos doados pelo entrevistado

☐ Fotografias

☐ Outros

☒ Roteiro de entrevista

Arquivo Público do Distrito Federal
Diretoria de Pesquisa
Projeto Ceilândia

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL

ANTÔNIA ALVES DA SILVA
(Dona Toinha)

Proibida a publicação no todo ou em parte.
Permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

V.
2002

Norma para citação:

SILVA, Antônia Alves da. *Depoimento - Programa de História Oral*.
Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 28p.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
SAP Lote "B" Bloco 41 – NOVACAP
71.215-000 - Brasília/DF
Fone: (061) 361-1454 Fax: (061) 233-2191
E-mail: arpdf@arpdf.gdf.gov.br
www.gdf.gov.br/arpdf

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Antônia Alves da Silva (AS)

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistadores: Silvia Regina Viola de Castro (SR)
Viviane Irene Fonseca Dornas (VD)

Levantamento de dados e roteiro: Silvia Regina Viola de Castro (SR)
Viviane Irene Fonseca Dornas (VD)

Conferência e leitura final: Deuzíria de Carvalho Soares
Silvia Regina Viola de Castro

Elaboração de temas: Deuzíria de Carvalho Soares

Local: Brasília-DF

Data: 2002

Duração: 55'

Fitas cassete: 02 (duas)

Páginas: (28)

TEMAS

Dados biográficos; origem familiar; atividades exercidas em Brasília; considerações sobre as dificuldades que enfrentou, o que levou a morar na Vila do IAPI, como surgiu Ceilândia; relato sobre a vida subumana do início, sem água, luz, uma infra estrutura de fato, não deixando de ressaltar o trabalho de organização do Serviço Social à época. Considerações sobre as igrejas que ajudavam , especificamente a do Frei Cirino, sobre o papel desempenhado pela então Deputada Maria de Lourdes Abadia, como assistente

social. Considerações sobre a Ceilândia de ontem e de hoje e em seus relatos finais lembrou que a cidade necessita de mais lazer.....01 a 27p.

Arquivo Público do Distrito Federal. Programa de História Oral. Linha Formação de Ceilândia. Entrevista com a Senhora Antônio Alves da Silva (D. Toinha), realizada por Silvia Regina Viola de Castro e Viviane Irene Fonseca Dornas, aos 05 dias do mês junho de 2002 na residência da entrevistada, com início às 14 horas e 30 minutos.

(SR) – Inicialmente eu gostaria que a senhora desse os dados biográficos, nome completo, data e local de nascimento.

(AS) – Antônio Alves da Silva, nasci no dia 05 de junho de 47.

(SR) – Onde foi?

(AS) – Esperantina, Piauí.

(SR) – Origem familiar da senhora, nome de pai, mãe.

(AS) – Meu pai é Francisco Alves da Silva, minha mãe Pastores Alves de Sousa.

(SR) – A senhora é casada?

(AS) – Solteira.

(SR) – Quantos filhos a senhora tem?

(AS) – Cinco.

(SR) – A sua formação profissional dona Toinha, até que grau a senhora estudou, o que a senhora faz?

(AS) – Eu fiz até a 5ª série primária.

(SR) – E trabalhava em quê?

(AS) – Olha, eu já trabalhei de muita coisa, primeiro eu trabalhei de doméstica desde 11 anos e depois vendedora de porta em porta de produtos de beleza, inclusive da Avon.

(SR) – A senhora falou que trabalhava para a Avon.

(AS) – É, aí depois feirante.

(SR) – Feirante não é? Depois que chegou aqui em Brasília?

(AS) – Depois que eu cheguei aqui em Brasília.

(SR) – Qual o motivo da senho... da sua mudança aqui prá Brasília, dona Toinha?

(AS) – Olha, eu vim do Nordeste com 16 anos a procura de melhorar as condições de vida.

(SR) – Isso com 16 anos.

(AS) – 16 anos, é.

(SR) – A senhora chegou aqui em 1965?

(AS) – Foi.

(SR) – Confere?

(AS) – Sessenta e cinco, nós¹¹ éramos quatorze irmãos, hoje nós somos treze, então lá no Nordeste é muito difícil.

(SR) – Difícil arranjar emprego, não tem condições.

(AS) – Não tinha, não tem, então a gente.... todo mundo procura a cidade grande a para uma sobrevivência.

(SR) – A família toda veio?

(AS) – Viemos nove irmãos para cá.

¹¹ A entrevistada pronuncia “nois”

(SR) – E quando a senhora chegou aqui em Brasília, que atividades a senhora desenvolveu assim, fez o quê?

(AS) – A minha chegada aqui no início foi muito cruel, eu cheguei aqui um dia 5 da tarde, quando foi 6 horas já estava internada.

(SR) – Porquê?

(AS) – Eu tomei um banho na divisa e eu não estava bem de saúde, então fiquei mal. Tomei remédios no hospital.

(SR) – Ficou com resfriado muito forte?

(AS) – Foi, eu fiquei toda entubada¹², eu fiquei dois meses e quinze dias internada, foi muito triste, mais eu não desisti, de lá do hospital... que eu vim para a casa de uma afilhada, de uma madrinha de fogueira minha, olha o parentesco que a gente tinha. Ela era afilhada da minha madrinha de fogueira e chegando na casa dela já fui me internar, lá no hospital, aquelas pessoas que cuidavam de mim, gostaram de mim, inclusive a copeira me levou para a casa dela.

(SR) – Que bacana!

(AS) – É, eu fiquei na casa dela 2 anos, trabalhando pela comida e era babá dos filhos dela, aí de lá eu...

(SR) – Foi fazer outras coisas.

(AS) – Outras coisas. Trabalhei um bocado de doméstica lá no Gama.

(SR) – E a senhora foi morar onde, quando chegou aqui em Brasília?

(AS) – Eu vim com destino, a carta e apresentação era para essa moça, ali na QND 9 Taguatinga, de lá fui para o Gama, para o hospital do SAMDU¹³, mais não tinha que leito prá mim, me botaram numa ambulância me levaram para o Gama. Então fiquei no Gama e lá o pessoal que trabalhava no hospital, que a dona Francisca me levou para a casa dela.

(SR) – E como a senhora foi morar na Vila do IAPI?

(AS) – De lá eu conheci um rapaz, namorei com esse rapaz, casei com ele na igreja... aquela igreja... como é que chama? Igreja Brasileira, porque eu ainda era menor, não podia casar no civil, por isso sou solteira, e consegui com ele dois filhos, depois ele me deixou e eu fiquei numa situação muito difícil.

(SR) – Mas foi nessa época que a senhora foi morar na Vila do IAPI com ele?

¹² A entrevistada pronuncia “enturbada” – introduzir um tubo em uma cavidade.

¹³ SAMDU – Serviço de Atendimento Médico

(AS) – Não, quando eu fui prá Vila nós já tínhamos separado, no Gama mesmo, ele foi embora e eu fiquei com duas crianças.

(SR) – Sozinha para cuidar.

(AS) – É, você¹⁴ vê se... 69, que é aquela que está aqui, ela nasceu em julho de 69, e a outra no dia 22 de dezembro de 70, então bem perto uma da outra, fiquei com essas duas meninas, eu dei a mais nova. Não tinha condições.

(SR) – Muito sacrifício?

(AS) – É daí ... quem me acolhia tinha dificuldade de acolher as crianças, a mulher que eu deixava elas para poder ir trabalhar, a mulher queria tomar a mais nova, aquela ali, quando era três horas, já tinha que estar deitada sem ter direito de olha para nada. E ela só falava comigo se a mulher mandasse ela falar, e já estava lutando para tomar a mais nova, quando as vizinhas me falaram que ela queria tomar a menina, falei ‘mas não vai tomar mesmo.’ Eu dei para uma pessoa que podia criar e fui para Vila do IAPI só com ela.

(SR) – Só com a mais velha.

(VD) – Em que ano foi isso, que a senhora foi para lá?

(AS) – Foi em 70, quando eu fui ela nasceu em dezembro de 70, foi no início de 71. Que eu mudei da Vila do IAPI para cá já em setembro.

(SR) – Foi, então a senhora foi em 70 para Vila do IAPI?

(AS) – Foi.

(SR) – E depois a senhora veio morar em Ceilândia, foi em 71, em setembro.

(AS) – 71, setembro.

(SR) – E como é que era a vida lá na Vila do IAPI, dona Toinha?

(AS) – A vida lá era muito difícil. Porque lá eram barracos e mais barracos, muito pequenininho, só cômodozinho assim, inclusive o meu barraco ele era feito só de tabuazinha, tinha até essas tábuas de caixa de maçã, você vê, eles pegavam as caixas, abriam e eles faziam tipo assim, bem dizer quase de papelão, então era muito difícil.

(SR) – Não tinha infra-estrutura, água luz.?

(AS) – Não tinha nada.

(SR) – Esgoto?

(AS) – Não. Os barracos nem piso tinha. Tinha muito era ratazana, nossa! Era

¹⁴ A entrevistada pronuncia “ocê”

muito difícil.

(SR) – Como é que surgiu esse negócio de Ceilândia, a senhora lembra?

(AS) – Olha, esse negócio de Ceilândia, a gente sabe que lá não dava mais para ficar, todo mundo que vinha dos outros estados só corriam para Vila de IAPI, e por isso que o governo estava preocupado.

(SR) – Aumentando muito.

(AS) – Avançando muito, eu acho se eles não tomassem providência, pensasse que não, já estava perto do palácio, então a gente ficou sabendo que o governo ia tirar de lá porque estava avançando, todo mundo chegando.

(SR) – E não é só avançar, a condição de vida lá também era muito precária.

(AS) – Subumana, não tinha. Que, olha, não tinha água encanada, tinha um córrego¹⁵ lá embaixo que a gente ia pegar água para lavar roupa, para tudo, então era muito difícil e aquele governo, era de grande sabedoria, chegou para tirar mesmo.

(SR) – A senhora lembra qual o governo que foi?

(AS) – Menina eu não lembro se foi o Lamaison, não lembro.

(SR) – Foi o Hélio Prates da Silveira.

(AS) – Hélio Prates, é isso mesmo.

(SR) – Isso. E quem lançou a campanha de erradicação das invasões foi a esposa dele, Dona Vera.

(AS) – Dona Ve...

(SR) – Que foi a CEI, que eles falam.

(AS) – É que a gente conhecia, quem era que a gente conhecia na época? Era a Maria de Lourdes.

(SR) – Mas ela já andava na Vila do IAPI nessa época?

(AS) – Maria de Lourdes sim.

(SR) – Fazendo levantamento?

(AS) – É. Quem que eu conheci lá? Maria de Lourdes, ah, o nome da outra que não está aqui mais, não é Dagmar não, outro nome assim quase Luzimar, um nome assim, não lembro o nome das pessoas. Tinha Esperança, Joselina, Eliezer.

(SR) – Mas eles ajudavam, iam lá para dar apoio, convencer vocês que era bom

¹⁵ A entrevistada pronuncia “córrogo”

mudar, o que eles faziam ?

(AS) – É, eles falavam que lá não dava mais para ficar, e que o governo tinha arrumado essa área, e que aqui ia ser, uma cidade que as pessoas iam ter um endereço, e que lá ninguém tinha endereço.

(SR) – Com mais dignidade, Toinha?

(AS) – É, e aqui ia ser, uma cidade que as pessoas iam se orgulhar de morar, então eles eram assim muito educados.

(SR) – É, por exemplo, as pessoas iam na sua casa, batiam lá e era para avisar, como é que era feito isso, eles conversavam antes, faziam alguma campanha?

(AS) – Não, primeiro foram falar da importância de mudar, da preocupação do governo com a população, depois eles mostraram condições, quem pode ir por conta própria, vai, eles autorizavam, quem não, o Serviço Social ia hoje e dizia ‘olha, derruba o barraco que amanhã já vai passar o caminhão aqui prá levar’.

(SR) – O caminhão que ia do governo para ajudar?

(AS) – Do governo, é. O governo que mandava.

(SR) – Então vocês desmontavam, o caminhão ia lá, mas não ajudavam vocês a levar para o outro lugar, para virem prá cá, nada?

(AS) – Não, ele hoje dava a ordem, a gente ia desmanchava o barraquinho, e passava a noite lá no relento, e no outro dia cedo o caminhão chegava, quando o caminhão chegava lá eles tinham o pessoal que iam no caminhão.

(SR) – Ajudava?

(AS) – Ajudava, pegava, botava no caminhão, ali onde é a Caixa Econômica era onde que eles recebiam, carimbavam o documento para gente chegar.

(SR) – A pessoa chegou.

(AS) – É, e tomar posse do lote. Mas isso só era... não tinha água, luz.

(SR) – Pois é, quando vocês chegavam aqui, o que tinha? Vocês viam o quê? Tinha...

(AS) – Eles só faziam aquela estradinha, e estava piquetado os lotes, só isso, não tinha mais nada.

(SR) – E o mato, as árvores, tudo lá no mesmo lugar

(AS) – Mato, é tudo. Mas era só cerrado mesmo não é?

(SR) – Aí vocês mesmos que tinham que limpar tudo?

(AS) – Era, não limpavam nada, tinha era minhoca, aqueles minhocões dessa grossura assim.

(SR) – E você como era solteira, como é que você fez?

(AS) – Ah eu cheguei e botei meus... minhas.... quando desmancha o barraco lá já acabou tudo, as telhas eram de chapa asfalto, as madeirinhas acabaram, a gente pegou um pedacinho de lona, botou uns pauzinhos lá e cá e ficou debaixo.

(SR) – Você e sua filha.

(AS) – Eu e minha filha e mais um menino que apaixonou por mim e veio, morar comigo, um garoto de uns 8 anos, então nós ficamos lá, eu fui no Serviço Social, e eles vieram e fizeram meu barraco, 3 por 4.

(SR) – Eles fizeram.

(AS) – Fizeram, eles faziam. Quando eles viam que a gente não tinha condições, eles faziam.

(SR) – E outra coisa, o lote, como é que você conseguiu o lote, ele era doado para a pessoa?

(AS) – Olha, de início foi doado, doado assim porque eles tiraram da gente, colocaram aqui, depois a gente teve que pagar.

(SR) – Mas um preço simbólico?

(AS) – Preço simbólico, preço era mediante as condições da gente.

(SR) – Agora para ganhar o lote aqui você tinha que ser morador da Vila.

(AS) – Tinha que ser morador da Vila.

(SR) – Quem chegava assim voando, caia lá, não ganhava?

(AS) – Não ganhava.

(SR) – A condição era essa?

(AS) – Era. Se chegasse assim, chegou de pára-queda, não ganhava.

(SR) – Ele tinha.... Eram rigorosos né, porque afinal de contas o que eles queriam era acabar com as Vilas.

(AS) – Com as Vilas.

(SR) – Com as invasões

(AS) – Com as invasões.

(SR) – E dar dignidade as pessoas?

(AS) – Era.

(SR) – É, dona Toinha, a composição que deu origem aqui a população de Ceilândia, é mais de qual região do país que prevalece?

(AS) – Aqui? É o quê? É Piauí, Maranhão, Ceará tem demais, Bahia, tem Pernambucano, tem tudo, mais olha, Piauiense , Cearense e Baiano.

(SR) – É bastante?

(AS) – É bastante, eu acho que é mais de que mineiro, é mais de que Alagoas, é mais, porque, olha, vinham caminhões, ônibus, eram todos lotados, as vezes, quando eu vim mesmo, vieram cinco ônibus, assim lotados. E vinha os paus-de-arara também, o pessoal, porque quem construiu Brasília mesmo, quem foi? Foi o Nordeste, só uma coisa que eu falo, as vezes eu falo, eu digo o homem tinha que ter mais sabedoria, os homens... você viu, construir essa capital da república com tanto amor e tudo, depois eles constroem presídios para eles irem para lá. Prá quê isso gente? Você viu? A gente precisa ter mais sabedoria, construir coisas que constrói.

(SR) – Coisas boas ? É, então a senhora fala que a transferência dos barracos foi feita de modo assim bem organizado.

(AS) – Foi.

(SR) – Vocês tiveram apoio do Serviço Social.

(AS) – Muito.

(SR) – Outra coisa, quando vocês chegavam aqui, por exemplo, algumas pessoas falam que tinham umas senhoras que davam atenção as crianças, eles forneciam sopa, alimentação, isso é verdade?

(AS) – É verdade.

(SR) – A senhora chegou a ver isso?

(AS) – Do Serviço Social, tinha, a gente chegou ali, eles sabiam que a gente não tinha alimentação mesmo, eles traziam as panelonas , nas kombis, sopa, pão, eles davam toda assistência. O serviço social..... hoje, as vezes eu até tenho saudade.

(SR) – Vocês não ficaram assim jogados assim ao relento?

(AS) – Não.

(SR) – Foi difícil, mas vocês tinham um apoio em alguma coisa.

(AS) – Eles acompanhavam direitinho, e era assim, eu achava que eles tinham muito amor pela causa, eles eram verdadeiros representantes do povo na área social, porque primeiro muito amor, acompanhavam. Olha, uma coisa que eu achei muito interessante, que a gente agradece muito a Deus pela Maria de Lourdes, que as pessoas que construiu a casa, então você construiu sua casa, mais você não deu conta de botar um vitrô, nem a porta, as vezes não deu conta de telhar, colocar a cobertura, aí o que fazia? Maria de Lourdes uniu com o Frei

Cirino e fizeram um bazar, ela pegava e pedia a quem podia e fazia aqueles bazares, e aquela renda era revertida para as pessoas terminarem suas casas, olha o juros que ela cobrava, eu digo ela, porque era a nossa chefe, veja bem, 1%. Mas como que era isso, ela não pegava, Frei Cirino que era o tesoureiro, então você precisava digamos de R\$100,00, Frei Cirino ia e te emprestava os R\$100,00 e você pagava R\$ 101,00 não é isso? quando você terminava, ia pagando parcelado, para servir para outro, então era uma coisa assim muito bonita.

(SR) – Uma solidariedade fora de série.

(AS) – Era, foi assim.

(SR) – Que assim constrói.

(AS) – É, eles davam o projeto da ECAP, na época, para a pessoa construir a casa quem não tinha condições de fazer um projeto fora e eu achava assim, digamos, o Serviço Social ativo.

(SR) – Presente.

(AS) – Presente, eles davam muita atenção as crianças, sempre tinha bazar. Serviço Social era ativo, lá a gente almoçava, era a nossa casa. Eu tenho uma filha, hoje ela foi criada praticamente no Serviço Social.

(VD) – ECAP o que é?

(AS) – ECAP era um, digamos, acho que quase igual uma como é que chama hoje? Esse CREA, não sei, que faz o projeto ?

(SR) – Ah tá, já entendi.

(AS) – Cedia o projeto.

(VD) – Engenharia.

(SR) – É.

(AS) – Cedia o projeto, fazia e você não pagava nada pelo projeto.

(SR) – É, dona Toinha vamos saber um pouquinho aqui da senhora sobre a infraestrutura. A senhora já falou que não tinha nada, mas a gente queria é deixar bem esclarecido. Transporte quando vocês chegaram aqui, vocês vieram, não existia transporte, rua, ônibus, como é que era?

(AS) – Não, quando nós chegamos aqui a Alvorada colocou uns ônibus, ali na 5, na Norte. Você vê bem, os ônibus ficavam aqui na 5, Ceilândia Norte, a gente pegava o ônibus, ele fazia aquele trajeto todo para ir prá Taguatinga, então essa parte aqui não tinha condução, todo mundo tinha de se deslocar para cima.

(SR) – Andava bastante.

(AS) – Depois da feira. Quem morava de lá subia, vinha de encontro que os da 9, da 25, da 23, tod

o mundo tinha que subir, era muito difícil.

(SR) – E estrada não era asfaltada ainda, era só terra

(AS) – Não era nada, só muita terra, lama na época da chuva e o resto era poeira. Poeira de ter hora assim da gente... nessa distância aqui ninguém enxergar uma à outra, não enxergava, porque não era poeira era uma terra, tinha um vento roncador, ele fazia assim (vú, vú, vú), a gente ficava caçando se era avião, isso era o vento.

(SR) – Nossa Senhora.

(AS) – Era interessante.

(SR) – Muito descampado?

(AS) – Era. Então, você olhava assim você não via nada, isso aqui da gente enchia de terra.

(SR) – E dona Toinha, alimentação, por exemplo, tinha assim alguém que montava uma vendinha na própria casa, no próprio terreninho que ganhava para vender as coisas, como é que era? Tinha muita dificuldade?

(AS) – Naquela época tinha dificuldade quer dizer, quem veio de lá que tinha comércio, já chegava aqui montava o comercio

(SR) – Já podia montar aqui mesmo.

(AS) – Na esquina. As esquinas eram comerciais, então as pessoas que vinham com o comércio, elas já vinham com o direito de chegar e colocar seu comércio, em cada esquina tinha um, então era fácil. Já veio tudo organizado.

(SR) – Geralmente pessoas conhecidas também?

(AS) – Conhecidas.

(SR) – De lá, vocês se conheciam aqui também, ficava todo mundo junto?

(AS) – Era sim. Era tudo organizado. É, tem comércio? Tem. Então vai prá esquina, não tinha dificuldade, e eu acho que naquela época também, o pessoal era assim mais amigo, solidário.

(SR) – É.

(AS) – Apesar de vir de lá para cá, você vê, banheiro era fossa, todo mundo cavou fossa, não tinha banheiro, era muito difícil.

(SR) – E segurança dona Toinha, como é que era aqui, tinha polícia, existia muita

coisa assim de roubo, assalto, briga ou nada disso existia?

(AS) – Não, que primeiro só tinha a 15ª, o exército lá em cima, mais aqui coisas corriqueiras, não tinham essas coisas.

(SR) – Não tinha nada de extraordinário?

(AS) – Tinha não.

(SR) – Coisa que acontecia no dia à dia.

(AS) – Era bobeira..... a população muito grande, mas não tinha essas coisas.

(SR) – Dona Toinha, como é que era a energia? Existia energia e luz quando vocês chegaram aqui ou não?

(AS) – Nada, não tinha nem poste. Três anos depois, foi em 73 que nós colocamos luz.

(SR) – Como é que vocês faziam assim para iluminar a casa, para passar uma roupa?

(AS) – É... a gente tinha o ferro de brasa e também o lampião. Quem não tinha o lampião, tinha lamparina.

(SR) – Tinha vela também.

(AS) – Vela era mais difícil de usar.

(SR) – Por causa do vento.

(AS) – Por causa do perigo de cair e queimar, então era o querosene e o lampião, aquele lampião à gás, fácil.

(SR) – E abastecimento de água, vocês tinham água com facilidade?

(AS) – Ah! minha filha, essa era a história mais séria, porque a gente botava os tamborzinhos lá fora, as vezes de oito em oito dias que o carro pipa vinha colocar água, aquela água era ouro. Tinha mãe de família que banhava 5, 6 filhos numa bacia só, botava a agüinha ali, trazia o menino, começava pelo menorzinho¹⁶, banhava o menorzinho ia botando, chamando o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto na mesma água, o maior que levava desvantagem que tomava... pegava a água mais suja, era assim, a roupa a gente lavava na bacia também e as vezes de noite o pessoal ainda vinha e roubava a água.

(SR) – Tinha muita briga por conta desse negócio de água?

(AS) – Era, roubava o tambor, então isso era complicado, eu lembro que uma vez lá em casa não tinha água prá nada, na rua ninguém tinha água e estava

¹⁶ A entrevistada pronuncia “menoizim”.

difícil, eu fui na CAESB¹⁷, cheguei lá e fui falar com o chefe e ele me disse que....‘Não, Brasília quando começou também num tinha água não.’ E eu disse para ele ‘olhe, mais eu num vim atrás dessa... dessa palavra não senhor, eu tô falando, que se o senhor for na minha casa agora e cair um cisco no seu olho se tiver que colocar uma gota d’água, o senhor vai ficar com o cisco no olho, porque água não tem, e minhas crianças estão com fome, e não tenho como fazer a comida, então o senhor vem me dizer que Brasília começou, será que na sua casa não tem água também? Então eu quero resolver o problema não só meu, mais de quem está lá com sede viu doutor? E eu só vou sair daqui quando tiver o carro pipa para mim ir com ele lá levar água.’ Aí ele disse ‘Mas você tá me ameaçando?’ Eu disse ‘Porque não tem nem um filho seu, e nem o senhor, nem sua família passando o que eu tô passando, por isso que o senhor tá falando isso.’ Aí o pessoal lá da seção dele, todo se levantou, aí um perguntou ‘Cê é de onde?’ Eu falei ‘Eu sou brasileira’ ‘Não, mas a senhora tá braba?’ ‘Não, sou não, sou brasileira e tô atrás de uma coisa que mais preciosa na vida que é a água.’ Aí minha filha ele olhou para mim, coçou a cabeça, chamou um moço lá e mandou vim ali para, sabe onde é aquele COMPER¹⁸?

(SR) – Pode continuar. A senhora estava falando que a senhora foi na CAESB, pediu a água, que só ia sair de lá quando o carro pipa fosse. E como é que foi, levaram a água?

(AS) – Levou a água, ele levantou, coçou a cabeça e chamou o rapaz, ‘vai lá, arruma, manda levar o carro pipa d’água para ela e toda semana manda um carro pipa levar água.’ Eu falei ‘Já melhorou, que a gente previne, enche as latas, bota dentro de casa, arruma direitinho, agora, ficar sem água?’ eu fui dentro do caminhão para bica ali perto, era onde tem aquele COMPER ali, para aquele lado do SIA, fui e cheguei lá o carro encostou, encheu. Ah, chegou ali foi a maior alegria.

(SR) – Uma festa?

(AS) – Não, o que aconteceu com isso? Quando o pessoal estava vendo a água faltar ‘dona Toinha, nós não podemos ficar sem água dona Toinha.’ Pois é.

(SR) – Virou a líder da água.

(AS) – Ah, a água ali era ouro, então hoje eu fico olhando, as vezes falo muita

¹⁷ CAESB – Companhia de Água e Esgoto de Brasília

¹⁸ A entrevistada pronuncia “COMPE” – Supermercados Comper

coisa com o povo, gente, sabe o que é sofrimento? Sabem não.

(SR) – Sabem não.

(AS) – Que, agora quem vem da vila do IAPI, a Ceilândia que eles iam quanto mais humilde, mais sofrimento, mas a gente era feliz, a gente não reclamava. Eu... um dia eu vi esse governador atual, o Roriz, falando assim, que o pessoal quer o lote, depois reivindica as outras coisas, que ele não achava ruim isso, eu falei 'é mesmo', porque nós não reclamávamos.

(SR) – Vocês ficavam calados.

(AS) – Quietinhos.

(SR) – Não reivindicava nada.

(AS) – Reivindicava nada, três anos, você vê, nós chegamos aqui em 71, em 73 que recebemos a luz, todo mundo vivia, a água que eu não me lembro, que teve que fazer esgoto, fazer essas coisas todas.

(SR) – Foi mais demorado um pouquinho?

(AS) – É, mas a gente não reclamava, todo mundo feliz trabalhando e...

(SR) – Tinha que tocar a vida?

(AS) – Tinha que tocar.

(SR) – E atendimento, médico dona Toinha, como é que vocês faziam quando uma criança precisava de alguma coisa, um adulto.

(AS) – Ah minha filha¹⁹, isso era outra história, Taguatinga.

(SR) – Tinha que ir para?

(AS) – Ir para Taguatinga, eu mesmo levava. Eu de noite corria atrás daquelas kombis de padeiros, eles entregavam porque não tinha padaria, então o padeiro vinha de Taguatinga eu acho, lá com os pães e ficava entregando nos butecos das esquinas, que onde era o comércio, e eu quantas vezes saía madrugada atrás do carro do padeiro para levar mulher para ganhar nenê no hospital de Taguatinga, a gente saía correndo, menino com convulsão, difícil mas levava, chamava, os carros de padeiro eram que socorriam muita gente aqui.

(SR) – Ajudava bastante?

(AS) – Ajudava, naquela época não era nem bombeiro, eram os carros de padeiro, depois que o bombeiro, a gente veio se estruturar com bombeiro, mas eram os padeiros quem andavam a madrugada, eles vinham entregar os pães e

¹⁹ A entrevistada pronuncia "fia".

as mulheres estavam lá para ganhar nenê.

(SR) – Ajudavam?

(AS) – E botava dentro da kombi com pão e tudo e levava para o hospital de Taguatinga para ganhar o nenê era. Um dia eu fui levar uma mulher que já estava o nenê nascendo no pé do poste, que eu deixei ela lá, a Dalice,

(SR) – Coitada.

(AS) - Mora lá no conjunto E, conjunto O da 7, eu corri atrás do padeiro e deixei ela lá, mas menina, quando pensando a mulher estava pior de madrugada, é que tem mulher que gosta de ganhar nenê de madrugada, é terrível.

(SR) – Dona Toinha, aqui na época, qual a religião que mais ajudou, que veio mais rápido para cá, entendeu, assim, com templos, com igreja, com centro espírita, teve alguma que se destacou ou foi tudo igual?

(AS) – Não, eu acho que a católica mesmo. Depois apareceram evangélicos fazendo aquele tipo de culto de chegar assim em frente daquelas casas e chamar o povo, botar a mão na cabeça que a pessoa vai caindo e tal, mais o católico.

(SR) – A senhora estava falando do Frei Cirino que ele ajudou.

(AS) – É, Frei Cirino era uma benção.

(SR) – Foi logo no início.

(AS) – No início Frei Cirino era uma benção de Deus para nós aqui, você vê e é porque a igreja dele era em Ceilândia Sul, mas tinha outra aqui o Padre Antônio. Naquela época era muito bom, hoje as coisas estão mais complicadas.

(SR) – Mais difícil ?

(AS) – Mais difícil, depois as igrejas se envolvendo em política, eu acho que a coisa tinha que ser mais separada.

(SR) – Não misturar as coisas né, dona Toninha.

(AS) – Não misturar, hoje está atrapalhando muito essa mistura, as pessoas ficam meio duvidosa, você vai para a igreja ver a missa, o padre está falando de sem terra, não sei quem, você vai não sei para onde, já está falando não sei de quem, isso é o que eu sou contra. Eu já cheguei para essas pessoas e falei ‘olha, eu acho que você está desvirtuando o assunto da coisa, a gente vem para cá ouvir uma palavra de amor, de doutrina, mas cada caso é um caso, quem canta não assobia.’ Então sou meia assim.

(SR) – Dona Toinha e lazer aqui na época, o que tinha? festa popular, festa junina, o que vocês tinham para fazer?

(AS) – Olha, quando a Maria Abadia veio para cá, porque antes, você sabe, era subordinada em Taguatinga? Então a gente ficava assim muito aleatório, quer dizer, para nós era Serviço Social, nossa casa era lá mesmo, depois que veio a Maria de Lourdes ser a nossa administradora, já mudou, porque tinha a festa junina ali, que aquela festa era uma festa assim olha, histórica, bonita, arrebatava a boca do balão mesmo, todo ano aquela festa era ali e não tinha violência assim, o pessoal ia para dançar forró a noite toda, Maria de Lourdes na frente, porque ela pode ter todos os defeitos, mas ela é uma mulher de grande sabedoria.

(SR) – Maria de Lourdes Abadia?

(AS) – Maria de Lourdes Abadia, eu me orgulho daquela mulher, nós já tivemos divergência, porque eu sou muito direta, eu sou sua amiga para o que der e vier, agora eu não sei paparicar, não sei chegar com você para denegrir a imagem dela prá me dar bem, não sou, eu sou assim, você precisou de mim para o que der e vier eu estou ali tá? Então Maria de Lourdes era de dentro da minha casa, a mãe dela, a gente tinha assim uma amizade muito grande, porque ela, pode ter todos os defeitos, mas é uma mulher íntegra, que nós mulheres podemos nos orgulhar por ela ter sido nossa administradora, porque é uma mulher de mãos limpas, você pode ter certeza.

(SR) – É isso mesmo.

(AS) – Ela é uma mulher de mãos limpas, meu sentimento de amor que eu sentia por ela de amiga, de eu recebê-la na minha casa, a mãe dela dormir na minha casa, o enxoval de uma filha minha foi ela que fez tudo mão, sabe, a gente tinha uma amizade e como eu não sou de estar em cima, acho que nós ficamos mais distantes. Na época que ela foi candidata, eu fiz aqui na minha mão, como é que tinha que fazer a campanha dela e ela se elegeu ficou para lá e eu para cá, então a gente não continuou, pelo amor, que eu tinha por ela, dela ser uma pessoa de cabeça erguida, uma mulher de trabalho, na administração da Maria de Lourdes todo mundo tinha que trabalhar, todo mundo, e se ela soubesse que uma pessoa estava fazendo alguma coisa errada, chamava, você sabe, todo lugar tem gente boa e ruim não tem? Então ela fazia essas festas, assim ó, e toda renda era revertida para os pobres. Frei Cirino vinha aqui, nós sentávamos lá na mesa da administração e vamos ver, isso aqui, era difícil, mas todo ano pelo menos, agora nessa época a gente tinha aquela alegria.

(SR) – Aquela alegria ?

(AS) – Aquela festa, os bazares, porque nós íamos nesses comércios, olha, ela arrumava de tudo, e fazia aquela festa , tinha bazar, aquela riqueza, vendia tudo bem baratinho²⁰.

(SR) – Todo mundo podia comprar e todo mundo ajudava?

(AS) – Todo comerciante dava, ela vinha e mandava liberar todo mundo para gente ajudar, passava a noite ajudando, vendendo tudo olha o precinho, então ela foi uma mulher assim para nós, que se ela tivesse tido uma boa estrutura em parte de como que eu digo de assessoramento, aquela mulher hoje estava muito além, só com a Ceilândia ela chega a qualquer lugar de dominar, mais faltou alguém para ela ir lá e ficar aqui na base segurando, que o povo não se preocupa com isso mas o que tem gente nos estados que passam dez, vinte não sei quantos anos que ali é o rei, que ele deixa alguém passar, que pobre, você sabe o que pobre gosta? De afeto, não precisa você dar nada, só em olhar, até uma correspondência que ele recebe sua ele diz assim ‘olha, fulano lembrou de mim.’ Eu quando ando por aí que Maria de Lourdes mandou uma carta não sei para quem, fala assim ‘dona Toinha, recebi uma carta da Maria de Lourdes’ ‘Ah, recebi uma carta não sei de quem.’ Gente humilde gosta é dessas coisas. Então Maria de Lourdes aqui é

(SR) – É um afago.

(AS) – É, só que não deu.

(SR) – Dona Toinha e escola aqui, tinha logo no início, demorou muito para ter?

(AS) – Não demorou escola, logo eles começaram a botar os meninos na escola,.

(SR) – Foi?

(AS) – Foi. Não quando eles chegavam, botou o povo aqui, já foi cuidando a infra-estrutura.

(SR) – E tinham campanhas de vacinação para as crianças?

(AS) – Campanha... nesse negócio de doença, não me lembro disso.

(SR) – Que bom, é sinal de que não tinha.

(AS) – Acho que não.

(SR) – Outra coisa, a senhora acha que Ceilândia é uma cidade politizada, que atualmente Ceilândia pode ter uma representação na Câmara para lutar pelas

²⁰ A entrevistada pronuncia “baratim”.

coisas daqui?

(AS) – Está meio custoso, ainda não está ainda preparada. As vezes as pessoas chegam furiosas, tem muita gente que chega para mim furiosa porque não tem representante de Ceilândia, falo ‘gente, vocês hão de convir que quem não quer é o povo da Ceilândia, a gente não pode obrigar ninguém na urna e botar, vocês não pensam que foi Roriz, ele não falou para ninguém votar em ninguém, muito pelo contrário, Roriz é um homem democrático, agora, o povo não quer gente de Ceilândia, ainda não quis, porque lá as urnas são livres, agora tem que ter simpatia, as pessoas não acreditaram ainda nessas pessoas, tivessem simpatia, eu vi um ali, outro dia eu vi, achei ele assim meio ajeitado, achei ele assim com jeito de poder até levar, mas os outros por aí o pessoal é engraçado, o pessoal gosta assim de simpatia.

(SR) – Com certeza.

(AS) – Então se não tem simpatia.

(SR) – Não adianta nada.

(AS) – Não. Pega o dinheiro se tiver que derramar dinheiro derrama mas não é a simpatia, então pelo que andei só vi um, então olhei nele assim e disse ‘esse aí tá levando jeito’, mas o resto, só se for uma lavagem muito grande, do contrário o pessoal diz ‘não, eles não rende não, ‘e aí?’ ‘não rende não’.

(SR) – Eles falam que vem muita gente aqui pedir voto e acaba que Ceilândia fica assim bem dividida, que dá um pouquinho para um, um pouquinho para outro, mas muita gente vem aqui pedir.

(AS) – Mas não é isso, nós vivemos numa democracia, temos o direito de vir e ficar onde for melhor, eu vejo o pessoal, é igual essa história de falar do Roriz, que o Roriz faz e acontece, será que se os outros estados fizessem, precisava de alguém vir para cá? Senhora eu vim para cá, porque na minha terra não me dava opção de vida, eu tenho que agradecer a Deus e esse pessoal que deu condições da gente viver, que eu moro aqui, agradeço a Deus aquele governo que teve a sabedoria de dar endereço para nós, no dia que os estados investirem no povo deles lá, o pessoal não vai ficar imigrando, eu fico doente quando vejo que os deputados vão lá no estado, se elegem lá e vem para cá e deixam o povo lá sofrendo, e que nós precisávamos de alguém aqui, eu falo isso muito para essas religiões que andam batendo em porta e gente que fica falando mal de governo, digo ‘venha cá, cadê a sua proposta? Porquê você não nos chama para

irmos lá para o congresso bater panela, não precisa ir matar ninguém nem jogar bomba, nós dizemos para o povo, ‘vem cá, porque você não investe lá no seu estado, pro povo ficar lá? Em vez de vocês estarem condenando o governo aqui que é acolhedor, trabalha lá e que ninguém vai deixar sua família dividida não’. Porque eu mesmo, nós estamos 9 aqui, tem 4 lá, já pensou a tristeza da gente? Agora mesmo os meninos ali, chegou o rapazinho aqui chorando, ‘ô dona Toinha, a minha avó, a minha avó morreu.’ ‘Morreu meu filho?’ ‘Morreu, não posso ir lá.’ Olha²¹, se lá tivesse condições, só ele, parece só que.... deixe eu ver lá quatro, cinco, seis, sete, oito, eles são nove, estão aqui nove irmãos, chorando todos, reuniu ali na casa de um para chorarem pela avózinha que tinha falecido, porquê? Trabalhando de servente, um trabalhando bem ali nessa academia.

(SR) – Tem um lugar para morar, tem dignidade?

(AS) – Aqui estão morando não tem, eles moram de aluguel mais não tem onde, tem um empreguinho para sobreviver e lá não tem, gente, então eu acho assim, aqui é um espaço para todos, eu fico triste de ver as pessoas dizem ‘não, que num pode vir ninguém de outra cidade de Taguatinga, não sei de onde, trabalhar aqui, ganhar voto daqui, tem que ser Ceilândia, falo, engraçado, obrigar o povo? Não senhor, venda o seu peixe, o que for melhor é o que vai ser o vencedor’. Não é assim?

(SR) – É.

(AS) – Tem que ter democracia, mais aqui não tem, pode ter certeza que aqui não tem candidato assim que as pessoas podem confiar, eu estou falando que eu vi um.

(VD) – Ele é de Ceilândia mesmo, que você está falando?

(AS) – Ele tem uma universidade bem ali, mas já vem de outro lugar, mas pelo menos tem o comércio dele aqui, esse eu vi, mas.....

FINAL DA FITA 1

(AS) – Agora que inventaram uma moda de laqueadura, na época das políticas,

²¹ A entrevistada pronuncia “oi”

tem um, dois filhos pode ir agora lá, você vai ver, que antigamente eram quatorze, minha mãe mesmo é mãe de quatorze, dez, quinze.

(SR) – Não tem uma prevenção.

(AS) – Não.

(SR) – Não pensam em fazer nada disso.

(AS) – Agora na política que teve agora, que tem fora, que não era... não tem aqui, mais tem lá, eu estava vindo, acho que foi em Barreiras, Bahia, que eu parei, a gente foi jantar e eu vi um cara já fazendo uma lista de um horror de mulher para fazer laqueadura lá nos matos, é, sabia? Para ganhar o voto da coitada.

(SR) – Dona Toinha, e aqui em Ceilândia, a questão de Associações, a senhora acha que aqui as pessoas se unem muito para reivindicar as coisas, é uma característica do povo de Ceilândia? Que tem muita Associação aqui em Ceilândia.

(AS) – Olha, aqui tem muita Associação, mas não há assim uma integração, eu acho assim, a Associação, ela precisava, de quem dirige uma Associação entender o que é uma Associação, o estatuto, se basear naquilo e a função que ele abraçou, então há muita... sei lá, briguinhas, se uma pessoa tem uma Associação, tem uma proposta boa o outro já começa a podar, então não há nenhuma integração, não há uma união viu?

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO

(AS) – E uma coisa que nós precisávamos assim, unir mais. Hoje mesmo, se todo mundo unisse podia escolher um candidato e eleger, mas só que está..... mais se eu fizer diz 'a Toinha já quer aparecer'.

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO

(SR) – Eu queria saber qual a diferença que a senhora vê de Ceilândia de ontem quando vocês chegaram aqui em 71 para a de hoje?

(AS) – Ah, hoje ela... em termos de infra-estrutura está outra, que hoje a gente já tem universidade, tem comércios, quer dizer, hoje mudou, asfalto, esgoto, ela tem uma infra-estrutura boa.

(SR) – Certo.

(AS) – Porque desde que começou, sempre teve gente assim comprometida com a cidade, trabalhando. Nós só tivemos 4 anos parados, e depois continuou, eu acho que de agora para frente é só melhorar.

(SR) – E a senhora acha que valeu à pena todo esse sacrifício que falou, de vir para cá no início, de não ter nada, hoje, vendo essa cidade assim como está a senhora sente até orgulho?

(AS) – Eu me sinto orgulhosa de ser Ceilândense, até eu falo assim, olha eu vim para Ceilândia, acreditei e fiquei, e os que não ficaram hoje estão chorando de arrependido.

(SR) – Com certeza, viu uma cidade deste tamanho. Dona Toinha, agora a gente já perguntou tudo que tinha aqui, que nós tínhamos para perguntar, mas a gente queria deixar livre para a senhora falar o que achar que está faltando, alguma coisa que a gente não abordou, o que quiser falar mais, fique à vontade.

(AS) – Olha eu..... você sabe que assunto nunca acaba, e nós ainda precisamos de muita coisa na Ceilândia. Lazer, isso é imprescindível e nós ainda não temos altura, o lazer, nós não temos ainda digamos, uma conscientização maior na família, porque veja bem, aqui só tem pessoas que vieram, que nem eu falei para você de interior, pessoas super desinformadas e que os filhos não tem aquele apoio que precisa, então isso me preocupa, porque me preocupa? Porque se a família, ela não sabe como valorizar a família, como cuidar da família e só culpar o governo, fica difícil, então isso para mim é preocupante, eu acho, o governo somos nós, vamos trabalhar juntos, levar as propostas, eu acredito que amanhã será bem melhor, não adianta você cobrar da polícia, não adianta você cobrar do governo. Uma coisa que eu tenho sede também de justiça na área do educador, dos nossos professores, eles estão mais para o lado da politicagem de que da educação, e isso é preocupante, porque se a criança não é educada, como é que fica? Eles vêm de família desestruturada, famílias que foram criadas nos tapas, no castigo, no pau mesmo, como é que essa família vai passar para as crianças amor? Para isso que nós precisamos de bons educadores, nessas periferias, digamos nessas escolas nossa aqui mesmo de Ceilândia. Porque as pessoas mais esclarecidas, que tem condições, eles botam os filhos na escola particular, lá a formação é outra, quando chega aqui, quer dizer, as crianças.... se vocês saírem aqui comigo vão ver coisas que vocês dizem, realmente..... não

é que as pessoas são ruins, é que elas vieram de lugares que nasceram, ninguém não recebeu um beijo, um abraço, olha, eu tenho um sobrinho aqui....

(SR) – Um carinho pequeno né?

(AS) – Nada. Eu tenho na minha família, eu tenho pessoas que nunca receberam um abraço fraterno, nada, o que ele pode te passar? Ele tem até medo, meu sobrinho um dia eu fui chamá-lo, abracei-o e ele ficou com medo, nunca recebeu, então. E nessas escolas, andar por aqui você vai ver, nessas quadras aqui, a criança o quê? Ela nasce, a mãe sai de manhã, chega de noite, o pai no boteco bebendo, usando droga, como é que fica uma criança dessa? chega no colégio a professora só fala de politicagem²², só fala que o governo não presta, só fala que tudo que não presta ali é o governo, quer dizer, ela não ensina. Que se aquele banquinho que a criança senta, se ele conservar, muitos recursos vai servir para outras coisas em vez de consertar aquilo não é? Então isso eu fico triste de ver, me preocupa, as vezes eu falo, como vai ser o nosso amanhã, com essa juventude desenfreada, que vai para o colégio e de lá sai vazia? Não se canta mais um hino cívico, nada, me diga? Precisamos lutar e vejo em vocês assim pessoas que vocês tem também uma vontade de ver as coisas andar para a frente não tem?

(SR) – Com certeza.

(AS) – Agora, que está difícil está. Isso me preocupa muito.

(SR) – Eu acho que depende de cada um, da gente também, não é dona Toinha.

(AS) – Como é seu nome?

(SR) – Silvia.

(AS) – Silvia eu quero agradecer a Deus pela oportunidade de conhecer você.

(VD) – Viviane.

(AS) – A Viviane, eu quero que vocês nunca cruzem os braços, porque eu não vi vocês de braços cruzados, por que eu acredito que nós precisamos muito de pessoas iguais a vocês.

(SR) – Obrigado.

(AS) – Porque eu tenho certeza que vocês tem um propósito e que essa vinda de vocês a essa cidade, que eu sei que não é só Ceilândia, que não seja em vão, que esse trabalho de vocês, amanhã alguém possa assim agradecer a

²² Politicagem – política mesquinha, de interesses pessoais

Deus por vocês existirem.

(SR) – Obrigada.

(AS) – Isso é o que eu vejo vocês.

(SR) – Muito obrigada, então em nome do Arquivo Público do Distrito Federal a gente agradece a entrevista. Muito obrigada, são 15 horas e 25 minutos. Obrigada dona Toinha, foi muito bom o seu depoimento viu?

(AS) – Eu que agradeço a Deus pela oportunidade e quero também desejar aquelas pessoas que fizeram essa cidade nascer, a Maria de Lourdes e a equipe dela, o governador da época, que foram pessoas assim eu acho que eles sentaram numa hora abençoada para a estratégica, sem violência, não houve violência, chegavam, eles deram opções, quem pode vai por conta própria, quem não pode a gente vai levar, então eu acho que foi muito importante para nós, nossa cidade maravilhosa aí Ceilândia, eu amo Ceilândia.

(SR) – Parabéns. Obrigada dona Toinha.

(AS) – Eu amo, e hoje é dia do meu aniversário.

(SR) – Parabéns pelo seu aniversário.

FINAL DA ENTREVISTA

Relação de Documentos que compõem o dossiê do entrevistado

ANTÔNIA ALVES DA SILVA.

☒ Cessão de direitos sobre depoimento oral

☒ Contato preliminar

- ☒ Diário de campo / relatório de entrevista
- ☐ Documentos doados pelo entrevistado
- ☐ Fotografias
- ☐ Outros
- ☒ Roteiro de entrevista

Arquivo Público do Distrito Federal
Diretoria de Pesquisa
Projeto Ceilândia

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL

SEVERINA ETELVINA DO NASCIMENTO

Proibida a publicação no todo ou em parte.
Permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

v.
2002

Norma para citação:

NASCIMENTO, Severina Etelvina. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 26p.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
SAP Lote "B" Bloco 41 – NOVACAP
71.215-000 - Brasília/DF
Fone: (061) 361-1454 Fax: (061) 233-2191
E-mail: arpdf@arpdf.gdf.gov.br
www.gdf.gov.br/arpdf

FICHA TÉCNICA

Entrevistado: Severina Etelvina do Nascimento (SN)

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistadores: Silvia Regina Viola de Castro (SR)
Lydia Fernandes Borges (LB)

Levantamento de dados e roteiro: Silvia Regina Viola de Castro
Viviane Irene Fonseca Dornas

Conferência e leitura final: Silvia Regina Viola de Castro

Elaboração de temas: Silvia Regina Viola de Castro

Local: Brasília-DF

Data: 2002

Duração: 45'
Fitas cassete: 01 (uma)
Páginas: 26

TEMAS

Dados biográficos; origem familiar; motivos da mudança para Brasília; atividades exercidas em Brasília; relato de onde foi morar quando chegou em Brasília e o que fez para ganhar a vida; cotidiano na Vila do IAPI e infra-estrutura; relato sobre a mudança para Ceilândia; infra-estrutura da época; origem das pessoas que foram transferidas; serviço de abastecimento de água, energia elétrica; comércio em geral; meios de transporte; relato sobre política e Associações em Ceilândia; Ceilândia ontem e hoje; considerações finais de..... 01 a 26p.

Arquivo Público do Distrito Federal. Programa de História Oral. Linha Formação de Ceilândia. Entrevista com a Senhora Severina Etelvina do Nascimento, realizada por Silvia Regina Viola de Castro e Lydia Fernandes Borges, aos 17 dias do mês de julho de 2002, na residência da entrevistada com início às 14 horas e 20 minutos.

(SR) – Inicialmente eu gostaria que a senhora desse o nome completo, data e local de nascimento.

(SN) – Severina Etelvina do Nascimento, nasci no dia 27 de abril de 33 e morava...

(SR) – Nasceu aonde?

(SN) – Nasci em Pernambuco, São José do Egito.

(SR) – Nome do pai e da mãe dona Severina.

(SN) – Firmino Luís Fernando e Etelvina Maria Fernandes.

(SR) – E a senhora é casada?

(SN) – Casada.

(SR) – Nome do seu esposo por favor?

(SN) – José Manoel do Nascimento.

(SR) – Quantos filhos a senhora tem?

(SN) – Tive 14 e tenho 10.

(SR) – Teve 14 e tem 10 atualmente?

(SN) – É, graças a Deus.

(SR) – A sua formação profissional? O quê que a senhora já fez na vida, o quê que a senhora já estudou, trabalhou.

(SN) – Não filha, o estudo foi muito pouco, porque aonde a gente morava era muito difícil²³ para estudar, só tinha aula na cidade e nós morávamos no sítio, então eu estudei até a 5ª série primária de antigamente, só foi isso que eu pude fazer, e então casei-me e fui criar a família e lutar e não... cadê escola? Nunca mais.

(SR) – Certo, a senhora diz que trabalhava também.

(SN) – Sim, trabalhava na roça.

²³ Obs: todas as palavras grifadas estarão no final da entrevista mostrando a sua pronúncia.

(SR) – É?

(SN) – Era.

(SR) – E depois quando a senhora chegou aqui em Ceilândia a senhora disse que ia vender...

(SN) – Não, depois quando eu cheguei nós morávamos na Vila do IAPI, tinha um restaurante, dava marmita para as firmas e dava em casa também marmita, e depois nós moramos ou três anos lá e viemos para a Ceilândia.

(SR) – Depois a senhora vai contar essa história. Agora, porque que a senhora mudou para Brasília?

(SN) – Porque lá não tinha recurso para a gente filha, era difícil.

(SR) – Era, não tinha trabalho.

(SN) – Não tinha trabalho, só na roça, e chovia era de 2 em 2 anos, ou de 3 em 3 e não tinha água nem para beber, não tinha como a gente criar qualquer coisa, só servia de criar um porco, uma galinha, e daí minha filha... e eu não tinha como criar minha família lá, aí viemos embora para aqui.

(SR) – A senhora lembra quando a senhora chegou aqui com sua família?

(SN) – Foi em 62 não foi Zé? Foi, em 62, na Vila do IAPI. 1962.

(SR) – A senhora quando chegou aqui em Brasília, a senhora foi direto para a Vila do IAPI?

(SN) – Direto para a Vila do IAPI, foi.

(SR) – Desde 1962.

(SN) – Foi. Aí nós morávamos num barraquinho de tábua e moravam 14 pessoas com a gente de aluguel, e eu fazendo marmita e fornecendo para eles, trabalhando na firma junto com meu esposo. Tudo família da gente não sabe? Mas era um Deus nos acuda, uns em cima dos outros não sabe?

(SR) – Mas aí o seu esposo trabalhava de pedreiro que a senhora falou.

(SN) – É, de pedreiro.

(SR) – Nas firmas.

(SN) – É, nas firmas. Quando saía de uma, ia para outra, depois passava dois mêses desempregado, quando ele empregava de novo, vamos tangendo a vida para frente, eu com esse restaurante minha filha, foi quando eu comecei a minha vida em Brasília.

(SR) – Quer dizer que quando a senhora chegou na Vila do IAPI a senhora montou tipo uma pensão ...

(SN) – Sim, um restaurantzinho, um barraquinho de tábua.

(SR) – A senhora fornecia marmita.

(SN) – Só que era tudo limpinho, arrumadinho, mas era em um barraco de tábua, e as pessoas que vinham do Nordeste, família dele e morando tudo com a gente, e a gente sustentando eles, e eles mandando o dinheirinho para as famílias no Nordeste.

(SR) – Muita luta?

(SN) – É, muita luta né filha.

(SR) – E como é que era a vida lá na Vila do IAPI, tinha infra-estrutura, tinha luz, tinha eletricidade?

(SN) – Tinha só luz.

(SR) – Tinha asfalto, como é que era?

(SN) – Não, só terra minha filha, asfalto era só perto ali, daquela entrada né Zé? Da Candangolândia.

(JN) – Em frente daquele posto.

(SN) – Aonde tem aquele posto de gasolina, por ali tinha o asfalto e o resto era terra, e menino doente e menino com febre, e menino com sarampo e..

(SR) – E água, tinha?

(SN) – E, água de poço.

(JN) – Junto com as fossas

(SN) – Junto com as fossas minha filha.

(JN) – Que os terrenos deste tamanho, a senhora sabe, que é todo espaço contamina né? Eu acho que aquilo era tudo contaminado, que não tinha (?).

(SN) – Heim filha, as camas de quem morava lá em casa, de aluguel, era uma em cima da outra assim, aquele jirau que nem jirau de galinha, desse jeito, eu não tenho nem vergonha de dizer que eu não vim rica.

(SR) – Mas não tem que ter mesmo.

(SN) – Eu não vim rica para aqui, eu vim para dar estudo a meus filhos e dar educação a eles, que lá ninguém podia dar.

(SR) – E conseguiu.

(SN) – E consegui, graças a Deus, tá vendo ó.

(SR) – Isso é que é importante.

(SN) – Não é?

(SR) – Isso mesmo. Quer dizer que era uma luta grande lá?

(SN) – Era uma luta grande, era. Aí viemos para aqui minha filha, cadê?

(SR) – Pois é, então com é que...

(SN) – Não tem mais o restaurante, porque acabou tudo né, que nós mudamos.

(SR) – Aí quando vocês mudaram, vocês não trouxeram ele pra cá, não deu pra trazer?

(SN) – O barraco?

(SR) – O restaurante, montar de novo?

(SN) – Não. Porque lá era comércio e aqui era residência, não tinha como, eu lutei para arrumar um lote de esquina, comércio, mas minha filha, cadê que eu podia? Não tinha condição de jeito nenhum, nós fizemos o barraco e daí fomos morar no barraquinho e tentar construir a casa, passei 14 anos para fazer a minha casa.

(SR) – Então vamos lá, vamos por etapa. Como é que a senhora veio parar aqui em Ceilândia? Quando foi, como é que foi que aconteceu isso?

(SN) – Eu vim parar pelo Serviço Social, foi.

(SR) – Lá, na época que eles foram fazer essa mudança, eles iam na casa de vocês avisar para vocês que ia ter essa mudança, que vocês iam para Ceilândia, como é que era?

(SN) – A Maria de Lourdes, era bem novinha nesse tempo, com chapeuzão de palha na cabeça, passava com as botas até no joelho e fazendo as fichas, combinando para trazer nós para aqui, e tudo, ninguém queria sair da Vila, que achava que era uma vida boa. E para vim para dentro dos matos, que nem era Ceilândia, todo domingo, vinha um ônibus de gente de lá da Vila do IAPI para mostrar a nós a cidade nova que nós íamos ficar.

(SR) – Ah, vocês tiveram essa oportunidade de vim antes?

(SN) – Tivemos minha filha, tivemos. Aí todo domingo nós vínhamos de tarde, Zé : ‘Num vai por que tu só tá andando à toa’. ‘Não, eu quero ver o lugar que eu vou ficar, eu quero ver o lugar.’ Todo domingo eu vinha mais um bocado de amiga, um bocado de amiga de lá do Norte, outras de lá, vizinha.

(SR) – E a senhora veio então logo no início para cá?

(SN) – Foi logo no início não foi Zé?

(SR) – A senhora falou que entre junho ou julho de 71.

(SN) – Foi. Aí filha, você sabe o quê que acontece? Eu convidava o meu esposo para nós irmos por conta própria, ‘Não, que é R\$ 100,00 o transporte do carro’, olha, naquele tempo, não era R\$ 100,00 não, CR\$ 100,00 né?

(SR) – CR\$ 100,00.

(SN) – CR\$ 100,00, ‘Não, ‘nós’ não vamos, vamos deixar esse dinheiro para construir o barraco’.

(SR) – É isso mesmo.

(SN) – Eu : ‘Não Zé, vamos mudar, que nós ficamos no lugar melhor, e quem veio com nós, que combinou, que eu sou meia ‘porreta’, era convidando um e outro para nós irmos por conta própria, ninguém dizia que não podia, esperar quando o Serviço Social trouxesse, era, e daí os nossos vizinhos ficou na 6 a onde tinha poeira, tudo quanto era de... ói, nada dava certo lá, e nós viemos e ficamos aqui, logo teve asfalto, logo teve energia, teve colégio para as criança, nós não tínhamos nada minha filha, vinha os CDS com as Kombi de comida para dar aquela sopona pra gente, aqueles caldeirão cheio de sopa, nós íamos em Taguatinga uma vez com criança doente, quando nós chegávamos, só sabia onde era o barraco porque tinha o fogo, a fumacinha subindo, mas nós ficávamos rodando, nem acertava onde era, cada uma cobra minha filha de duas cabeças, deste tamanho, um barraco velho de lona preta.

(SR) – Cobra de duas cabeças?

(SN) – Sim.

(JN) – Tinha muita cobra aqui.

(SN) – Cobra minha filha, que a gente ia dormir com aquelas bichas no chão, com pouco as bichas estavam....

(JN) – As casas de cupim criavam... não sei que bicho era, aqueles buracos criavam muita cobrinha também, umas cobrinhas venenosa “rajadazinha”, desse tamanho, você quando dava fé, elas estavam andando e tinha essa outra que eles pegam para pescar.

(SR) – Minhocuçu.

(SN) – É, minhoca.

(JN) – Era desse tamanho assim, a senhora não podia nem andar, era desse

tamanho assim, ficavam se arrastando por todo lado aí, e hoje a gente não vê uma, não sei com é um negócio desse.

(SR) – Você está vendo? As coisas são engraçadas.

(SN) – Deixa eu contar a história.

(SR) – A pessoa no início tem medo, passa isso tudo, depois você olha assim, gente, ninguém nem acredita não é?

(SN) – Ninguém acredita não, os meus meninos mesmo não acreditam. Aí filha, quando... sabe o quê que nós fazíamos? Tu pensa que nós “banhava” os meninos todo dia? Não tinha água, o carro pipa passava de 15 em 15 dias, ou de 8 em 8 dias, enchendo aqueles tambores, o povo vinha de noite e roubava.

(SR) – Roubava água?

(SN) – A água, e a gente que estava com aquela... não tinha vasilha para colocar minha filha, dentro de casa, mas também tinha dia que ia ver água ao menos nos tambores para fazer café, estava seco, não tinha água nem que desse um comprimido para uma criança, e assim mesmo o povo ainda fala de quem arruma as coisas em Brasília, eu sou contra viu minha filha. Deixa eu contar, olha, nós juntávamos essa meninada todinha, como já te disse, os que tinha, era uma escadinha assim, os maiores iam ficando em casa, eu juntava aquelas roupas deles tudinho, ia lavar roupa num córrego que tem aqui embaixo, para lá da caixa d'água tinha um córrego, água muito limpa, a gente ia lavar roupa lá e banhar os meninos duas vezes na semana, e o cuidado para não deixar correr para a rua, para não se empoeirar? Porque não tinha...

(SR) – Que aí não adiantava nada, que sujava tudo de novo.

(SN) – Sujava tudo de novo. Aí um dia minha filha, vinha só nós com aquele monte de roupa, eu com os menino, aquele maior, aí olha onde é que tem um poço d'água aqui eu vou lavar essa roupa aqui'.

(SR) – Aqui perto?

(SN) – Sim, aqui perto da caixa d'água, perto daquela caixa d'água que tem 'praculá', lá da 26 para lá, aí eu já ia cansada com aquela trouxa de roupa, aí o menino : 'Mãe, eles não deixam lavar aqui não.' Eu digo : 'Que deixe, que num deixe, vou botar a roupa aqui e vou lavar aqui.' Aí quando dei fé lá vem um carro minha filha, chegou bem pertinho de nós e parou, 'Ei dona, bom dia.' Eu 'Bom dia' 'Quê que a senhora tá fazendo aí?' 'Eu digo : 'lavando roupa, o senhor num tá vendo não, que eu tô lavando roupa?' Desaforada, que a gente toda

angustiada né, “lavando roupa.” ‘Quem mandou a senhora lavar roupa aí?’ Eu digo : ‘Ninguém, quem mandou foi a precisão tá bom?’

(SR) – Isso mesmo.

(SN) – Foi, aí ele disse assim : ‘dona, mas num lave roupa aí não que essa água tá toda contaminada. ‘De quê?’ ‘De doença.’ Eu digo : ‘Ah meu filho, aqui não tem doença não, eu quero saber se lava e se dou banho nas crianças’. Aí ele disse assim : ‘E essa água vai dar para a senhora lavar a roupa?’ Eu digo : ‘Dá, porque infelizmente eu não posso ir para a barragem.’

(SR) – Lógico, muito longe.

(SN) – Lá na cachoeira da barragem, ali em cima, ele disse assim : ‘então essa água dá para a senhora enxaguar a roupa?’ Eu digo : ‘Vou ver se dá, se num der num posso fazer nada.’ Ele disse : ‘Não, vamos fazer um negócio? Eu vou para casa almoçar – isso aí minha filha, nós levávamos essa comida velha para comer lá – a senhora trouxe ao menos o que comer?’ Digo : ‘Trouxe’. ‘Então eu vou para casa almoçar, a senhora fique ensaboando sua roupa, dê banho nas criança, - Zé, pegue uma águaíha, tô com a garganta seca – dê banho nas crianças que eu vou para casa almoçar, mais tarde eu venho, aí a senhora... quando eu vier eu solto água para senhora lavar sua roupa.’ Eu digo : ‘Aí meu filho, ah se você fizer uma coisa dessa eu agradeço muito.’ Ele disse : ‘Não, eu vou fazer, vou soltar água lá da caixa para a senhora enxaguar a sua roupa’, aí eu fui lavando, lavando, dei banho nos menino, com pouco o carro buzinou, ‘Dona, tira a lama, alguma poeirinha que tiver por aí, - a água bem limpinha - eu vou soltar água para a senhora enxaguar sua roupa.’ Eu digo : ‘Tá bom moço.’ Aí ele foi, soltou a água, que encheu aquele poço assim, encheu bem cheio, os meninos tomaram banho, quando foi 6 e 30 eu já tinha findado de vim embora para casa.

(SR) – Com as roupas tudo secas, limpinha?

(SN) – As roupas tudo sequinha e tudo limpinha, e os meninos banhado.

(SR) – Que bom.

(SN) – A situação era essa, e sabe quê que ele disse? ‘Ói minha filha, quando for de hoje a 8 dias, você num venha mais lavar roupa aqui não, que eu vou botar umas torneiras ali perto da caixa d’água, e você pode avisar ao povo da sua rua que pode vir lavar roupa aqui, mas não traga mais criança não, para não bagunçar né?’ Que menino bagunça mesmo nas torneiras.

(SR) – É perigoso também.

(SN) – É. ‘E a senhora venha lavar a sua roupa e pode falar para todo mundo’. Quando eu cheguei aqui que falei, ninguém acreditou, ‘num acredito que tu conseguiu’ digo ‘com fé em Deus consegui’ Aí as mulheres foram.

(SR) – Chegaram lá, tinha.

(SN) – Tinha, todo mundo começou e era aquela festa, todo mundo lavando roupa, aquela maior alegria.

(SR) – No mesmo lugar.

(SN) – No mesmo lugar, mas mulher, veja como Deus é bom.

(SR) – Que beleza né? Nossa Senhora!

(SN) – É. Um dia minha filha, eu não tinha água nem para fazer a comida, eu fui pra caixa d’água, que primeiro eles fizeram aquela caixa d’água ali, não sei se você alcançou, que tem hoje. Aí eu cheguei lá : ‘Moço.’ ‘Quê que foi:?’ Aborrecido, ‘Moço, pelo amor de Deus solta a água aí pra ir pra casa’ que nós já tínhamos encanada, ‘em casa num tem uma gota d’água, nem pra lavar roupa, nem pra dar banho em menino nem nada’. ‘Não, mas eu num posso fazer isso.’ ‘Cê num pode não né?’ ‘Não, infelizmente não’. ‘Amanhã o senhor vai ver, eu e minhas vizinha tudo encostar aqui com a meninada para tomar banho, lavar roupa e levar roupa limpa pra casa tá bom?’ Quando eu cheguei em casa a água já estava nas torneiras. A gente não tem que ser assim minha filha.

(SR) – A gente precisa aprender a abrir a boca e gritar também pelos direitos da gente.

(SN) – É, pelos direitos da gente, minha filha fizeram isso, mas foi uma benção, daí pra cá não faltou mais água.

(SR) – Graças a Deus.

(SN) – Graças a Deus, é.

(SR) – Dona Severina, então a senhora disse que a Maria de Lourdes estava lá na época, que ajudou muito.

(SN) – Estava, ajudou muito.

(SR) – Avisou a vocês com calma, que havia a transferência.

(SN) – “Pelejou” também muito para nós ficarmos com a casa da Shis, naquela época do Guará e Zé : ‘num quero, que casa de Shis ninguém nunca termina de pagar, eu não quero’. Eu : ‘Zé, pelo amor de Deus é para quem tem mais filho e nós temos, vamos ficar’ senão hoje nós estávamos no Guará, mais tu sabe,

homem é cabeça dura né.

(SR) – Então a senhora falou que também tinha ajuda das pessoas do Serviço Social.

(SN) – Não, nunca tive ajuda de ninguém aqui.

(SR) – Não, lá da Vila para vim para Ceilândia.

(SN) – Sim, ajuda que nós tivemos, sim, só foi dela fazer a ficha e encaminhar onde era, mais para dizer assim, nem o carro, nós não viemos no carro do CDS.

(SR) – Ah não?

(SN) – Não, nós viemos por conta própria, tu não ouviu eu dizendo que nós ficamos aqui e os vizinhos nossos ficaram na 6, lá no final da 6?

(SR) – Esperando o caminhão?

(SN) – Esperando a condução do CDS para vim, aí minha filha lá vai eu criar essa família aqui. O Zé desempregou, cadê que não tinha serviço, sabe o que ele foi fazer? Meio fio lá em Taguatinga, fazendo meio fio para nós podermos sobreviver, aí eu cheguei aqui minha filha, não tinha o restaurante, fazer o quê? Eu enfiei a cabeça, aquela Toinha que tu já conversou com ela, que me encaminhou e nós fomos vender Avon na rua, eu comecei vender na rua, e vendi Avon, de Avon vendi onze anos, mas eu ganhei dinheiro minha filha nessa época, graças a Deus.

(SR) – Graças a Deus né?

(SN) – Foi, aí minha filha desafogou, porque o dinheirinho que o Zé ganhava era uma mixaria, depois ele arrumou o Clube do Congresso, foi trabalhar, trabalhou lá foram 14 anos, não foi Zé? Foi, não foi? 14 anos, aí minha filha melhorou.

(SR) – Que bom né, deu tudo certo?

(SN) – Aí no final deu tudo certo, graças a Deus.

(SR) – É isso mesmo. Outra coisa que eu queria saber. A senhora já falou de água, como era na época, e luz, como é que era, também quando vocês chegaram aqui, não tinha luz?

(SN) – Não, não tinha não, era comprado de vela.

(SR) – Ah, tinha que usar vela, lampião.

(SN) – Nem tinha lampião não, era só vela mesmo, não era Zé? Nós não

podíamos comprar minha filha, o lampião.

(SR) – Lógico, entendi.

(SN) – Era, graças a Deus logo eles colocaram os postes, colocaram a luz, foi quebrando o galho e nós fomos lutando, eu trabalhando vendendo Avon, eu ganhei naquele tempo o dinheirinho, a gente achava que era muito na vista de hoje, a coisa também era barato, não era caro que nem hoje não, né Zé?

(SR) – Não era como hoje né?

(SN) – Não era caro quem nem hoje.

(SR) – Dona Severina e transporte, quando a senhora precisava ir assim mais para o centro, tinha ônibus, tinha estrada direitinho?

(SN) – Não, pro centro daqui não, tinha para o centro da Ceilândia, era, não tinha ônibus aqui não, né Zé? Ceilândia não mulher, Taguatinga.

(SR) – Como é que fazia pra ir trabalhar, pra ir...

(JN) – Aí só de caminhão pau de arara.

(SN) – Caminhão? Ah tá.

(SR) – Os pau de arara, eu nem me lembrava, mas era os pau de arara. Algum ônibus que passava aqui para o Plano né Zé? Não, demorou muito.

(JN) – Demorou muito.

(SN) – Eles botarem essa linha de ônibus aqui, colégio também.

(SR) – Pois é, e colégio, tinha logo, que a senhora tinha um monte de filho.

(SN) – Foi, tinha muito, logo que viemos para cá, aqui já tinha colégio, não tinha Zé?

(JN) – Já tinha colégio.

(SN) – Por dentro dos matos, mas já tinha.

(SR) – Que bom.

(SN) – Foi no tempo... sabe quem nos botou aqui? Foi o Costa e Silva, não foi Zé? Olha, aí ele morreu e a mulher dele assumiu minha filha, era gente fina, igual ao Roriz hoje mais a mulher dele, era o Costa e Silva e a esposa dele.

(SR) – Ajudava bastante.

(SN) – E se eu te contar que eu vim praqui mas e porquê o Juscelino ajudava muito os pobres, aí eu 'Vamo Zé pra Brasília, vamo', e ele botava dificuldade, a mãe dele não queria que viesse, e tu deixa que quando nós chegamos aqui o Juscelino morreu, minha filha foi Deus nos acuda, nós fomos para o enterro dele mulher, tem gente que não sabe nem quem era o governador daqui e muita gente

que...

(JN) – Governador não, o presidente.

(SN) – Ou, o presidente. Tem muita gente que só quer ser o tal e muito estudo e não sabe é de nada

(SR) – De nada né?

(SN) – De nada. Pergunta a morte de Juscelino? Que eu assisti todinha lá da catedral até no cemitério minha filha, de noite, quando chegou lá pensa que o povo deixava nós entrarmos? Porque disse que o cemitério afundava, era, agora o segundo Juscelino, é aquele ali, que Deus botou para nós darmos valor a ele, ainda tem gente que não dá né minha filha?

(SR) – Tem muita gente que não dá.

(SN) – É.

(SR) –E alimentação por exemplo, a senhora quando chegou aqui já tinha vendinha, para vender comida pra vocês?

(SN) – Tinha nada minha filha.

(SR) – Como é que vocês faziam para comprar arroz , feijão, essas coisas?

(SN) – Em Taguatinga não é Zé?

(JN) – Era.

(SR) – Tinha que ir lá em Taguatinga?

(SN) – É, nós tínhamos que ir lá em Taguatinga, trazer nas costas.

(JN) – Uns tempos, aí o pessoal foi se organizando, foi botando mercadozinho.

(SR) – Mercadinho, vendinha, farmácia né?

(SN) – Aí nisso...

(JN) – Farmácia eles iam....

(SN) – Tinha a farmácia Isa, né Zé?

(JN) – A primeira foi a Isa, na beira da pista, essa veio de lá da Vila do IAPI.

(SN) – E padaria só tinha sabe aonde? Uma padariazinha ali de seu Expedito né Zé? Deste tamaninho assim, o Serviço Social era... uma... como é... que eles arrumava os papéis para nós trazermos com o lote para eles vim marcar. Era deste tam... era bem pequeninho assim, gente, gente assim ó, aquela fila maior do mundo pra pessoa pegar o número do lote, e eles vim enterrar os toquinhos, era também só tinha aquela pista “acolá” direto, que vem da Ceilândia centro e essa outra assim, mas que vinha de uma chácara aqui embaixo, não sei da onde, que a gente nem conhecia.

(SR) – Deixa eu perguntar uma coisa para a senhora. A senhora acha que aqui na Ceilândia, tem mais gente de que lugar do país?

(SN) – Eu acho que aqui tem, mas só tem muita gente pobre e caridosa.

(SR) – Não, vem assim...

(JN) – Quer dizer da população.

(SR) – É.

(SN) – Se a população?

(SR) – É, vem da onde, veio mais..

(SN) – Vem do Nordeste.

(JN) – Veio mais do Nordeste.

(SN) – É, do Nordeste.

(JN) – Todo pessoal aqui é nordestino.

(SN) – É, é pernambucano, é...

(JN) – É mais piauiense.

(SN) – É piauiense, que é em cima, é piauiense, pernambucano...

(JN) – Só não tem muito aqui alagoano e sergipano

(SN) – É, esse outro, como é que chama? Da Paraíba, Ceará.

(SR) – Cearense.

(JN) – Parte do Nordeste, Maranhão, tudo tem muita gente.

(SN) – É maranhão, é tudo do Nordeste, gente mesmo daqui do Goiás só...

(JN) – Agora Alagoas, Sergipe é raro a senhora encontrar uma pessoa aqui desse lugar.

(SR) – É né?

(JN) - Eu não sei se a estrada é pequena também não sei, ou se lá é melhor de vida também, talvez é por causa disso.

(SR) – Pode ser também.

(SN) – Também chove muito né?

(SR) – É, é isso mesmo.

(SN) – Mas no Pernambuco não chovia, passava era de três, quatro anos que não chovia.

(SR) – Ainda mais interior, muito difícil.

(JN) – É interior é, lá não chove, interior não chove.

(SR) – Dona Severina, e posto médico teve logo também, as crianças tinham atendimento médico.

(SN) – Tinha né Zé, mas era difícil, ia para Taguatinga, hospital de Taguatinga.

(JN) – Sempre aqui dependia de Taguatinga.

(SN) – Tudo dependia de Taguatinga, demorou muito filha ter esse posto, demorou.

(SR) – É, a senhora na época que chegou aqui, a senhora sabe me dizer se tinha gente assim de religiões, ou da igreja católica, ou de....

(SN) – Tinha, só católica.

(SR) – Pastor, qualquer coisa.

(SN) – Pastor não tinha não.

(SR) – Que viesse dar apoio, que viesse ajudar?

(SN) – Não, a nós mesmo estou dizendo, eu nunca tive ajuda aqui nem num fósforo da cabeça queimada, foi tudo ajuda foi só nosso esforço, do nosso trabalho.

(SR) – Certo.

(SN) – Eu tinha um menino, sabe o que ele fazia? Era o maiorzinho, ele ia vender amendoim, se caísse um carocinho de amendoim no chão, ele ainda assoprava e botava no saquinho, não dava, os meninos pequenos chorando e ele não dava nem um, “não, isso aqui é pra eu vender”, engraxava assim, lá para o Plano, a história é engraçada, a gente tem que contar para quando o povo ler, rir né.

(SR) – Essa foi ótima.

(SN) – E minha filha, ele estudou e é um homem de bem.

(SR) – Isso é que é importante.

(SN) – Graças a Deus, meu Deus do céu que eu tenho muito que agradecer.

(SR) – É, toda hora né?

(SN) – Meus filhos todos, nunca me deram um pinga de trabalho, nunca recebi uma reclamação de um, nem deste tamanho.

(JN) – Eu vejo a pessoa falar assim...

(SN) – Graças a Deus minha filha que...

(JN) – Eu não estou zombando de ninguém, mas eu vejo o povo falar assim ‘Fulano rouba porque não tem um emprego’.

(SN) – Mas não é não minha filha (?)

(JN) – A senhora acredita nisso?

(SN) – Nós sofremos para criar meus filhos.

(JN) – A senhora acha que para quem está empregado, que ganha um salário,

porque o salário não dá, mas dinheiro nunca dá, pode ganhar rios de dinheiro que nunca dá, quem está trabalhando e entra em “traficagem”, nessas coisas assim, a senhora acha?

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO

(SN) – Era só aquilo que ela botasse, repartir que eu não chegava nem lá perto, que eu não tinha paciência, que muito menino, não quer, outro quer, um quer mais que o outro, vira aquela bagunça.

(SR) – E ela ajudava a senhora?

(SN) – Não, ela que era a dona da casa minha filha, eu era na rua e ela dona da casa, repartia tudo, quando eu chagava, ela tinha “banhado” menino, arrumado o barraquinho, tudo bonitinho, feito a comida para todo mundo, mas ela quem repartia tudinho, muitas vezes minha filha, cansei de ela repartir a janta, não sobrar para mim e eu dormir sem janta, mas nunca cheguei nas casas pedindo, “me dá fulano que a gente num tem” não, de jeito nenhum, o que não tinha dentro de casa nós passávamos, só aquilo que nós ganhávamos, nós nem tomávamos emprestado a ninguém, nem pedia a ninguém e nem também pegava no alheio para poder comer.

(SR) – É o que o senhor está falando aí né?

(SN) – É.

(SR) – Não tinha, mas não ia pegar de ninguém né?

(JN) – Ninguém

(SR) – Pois é. E festa popular na época, festa junina, tinha muita coisa aqui para fazer, as crianças?

(SN) – Tinha nada minha filha, tinha festa não, até hoje nós não vamos.

(JN) – Não, nós não vamos, mas tem.

(SN) – Nós não vamos mas tem né?

(SR) – Mas tem.

(JN) – Naquela época não tinha.

(SN) – Não tinha nada disso não minha filha.

(JN) – Só veio ter mesmo quando evoluiu, que chegou já o comércio mesmo, e pistas, melhorou tudo.

(SN) – Aí tinha, nós...

(SR) – Começou mesmo a estrutura?

(JN) – Teve a estrutura toda da cidade que não tinha na época, veio a estrutura de água , luz e negócio de esgoto.

(SR) – Esgoto?

(JN) – Não tinha na época não sabe? Aí começou melhorando, dessa época para frente o negócio, foi assim que o sol foi nascendo, clareou.

(SR) – Foi, começou a estabilizar tudo?

(SN) – É, estabilizar, e todo mundo já começou estabilizando, foi melhorando.

(SR) – É muito difícil o início?

(JN) – Não, é difícil.

(SR) – Mas depois a gente fica vendo assim, ha, valeu à pena também né?

(SN) – Valeu à pena, muito, muito.

(SR) – Porque a gente vê...

(SN) – Que você vê, quem vive no Norte que situação.

(JN) – Não, se eu estivesse lá, estava lá sozinho, eu e a velha ou já até tinha morrido, porque senhora vou explicar logo, a senhora sabe qual foi a decisão que eu tomei de vim para Brasília? Porque a minha família lá começou a crescer, eu vi que assistência médica lá era muito, muito difícil, tinha que ir para o Recife, porque lá no interior não tinha, de jeito nenhum, nós não tínhamos condição de ir para o Recife, tratar uma criança, eu vi uns filhos meus que morreram por causa de não ter assistência.

(SN) – Morreu os cinco né?

(JN) – Morreu porque não teve assistência, eu vi mesmo que não teve assistência, foi aí a decisão que eu tive de tomar pra vir pra Brasília.

(SR) – Muito bem, uma decisão bem tomada, porque hoje vocês estão muito bem, graças a Deus.

(SN) – Nós viemos com o pé direito na frente em nome de Deus.

(SR) – Foi isso mesmo.

(JN) – Aí eu tomei a decisão, digo, aqui os filhos vão morrer tudinho, eu também acompanho no meio do caminho, aí tomei a decisão e vim.

(SR) – Isso mesmo, está muito certo

(JN) – Lá não tem assistência de nada.

(SR) – Dona Severina, a senhora acha que Ceilândia hoje em dia é uma cidade

politizada, a senhora acha que Ceilândia tem condições de ter um representante na Câmara Distrital, uma pessoa aqui de Ceilândia para ajudar a cidade?

(SN) – Tem, precisa muito minha filha.

(SR) – A senhora acha que tem condições de acontecer isso? O povo se unir?

(SN) – Tem, mas o povo daqui é o seguinte...

(JN) – São muito desunidos.

(SN) – São muito desunido.

(JN) – É, desunião, porque se tivesse união, se unia, aqui tem capacidade de ter uns três representantes aqui na Ceilândia.

(SN) – Mas não tem nem um e queira Deus, e não vai ter porque é muito fraquinho, por causa da desunião, não vai ter um representante nessa Ceilândia não.

(JN) – Que a política é muito desorganizada, sinceramente, muito desorganizada.

(SR) – Infelizmente, porque é uma cidade com tantos habitantes, podia ter.

(JN) – É.

(SN) – Eles só procuram o pessoal do Plano.

(JN) – Agora o Plano é...

(SN) – E do Plano vai ligar pra Ceilândia criatura de Deus? Acha que vai?

(JN) – Que o representante importante é o da cidade né?

(SR) – Lógico, que sabe os problemas.

(SN) – Você não vê Brazlândia como é que é?

(JN) – E a gente sabe cobrar né?

(SN) – Onde é que eu cubro aqui prá poder...

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO

(SR) – Então a senhora acha que aqui tem, Ceilândia até merece, mas que o povo não se organiza para...

(JN) – É, não se organiza.

(SN) – Não combina.

(SR) – Não combina um com o outro.

(SN) – Quando a gente combina uma coisa aqui eles já levam para o outro lado.

INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO

(SN) – E a gente não pode falar nada.

(SR) – É isso mesmo. Dona Severina, a senhora acha que outra coisa também, é que é uma característica de Ceilândia, Associações, a senhora já fez parte de alguma Associação, a senhora acha que isso funciona aqui, como é que é?

(SN) – Funciona, mais é muito desunido.

(SR) – Também?

(SN) – Também, “ixi Maria”, muito, muito discriminado, agora eu trabalho com Roriz, tenho minha carteirinha de sócio que ajuda as famílias pobres, faço cesta básica, dou para os pobres, dou roupa, dou calçado, dou cobertor, dou tudo e levo também para fazerem cesta básica aqui, essa praça do cidadão, mas agora está, agora parou por causa das eleições, e o povo só atrás, procurando.

(SR) – Agora tem que dar um tempinho.

(SN) – É, tem que dar um tempo minha filha, e tem gente que precisa né (?).

(SR) – Demais.

(SN) – E esses lotes também pararam de dar por causa das eleições e muita gente precisando minha filha, você precisa de ver, aqueles que são mais sabidos, correm atrás e conseguem e os outros ficam esperando cair do céu, como é que cai?

(SR) – Não cai né? Dona Severina, quê que a senhora acha, qual a diferença de Ceilândia de ontem quando vocês chegaram aqui para de hoje? O quê que a senhora acha que aconteceu de bom, de ruim.

(SN) – “Vixi Maria”, tudo de bom, é.

(SR) – Tudo de bom.

(SN) – Porque quando nós chegamos aqui só tinha o MG ali, nem tinha, depois que teve, só tinha o carro, O MG e o seu Expedito ali, e hoje, quantos mil carros não tem na Ceilândia, isso o povo fala do Fernando Henrique, mais eu dou nota 10 para ele, porque ninguém aqui não tinha nem a onde cair morto, e hoje em dia tudo tem, ninguém não podia comprar uma cama, que só comprava se fosse à vista ou em três pagamentos, uma entrada e mais 2, depois quando ele chegou, botou pra 6 pagamentos, pra 8, pra 10, pra 15, no tanto da possibilidade da pessoa, minha filha Ceilândia se levantou, tanto para material de construção, que ninguém podia comprar, como para fazer sua construção, como para

comprar seus moveizinhos de dentro de casa, que a gente comprava um móvel a prestação, não comprava, quando terminava de pagar já podia botar no lixo, o carro levava, e hoje não é mais assim, e todo mundo tem seu carro do ano, seu emprego, quem quis correr atrás e quem quis estudar, hoje tem seu emprego.

(SR) – Quem lutou, quem foi atrás, que batalhou tem a sua recompensa né?

(SN) – É, e quem não quis, fazer o quê?

(SR) – Então a senhora acha que valeu a pena o sacrifício de vocês com a sua família, com seu esposo?

(SN) – Valeu à pena nós termos vindo de Pernambuco para aqui muito, muito, muito, não tem nem como agradecer a Deus.

(SR) – Isso mesmo. Agora uma coisa, eu queria deixar livre para a senhora registrar o que a senhora quiser que eu não tenha perguntado, que a senhora ache que tenha que falar alguma coisa, que eu não tenha perguntado a senhora pode falar à vontade agora viu?

(SN) – Pois é.

(SR) – O que a senhora acha que faltou?

(SN) – Isso aí está que nem uma confissão, quando a gente faz com o padre ele vai perguntando e a gente vai dizendo os pecados. Quando parou, parou né filha?

(SR) – A senhora não está contando pecado, a senhora está contando é a vida. Isso não é pecado, pelo contrário né?

(SN) – Eu digo assim mulher, é uma comparação né?

(SR) – É isso mesmo.

(SN) – Criei meus filhos, graças a Deus, estão quase todos casados, só tem uma menina, não, tem duas moças e um rapaz, mas esse mora lá no Vicente Pires, já tem a moradia dele, tem uma lojinha de cosmético, a irmã que toma de conta, tem outro que também saiu fora do Brasil, passou 14 anos fora, mas já chegou.

(SR) – Do Brasil? Que bacana heim?

(SN) – Esse que vendia amendoim.

(SR) – Está colhendo os louros do amendoim né?

(SN) – E graças a Deus toda a minha família é muito bem, graças a Deus.

(SR) – Abençoada né?

(SN) – Não tenho o que falar, muito bem abençoada.

(SR) – Isso mesmo. Dona Severina Etelvina do Nascimento, para finalizar eu

gostaria de saber se este depoimento está liberado em um todo a outras pessoas para fins de consulta e reprodução ou restrito exclusivamente ao Arquivo Público do Distrito Federal?

(SN) – Pode botar onde você quiser, que o que eu disse aqui é verdade.

(SR) – Está bom, então em nome ...

(SN) – Não tem nada de que eu falei mal de ninguém, não tem nada que...

(SR) – Não tem nada que a desabone.

(SN) – É, está tudo em cima da linha, correta.

(SR) – A história mesmo né?

(SN) – A história mesmo, é.

(SR) – Então em nome do Arquivo Público do Distrito Federal, agradecemos a entrevista, muito obrigada. São 15 horas e 5 minutos. Muito obrigada dona Severina.

(SN) – Tá bom, muito obrigada eu que falo para você viu?

(SR) – Nada.

(SN) – O prazer foi todo meu de receber vocês aqui hoje.

FINAL DA ENTREVISTA

- 1- difíci
- 2- nois, noise
- 3- mamita
- 4- adepois
- 5- fia, fio
- 6- simbora
- 7- tauba
- 8- mês
- 9- limpim
- 10- arrumadim
- 11- dinheirim
- 12- minino
- 13- jirau : qualquer armação de madeira em forma de estrado
- 14- praqui
- 15- nium
- 16- fumo
- 17- barraquim
- 18- juei
- 19- óia
- 20- nera
- 21- mió
- 22- vei, veis
- 23- truxesse
- 24- vizim
- 25- piqueno
- 26- osfalto
- 27- véio
- 28- tombém

- 29- mioca
- 30- vasia
- 31- ajuntava
- 32- tudim
- 33- cogo
- 34- barrage
- 35- findado : terminado
- 36- muié
- 37- sorta
- 38- fartou
- 39- trabaia
- 40- trabaia
- 41- postos
- 42- luize
- 43- gai
- 44- maisé
- 45- sumitério
- 46- padarizim
- 47- Experdito
- 48- Tamaim
- 49- Cumé
- 50- Pequininim
- 51- Maiozim
- 52- Carocim
- 53- Saquim
- 54- Prano
- 55- Bonitim
- 56- Veve
- 57- leu
- 58- Rorizi
- 59- movim

Relação de Documentos que compõem o dossiê do entrevistado

SEVERINA ETELVINA DO NASCIMENTO.

- ☒ Cessão de direitos sobre depoimento oral
- ☒ Contato preliminar
- ☒ Diário de campo / relatório de entrevista
- ☐ Documentos doados pelo entrevistado

- ☐ Fotografias
- ☐ Outros
- ☒ Roteiro de entrevista